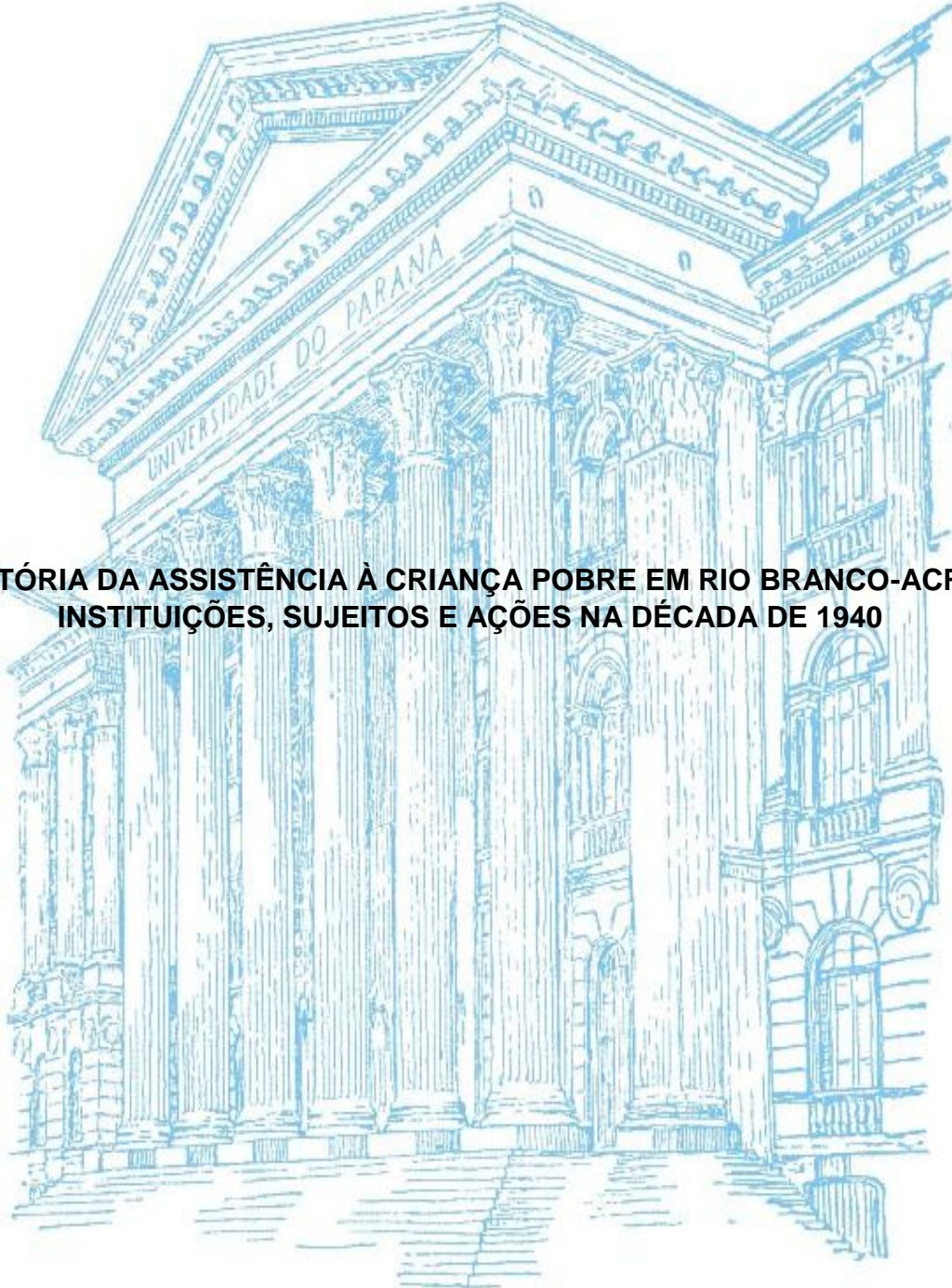


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GIANE LUCÉLIA GROTTI

**HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA À CRIANÇA POBRE EM RIO BRANCO-ACRE:
INSTITUIÇÕES, SUJEITOS E AÇÕES NA DÉCADA DE 1940**



CURITIBA

2016

GIANE LUCÉLIA GROTTI

**HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA À CRIANÇA POBRE EM RIO BRANCO-ACRE:
INSTITUIÇÕES, SUJEITOS E AÇÕES NA DÉCADA DE 1940**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, na Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gizele de Souza

CURITIBA

2016

Catálogo na publicação

Grotti, Giane Lucélia

História da assistência à criança pobre em Rio Branco - Acre : instituições, sujeitos e ações na década de 1940 / Giane Lucélia Grotti. – Curitiba, 2016. 213 f.

Orientadora: Profa. Dra. Gizele de Souza

Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

1. Crianças pobres – Assistência – Rio Branco (AC). 2. Legião Brasileira de Assistência (LBA). 3. Educação – Aspectos sociais. I. Título.

CDD 370.19



PARECER

Defesa de Tese de Giane Lucélia Grotti para obtenção do Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, Prof.^a Dr.^a Gizele de Souza, Prof.^a Dr.^a Sonia de Oliveira Camara Rangel, Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Neri Medeiros de Souza, Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos, Prof.^a Dr.^a Nádia Gaiofatto Gonçalves, arguiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Tese: "HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA POBRE EM RIO BRANCO/ACRE".

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está Apta ao Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
Prof. ^a Dr. ^a Gizele de Souza		Aprovada
Prof. ^a Dr. ^a Sonia de Oliveira Camara Rangel		aprovada
Prof. ^a Dr. ^a Maria do Socorro Neri Medeiros de Souza		aprovada
Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos		Aprovada
Prof. ^a Dr. ^a Nádia Gaiofatto Gonçalves		Aprovada

Curitiba, 30 de março de 2016.

Prof.^a Dr.^a Maria Rita de Assis César
Vice-coordenadora do PPGE

Prof.^a Dr.^a Maria Rita de Assis César
Matrícula: 155005
Vice-Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação

Obs: a banca sugeriu a alteração do título.

AGRADECIMENTOS

Foram várias as pessoas que comigo compartilharam comigo essa jornada. Às vezes estavam longe, às vezes perto.

A todas expresso, aqui, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço e louvo a Deus pelo dom da vida, e por permitir que parte da minha vida fosse ocupada com esta pesquisa.

À professora Dra. Gizele de Souza, minha orientadora, agradeço muitíssimo pela atenção, cordialidade, consideração, encorajamento. Sempre muito educada e elegante, suas colocações, críticas e sugestões impressionavam-me a cada reunião de orientação, e foram muitas. Impressionavam-me pela exposição do saber, por sua lúcida memória, pelo conhecimento e, ainda mais, pela atitude respeitosa em trazer esse saber ao meu patamar. Isto é que é ser professora! Decidiu firmemente participar do DINTER-UFPR/UFAC, cumprindo, assim, com seu compromisso e responsabilidade com a formação/capacitação de professores e, em nosso caso específico, dos colegas de profissão.

Às professoras Dra. Mônica Ribeiro e Dra. Grace Gotelip pela coordenação do DINTER/UFPR/UFAC.

À professora Nádia Gaioffato, que sempre me acompanhou desde a disciplina Seminário de Pesquisa em História e Historiografia da Educação I, na avaliação de meu texto no Seminário de Tese, na Qualificação e, agora, na Defesa. Suas contribuições sempre foram aguardadas com grande expectativa, pois sabia que acrescentariam muito e deixariam meu texto mais claro e fundamentado.

À professora Sonia Câmara, pela gentileza, cordialidade e delicadeza em participar do momento da Qualificação e ter contribuído de forma tão elegante e educada para melhorar e aprofundar a pesquisa e, neste momento, na Defesa, por participar novamente.

Ao professor Dr. Juarez dos Anjos, pelo companheirismo durante o tempo em que fomos colegas doutorandos e pela gentileza em aceitar fazer parte desse momento como membro da Banca de Avaliação da minha Tese.

À professora, colega de instituição professora Dra. Socorro Neri, por atender prontamente o convite em compor essa Banca, honrando-me com sua presença e as devidas contribuições para esse trabalho.

Aos colegas de turma, Joseane, Juarez, Franciele, Etiene, Andrea, Alessandra, Jordana, Ana Júlia, Márcia, pois apesar da pouca convivência, pude perceber que torciam a favor, aliás, o sucesso de cada um foi compartilhado, aplaudido por todas e por ele.

Às companheiras e aos companheiros do Acre que participaram do DINTER - UFPR/UFAC, Sâmia, Robéria, Luciene, Mari, Rivanda, Pelegrino, Alessandro, Pierre, Nefretier, Eva e, especialmente, Adriana, companheira acadêmica e na vida desde o Mestrado na UFF.

À Adma, colega da UFAC, que não participou do grupo do DINTER, mas também fez Doutorado em Educação no mesmo período na UFPR. Em diversos momentos nos acolheu, com hospedagens e comidinhas “a La” tempero acreano.

Às minhas ex-alunas, agora colegas de profissão, Mirla, Sidnéia e Dennis, que ajudaram na digitação do Quadro de Fontes que constituíram esta tese e, também, pelo privilégio de orientá-las no Projeto de Extensão sobre Avaliação na Educação Infantil e na orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) das duas primeiras. E à Sonia Moura, também na mesma condição de ex-aluna e colega, por se dispor a compartilhar fontes, fruto também de seu TCC.

À minha mãe Terezinha Grotti, exemplo de mulher honrada e de muita fé. Agradeço por ter sustentado minha vida através de suas orações, se não fosse esse esteio talvez eu não estivesse aqui finalizando mais uma etapa da minha vida acadêmica. E, mãe, para quem queria ser “taxicera”, acho que superei a “fadiga de ter que estudar todos os dias e fazer as longas tarefas escolares”. Fui um pouco mais longe nesta estrada! Quem diria, heim?!

Às minhas filhas Sarah e Gabriela, flores que perfumam e dão sentido a minha vida. Obrigada por me compreenderem e entenderem as minhas ausentes/presenças, minhas irritações e por tentarem a cada dia transformar

essa tarefa em algo mais leve. Assumiram juntas as rédeas da casa e de suas vidas tão cedo!

Às minhas irmãs, Gislaine e Taciana, por acreditarem em mim, agradeço as orações, as palavras de incentivo, por me animarem a sempre continuar.

Ao meu irmão Reynaldo, por também sentir orgulho em me ver trilhando este caminho e por cuidar das meninas (Sarinha e Gabi) em alguns momentos de minhas ausências.

À minha amiga e companheira de profissão, no sentido pleno da palavra, professora Dra. Tatiane Castro. Esteve sempre presente a tempo e a hora. Agradeço pela partilha, pela troca de confidências, pela convivência em família, “minha irmã do Acre”, irmã de fé. Agradeço também a você pela revisão desta tese.

À Mariusa, mãe da Tatiane, pelas palavras de incentivo: “Sei que é difícil, mas você vai dar conta! Não fiz doutorado, mas acompanhei quem fez”!

Agradeço à Rômula, minha mãe do Acre e a Ógeda, outra irmã que a vida me deu, sempre estiveram comigo dizendo-me palavras de estímulo e admiração.

Aos amigos/as, irmãos/ãs na fé que compartilharam dessa trajetória. Principalmente, a Diogo e Ana Paula que, em muitas ocasiões à mesa, rimos, choramos e oramos. Momentos muito importantes que, nos últimos anos, fizeram toda a diferença em minha vida. Obrigada queridos/as.

Às Universidade Federal do Acre (UFAC), instituição em que trabalho como professora efetiva desde 2005 e Universidade Federal do Paraná (UFPR), na qual tive o privilégio e o imenso prazer de estar por 4 anos como doutoranda, além de poder desfrutar desse lugar que também amo, paranaense de nascimento que sou. Juntas, essas instituições assumiram o compromisso de qualificar seus professores, (digo isso porque mesmo na condição de aluna, fui tratada como colega de profissão e, na aceção de que, enquanto professoras e professores que nos receberam em suas classes, estiveram como mestres aprendendo conosco). Juntas investiram na melhoria da qualidade de suas ações. Dessa forma, cumprindo seu papel em prover melhores oportunidades a quem delas se beneficia, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

À CAPES, pelo financiamento do convênio DINTER- UFPR/UFAC. E digo, tomando de empréstimo as palavras de Marcos Cezar Freitas, “sem seu auxílio, não teria sido possível, estar onde estive, falar com quem falei e ler o que li”.

Enfim,

Foram muitas pessoas e instituições que acreditaram no meu êxito.

Obrigada a todos.

Dedicatória

Às mulheres da minha
vida: Terezinha, Sarah,
Gabriela, Taciana e
Gislaine.

RESUMO

Esta tese analisa, por meio dos periódicos, em especial o jornal “O Acre”, a história da assistência à criança pobre em Rio Branco, capital do Acre, nos anos de 1940. O objeto que se delineia é a assistência que essa criança recebeu, na capital acreana, em meio a projetos e práticas dentro da perspectiva de um modelo referendado como moderno, civilizado, símbolo de progresso. Esse entendimento é tomado como base na produção e circulação nacional dos debates, ações e proposições sobre o “problema da infância”. Recorreu-se teórica e metodologicamente à história cultural, de modo que os conceitos de representação, apropriação e circulação cunhados por Roger Chartier foram tomados para referendar a análise. As fontes escolhidas para este trabalho partiram dos periódicos locais que circularam à época e foram obtidas nos acervos do Museu da Borracha- Rio Branco/AC, na Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour/AC, no Centro de Documentação e Informação Histórica da Universidade Federal do Acre (CDIH), na Biblioteca Pública do Paraná, localizada na cidade de Curitiba, e na Hemeroteca Nacional. O primeiro capítulo compreende a lógica que instituiu a infância como um problema e as estratégias que foram criadas para solucioná-lo. Apresenta o Departamento Nacional da Criança (DNCr), órgão oficial do Governo, à frente das soluções, determinações/ações para saná-lo por meio de instituições de assistência às crianças e às mães. O capítulo seguinte dá visibilidade à atuação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), e à atuação da Comissão Territorial da LBA, como uma das mais atuantes instituições de assistência à população pobre na capital e nos demais municípios acreanos, considerando as peculiaridades geográficas, históricas e políticas vividas nesse lugar. O capítulo que encerra esta tese apresenta outras instituições e sujeitos que procuraram tratar do ‘problema’ da infância, como: o Instituto de Amparo Social, a Instituição de Assistência Social Darcy Vargas, a Sociedade Plácido de Castro, novamente a Legião Brasileira de Assistência e a Sociedade Plácido de Castro, bem como, o próprio Estado, a escola, a pré-escola e a família. A Conclusão indica que a criança que vivia em terras acreanas e a população pobre receberam atendimento por parte dessas instituições, a partir de orientações que se veicularam nacionalmente e, estas, por sua vez, estiveram ancoradas em debates e prescrições internacionais. As instituições de assistência que atuaram em Rio Branco, embora partindo dessas direções, o fizessem de forma a atender os pobres conforme as especificidades locais. Identificou-se que houve um esforço por parte de pessoas e entidades para que o Acre se desenvolvesse e obtivesse notoriedade, a fim de participar do processo de entrada na modernidade.

Palavras chave: Assistência à Criança Pobre. Problema da Infância. Legião Brasileira de Assistência. Rio Branco/Acre.

ABSTRACT

Through this thesis, we analyzed, using the newspapers, especially the one "Acre", the history of assistance to poor children in Rio Branco, capital of Acre, in the 1940s. The object that was delineated is the assistance the child received in the capital of Acre, in the midst of projects and practices from the perspective of a model that was endorsed as modern, civilized, symbol of progress. This understanding is taken as the basis of production and circulation of national discussions, actions and propositions about the "problem of childhood". Theoretically and methodologically, we fell back on the cultural history, in the way that was possible to take the concepts of representation, appropriation and circulation coined by Roger Chartier to endorse our analysis. The local newspapers of that time were the sources we chose for this work and they were obtained in the collections of the Museum of Rubber- Rio Branco / AC, the Foundation of Culture and Communication Elias Mansour / AC, the Center for Documentation and Historical Information of the Federal University of Acre (CDIH), the Public Library of Paraná, located in Curitiba, and the National Newspaper Library. The first chapter was about the logic that established the child as a problem and the strategies that were designed to solve it. It also showed the National Department of the Child (DNCr), the official organ of the government, as the most responsible public representation of solutions, resolutions / actions to remedy it through care institutions for children and mothers. In the next chapter, it was given visibility to the work of the Brazilian Legion of Assistance (LBA), and the performance of the Territorial Committee of LBA, as one of the most active care institutions to poor people in the capital and in other Acre municipalities, considering the geographical, historical and political peculiarities of this place. In the last chapter, we presented other institutions and individuals who sought to deal with the "problem of childhood" such as the Institute for Social Support, the Institution of Social Welfare Darcy Vargas, Society of Plácido de Castro, again the Brazilian Legion of Assistance and Society of Plácido de Castro, as well as the state itself, the school, pre-school and the family. We concluded that the child who lived in Acre and the poor population received care by these institutions according to the guidelines, anchored in international discussions and prescriptions, that were broadcasted nationally. The care institutions that acted in Rio Branco started from these directions, however their actions were focused on answering the poor people according to their local specificities. It was identified that there was an effort on the part of persons and entities to develop Acre and gain notoriety in order to participate in the process of entry into modernity.

Keywords: Assistance to poor child. Problem of Childhood. Brazilian Legion of Assistance. Rio Branco / Acre.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1-	ESTADO DE CONSERVAÇÃO - JORNAL O ACRE.....	40
FIGURA 2-	ESTADO DE CONSERVAÇÃO - JORNAL O ACRE.....	41
FIGURA 3-	PROPAGANDA DE COMBATE AO IMPALUDISMO	48
FIGURA 4-	BARRACÃO NO SERINGAL - 1910	49
FIGURA 5-	POSTO VOLANTE NA ZONA RURAL DO RIO DE JANEIRO	83
FIGURA 6-	DISTRIBUIÇÃO DAS OBRAS DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E À ADOSLECÊNCIA NO BRASIL.....	84
FIGURA 7-	MATERNIDADE BÁRBARA HELIODORA EM RIO BRANCO/ACRE....	85
FIGURA 8-	SENHORA DARCI VARGAS	102
FIGURA 9-	D. ISOLETTE CAVALCANTI – PRESIDENTE DA LBA EM 1942.....	104
FIGURA 10-	CAMPANHA PARA INCENTIVAR A MIGRAÇÃO DOS NORDESTINOS PARA A AMAZÔNIA	109
FIGURA 11-	A MULHER LEGIONÁRIA EM AÇÃO	114
FIGURA 12-	PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS DECRETA JUNHO - MÊS NACIONAL DA BORRACHA.....	119
FIGURA 13-	ESTRADA DE SERINGA - HÉLIO MELO	121
FIGURA 14-	SERINGUEIRO FAZENDO CORTE NA ÁRVORE - HÉLIO MELO.....	122
FIGURA 15-	CONCURSO DE ROBUSTEZ – RIO DE JANEIRO 1918	130
FIGURA 16-	MONCORVO FILHO ATENDENDO UMA CRIANÇA	150
FIGURA 17-	D. DARCI VARGAS EM VISITA AO IPAI-1931.....	155
FIGURA 18 -	CURRÍCULO DO DR. WAGNER ELEUTÉRIO – PEDIATRA.....	163
FIGURA 19-	PRÉDIO DA ESCOLA INFANTIL MENINO JESUS	181
FIGURA 20 -	INAUGURAÇÃO DA ESCOLA INFANTIL MENINO JESUS – 1949.....	183

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	MORTALIDADE INFANTIL NO BRASIL ENTRE OS ANOS 1934- 1938 COMPARAÇÃO COM PAÍSES DA AMÉRICA	55
QUADRO 2	OBRAS DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ASSISTÊNCIA AUXILIADAS PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA 1946- 1950	82
QUADRO 3	SEMANAS DA CRIANÇA CONFORME DIVULGAÇÃO DO JORNAL O ACRE NOS ANOS 1940	93
QUADRO 4	PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA LBA NOS MUNICÍPIOS ACREANOS EM 1946	133

LISTA DE SIGLAS

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
CDIH - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA
DNCR - DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA
IPAI - INSTITUTO DE PROTEÇÃO E AMPARO À INFÂNCIA
LBA - LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA
MTIC - MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
MES - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
TCC - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
SEMTA – SERVIÇO ESPECIAL DE MOBILIZAÇÃO DE TRABALHADORES PARA A AMAZÔNIA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		15
CAPÍTULO I -	O “PROBLEMA DA INFÂNCIA” E AS AÇÕES DO DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA EM RIO BRANCO/AC NA DÉCADA DE 1940	46
1.1	EXCERTOS HISTÓRICOS DO ACRE: ANTECEDENTES DA CONSTITUIÇÃO DA CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA	46
1.2	O ACRE E RIO BRANCO DOS ANOS 1940.....	51
1.3	AS REPRESENTAÇÕES DE INFÂNCIA E CRIANÇA NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA NO ACRE	64
1.3.1	1.3.1 A família e o Estado: instituições primárias quanto à assistência e à educação das crianças	67
1.4	1.4 O DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA E SUAS AÇÕES NO CONTEXTO ACREANO PARA TRATAR DO “PROBLEMA DA INFÂNCIA”	71
1.4.1	1.4.1 O Departamento Nacional da Criança e as semanas da criança	86
CAPÍTULO II -	LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA) E SUA ATUAÇÃO EM TERRAS ACREANAS: ATENDIMENTO A “GENTE POBRE ONDE HÁ CRIANÇAS”	96
2.1	2.1 A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA: MISSÃO.....	96
2.1.2	2.1.2 Um pouco mais sobre a condição legionária da mulher	99
2.2	2.2 ASSISTÊNCIA AOS SOLDADOS DA BORRACHA	115
2.3	AMPARANDO O “FUTURO DA NAÇÃO”	127
2.4	OUTRAS AÇÕES E PARCERIAS ESTABELECIDAS PELA LBA	137
CAPÍTULO III -	PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA FRENTE AO “PROBLEMA DA INFÂNCIA” A PARTIR DO INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À CRIANÇA – IPAI	148
3.1	O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO À CRIANÇA (IPAI)	148
3.2	AS PRIMEIRAS AÇÕES E PROPOSIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA EM RIO BRANCO/ÁCRE, NA DÉCADA DE 1940	155
3.3	O CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DARCY VARGAS N.1 E A SOCIEDADE PLÁCIDO DE CASTRO: PROPOSTAS DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA.....	158
3.4	A ESCOLA E OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA.....	165

3.4.1	As ações da assistência e a educação pré-escolar	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	190

INTRODUÇÃO

ASSISTÊNCIA À CRIANÇA ACREANA

Rio, 7 (Serviço especial para O ACRE) - O Diretor do Departamento Nacional da Criança, prof. Olinto de Oliveira, enviou ao Governador do Acre longa e fundamentada exposição em que demonstra o seu interesse em cooperar nos problemas de assistência à maternidade e à infância no Acre, sugerindo por fim a criação de uma comissão regional para estudar a sério o **problema da criança** no Território. (O ACRE, 01/12/1940, ano XII, nº 565, p.1, grifos meus).¹

O que foi sugerido pelo médico pediatra Olinto de Oliveira sobre a criação de uma comissão para se estudar o que se considerava ser o “problema da criança” pôde ser constatado através dos impressos que circularam nos anos de 1940 e início dos 1950, em Rio Branco/AC. Essas fontes denunciaram vários aspectos: falta de hospitais para que as crianças pudessem nascer sob a assistência de profissionais habilitados e de acompanhamento em seus primeiros anos de vida; ausência de um programa de educação formal que atendesse à demanda, pois se considerava grande o índice de analfabetismo, tanto em meio às crianças, como entre jovens e adultos; a pobreza, que gerava uma série de outras limitações e dificuldades. Esses foram alguns dos aspectos que compuseram o chamado “problema da infância”.

A percepção veiculada pelo jornal ‘O Acre’ do cenário nacional que envolvia o “problema da infância” era de uma “situação angustiosa”, visto que o país buscava “solver o problema de uma realidade que desorienta os espíritos” (O ACRE, 26/01/1936, ano VIII, nº 313, p. 6). A situação **angustiosa** a que se refere a matéria², diz respeito ao contexto das primeiras décadas do século XX, em que o tema nacionalismo³ manteve-se em pauta nos discursos oficiais,

¹ As fontes citadas a partir dos jornais, quando da sua transcrição, permaneceram com a grafia original.

² A matéria foi publicada pelo jornal O Acre e traz a identificação autoral da Associação Brasileira de Educação.

³ O conceito de nacionalismo utilizado nas primeiras décadas do Século XX, segundo Schwartzman (1984) e Carvalho (2005), diz respeito à mobilização do país em torno de obras e realizações que eram consideradas como avançadas e que produziriam progresso. Momento esse que privilegiava o uso da razão na busca de formação de uma nação forte e próspera,

orientando as relações entre as nações na busca pelos padrões de civilidade⁴ e modernidade⁵, em oposição ao que se pretendia deixar para trás, o estado de atraso. Seria o esforço do Brasil de se organizar em uma civilização moderna, discurso esse muito presente nos jornais da época. (VIEIRA, 2007). Os debates estavam fundamentados na crença de que o progresso⁶ se daria por meio da ciência, assim, seriam estabelecidas **melhores bases** para o crescimento do país.

De acordo com Carlos Eduardo Vieira, “a idealização do futuro impunha o acerto de contas com o passado e a ação resoluta sobre o presente, de maneira que os principais problemas sociais fossem identificados e saneados” (VIEIRA, 2007, p. 32). Aqui, o autor está se referindo aos problemas que se agravaram em decorrência da 1ª. Guerra Mundial, “urbanização crescente, aumento populacional, presença de doenças endêmicas, elevada taxa de mortalidade infantil e de delinquência juvenil”. E, com o seu fim, a preocupação em preparar “as futuras gerações de brasileiros para o progresso

como se acreditava que deveria ser o povo brasileiro. Havia a intenção, por parte dos dirigentes políticos e econômicos, em homogeneizar as diferenças sociais, em uma sociedade composta de indígenas e estrangeiros, de forma que todos comungassem de um único sentimento, o de brasilidade. O nacionalismo, nestes termos, foi difundido em várias instituições sociais. A escola e as instituições de saúde entraram como elementos importantes para seu acolhimento e difusão.

⁴ Civilidade, aqui, entendida a partir da reflexão de Norbert Elias, como a busca de um padrão social aceitável, tendo como modelo outras sociedades tidas como referência em suas realizações no campo da tecnologia, na organização política, na estrutura econômica. (ELIAS, 1993).

⁵ Para este contexto, a Modernidade será entendida segundo a compreensão de Marcus Carvalho, “[...] interpretada e apropriada de uma maneira geral como “época da história” em que predominariam as categorias da “novidade”, da superação e do “progresso”. [...] Ao mesmo tempo, interpretada e apropriada como época das multidões das cidades e da indústria, na qual predominariam as categorias do urbano e do desenvolvimento sob a égide da Revolução Industrial.” (CARVALHO, 2012, p.26). E, ainda, como registrado por Marlos Rocha, a modernidade “era um projeto de cunho civilizatório, no intuito de modelação a uma modernidade previamente concebida; disciplinador do povo à nação, porém, hierarquizando a população; tutorial na condução do povo, sob a direção de uma elite culta; enfim construtor de uma conformação nacional marcadamente autoritária” (ROCHA 2004, p.141).

⁶ A ideia de progresso (pautada nos modelos americano e europeu) que circulou no final do século XVIII e fundamentou também o XIX apresentava as perspectivas positivistas e darwinistas como determinantes do progresso das sociedades. No século XIX, o progresso era visto como “resultado da evolução natural do mundo e das sociedades em particular” (NAXARA, 1998, p.42). O Brasil, identificado como atrasado em relação a essa perspectiva precisava servir-se de meios para se chegar ao patamar de nação civilizada. O progresso se daria se o país alcançasse o *status* daqueles que eram considerados como modelo.

nacional” aumentou. (WADSWORTH, 1999, s/p)⁷. O almejado progresso se daria através de muito trabalho⁸ produzido por uma sociedade considerada física e moralmente sadia. Segundo a análise que Marta Carvalho aponta sobre esse momento, o intento era, por meio do trabalho e da educação, “regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas” (CARVALHO, 1989, p.10).

Estratégias foram traçadas para se atingir este alvo, dentre elas a realização de um

[...] grande número de conferencias internacionais, effectuados no anno findo com **objetivo de fixar melhores bases para a formação das novas gerações**. Assim, só para citar os certames de maior projecção, merecem ser mencionados; a IV Conferência Internacional de Instrucção Publica reunida em Genebra, um julho último, o Congresso Internacional de Ensino, e o Congresso Internacional de Educação Physica de Bruxelas, e, finalmente, **o VII Congresso Pan-Americano da Criança**, convocado em outubro, no México [...]. (O ACRE, 26/01/1936, ano VIII, nº 313, p. 6, grifos meus).

O final do século XIX e início do XX, “o período histórico associado ao *télos* do progresso e ao poder da razão” (VIEIRA, 2007, p. 33), foi um momento de profusão de discussões em torno das diversas áreas e questões sociais. Os Congressos não prescindiram dos debates relacionados diretamente à criança, vista como um vir a ser promissor para o alcance desse avanço. A criança e sua infância passaram a tomar espaço significativo nesses eventos e, em determinadas ocasiões, o objeto principal.

Os Congressos, por vezes, aconteceram em meio as Exposições Universais⁹, como foi o caso do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à

⁷ Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100006> Acesso em 01/10/2015.

⁸ A compreensão de trabalho é uma perspectiva própria do período getulista, que compreendia que esse avanço se daria através dele. Entendimento compartilhado pela leitura que a elite e os estrangeiros que por aqui passaram ajudaram a formar, indicando que o potencial a ser explorado, tanto no cultivo agrícola, quanto das riquezas naturais, geraria riquezas que alavancaria o progresso do país. Nesse contexto, a vinda de imigrantes, identificados como aptos, sadios e civilizados, foi incentivada a fim de ocuparem os postos deixados pelos antigos trabalhadores. (CARVALHO, 1989); (NAXARA, 1998).

⁹ Concomitantemente às Exposições Universais e/ou Internacionais, que deixaram explícitas suas intenções de referendar a entrada dos países participantes na modernidade, alguns “Congressos Internacionais” ocorreram, como por exemplo, o 3º Congresso Americano da Criança, realizado junto com o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, no Rio de Janeiro em 1922, liderado por Arthur Moncorvo Filho. Esses eventos foram realizados durante

Infância, realizado em 1922, no Rio de Janeiro. As exposições e os congressos, conforme certifica Kuhlmann (2004), foram palco de ‘competição’ entre os países, no sentido de mostrarem-se mais avançados na ciência, na técnica, na cultura. Na ocasião da realização desse Congresso de 1922, como delegados representantes do Território Acre, participaram o Dr. Julio Novaes¹⁰ e o Dr. Acrisio Bezerra¹¹. (6º BOLETIM DO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA, 1921-1922). O convite para participar do Congresso chegou a Rio Branco e foi publicado na íntegra pelo jornal Folha do Acre, em 24/04/1920.

Do sr. Dr. Moncorvo Filho, presidente do 1º. Congresso Brasileiro de Protecção à Infancia realizar-se no Rio de Janeiro, recebemos o seguinte radiotelegrama:

RIO, 11(Recebido a 22)

Illustrada redação da Folha do Acre – Peço a preclara redação de dignar inserir as notícias seguintes: Realisar-se-á no dia 15 de novembro do anno corrente sob o patrocínio do exm. sr. e sra. Epitácio Pessoa, o primeiro Congresso Brasileiro de Protecção a Infancia, que já conta neste momento cerca de seiscentos membros adherentes entre os quaes grande numero da nossa mais alta sociedade. Governos de diversos

a Exposição do Centenário da Independência do Brasil, primeira ocasião em que o Brasil sedia uma exposição internacional. (KUHLMANN, 2001; 2012), (CAMARA, 2006), (CORDEIRO, 2015) e (RODRIGUES, 2015). Da inauguração da exposição em 7 de setembro de 1922 até seu encerramento em 24 de julho de 1923, a Exposição Nacional exibiu 25 seções relacionadas a: educação e ensino; letras, ciências e artes; mecânica; eletricidade; engenharia civil e transporte; agricultura; horticultura e arboricultura; florestas e colheitas; indústria alimentar; indústrias extrativas e metalurgia; decoração e mobiliário; fios, tecidos e vestuários; indústria química; indústrias diversas; economia social; higiene e assistência; ensino prático, instituições econômicas e trabalho manual da mulher; comércio; economia geral; estatística; forças de terra e esportes. Em paralelo, foram oferecidas atividades como exibição de filmes e conferências. (NÚCLEO DE ESTUDOS DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, 2001). Disponível em: <<http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliiana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=723&sid=15&tpl=printerview>>. Acesso em 22/02/2015.

¹⁰ Julio Novaes foi médico, professor e membro da Academia Nacional de Medicina -RJ. Atuou na política como deputado e foi presidente do Partido Libertador Carioca em 1945. (REVISTA FON FON, 24/11/1945). Faleceu no Rio de Janeiro em 21/10/1941. (CORREIO DO PARANÁ, 22/10/1941).

¹¹ Dr. Acrisio Bezerra atuou como intendente e como médico no município de Cruzeiro de Sul no Acre. “Homenageando a memória do Dr. Acrisio Bezerra médico que dedicou o melhor de seus esforços em prol da saúde do povo de Cruzeiro do sul, o Governo do Território deu ao Posto de Saúde recentemente construído na sede daquele município o nome daquele saudoso e facultativo” (O ACRE, 12/05/1957, ano XVIII, nº1299, p.4). Também foi presidente do Partido dos Autonomistas naquele município. (FOLHA DO ACRE, 21/10/1921, ano XII, nº 382, p.3). Acrisio faleceu no Rio de Janeiro em 21/10/1941. (CORREIO DO PARANÁ, 22/10/1941). Importante registrarmos um questionamento quanto à atuação desses médicos em terras acreanas ser a de intendentes, podemos inferir que as questões políticas e econômicas contribuíram para esse fato, no entanto, até o momento não foram encontradas fontes que explicitassem o ocorrido.

Estados do Brasil interessados no importante certâmen mandam representantes officiaes. Numerosas memorias prometidas sobre assumptos mais importantes de ordem social e scientifica. Na última reunião sob a presidência do dr. Alfredo Pinto, ministro do interior, foram tomadas resoluções de maior valor indicando que o futuro certâmen terá o maior brilhantismo. Qualquer pessoa pode fazer parte do Congresso, bastando dirigir-se a sua secretaria à rua Visconde do Rio Branco nº 23, sobrado (Rio de Janeiro). Agradeço minimamente penhorado a inserção destas linhas, mandarei doravante notícias detalhadas sobre o 1º congresso Brasileiro de Protecção a Infancia. (FOLHA DO ACRE, 24/04/1920, ano X, nº 310, p. 2)

Assim como ressaltam Sônia Camara e Moysés Kuhlmann Jr, estes realmente foram momentos e espaços de “circulação e apropriação das mais modernas e inovadoras concepções e teorias científicas”. Oportunidades de “reflexão e validação de modelos civilizatórios e de políticas de assistência e proteção para o país”. (CÂMARA, 2006, p. 757 e 758) e (KUHLMANN, 2012).

O entendimento socializado no Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância

[...] trouxe à luz, temáticas relativas às discussões sobre as leis de proteção e sua urgência; a higiene escolar; a proteção à mulher grávida pobre; ao combate ao analfabetismo em prol da proteção à infância; a situação da infância moralmente abandonada, criminosa e os Tribunais para crianças como eixos de propostas ancoradas em iniciativas destinadas a promover programas de Saúde Pública e de Assistência às crianças oriundas das camadas pauperizadas da sociedade. (CAMARA, 2006, p.757).

O Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância foi criado por iniciativa do Departamento da Criança no Brasil, pelo médico Arthur Moncorvo Filho, dentro do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), para tratar, segundo Kuhlmann (2011), do acompanhamento e da orientação às instituições públicas e particulares sobre formas de proteção à infância. As orientações versaram sobre:

[...] puericultura intrauterina (maternidades e serviços de assistência domiciliares ao parto), puericultura extrauterina (gotas de leite, consultas de lactantes, creches, serviços de exames e atestação de amas de leite), recolhimentos, estabelecimentos de ensino etc.(asilos, orfanatos, casa dos expostos, colônias, escolas correccionais, escolas profissionais,

colégios, jardins de infância), infância doente (filiais do IPAI, dispensários e policlínicas, clínicas de doenças de crianças, hospitais infantis, sanatórios), profilaxia (institutos vacínicos, institutos Pasteur) e proteção à infância em geral (ligas de proteção à infância, sociedades de proteção direta ou indireta da infância) (KULHMANN, 2011, p. 480 e 481, grifos do autor).

Essa estrutura de agregar e divulgar informações sobre a infância não foi algo inédito. Esse mesmo autor registra que, entre 1879 a 1888, circulou no país o jornal intitulado “A Mãe de Família”¹², cujo redator era Carlos Costa, médico especializado em doenças infantis. Através desse jornal, Carlos Costa propôs “a criação de uma Sociedade Protetora das Crianças”. Esse dado é importante, pois apresenta iniciativas de assistência à infância em âmbito nacional, antes das que foram praticadas pelo IPAI.

Havia, nesse período, no Brasil, entre as crianças, um alto índice de mortalidade, o que comprometeria o êxito desse esforço em modernizar a nação, cujo futuro estaria sobre elas. Vistas como homem do amanhã, sendo a base da constituição da sociedade brasileira, deveriam ser cuidadas e assistidas em suas necessidades em conformidade com o ideário republicano. Fosse por meio do trabalho, educação ou pelo viés da assistência, o objetivo no sentido em que aponta Iete Levy, era ajustar as crianças a fim de torná-las úteis à sociedade. Tal entendimento era compartilhado por médicos, juristas, filantropos. [...] “a criança representa um capital, para a família e para o país”, cuidar bem dela seria um investimento necessário à construção de uma identidade nacional com tais aspirações modernizadoras. (LEVY 1996, p.11).

Tal investimento nas crianças, referendado pela medicina social¹³, explica-se no artigo assinado por Geraldo N. Serra¹⁴, intitulado “Proteção à

¹² Esse impresso circulou no Rio de Janeiro e seus volumes se encontram na Biblioteca Nacional dessa cidade. Seu objetivo era informar as mães quanto aos cuidados com suas famílias, especialmente no trato com os filhos, promovendo o fim da prática do abandono, conforme Andrade e Greive (2004).

¹³ As fontes fazem referência ao conceito de Medicina Social ligando-o às medidas em defesa da saúde da coletividade, tanto para o adulto, como para as crianças. Ao Estado brasileiro caberia “velar pelo cidadão, o civismo a educação e a disciplina que constituem uma medicina social” (REVISTA VIDA DOMÉSTICA, fevereiro de 1941). “Visa à saúde das populações, não interessa aqui a saúde DESTA ou DAQUELE indivíduo, mas sim a saúde e a vida de todos visando à defesa da coletividade” (O ACRE, 27/06/1948, ano XVIII, nº 878, p.6). No ano de 1944 havia, no Rio de Janeiro, uma Sociedade de Urologia e de Medicina Social. (REVISTA VIDA DOMÉSTICA, março de 1944). E como ressalta Angela de Castro Gomes, a Medicina

Infância Brasileira”, em que se registram os preceitos disseminados por grupos dirigentes, por vezes apresentados com o termo elite dirigente, ou elite da nação¹⁵, quanto a medidas médico-sociais. No referido texto, destaca-se o problema da mortalidade infantil e enfatiza-se que a perda elevada do número de crianças implicaria a diminuição demográfica e, conseqüentemente, haveria grandes entraves para a construção da identidade nacional, referendando o que foi dito acima.

[...] aí está dos mais complexos e urgentes problemas de nossa atualidade, pois não consiste ele simplesmente, em cuidar da sua formação, muito antes de seu próprio nascimento pelo amparo aos seus progenitores. E nesta ingente cruzada em prol do revigoramento da raça, a eugenia, a higiene, os preceitos de puericultura, e tantos outros ramos da **ciência médico-social** de nosso tempo, são elementos e o arsenal com que os homens de governo, poderão avançar alguns passos em direção ao combate a este alarmante índice de mortalidade infantil que na atualidade tange de cores sombrias os quadros de nossas estatísticas demográficas. (O ACRE, 17/05/1940, ano XII, no. 537, p. 7, grifos meus).

Os cuidados com as crianças em seus aspectos físicos, morais e intelectuais seriam a forma de “garantir o futuro de toda uma nacionalidade”. (Idem, ibidem). No Brasil, várias foram às instituições de assistência (como será visto no decorrer dos capítulos desta tese) e diversos foram os profissionais que atuaram no sentido de assisti-las. Essas instituições e pessoas aspiraram um modelo cujas representações de moderno¹⁶, civilizado e de progresso foram

Social, naquele contexto, era entendida como “um conjunto amplo de práticas que envolviam higiene, sociologia, pedagogia e psicopatologia. Não se tratava unicamente de curar; havia toda uma dimensão sanitária que buscava a proteção do corpo e da mente do trabalhador” (GOMES, 1999, p.60).

¹⁴ Geraldo N. Serra foi jornalista paulista. Membro e secretário Geral da União Jornalística Brasileira. (JORNAL DE NOTÍCIAS DE SÃO PAULO, 15/11/1946). Em 1946 seu nome foi indicado à candidatura a Deputado pelo Partido Democrata Cristão. Atuou como um dos diretores da Revista Habitat, cuja circulação teve início em 1950 em São Paulo. Conferir: <http://www.urbanismobr.org/bd/periodicos.php?id=59>. Acesso em 13/11/2014. Era frequente seus artigos serem reproduzidos no Jornal O Acre.

¹⁵ O que foi empregado nesta tese indica um “grupo minoritário” de pessoas (MOSCA, 1968) que ocuparam determinadas áreas de destaque social, como: médicos, juristas, filantropos, jornalistas, professores, políticos e esposas de políticos. É utilizado, também, no sentido de representar um grupo de sujeitos com capacidade e poder de persuadir, interferir nos rumos “políticos e econômicos” de uma sociedade. (PARETO, 1966).

¹⁶ A compreensão de moderno, aqui, diz respeito à comparação entre situações, anteriormente vividas e interpretadas, classificadas e comparadas com as atuais, buscando revolucionar radicalmente as modalidades e finalidades anteriores. (ARGAN, 1992).

levadas adiante, país a fora, em meio ao quadro de diversidade cultural, social e econômica presente nas primeiras décadas do século XX.

É nesse contexto que esta pesquisa apresenta como **objetivo geral** compreender a constituição histórica da assistência à criança pobre em Rio Branco-AC, durante os anos de 1940. Desse modo, o **objeto** que se delineia é a assistência que a criança pobre recebeu, na capital acreana, em meio a esses debates, projetos e práticas.

Acompanhando a produção referente à história da assistência à criança pobre, conforme a pesquisa empreendida¹⁷, no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram localizadas 62 teses e 18 dissertações. Após proceder a análise e a seleção daquelas que realmente correspondiam ao tema e também a períodos próximos ou que antecederam o que foi delimitado para esta tese, verificou-se que 7 teses e 3 dissertações atenderiam ao critério proposto¹⁸.

Os estudos realizados, as teses, vinculados aos programas de pós-graduação, geograficamente, estão inseridos nas seguintes regiões do país: região Norte (01) uma; Nordeste (01) uma; Centro-Oeste (01) uma; Sul (02) duas. Outras duas apresentam aspectos gerais sobre as políticas nacionais de atendimento e proteção à criança e ao adolescente, não considerando uma região, estado ou cidade específicos, mas abordaram a temática no Brasil.

Apurando a análise dos trabalhos pesquisados, observou-se que, tematicamente, as teses exploraram objetos relacionados ao abandono¹⁹ da criança; ao modo de assisti-las produzindo certa moralização dos costumes; à criança sendo tratada como menor, no sentido de ser infratora e, portanto, deveria ser tratada como tal a partir do que indicava o Código de Menores de

¹⁷ Esse levantamento foi realizado no mês de Junho de 2013.

¹⁸ Como parte do critério proposto para proceder à busca no banco de teses e dissertações da CAPES, foram elencadas as palavras, assistência à criança pobre entre os anos de 1940. Diante disso, foram encontradas as pesquisas discriminadas na sequência acima descrita. Destacamos que algumas pesquisas importantes não apareceram no site de busca naquele momento, como por exemplo, a de Camara (2007). No entanto, assim como esta, outras foram contempladas nas discussões que permearam a escrita do texto dessa tese.

¹⁹ Sobre o abandono da criança quando não explicitada por meio das fontes ou citações, para esse momento da tese, significará abandono físico e material, ou seja, a criança quando deixada pela família ou responsável, aos cuidados de outrem, podendo ser uma terceira pessoa ou instituição pública ou de iniciativa particular.

1927²⁰. Esses temas tiveram como fontes jornais, relatórios, leis, fotografias, discursos de governantes.

A primeira tese considerada com contribuições relevantes foi a de Trindade (1998), intitulada “*Metamorfose de Criança para Menor: Curitiba início do século XX*”, destaca os agentes e as instituições que se ocuparam do atendimento à infância abandonada no Paraná e apresenta as tensões que o Estado enfrentou junto a sociedade curitibana, que exigia medidas mais eficazes para a problemática da infância abandonada. É interessante o debate que ela apresenta em meio à concepção higienista, envolvendo as representações de criança, infância, e do menor, evidenciadas nas leis e em demais documentos que circulavam no período delimitado entre os anos de 1890-1927.

Apresenta, ainda, trajetória do abandono a criança desde a Roda dos Expostos, e o papel da Igreja frente à demanda da assistência. O estudo teve como base autores que participaram ativamente nos debates sobre a criança abandonada, destacando Evaristo de Moraes, Arthur Moncorvo Filho, e utilizou fontes documentais como leis, regulamentos e relatórios. As conclusões que foram apresentadas pela autora vão na direção de apontar que o abandono a criança, e esta enquanto sujeito social, é contemporânea do Estado Republicano e da hegemonia capitalista em sua vertente industrial, consolidando a ideia de que o Estado deve prover educação, saúde, justiça e assistência, visando a manter a ordem social do país, a custo de “desprivatizar” as relações entre familiares, exercendo poder no sentido foucaultiano, percebidos nos discursos e práticas da assistência.

A tese de Souza (2001) “*As Estratégias da Pedagogia do Assistencialismo em Belo Horizonte: 1930-1990: educação e caridade*” analisa as práticas de assistência, enquanto formas de educação voltadas aos pobres, entendidos como ameaça à ordem social. Faz suas ponderações a partir de três instituições religiosas. Os pobres, rotulados como desocupados e ameaçadores à sociedade receberam, por meio das práticas assistenciais,

²⁰ As condições em que as crianças pobres, abandonadas viviam no início do século XX tomou a preocupação de juristas, médicos e, nesse sentido, uma série de “discussões e debates organizados nos meios acadêmicos e científicos das décadas de 1910 e 1920” foram realizados a fim de encontrarem meios legais de assistência às crianças em condições vulneráveis. (CAMARA, 2012, p.251). Esses debates resultaram no Código de Menores de 1927 - ordenamento jurídico que dizia respeito aos Direitos da Criança.

medidas de moralização e de regeneração. O resultado central desse estudo demonstra que a caridade não é apenas algo ofertado aos pobres, mas um instrumento de produzir normas regulatórias aos sujeitos conforme padrões hegemônicos. O autor denomina de “pedagogia do assistencialismo” as práticas que procuram formar o indivíduo em seu aspecto moral, provendo-lhe recursos materiais, alimentação e conforto espiritual.

Essa visão bastante crítica apontada pelo autor permitiu interpretar melhor os modos que possibilitaram a “moralização” dos sujeitos conforme o modelo hegemônico de constituição da moral, dos bons costumes e de civilidade no atendimento à infância em Rio Branco.

O *corpus* documental da pesquisa de Souza (2001) foi composto por atas, jornais, relatórios, leis, estatutos, regulamentos, fotografias e entrevistas com as lideranças que promovem assistência e filantropia. A análise dessas fontes, entrelaçada à pesquisa teórica, demonstrou que a preocupação em transformar os pobres em trabalhadores úteis à sociedade, cidadãos modelares, era o propósito implícito nas práticas adotadas pelas instituições avaliadas.

Pereira, (2006) apresenta como tema de sua tese as “*Crianças e adolescentes pobres relegados à delinquência e ao abandono na cidade de Florianópolis*”, compreendendo o período no final do século XIX e início do XX. Expõe, neste recorte temporal, a ebulição das transformações que começaram a acontecer nas cidades em relação ao crescimento dos centros urbanos e a procura incessante por modernização. Diante disso, o país se deparou com alguns problemas até então pouco referenciados, focando nas camadas pobres como portadoras desses problemas. Nesta camada social, as crianças passaram a ser objeto de intervenção dos poderes instituídos e, com o aval das ciências, diversos projetos foram implantados na intenção de moldar a criança, ajustando-a aos ideais de uma sociedade “bem-educada”.

A tese de Mariano (2007) “*A Assistência à Infância e o Amparo à Maternidade no Brasil, 1927-1940*” analisa a construção do atendimento assistencial e amparo à infância e à maternidade no Brasil, observando como o Estado centralizou os serviços de assistência, pautados nos discursos médicos e jurídicos, gerando documentos importantes, como o Código de Menores de

1927 e a Constituinte de 1934. Apesar de esse serviço ser composto por instituições particulares e públicas, cabia ao Estado a formulação de diretrizes e normatizações e, para tanto, criou uma organização nacional responsável por constituir, pesquisar, fiscalizar e noticiar preceitos que precisariam ser praticados em relação à Assistência à Infância e ao Amparo à Maternidade em todo o território nacional, o Departamento Nacional da Criança.

Sousa (2010), em sua tese intitulada “*Traços de compaixão e misericórdia na história do Pará: instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até início do século XX*”, tem como objetivo investigar as histórias das instituições de assistência que acolheram meninas e meninos desvalidos no Pará. A autora esclarece que o estudo evidenciou a pouca visibilidade à origem do atendimento à infância antes de seu acolhimento e ingresso em instituições assistencialistas.

A referida autora ressalta que o período delimitado se configura no período conhecido como Belle Époque, momento em que surgem instituições bem estruturadas para atendimento às crianças desvalidas, destacando, principalmente, as crianças do gênero feminino. O procedimento de pesquisa consistiu em levantamento de material bibliográfico relativo ao tema, e as fontes foram compostas de livros, revistas periódicos, documentos oficiais como: relatórios, mensagens, discursos, falas e exposições do governo. As conclusões do trabalho apontam que as ordens religiosas exerceram uma função basilar na criação e manutenção das instituições de atendimento à criança desvalida. Quanto às ações governamentais relativas ao atendimento às crianças pobres, somente foram estimuladas devido às mudanças econômicas e sociais que circularam no período, as quais postulavam o progresso da nação através da educação. Nessa perspectiva, esse trabalho contribuiu com as discussões no que se refere ao ideário de modernização, e o quanto disso se constituiu em ações de assistência às crianças pobres.

O trabalho que se propõe a estudar a institucionalização da infância em São Luís, por meio do Instituto de Assistência à Infância do Maranhão, é o de Viveiros (2011): “*O Instituto de Assistência à Infância: saúde e educação da criança maranhense (1911-1922)*”. O objetivo é pesquisar a implantação e trajetória do Instituto de Assistência à Infância do Maranhão de 1911 a 1922.

Apresenta o jornal A Pacotilha, o regulamento do Instituto de Assistência à Infância do Maranhão e os relatórios da Instituição como fontes, e a pesquisa manteve o foco na identificação das conjunturas sociais e históricas em que estavam as crianças abandonadas. Ao escolher o referido Instituto de Assistência à Infância, constatou-se que o modelo de assistência mediado pelo saber médico estava permeado, também, com finalidades educativas voltadas à criança pobre e teve, como referência para sua atuação, o instituto criado no Rio de Janeiro, o IPAI.

A tese de Mendonça (2000) *“Crianças e Adolescentes Pobres (De Direitos): a trajetória da política social dirigida à infância e à adolescência no Brasil”* trata de uma pesquisa que reconstrói a trajetória da política de proteção à infância no Brasil Republicano, dando enfoque à socialização e inserção da criança e do adolescente neste contexto. O trabalho apresenta o Estado e a família como responsáveis pela guarda, tutela e assistência à infância pobre, entendida como sujeito social. Conclui que a modernização e a democratização de políticas de assistência, ao longo da história, apresentaram conquistas significativas, porém ainda não estão consolidadas, apresentam avanços e retrocessos em suas estruturas. A política de proteção e atendimento à infância no país ainda reproduzem a discriminação social e, conseqüentemente, negam os direitos da infância e adolescência.

Quanto às dissertações, apresentaram a seguinte distribuição geográfica: região Sudeste (02) duas; Sul (01) uma. E, a última, trata da política de proteção à infância no Brasil.

A pesquisa de Silva (2003) sob o título *“As Concepções de Criança e Infância na Formação dos Professores Catarinenses nos anos de 1930 e 1940”* analisa as concepções de criança e infância presentes na formação dos professores catarinenses nas décadas de 1930 e 1940. O interesse nesta dissertação justifica-se pelo fato de esta buscar a compreensão histórica de como a criança tornou-se objeto de preocupação da educação, juntamente com a preocupação higienista, a qual tenta impor um tipo de educação às famílias e aos filhos destas. Tal estudo contribui, principalmente, para analisar as Semanas da Criança enquanto parte do projeto Getulista de formar uma nação forte, moderna com investimento nas crianças, futuros trabalhadores.

A dissertação de Rocha (2005) "*Práticas sociais e pedagógicas no Asilo dos Expostos de Santa Casa de Misericórdia de São Paulo 1896-1950*" analisou as práticas sociais e pedagógicas ministradas no processo de assistência à criança abandonada na cidade São Paulo. A argumentação que apresenta evidencia a diferenciação entre os termos caridade e filantropia, que foram ancorados na definição apresentada por Moyses Kuhlmann. Caridade diz respeito às ações realizadas por indivíduos a partir de um sentimento particular em relação à pobreza, podendo essa ação ser empreendida por meio da religião ou pelo próprio Estado. A filantropia pode ser entendida como "a iniciativa não governamental ou a organização racional da assistência" (KUHLMANN, 2004, p. 60). Rocha (2005) ainda apresenta uma análise a partir do que Marcílio (1998) definiu como fases da assistência à criança abandonada, ao longo de décadas. A primeira, identificada como caritativa, vai desde o período colonial até por volta de meados do século XIX; a fase filantrópica, a partir desse momento até 1960 e, finalmente, o que a autora identifica como a fase do Bem-Estar Social, dos anos 1960 em diante. Essa periodização, que não é linear, contribui para identificarmos que esse movimento de assistência esteve sujeito às questões mais abrangentes, políticas, econômicas, culturais, as quais acabam por dar determinada organização à forma de assistir.

Em "*Escola Maternal: história, assistência e escolarização da infância em Curitiba (1928-1944)*", dissertação de Turina (2010), analisa as práticas de atendimento à infância pequena no início do século XX na cidade de Curitiba-PR por meio da constituição da Escola Maternal da Sociedade de Socorro aos Necessitados. As fontes elencadas por Turina (2010) priorizaram a análise de relatórios, jornais, e artigos, que identificam personalidades envolvidas com a assistência e a escolarização da infância. Esse trabalho demonstrou que as práticas de assistência e escolarização à infância aconteciam simultaneamente na Escola Maternal, cuja intenção foi transformar os hábitos morais, sociais e higiênicos da população pobre, tendo em vista a moralização e a civilidade das crianças e suas famílias.

O levantamento e estudo das teses e das dissertações que foram selecionadas a partir do objeto em tela - *História da Assistência à criança pobre*

em Rio Branco-Acre- permitiu ampliar o leque de conhecimentos sobre a assistência à infância pobre em algumas regiões do país, bem como ampliar o referencial teórico com as contribuições advindas dos pesquisadores que balizaram essas pesquisas.

Diante disso, verificou-se que há pouca produção²¹ sobre a história da assistência à criança pobre na região Norte, e com o foco direcionado estritamente ao problema da infância, o que leva a considerar a importância e pertinência dessa tese e sua contribuição para futuras pesquisas acadêmicas.

Os anos de 1940 foi um período profícuo em torno da assistência à infância. Agentes considerados com poder de atuação sobre a criança mobilizaram todo um aparato médico, jurídico e educacional em torno do que se denominou como “sentimento de brasilidade”²². Essa expressão esteve presente nos debates e nos discursos oficiais, tanto na capital do país, quanto nos demais estados e também no Território do Acre, como se segue: “A Campanha nos municípios acreanos está se fazendo também, silenciosamente é certo, mas sem dúvida com o mesmo sentimento de brasilidade tão nítido na mente de todos os acreanos” (O ACRE, 03/11/1948, ano XIX, nº 892, p.8).

²¹ Esclarecemos mais uma vez que esta pouca produção é relativa à região Norte do país em se tratando de Teses e Dissertações. No mesmo período em que a busca foi realizada no site da Capes, realizamos também um levantamento entre os periódicos da Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), da Revista HISTEDBR *On-line*, da Revista Brasileira de Educação (ANPED), dos Cadernos de História da Educação e, naquele momento, foram encontrados em torno de 8 artigos, dos aproximadamente 150 volumes pesquisados, com temas/assuntos próximos ao objeto dessa tese. O conteúdo dos artigos encontrados foram importantes no sentido de apresentarem indicações de outros autores que nos ajudaram na interlocução do objeto e com outras questões afins.

²² Em determinadas fontes jornalísticas as expressões “sentido de brasilidade” ou “princípios de brasilidade” vieram ligadas ao sentimento patriota de salvaguardar o Brasil através de um esforço coletivo, constituindo-lhe uma identidade. Em outros momentos, esta expressão aparecia como sinônimo da necessidade de ocupação de todo o território nacional, com destaque para a Amazônia, denotando conquista, ocupação e o progresso do país. Segundo Márcia Regina Naxara, em seu trabalho intitulado: *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro 1870/1920*, foi no século XIX que a tônica da construção de uma nação se iniciou. O Brasil foi visto como despossuído de um povo, pois as suas origens representavam uma miscigenação, de forma que não poderia caracterizar uma nação homogênea, ao menos aquela que a elite pretendia formar, uma massa de trabalhadores em substituição aos escravos. “Um Brasil que foi, na maior parte das vezes descrito por viajantes estrangeiros, impregnados do etnocentrismo europeu e procurando o exótico nos mundos tropicais das antigas colônias”. A autora destaca que, na passagem do século XIX para o XX, um novo olhar “procurou, desvendar, entender, formular teorias” [...] “sobre o que poderia se constituir em “o espírito brasileiro” (NAXARA, 1998, p.38 e 40). É nesse contexto que os termos identidade, nacionalidade, progresso, civilidade começam a ser empregados no intuito de buscar uma identidade para a sociedade brasileira e criar um ‘espírito’ patriótico, o sentimento de brasilidade.

Esse “sentimento de brasilidade” decorreu de um período de transição – do monárquico ao republicano. Não somente permeou as questões voltadas à assistência, mas múltiplos campos da sociedade, como indústria, educação, saúde, vida social, cultural e familiar, foram inundadas com a perspectiva de construção do nacionalismo, do progresso. Considerava-se, nesse sentido, que seria necessário incorporar as descobertas científicas nas ações cotidianas. Tais ações foram disseminadas, “conforme os anseios de Ordem e Progresso de um grupo que se auto constituía como elite com autoridade para promovê-los” (CARVALHO, 1989, p. 9).

Nesse contexto, o conjunto das ideias republicanas - ideologia do progresso, do avanço, da fundamentação científica - identificava o Brasil como um país criança, no sentido de que tudo ainda estava para ser desenvolvido. Os preceitos eugênicos foram mais um dos elementos postos à população para que este ideário de progresso fosse alcançado. A compreensão que permeava essas ideias republicanas era de que, para a população ser forte e saudável, os princípios pautados no higienismo e na eugenia deveriam ser adotados, com o objetivo de eliminar o estado de degradação física, moral e social em que as classes pobres se encontravam, pois esta condição de ausência de recursos materiais, financeiros, educação, saúde, dentre outros aspectos, comprometeria o plano de construção de uma nação hígida.

Sobre o higienismo muito presente à época, José Gondra, ao refletir “sobre o processo de constituição da ordem médica no Brasil”, afirma que a legitimação da ciência médica teve a Higiene como uma de suas intervenções sociais, ou seja:

O ramo da medicina que se ocupou da descrição e redescricao dos objetos sociais, em conformidade com os cânones dessa Ciência, foi designado como Higiene, ramo que se preocupou, sobretudo, com uma medicina do social. (GONDRA, 2000, p. 519-550).

Esse autor ainda acrescenta que a intervenção higiênica, enquanto **dispositivo científico**, termo cunhado por Marta Carvalho (1998), produziu comportamentos sociais disciplinadores. Lilia Schwarcz afirma que o conceito de eugenia foi um termo criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton,

autor do Livro *Hereditarygenius*, publicado em 1865 e, até hoje, considerado o texto fundador da eugenia.

Transformada em movimento científico e social vigoroso a partir dos anos 1880, a eugenia cumpria metas diversas. Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava a produção de “nascimentos indesejáveis e controlados”; enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e – talvez o mais importante – desencorajar uniões consideradas nocivas à sociedade. (SCHWARCZ, 1993, p. 60, grifos da autora).

Segundo Cynthia Vilhena Francis Galton, em 1865, já havia publicado na França, uma tese sobre o melhoramento da raça sob a perspectiva hereditária e eugênica (VILHENA, 1993, p.82). A tese de Galton almejava provar que a capacidade humana era determinada pela hereditariedade e não por meio da educação.

O ponto que marca a história do higienismo no Brasil partiu do professor Souza Lima, cujo interesse foi “na defesa da eugenia da nacionalidade”. Nessa época, 1897, “pediu apoio da Academia Nacional de Medicina para uma lei que tornasse compulsório o exame pré-nupcial e impedisse o casamento entre portadores de tuberculose e sífilis”. (Idem, *ibidem*).

A referida autora ainda destaca que, no Brasil, a partir do trabalho do médico Renato Kehl, após entrar em contato com os resultados do Congresso de Eugenia realizado em Londres em 1912, passou a escrever e publicar trabalhos sobre o tema e dá início a uma “Campanha de eugenia no Brasil”, “cujos propósitos residiam na luta pela definição de uma política sanitária eugênica” para efetivar “o melhoramento da raça”, levando ao engrandecimento da Pátria” (*op.cit*). Destaca, ainda, que essa campanha recebeu manifestações contrárias, obtendo, a princípio, pouco apoio, sendo necessárias várias reuniões da classe médica paulista. Somente a partir de 1918 é que o tema eugenia começou a ganhar espaço no cenário nacional, por meio da recém criada Sociedade Eugênica de São Paulo, marcando definitivamente, no Brasil, as discussões em torno da eugenia no ano de 1918.

O tema eugenia esteve presente no 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e foi divulgado no 6º. Boletim desse evento, definindo-a em consonância com o desenvolvimento da criança.

Eugenía, hygiene publica e privada da primeira e da segunda edades, estudo da chimica alimentar da creança da primeira idade, hygiene publica, principalmente das collectividades, sobretudo a hygiene escola. (IMPRESA NACIONAL, 1924, p.4).

No Acre, o tema eugenia foi divulgado a partir de seguinte definição:

A Eugenia é o grande ramo da Genética. Seus fins são os mesmos da Puericultura pré-concepcional; daí o fato de alguns autores usarem o termo como sinônimos. A Eugenia é a ciência que estuda as causas e influencias que, pela herança, pode prejudicar as qualidades físicas ou psíquicas do homem. Outros a definem assim: é a ciência que estuda os meios de melhorar física e moralmente a espécie humana. Tem como objetivos a geração de indivíduos normais e perfeitos, e a repressão progenie degenerada e defeituosa. Ela é também conhecida como a ciência de Galton (que a individualizou) hominicultura e higiene da raça, segundo o professor Landouzy. (O ACRE, 15/03/1941, ano XII, nº 58, p.6, grifos do autor).

Irma Rizzini (2009) a descreve como sendo o estudo que visa identificar fatores de melhoramento da raça e, desta forma, evitando aqueles que possam suscitar o seu declínio.

Tanto o higienismo como a eugenia foram preceitos aplicados principalmente à população pobre, sujeita aos regulamentos prescritos por essas normas. Nessa perspectiva, as considerações de Bronislaw Geremek sobre o conceito de pobreza, cujos registros são identificados nos “alvores da Idade Moderna”, atrelado ao capitalismo, demonstram que a penúria nas sociedades modernas não deve ser percebida simplesmente como uma ausência de bens materiais. Para o autor, deve ser vista como parte de um regulamento social particular que, algumas vezes, marca mais densamente a vida dos sujeitos do que têm a sua condição material desvalida. (GEREMEK,1986).

Mediante isso, no Brasil, os sujeitos que estiveram imersos nessa condição de penúria, receberam, na época, uma marca, identificados como

passíveis de receberem tratamento médico-higiênico. Mas, foi desde os primórdios da humanidade, que a assistência e a caridade estiveram presentes, socorrendo aos necessitados. A Igreja e seus clérigos incentivavam o exercício da caridade que, a propósito, distingue-se da assistência científica. A caridade seria a ajuda ao pobre, como um dever do rico, um modo de se redimir da vida abastada, cheia de regalias que sua alma gozava. E, para os pobres, receber essa ajuda seria a benção de Deus, visto que, “as grandes religiões [...] atribuíam à pobreza um estatuto santificante; a riqueza, pelo contrário, não é um valor dignificado nos primevos modelos sócio culturais”. (GEREMEK, 1986, p.13).

Na modernidade, o que se apresenta em relação à pobreza parte de um princípio instituído socialmente, por meio de práticas de atendimento coordenadas pela religião, na prática da caridade e/ou pelo Estado, oscilando entre a assistência de cunho científico e a assistência filantrópica. De qualquer forma, qualquer que fosse o tipo de auxílio, havia a tentativa de certo controle sobre a vida das pessoas.

No Acre dos anos 1940, essa participação da igreja não foi diferente, eis um exemplo disso apoiado nas ações da assistência:

Dessa forma a Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência – LBA vem contribuindo para a felicidade e conforto de inúmeros lares necessitados dentro dos ensinamentos pregados pela Religião Católica, levando-lhes conforto material e moral que lhes ensinará a devolver à sociedade, sob a forma de trabalho produtivo e eficaz, todos os benefícios recebidos. (O ACRE, 27/08/1944, ano XVI, nº 761, p.4).

Nas primeiras décadas do século XX, instituições públicas e outras privadas, com subvenção governamental, atendiam à infância considerada necessitada, enfatizando que esse atendimento fosse “em prol do revigoramento da raça”, pautado na eugenia, na higiene, nos “preceitos de puericultura, e tantos outros ramos da ciência médico-social de nosso tempo”. Todos esses preceitos seriam como os “elementos e o arsenal com que os homens de governo, poderão avançar alguns passos” no intuito de combater o **problema da infância**. (O ACRE, 11/07/1943, ano XII, nº 702, p.1).

Mas, havia a necessidade de um envolvimento mais forte por parte do poder público. Até que ponto “para os homens do governo” essa situação seria traduzida em uma política de assistência à criança pobre?

O Acre se apropriou das discussões sobre a assistência, principalmente por meio dos impressos que circulavam nas primeiras décadas do século XX e, também, através de viagens que algumas pessoas que ocupavam lugares²³ na sociedade acreana fizeram como em algumas capitais do país. Os impressos oportunizaram visibilizar as contradições e aceitações dessa proposta durante a constituição da trajetória da assistência à criança pobre no território acreano. Assim, as representações de criança pobre e de assistência encontradas nas fontes permitiram a formulação do seguinte **problema: tomando por base a produção e circulação nacional dos debates, ações e proposições sobre o que se considerava o “problema da infância”, no decorrer da década de 1940, como se constituiu, na cidade de Rio Branco, capital do então território do Acre, a assistência a essa criança pobre?**

A partir desse questionamento mais amplo, outros se fizeram pertinentes em relação às instituições de assistência que atuaram em Rio Branco, quais sejam: a) Diante do “problema da infância”, que ações foram pensadas para a superação desse desafio? b) Que representações de infância, criança e assistência circularam e se efetivaram no Acre? c) Quais instituições e sujeitos estiveram envolvidos neste debate sobre assistência à criança pobre na capital acreana e o que foi realizado diante das peculiaridades deste lugar?

Nessa perspectiva, a **tese** que se apresenta é a de que **a história da assistência à criança pobre em Rio Branco - Acre se apoiou em projetos e representações ancorados nos ideais de progresso e de civilização das populações pobres, e dentre elas, as crianças, para o fortalecimento do Território Acreano, produzindo algo específico visando a atender suas peculiaridades.**

²³ Conforme a análise de Foucault (1987), a compreensão de lugar ocupado por pessoas de destaque na sociedade, as que estiveram em determinados cargos, espaços administrativos ou políticos, exerceram poder e controle sobre sujeitos sob sua tutela, impondo-lhes determinados comportamentos através da sujeição de seus corpos. No caso da assistência, essa dominação foi evidenciada através da medicina social fundamentada nos preceitos científicos de eugenia e higienismo.

Os indícios de que a crença de uma perspectiva nacional foi buscada, a fim de ser implantada no território acreano, foram localizados no jornal *O Acre*, em uma matéria intitulada: “Assistência Médico – Social no Acre”. Nela é apontado que “as senhoras da elite, sob a liderança da Mme. Epaminondas Martins”, esposa do governador, estavam como “devotas” no intuito de organizar, em cada município do Acre, ações de assistência, de modo que o conjunto das atividades que iriam realizar se “[...] **molda** nas realizações que estão levando a efeito nos centros de população do país, onde o problema da assistência social assume proporções contristadoras”. (*O ACRE*, 12/04/1940, ano XII, nº 532, p. 1, grifos meus).

Aqui, há, como dito, indicativos de que um “modelo”, um padrão de assistência existia e contava com perspectivas positivas para sua adoção. Sem, contudo, deixar de considerar os estudos de Chartier (2002), os quais permitem a compreensão de que as práticas sociais empreendidas são “sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam”, elas se fundam em “campo de luta, [...] campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 2002, p.17).

Diante disso, busca-se, nesta tese, evidenciar como foi constituída essa “luta” de representações que se deu no campo da assistência à infância pobre, particularmente, em Rio Branco, mesmo sendo essa luta observada dentro das próprias fontes do jornal *O Acre* as quais foram tomados para análise a partir dessa perspectiva.

Sobre os documentos analisados, conforme Nunes e Carvalho (2005) apontam, buscou-se compreender cada fonte como um problema a ser investigado, com o intuito de captar as expressões, apreender os diferentes posicionamentos e não somente compreendê-las como “instrumentos manipulados pelo pesquisador, mas como problema” (NUNES e CARVALHO, 2005, p. 18). Considerando, também, que essas fontes são documentos que, segundo Le Goff (1996), não estão inócuos, estão permeados de representações de quem os autorizou a vir a público.

A pretensão, aqui, não é defender ou apontar falhas nas proposições, é muito mais ler e interpretar nelas os problemas, as condições objetivas de

realização dessa assistência, que almejou acompanhar o que era prescrito nos grandes centros urbanos. É buscar ver nas “entrelinhas” indícios que levem a novos questionamentos a serem analisados, é procurar entender as articulações que os sujeitos e as instituições teceram ao promoverem tal assistência.

Cabe considerar, também, o que Certeau (1999) destaca sobre o lugar de onde o historiador fala. Para o autor, trata-se de um lugar peculiar, em que aquele, enquanto conhecedor deste local, coloca-se com firmeza, e sua marca também é impressa no momento da operação historiográfica, suas referências são colocadas e, a partir delas, se dá ou se retira a visibilidade a determinado fato, acontecimento, informação.

Para esse momento específico, em que a assistência à infância pobre no Acre está em pauta e a criança em evidência, ainda há que se considerar que, ao operar sobre as fontes, “[...] não colhemos a infância se não através do prisma que os adultos deixaram (legisladores, pedagogos, escritores, artistas, pais, autores de biografias que se recordam do passado) [...]” (SOUZA e SILVA, 2008, p.46); (BECCHI, 2004). Ao identificar esse prisma apontado pelos adultos, deixam-se, também, as marcas da pesquisadora, enquanto historiadora que, neste encontro, busca perceber quem foram essas crianças que receberam assistência nesse lugar, reconhecido como “Inferno Verde”²⁴ e compreender de que maneira os sujeitos e instituições que estiveram envolvidos nesta empreitada da assistência se manifestaram nos debates e práticas.

Tomando como base Anjos (2015), ressalta-se que foi “nesse esforço” historiográfico que a pesquisadora apreendeu e aprendeu “a ouvir aqueles que falam, mas também aqueles de quem se fala [...] e que podem ter parte de

²⁴ “Inferno Verde”, termo cunhado pelo cronista Alberto Rangel em sua obra ficcional com esse nome, publicada em 1908. O autor se reporta à região Amazônica como metáfora de “Inferno”, devido às peculiaridades que a distinguem das outras regiões do país quanto às condições climáticas e localização geográfica. Durante as décadas seguintes, o termo passou a ser utilizado como sinônimo de um lugar perigoso, com alto risco de morte para aqueles sujeitos que se atreviam a viver nessa região, em virtude das doenças típicas, dos riscos de acidentes e das más condições de sobrevivência em geral. “Soldados da borracha que regressaram da Amazônia declararam que a doença, a distância e a crueldade dos seringalistas são os maiores inimigos daqueles que seguem para o inferno verde” (O ACRE, 11/08/1946, ano XIV, nº 780, p. 4)

suas falas recuperadas, ou ao menos seriamente consideradas”. (ANJOS, 2015, p. 40).

Diante do exposto, formulam-se as seguintes **hipóteses**:

i) a constituição histórica da assistência à criança pobre em Rio Branco no Acre esteve ancorada na representação de criança como aquela que dependia de assistência, perspectiva que circulou fortemente no país, cujos fundamentos também se encontraram nos debates internacionais.

Esses debates estiveram sob a perspectiva de que “a pobreza associada a uma rusticidade” deveria ser evitada, “o pobre e a pobreza precisavam ser “reconfigurados” para que o desenvolvimento não procurasse lugar mais “apropriado para acontecer” (FREITAS, 2005 p. 12). Essa concepção de dependência atribuída à criança a despeito de toda uma construção social em torno dessa definição, nesse momento, a interpretava como “ponto de partida” de intervenção científica e pedagógica a fim de distanciar-se do passado que se queria esquecer e

[...] engendrar uma modernização de cunho urbano-industrial, produto e produtora de um *ethos* de civilidade pautado em uma nova disciplina social, remodeladora e, em todos os aspectos, saudável. (Idem, ibidem, p.79).

ii) as instituições de assistência, no Acre, apesar das peculiaridades da região amazônica, partilharam de representações de infância e criança circulantes no país, e formularam regulações de práticas, usos e costumes da população acreana.

iii) os sujeitos e instituições que compuseram a história da assistência à criança pobre na capital do Acre procuraram estabelecer diálogo com as prescrições e debates nacionais acerca desta temática, ao mesmo tempo em que produziram modos fazer específicos diante da realidade contextual acreana.

Sobre os jornais, fontes que compuseram o histórico da assistência à criança pobre entre nos anos de 1940, foi encontrado, no Acre, considerável número de matérias sobre temas relacionados à assistência à criança,

puericultura²⁵, higiene e eugenia, conceitos estes presentes desde antes da criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr)²⁶ no ano de 1940. Esse Departamento tinha a finalidade de divulgar conhecimentos científicos relativos à infância e à maternidade, a despeito da proteção, cuidados e assistência.

No dia 20 de dezembro de 1940, por meio do Decreto 214, é criado o Serviço de Proteção à Infância no Território do Acre. (O ACRE, 05/10/1941 - Ano XII no. 570 p. 2), como também, durante essa década, várias instituições que assistiram à infância pobre, demonstraram-se atuantes. Dentre elas, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi a mais notável. Assim, a **periodização** foi estabelecida nos anos de 1940, devido ser o marco temporal oficial da institucionalização dos serviços de assistência à criança no território acreano. Quando necessário os primeiros anos da década de 1950 serão agregados em alguns momentos no sentido de complementar informações pertinentes que possam aprimorar o entendimento sobre ações da assistência voltadas para sanar o “problema da infância”. Ressalta-se, ainda, que, em alguns momentos, quando necessário, haverá a extensão do limite desse recorte temporal, a fim de obter melhor compreensão do que se propôs esta pesquisa.

O jornal portanto, escolhido como a principal fonte, possibilitou a ressignificação do passado, contribuindo para entender o movimento das personagens, suas ideias e ações em torno da assistência à infância.

²⁵ Ramo da medicina pediátrica que se vale de técnicas que visam cooperar com uma vida saudável da criança e da mãe desde o momento da pré-concepção até seus primeiros anos de vida. Tem como foco assegurar o pleno desenvolvimento físico e mental da criança até por volta dos 5 anos. (Ferreira, 1999). Conforme assinala Leite Filho (2008), a Puericultura: “representa, nos seus primórdios, a consolidação de um projeto iniciado na Europa, no século XVIII, que visava à conservação das crianças, essencial para os grandes Estados modernos, os quais mediam as suas forças pelo tamanho de seus mercados e exércitos. Ela pode ser considerada como uma prática da sociedade ocidental moderna, pois é na origem da criança moderna que a história social da puericultura encontra seu ponto de partida. Juntos, medicina e Estados, preocupados com suas populações, passam a privilegiar a infância.” (LEITE FILHO, 2008, p.45).

²⁶ O Departamento Nacional da Criança (DNCr), foi criado pelo Decreto 2.024 de 17 de Fevereiro de 1940. Subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, sendo o primeiro órgão estatal a implantar um programa e fixar e coordenar atividades em nível nacional que trataram sobre a proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Conf. (BRASIL, DECRETO-LEI Nº 2.024 DE 17/02/1940).

No Brasil, somente a partir da década de 1970 (LUCA, 2008), embora com alguma relutância, é que as pesquisas no campo da História começaram a incluir os periódicos como fontes, além de outros objetos como: testamentos, obras literárias, diários, músicas, atestados, certidões, imagens iconográficas, relatórios de viagens, passaram a compor o acervo das fontes operadas pela Nova História. A esse conjunto de componentes, Le Goff (1996) vai chamar de **revolução do documento**, que veio a ampliar o leque de fontes e o fazer historiográfico.

A relutância no campo da História em se adotar os jornais como fontes partiu do entendimento de que representavam ideologias, manifestações de determinados grupos, e interesses políticos. O texto impresso, comumente, apresenta somente um lado da moeda, ou um reflexo no espelho (CAPELATO, 1988) embora, pretenda ser o retrato da realidade, está permeado de crenças, símbolos, estereótipos, narrativas que tendem a impor uma determinada interpretação única da parte de quem o está consumindo. Porém, cabe ao historiador perceber esses comportamentos e extrair desse tipo de fonte as contradições e revelações outras, que podem estar implícitas no texto.

Em se tratando do período aqui abordado, Tania de Luca ressalta que “o papel desempenhado pelos jornais em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar”, ao ser tomado como fonte de pesquisa, apresenta-se como, “formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos” (LUCA, 2005, p.129).

E ainda como aponta Maria Helena Capelato, “O jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade”. Os jornais, a imprensa de um modo geral, “constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social”. Cabe, portanto, ao historiador que fará uso dessa fonte, “estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais”. (CAPELATO, 1988, p. 21).

A partir dessas ponderações, observa-se que os jornais aqui selecionados apresentam-se como fontes fundamentais para o enriquecimento da pesquisa historiográfica, particularmente a do Acre, uma vez que denotam

as representações e as apropriações que foram realizadas por meio das práticas das instituições e dos sujeitos que constituíram a história da assistência à infância pobre em Rio Branco.

Os jornais aqui elencados foram localizados em lugares de referência, nos arquivos de memória da capital acreana, como no Museu da Borracha, órgão público vinculado ao governo estadual, na Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, em Rio Branco, e no Centro de Documentação e Informação Histórica da Universidade Federal do Acre (CDIH). Para além desses lugares, foram encontrados outros documentos na Biblioteca Pública do Paraná, localizada na cidade de Curitiba e na Hemeroteca Digital Brasileira²⁷.

A Hemeroteca Digital Brasileira é um acervo virtual que se encontra no site da Fundação da Biblioteca Nacional. É considerada a maior coleção de periódicos do Brasil. Além do jornal *O Acre*, outros periódicos foram consultados nesse acervo, como, por exemplo, o jornal *Correio da Manhã*, *O Jornal* e a *Revista Vida Doméstica*²⁸, os três do Rio de Janeiro, e alguns outros periódicos foram incluídos neste estudo para a compreensão e complementação de informações encontradas no jornal *O Acre*, sendo esse a principal fonte que fundamenta essa tese.

As dificuldades em realizar a pesquisa em arquivos públicos, com destaque para os acervos que continham os jornais, em especial no Museu da Borracha²⁹ e CDIH, se deram devido às péssimas condições em que alguns números se encontravam, como destacado nas imagens a seguir:

²⁷ A Hemeroteca Digital Brasileira está disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

²⁸ A influência dessa Revista “Vida Doméstica” no processo de “difusão da ideologia de maternidade científica” foi investigada na tese de Maria Martha de Luna Freire sob o título de *Mulheres, Mães e Médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)*. (FREIRE, 2003).

²⁹ O Museu da Borracha, desde o ano de 2011, passa por uma reforma em sua estrutura e, aproximadamente, nos últimos dois anos, devido à precariedade das instalações elétricas, o local de consulta permaneceu sem iluminação e refrigeração. Lembrando que se trata da região Amazônica, em que a média anual de temperatura, no estado do Acre, varia, de acordo com a classificação de Köppen²⁹, entre 24,5°C e 32°C. Em meio a esse ambiente de reforma, entre fios, madeiras e muita poeira, as consultas ao acervo foram realizadas no corredor, espaço que ligava a sala do acervo à administração, lugar de passagem dos funcionários e dos poucos pesquisadores que ‘atreveram-se’ a se sujeitar àquelas condições. Além de ser um local aberto, sujeito às intempéries climáticas, havia o barulho do tráfego de automóveis de forma bastante intensa. Porém, tais dificuldades, não foram suficientes para impedir a realização da pesquisa, visto que, como aponta Julia (2001), para o historiador de qualquer madeira podem ser feitas flechas.

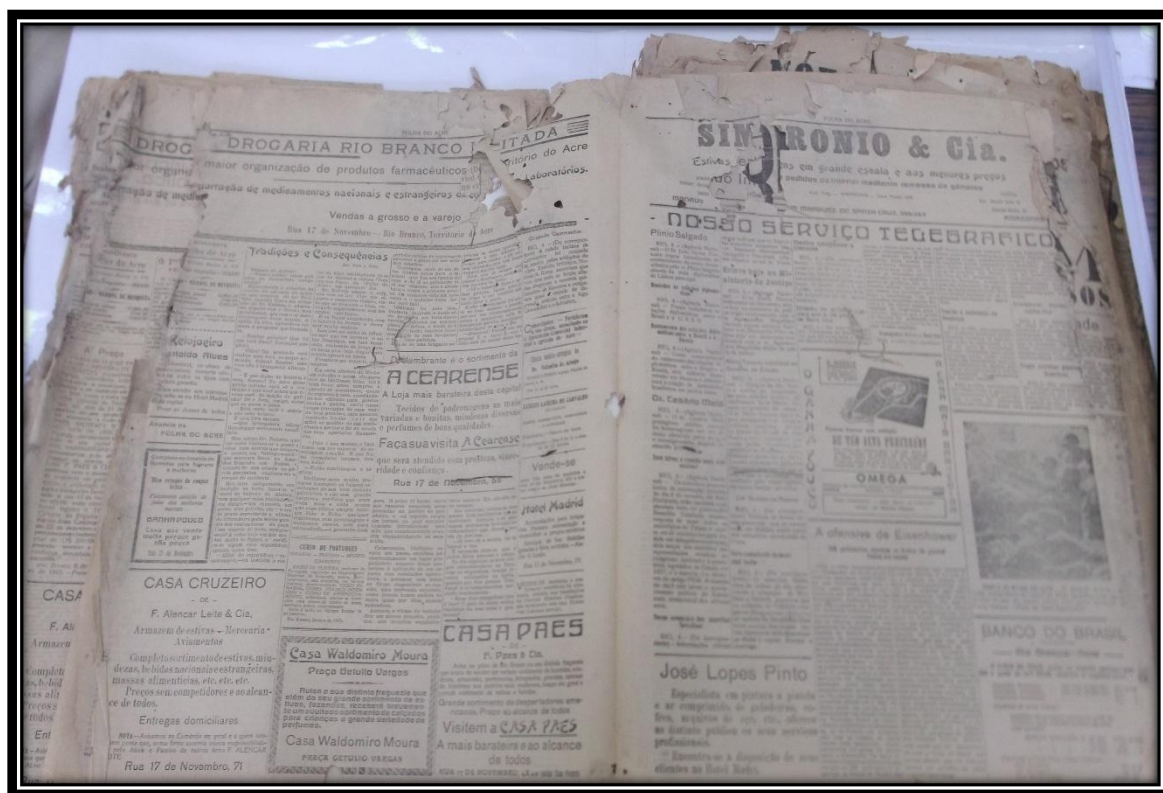
FIGURA 1: ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE ALGUNS JORNAIS PESQUISADOS – JORNAL O ACRE



Fonte: Jornal O Acre 17/10/1943, ano XIV, nº 716, s/p.

O jornal *Folha do Acre* que circulou em Rio Branco e demais municípios acreanos dentro do período selecionado para esta pesquisa, contribuiu apenas em determinados momentos, pois o seu estado de conservação, como pode ser visto a seguir, foi um impeditivo ao seu manuseio. Isso é lamentável, visto que tal periódico poderia trazer elementos que poderiam tencionar mais as informações coletadas em outras fontes. No entanto, ressalta-se que essa ocorrência foi contornada, em parte, com a consulta a alguns números que estão disponíveis no arquivo da Hemeroteca Digital Brasileira.

FIGURA 2: ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE ALGUNS JORNAIS PESQUISADOS - JORNAL FOLHA DO ACRE



Fonte: Jornal Folha do Acre, 1945/46

Um outro empecilho enfrentado na coleta das fontes se deu em decorrência das enchentes que ocorreram nos anos de 2012 e 2015, pois, para salvar o arquivo, todo o acervo da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, localizada próximo às margens do Rio Acre, foi levado para um local de difícil acesso³⁰, sendo vetada a pesquisa por determinação da diretoria da instituição.

A fim de ampliar as fontes da pesquisa, mais alguns dados empíricos agregaram-se ao *corpus* documental, como: entrevista com uma ex-funcionária da Legião Brasileira de Assistência (LBA) no Acre, no intuito de acrescentar informações e localizar documentos sobre essa instituição; boletins de congressos sobre a infância; decretos; leis; e outros periódicos de circulação nacional. Todos os que foram agregados aqui estabelecem relação com o objeto da tese.

³⁰ A dificuldade/proibição em acessar o acervo da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour se deu em decorrência da cheia do Rio Acre. Os documentos, na ocasião, foram transferidos para um ambiente cujo espaço físico para consultas era insalubre, sem ventilação, móveis e iluminação.

Os jornais locais “Folha do Acre”³¹, “O Acre” e o “Rio Branco” foram pesquisados a fim de subsidiar a pesquisa e servirem como fontes. O jornal “O Acre” foi o impresso de maior contribuição, pois, devido ao recorte temporal estabelecido, apresentou maior número de volumes disponíveis, em relação às temáticas aqui tratadas, e por manter uma publicação constante dentro do período, possibilitando interpretações mais consistentes, sendo assim, tornou-se a referência de maior notoriedade dessa pesquisa. Aproximadamente 450 matérias foram encontradas, selecionadas e consideradas pertinentes à temática, de forma que passaram a compor a pesquisa. Os demais jornais citados contribuíram parcialmente, no sentido de complementar alguma informação, visto que o estado de deterioração dificultou a consulta. Além disso, as edições que estavam disponíveis para pesquisa foram consideradas inviáveis e/ou insuficientes em seu conteúdo, e apresentavam uma periodicidade deficiente.

A organização das fontes jornalísticas, para posterior análise, deu-se da seguinte forma: as 450 matérias foram organizadas em um quadro, respeitando a data de publicação, a identificação do número de edição, o ano e o assunto. Após esta etapa, houve a categorização dos temas: instituições de assistência em geral; a assistência em relação à criança pobre; instituições educacionais ligadas à assistência; artigos relativos à situação econômica, política e social no âmbito nacional e local; e, por fim, outras matérias consideradas importantes para compreender melhor o contexto, como propagandas de produtos e serviços, comentários sobre assuntos diversos da vida cotidiana, dentre outros temas aparentemente menos relevantes, mas também incluídos, quando necessário.

Feito isso, na medida em que cada capítulo foi tomando forma, as fontes foram ‘chamadas’ a compor a trama das discussões, sem, contudo, deixar de considerar, na forma que se empreendeu esta operação historiográfica, o que expuseram Carlo Ginzburg e Arlette Farge ao ponderarem que o “conhecimento do passado é um empreendimento necessariamente desconexo, cheio de lacunas e de incertezas” (GINZBURG,

³¹O jornal Folha do Acre encontra-se disponível *on-line* na Hemeroteca Digital Brasileira, no endereço já citado. Contudo, alguns números não se encontram disponíveis na Hemeroteca. No Museu da Borracha há disponibilidade de alguns números, de forma mais completa do que na Hemeroteca.

1991, p. 232), e que o historiador é quem interpreta o documento. O autor do documento já não está presente, portanto, não é possível traçar uma narrativa categórica da verdade, mas ela existe não como a verdade plena, mas pretende se manter “distante da mentira” (FARGE, 2009, p. 94).

Dentre as fontes selecionadas, destaca-se como principal periódico encontrado, em termos de quantidade e qualidade, o jornal O Acre. Ele foi um periódico explicitamente de caráter governamental, “ÓRGÃO OFICIAL DO GOVÊRNO DO TERRITÓRIO”³², e apresentava várias seções, dentre elas a de *Obras e Realizações*, destinada à divulgação dos feitos governamentais estabelecidos no Território, divulgando as obras desempenhadas pelo governador local e de outros políticos renomados da sociedade brasileira. *Actos Officiaes* uma seção em que se publicavam correspondências e outros documentos: requerimentos, ofícios, telegramas, informações radiofônicas, tanto recebidas, quanto expedidas. Esse material era divulgado para dar notoriedade à movimentação administrativa e política do Território do Acre.

Havia uma seção sob o título *Factos Sociais* que anunciava aspectos pessoais relativos à vida dos funcionários públicos, como por exemplo: felicitações aos servidores pelo dia de seu natalício. O registro da passagem de ilustres pessoas que iam e vinham, as que transitavam pelo território, pelo país e fora dele. Na seção de “propagandas”, profissionais liberais, comerciantes ofereciam seus serviços e produtos.

No sentido do que apontam Morel e Barros (2003), trabalhar com o impresso e, neste caso, com o jornal O Acre como fonte historiográfica, não significa considerá-lo como a expressão de fatos e realidades, nem tão pouco colocá-lo na condição de subalterno ao realizar o “reflexo superficial das ideias” ou como maquiador de verdades, mas como uma “fonte documental”, e um “agente histórico que intervém nos processos e episódios” (MOREL e BARROS, 2003, p. 8 e 9).

Os impressos pesquisados ajudaram a cumprir com o papel de constituir, assim como sustenta Chartier (1991), a produção de práticas culturais. E, o jornal em tela, “modificou as formas de sociabilidade, autorizou

³² Andrea Dantas e Cleyde Castro são professoras pesquisadoras da Universidade Federal do Acre. Ambas possuem trabalhos na área da educação no Acre e que têm esse periódico como fonte de suas pesquisas.

novos pensamentos e transformou as relações de poder” (CHARTIER, 1991, p.178), transformando os leitores em (re) produtores de práticas sociais que eram consideradas como necessárias à aquisição do novo.

Assim, na medida em que a variedade de conteúdos entre as matérias referentes às obras, às realizações, aos atos oficiais, em âmbito federal e local, são dadas a ler ao lado de atividades diversificadas como: serviços da vida cotidiana, propagandas comerciais, apresenta-se a propagação do novo, do moderno jeito de se tornar um território bem-sucedido. (DANTAS, 2001).

Tal estrutura conduz a um tipo de leitura, direcionando o que se deve fazer ou não fazer, significa dizer que os editores, autores e comentaristas, forjam “uma leitura forçada do texto” (CHARTIER, 2002, p. 123), que produz, obrigatoriamente, uma determinada compreensão, de forma a apresentar sua política. Apresentam, ainda, as práticas adequadas ao discurso em voga, as quais devem ser exercidas pelos leitores e outras que devem ser evitadas.

Interessa, portanto, buscar a compreensão de como os atores que prestaram assistência à criança pobre no Acre, ao passarem pelo prisma da imprensa, também estiveram sujeitos às representações que os autores das matérias tinham a respeito do assunto. A proposição é justamente entender esse registro, de forma que seja possível apreendê-los considerando a trama de percepções dentro do território amazônico.

A continuidade do texto da tese segue organizada de forma a possibilitar o encadeamento das ideias, demonstrando o caminho percorrido. Na parte introdutória, acima descrita, apresentou-se o tema, o recorte temporal, o local da pesquisa, enfim, as questões que permearam o estudo. Os demais capítulos encontram-se assim estruturados:

O Capítulo 1, intitulado: “O Problema da Infância e as ações do Departamento Nacional da criança em Rio Branco/AC na década de 1940”, procurou compreender a lógica que instituiu a infância como um problema e como foram elaboradas estratégias para solucioná-lo. Apresenta o Departamento Nacional da Criança (DNCr), órgão oficial do Governo, à frente das soluções, determinações/ações para sanar essa difícil tarefa por meio de instituições de assistência às crianças e às mães.

O **capítulo 2** dá visibilidade à atuação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), e à atuação da Comissão Estadual da LBA do Acre, como uma das mais atuantes instituições de assistência à população pobre na capital do Acre e nos demais municípios, considerando as peculiaridades geográficas, históricas e políticas vividas nesse lugar. Após o término da 2ª. Guerra Mundial, a LBA, focou suas ações no atendimento à infância e à maternidade, pretendendo dar continuidade à Campanha em prol da Redenção da Criança.

O **último capítulo** apresenta o cenário da constituição da assistência em Rio Branco capital do Acre, envolvendo mais algumas instituições e sujeitos que procuraram tratar do “problema da infância”. Participaram dessa construção, além da Legião Brasileira de Assistência, o Instituto de Amparo Social, o Centro de Assistência Social Darcy³³ Vargas, a Sociedade Plácido de Castro, a Sociedade Pestalozzi, bem como, a Escola e a Pré-escola.

Por fim, nas Considerações Finais apresentam-se algumas possíveis respostas encontradas no decorrer desta pesquisa.

³³ A grafia do nome Darcy, aparece nas fontes de diversas maneiras: Darci, Darcí e Darcy. Essa variação será respeitada quando da transcrição literal das fontes e, nas outras ocasiões, será adotada a escrita *Darci*, com a letra (i) no final.

CAPÍTULO I

O “PROBLEMA DA INFÂNCIA” E AS AÇÕES DO DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA EM RIO BRANCO/AC NA DÉCADA DE 1940

O presente capítulo trata do período em que a preocupação em torno da infância se tornou mais evidente, concebida por políticos, juristas, médicos, higienistas como um problema que demandaria a criação de todo um aparato médico, social e jurídico em torno da criança. O objetivo foi compreender a lógica que instituiu tal perspectiva como “problema da infância” e as medidas que foram adotadas para combatê-lo, no país e, em especial, na capital acreana. Tendo como referência para essa análise os impressos locais, foi possível identificar a criação do Departamento Nacional da Criança (DNCR) como instituição pensada especificamente para tratar dessa problemática.

1.1 Excertos históricos do Acre: antecedentes da constituição da criação do Departamento Nacional da Criança

A Amazônia, durante o período de 1879 a 1912 teve sua sustentação econômica baseada na exploração do látex- produto da *hevea brasiliensis* – conhecida pelo nome vulgar de Seringueira.

Sua exploração e produção eram tão intensas e significativas que a borracha amazônica — em grande parte procedente da região acreana — logrou representar uma das mais importantes *commodities* na balança comercial brasileira, sendo o segundo produto mais exportado pelo Brasil naquele período. (BENTO, 2010, p. 22).

Nesse primeiro momento, alimentou o mercado da indústria automobilística estrangeira enviando matéria prima, borracha, para os mercados europeus e americanos. No segundo momento, entre os anos 1942 a 1945, a produção da borracha foi exportada para os Estados Unidos, com fins de produção de material bélico.

Até 1903 a região do Acre pertencia à Bolívia³⁴, embora os brasileiros, desde o ano de 1877, já se fizessem presentes nesse lugar. Emanados de lugares diferentes, e em nada semelhante aos de suas origens, migrantes nordestinos foram os primeiros a se aventurarem por terras acreanas a partir do final do século XIX e início do século XX. A facilidade de navegação entre os rios que ligam Belém e Manaus ao Acre possibilitou a vinda desses desbravadores que, tangidos pela seca, vieram em busca da riqueza que a fama da produção da borracha alardeava.

A primeira onda migratória de nordestinos para o Acre foi durante os anos de 1877 a 1879, posteriormente, entre os anos de 1892 a 1898, houve a chegada de uma nova leva de migrantes, sem, contudo, deixar de haver entre estes dois momentos a constante vinda de cearenses, paraibanos, piauienses, potiguares, pernambucanos, sempre com a expectativa de enriquecimento e de retorno à terra natal, na esperança de prover melhores condições de vida para si e para seus familiares.

Outro grupo de pessoas que compôs o cenário migratório amazônico, especificamente em solo acreano, no início dos primeiros 10 anos do século XX, foram os chamados desterrados (SILVA, 2010)³⁵. Homens, em sua maioria, e algumas mulheres vieram do sul do país a mando das autoridades policiais e jurídicas, após a Revolta da Vacina e da Revolta da Chibata. A vinda

³⁴ O Acre foi incorporado ao Brasil a partir de uma negociação entre as duas nações. Antes, porém, houve grandes confrontos entre brasileiros e bolivianos, as chamadas Revoluções Acreanas. Durante essas batalhas, sem o apoio do governo brasileiro, os combatentes nos momentos em que a vitória parecia ser certa declaravam o Acre como um estado independente, A República do Acre. Somente em 1903 por meio do “Tratado de Petrópolis”, negociação feita entre os dois países, pôs fim aos confrontos e como parte do acordo ficou estabelecido que o Brasil pagasse pelas terras litigiosas o valor de 2 milhões de libras esterlinas, mais a cessão de parte de algumas áreas localizadas na fronteira entre Mato Grosso e Bolívia e, a construção de uma estrada de ferro que ligaria a Bolívia ao Atlântico, a estrada Madeira-Mamoré. Há controvérsias sobre a efetivação desse pagamento até os dias atuais. (CASTRO, 2005); (BEZERRA, 2005) e (SILVA, 2010). O Acre se fez brasileiro e ao se fazer brasileiro foi se fazendo autônomo. (BEZERRA, 2005). Das primeiras décadas do século XX, até o princípio dos anos 60, marca-se o período que compreende a elevação do Acre a Estado, sendo fruto do “Movimento dos Autonomistas”. Esse movimento formado por intelectuais, seringalistas, representantes políticos da localidade, e de outros estados, como Ceará e Rio Grande do Sul, direcionaram suas forças em torno de defender um Acre independente. O Acre somente passaria a ser reconhecido como Estado Brasileiro em 1962. (BEZERRA, 2005).

³⁵ Para maiores esclarecimentos sobre os denominados desterrados que vieram para o Acre, sugiro a tese de doutorado do professor da Universidade Federal do Acre, Francisco Bento da Silva, intitulada: Acre, a Pátria dos Proscritos: Prisões e Desterros Para as Regiões do Acre em 1904 e 1910. Esta tese foi apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná em 2010.

de, aproximadamente, duas mil pessoas foi registrada, o que significava força de trabalho, na medida em que os novos braços disponíveis para extração do látex substituiriam as vidas que se perdiam em virtude das doenças tropicais, como, por exemplo, a malária, tão comum nessa região.

Em entrevista concedida ao Correio Brasiliense³⁶ o Sr. Adelmo Fernandes Freitas, ex-seringueiro que trabalhou nos Seringais do Acre no período da 2ª Guerra, afirmou que o trabalho no seringal era ininterrupto. "Seis dias para cortar a seringa e, no sábado, a gente defumava a borracha". O domingo era aproveitado para "recolher cocos e juntar cavaco para fazer fogo". O único medo que tinha por estar embrenhado na selva amazônica era em relação às doenças, como: hepatite, febre amarela e, principalmente, a malária. "No barracão não tinha uma pílula sequer. Quantas vezes tive que ir para o igarapé para aliviar a febre". (CORREIO BRASILENSE, 20/05/2011).

A manchete a seguir demonstra que uma Campanha de combate à malária foi criada, porém, pelo depoimento do sr. Adelmo, não obteve o efeito desejado.

FIGURA 3: PROPAGANDA DE COMBATE AO IMPALUDISMO

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO - SAÚDE
SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA
CAMPAÑA CONTRA O IMPALUDISMO

O SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA DISTRIBUE GRATUITAMENTE COMPRIMIDOS DE **ATEBRINA** FACILMENTE IDENTIFICADOS POR UM **W**, ASSIM COMO SE VÊ NO CLICHE AO CENTRO. AQUELE QUE FÔR DENUNCIADO POR ESTAR VENDENDO ESTA **ATEBRINA**, QUE É DADA GRATUITAMENTE, SERÁ PROCESSADO, DENTRO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS, PELAS COMPETENTES AUTORIDADES

QUALQUER PESSÔA QUE PRECISE DE **ATEBRINA** PROCURE O SERVIÇO OU SEU INTERMEDIÁRIO MAIS PROXIMO

INDICAÇÕES PARA O USO DA ATEBRINA PARA TRATAMENTO:
 NUMERO DE COMPRIMIDOS DE 0 a 4 ANOS - 1 POR DIA
 5 a 12 ANOS - 2 POR DIA
 13 a 20 ANOS - 3 POR DIA
 20 ANOS A MAIS - 4 POR DIA

COMO PREVENTIVO:
 2 COMPRIMIDOS POR DIA DURANTE 3 DIAS SEGUIDOS DA SEMANA

EXEMPLO:
 2 COMPRIMIDOS TODAS AS SEGUNDAS, TERÇAS E QUARTAS-FEIRAS, DESCANÇAR OS RESTANTES 4 DIAS.

MENORES DE 15 ANOS:
 METADE DA DOSE INDICADA

OS COMPRIMIDOS DEVEM SER TOMADOS UM POR UM, ESPASSADAMENTE, DURANTE O DIA COM PREFERENCIA À HORADA CONIDA

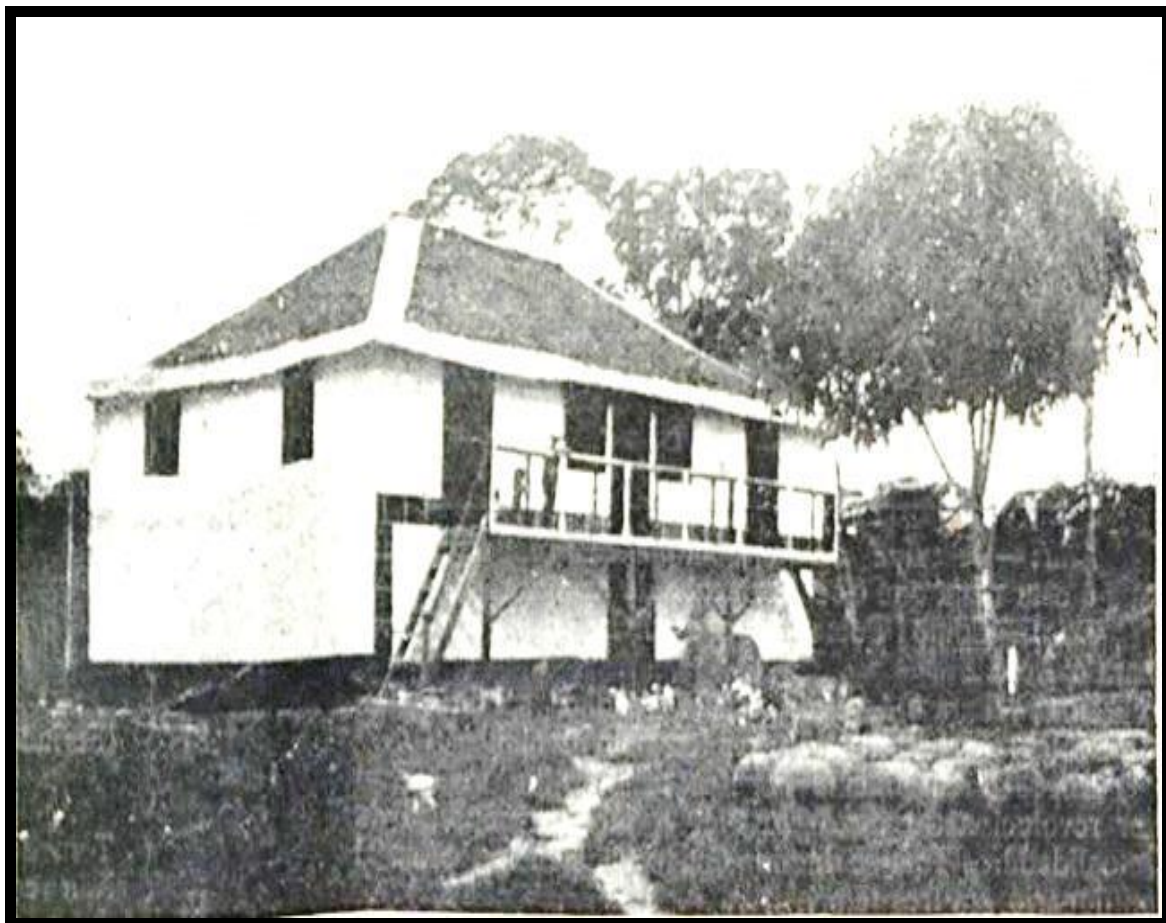
Lugar _____ Nome _____

FONTE: Jornal O Acre, 04/07/1943, ano XIV, nº 701, p. 1

³⁶ Essa matéria esta disponível em: <http://www2.correiobrasiliense.com.br/soldadosdaborracha/>
 > Acesso em: 10/01/2016.

O intermediário mais próximo para se conseguir o remédio para combater a malária, para o sr. Adelmo, seria o Barracão, lugar em que os gêneros de primeira necessidade eram comercializados, uma espécie de loja.

FIGURA 4: BARRACÃO NO SERINGAL-1910



FONTE: Jornal O Malho, 16/07/1910

O depoimento do ex seringueiro contrasta também com as informações veiculadas na matéria do jornal O Acre, quando da visita do Sr. Valentim Bouças, chefe da Comissão Executiva dos Acordos de Washington³⁷, que explicita que “carinhosamente vem sendo dispensado pelo governo do Acre aos soldados da borracha, que tem a devida assistência médica” (O ACRE, 06/06/1943, ano XIV, nº 697, p.1). As doenças tropicais era apenas uma das

³⁷ Esses acordos foram negociações firmadas entre os Estados Unidos e o Brasil em 1942, para assegurar o aumento da produção da borracha, matéria prima para produção de elementos necessários a Segunda Guerra Mundial. “Em troca de uma série de matérias-primas estratégicas, tais como a borracha e alguns minerais, os Estados Unidos forneceriam ao Brasil, financiamento para programas de saneamento (Vale do Rio Doce e Amazônia) e abastecimento alimentar, dentre outros” (GUILLEN, 1997, p. 95) e (GUILLEN, 1999).

dificuldades enfrentadas pelos migrantes nessa terra que fora considerada como metáfora do inferno, o “Inferno Verde”.

A entrada do Brasil como um dos países aliados (Estados Unidos, Itália e Inglaterra) na 2ª Guerra Mundial demandou o aumento da produção e exportação da borracha para subsidiar matéria prima. Disso decorreu a segunda onda migratória de nordestinos para o Acre, no ano de 1942. A Batalha da Borracha, como foi conhecido esse período de incentivo à produção gomífera para atender ao mercado internacional, trouxe, além de novos migrantes nordestinos, suas famílias e, juntos, tomaram o rumo dessas plagas.

Na verdade, o caminho até o eldorado amazônico era muito mais longo e difícil do que poderiam imaginar tanto os americanos quanto os soldados da borracha. A começar pelo medo do ataque de submarinos alemães que se espalhava entre as famílias amontoadas a bordo dos navios do Loyd, sempre comboiados por caça-minas e aviões de guerra. (NEVES, s/d)³⁸.

Se os subsídios que o governo ficou de prover aos seringueiros desde seu deslocamento de sua terra natal para os seringais foram precariamente distribuídos, com o término da guerra os seringueiros ficaram completamente desassistidos e passaram a depender de suas próprias condições.

Estes apontamentos até aqui feitos contribuem na compreensão de que algumas das práticas sociais nasceram da urdidura dos debates e ações, com a finalidade de ocupar essa região e torná-la economicamente produtiva, viável. Além de possibilitar essa compreensão ao traçar fragmentos da história do Acre é possível visibilizar um panorama que precedeu o atendimento prestado às crianças pobres nesse lugar. Ressaltando que o discurso do sr. Valentin Bouças, quando da sua visita ao Acre destacou:

Em um momento como este, em que temos de prestar atenção às necessidades do país, também não devemos esquecer aqueles que estão diretamente empenhados na Batalha da Borracha: as mulheres e **os filhos** que lutam na mata para dar ao Brasil aquilo de que o Brasil precisa: Borracha. (O ACRE, 13/06/1943, ano Xlv, nº 698, p.4, grifos meus).

³⁸ Marcus Vinicius Neves é historiador e arqueólogo. Em 2010, esteve à frente da Fundação Cultural Garibaldi Filho, órgão gestor da Cultura no Município de Rio Branco. Foi presidente do Departamento do Patrimônio Histórico do Acre entre os anos de 1999-2004. Estas informações estão disponíveis em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8469/CPDOC2011AnaPaulaBousquet.pdf?sequence=1> > Acesso em 06/06/2016.

Filhas e filhos de seringueiros que ocuparam essa parte da região amazônica, tendo seus pais acreditado nas promessas³⁹ do governo *estadonovista* de melhorar as condições de vida àqueles que procediam das secas que castigavam os sertões nordestinos, não tiveram por parte deste o cumprimento do compromisso⁴⁰.

1.2 O Acre e Rio Branco dos anos 1940

Obra do Estado Novo meus senhores, é o Acre de hoje, - o Acre Novo - este Acre que não é mais um quadro de abandono no Brasil, este Acre que tem aviões, que tem govêrno organizado, que tem estatística, que tem emoção e sentido de brasilidade, enfim, este Acre de Epaminondas Martins, que é uma grandiosa **realidade do Brasil moderno**. (O ACRE, 12/04/1940, ano XII, nº533, p.5, grifos meus).

Essas palavras são de autoria do professor Océlio de Medeiros, Diretor do Departamento de Educação, referindo-se ao território acreano como um lugar em que alguns dos planos de modernizar, idealizados pelo governo brasileiro, já teriam sido efetivados. Reflete bem a bandeira que, desde o século anterior, fulgurava país a fora.

³⁹ Para incentivar a vinda de trabalhadores para os Seringais na Amazônia, o governo fez uma ampla campanha prometendo assistência médica, vestuário, material de trabalho, acomodação e alimentação. Porém, na prática, isso pouco se cumpriu. (VIANA, 2011).

⁴⁰ A prova do descumprimento das promessas do governo pode ser exemplificada pelo depoimento do sr. Adelmo Fernandes de Freitas, de 83 anos, ex-seringueiro “não tem mais esperança de que um dia seja recompensado por ter se deslocado do Nordeste para tirar látex na Amazônia. Vivendo com uma aposentadoria, ele mora em Rio Branco com a mulher e alguns dos 11 filhos que teve ao chegar ao Acre, para onde foi na companhia do pai, ainda rapaz. A história é semelhante a de 55 mil nordestinos convocados pelo Estado, durante a Segunda Guerra Mundial, para serem soldados da borracha. O objetivo era fornecer a matéria-prima para os Estados Unidos, em um acordo fechado por aquele país com o governo brasileiro. Hoje, os cerca de 7 mil “combatentes da selva” ainda vivos reivindicam o cumprimento de promessas feitas há quase 70 anos, como uma recompensa em dinheiro pela ida para a floresta”. (MARIS e LUIZ, 2013). Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/ecos/noticia/10826/Soldados-da-borracha-na-OEA/>> Acesso em 06/02/2016. E, ainda, como registra o historiador Marcus Neves, o que os soldados da borracha receberam foi “o descaso do governo brasileiro, que os abandonou à própria sorte, apesar de todos os acordos e das promessas repetidas antes e durante a Batalha da Borracha. Só a partir da Constituição de 1988, mais de 40 anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, os soldados da borracha ainda vivos passaram a receber uma pensão como reconhecimento pelo serviço prestado ao país”. (NEVES, 2011 Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a_heroica_e_desprezada_batalha_da_borracha.html>. Acesso em 06/02/2016.

Na visão de Océlio de Medeiros, o estado de desamparo no qual, um dia, o Acre se encontrara, havia ficado para trás, o presente e o futuro representavam o novo, o moderno, a superação do atraso, do abandono, da exclusão. Nessa perspectiva, Le Goff (1994) afirma que o antigo refere-se ao tradicional, de certa forma superado, e o moderno seria atual, o melhor. “Se por um lado, o termo ‘moderno’ assinala a tomada de consciência de uma ruptura com o passado, por outro, não está carregado de tantos sentidos como os seus semelhantes “novo” e o (substantivo) “progresso”. O “novo implica um nascimento, um começo que, como Cristianismo, assume o caráter quase sagrado de batismo” [...]. Já o termo “moderno” defronta-se também com o que se situa na esfera do ‘progresso’ ” (LE GOFF, 1993, p. 172 e 173, grifos do autor).

Considerando tais reflexões, balizam-se as afirmações na direção de uma modernidade enquanto uma reflexão crítica a respeito do mundo denominado moderno, pós Revolução Industrial, tendo o novo como o fim de um passado que se queria superar, mas que continuava presente. A modernidade seria esta crítica em torno do antigo e a apreciação do novo, o moderno é, “antes de mais nada, tentar assumir um lugar prestigiado no debate científico e artístico” (HERSCHANN e PEREIRA, 1994, p. 15). Complementando esse entendimento, o moderno seria “a construção de uma nova forma de civilidade” (VIEIRA, 2007, p.32).

Segundo Herschann e Pereira (1994), tal anseio de alcançar a identificação de civilidade, tinha como um de seus propósitos, transformar todos os sujeitos em cidadãos, para tanto seria mister que as barreiras étnicas, raciais e culturais, fossem vencidas, assim, superar o estigma de nação mestiça e atrasada.

Os moldes adotados como ideais, sendo o exemplo de cidadão civilizado aquele pautado na imagem do sujeito europeu, se tornou o alvo a ser alcançado. (HERSCHANN e PEREIRA, 1994) e (NAXARA, 1998). Não somente o homem, cidadão moderno, mas a arquitetura, a cultura, a política, as instituições em geral, deveriam transparecer, em seus propósitos e ações, esta modernidade.

A ideia, nesse contexto, era de extinguir qualquer indício de uma personalidade frouxa e torná-la forte o bastante para cumprir as exigências deste novo modelo social, o republicano, também era uma das metas a serem alcançadas e, nessa direção, obras com a finalidade de mudar esse quadro de carência e debilidade sócio-política e cultural foram materializadas em programas. Tais ações tinham o intuito de eliminar a pobreza e as moléstias que acometiam, principalmente, a população pobre e a criança, em especial. Dessa forma, corroboravam com a produção de uma nova imagem do país. (SARTOR, 1997; KUHLMANN, 2012).

Contudo, o cenário que se apresentava em torno da pretensa modernidade herdou a dívida político-social e monetária que, em seu bojo, trazia as decorrências da abolição da escravatura, o desemprego, à má repartição de renda, a miséria, a falta de moradia para os sujeitos que migraram para os centros urbanos, dentre outros problemas. O aumento das taxas de criminalidade, a elevação dos índices de doenças infectocontagiosas, frutos da crescente pobreza, testemunhavam contra propósito civilizador que se pretendia alcançar. Além destes infortúnios, as crianças pertencentes à classe de pessoas desfavorecidas socialmente, foram deixadas sem os devidos cuidados, muitas vezes abandonadas. O “aumento da pobreza” acarretou no “aumento do abandono de criança”. (COUTO e MELLO, 1998, p.27).

Segundo assinala Andrea Cordeiro, o projeto de modernidade, entendido aqui como território de possibilidades de avanços, “pôs em descoberto de maneira inegável a existência de uma infância que escapava ao projeto moderno de organização harmônica asséptica e racional das relações sociais” e as crianças pobres foram evidenciadas como fora desse processo, fora “de um progresso que contraditoriamente era a panaceia para todos os males, mas não era capaz de incluir a todos” (CORDEIRO, 2015, p. 23).

Diante disso, o tratamento dado a esta infância composta de crianças desassistidas, mostrou-se em debates e fazeres oficiais, como este, em que se afirmava que para salvar o Brasil de seu estado de “atraso e miséria, era necessário salvar a criança” (RIZZINI, 2011, p.27). Ao mesmo tempo, sendo identificada como um entrave para a realização do projeto modernizador, a

criança era vista como meio para a construção de uma nação culta, forte e civilizada, carecendo de tratamento adequado.

Rizzini (2011) trata da dimensão social da infância dentro desse contexto, esclarecendo que o interesse pela infância no final do XIX refletia as novas ideias de emancipação e construção de uma identidade nacional⁴¹. A criança foi vista com potencial para se tornar um bom homem “civilizado” ou um degenerado “incivilizado”, portanto, deveria receber atendimento adequado, evitando-se qualquer possibilidade de desvio da construção de uma nação civilizada, tendo por modelo de civilidade o ideário europeu⁴². Sendo assim, ela deveria receber cuidados, atenção e assistência, a fim de tornar-se um indivíduo útil à sociedade, representando o futuro de uma época moderna, próspera e sem guerras (VIEIRA, 1986).

Um outro aspecto a ser destacado, de suma relevância para esta pesquisa, e que ganhou visibilidade no panorama nacional no início das primeiras décadas de 1900, foi a mortalidade infantil, como demonstrado a seguir, no artigo publicado na Revista Nacional em 1923, em que se dá ênfase à alta taxa de mortalidade infantil, associando a este fato o comprometimento do progresso do país:

A mortalidade infantil, acusando annualmente o desaparecimento de milhares de vidas, rouba à Nação um contingente considerável, o que lhe enfraquece as energias e compromete grandemente os seus surtos de progresso. O problema de assistência à primeira idade é, pois, de ordem nacional, como o do analfabetismo, e para sua solução, devem convergir os esforços não só do governo, mas todos os que são diretamente responsáveis pela saúde pública e pelo aperfeiçoamento da raça: - médicos, higienistas e professores. (FLEURY, 1923, p. 245).

No jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, em outubro de 1947, são publicados os dados referentes à mortalidade infantil no Brasil, como pode ser visto no quadro que se segue:

⁴¹ Marcos Cezar Freitas irá analisar essa identidade nacional como o “tempo da homogeneidade a ser construída”. (FREITAS, 2005, p.47).

⁴² Essa discussão encontra-se na parte introdutória da obra: O Século Perdido, de Irene Rizzini, sob o título: Na criança está o futuro da Nação: a dimensão social da infância (RIZZINI, 2011).

QUADRO 1 - MORTALIDADE INFANTIL NO BRASIL ENTRE OS ANOS 1934-1938
COMPARAÇÃO COM PAÍSES DA AMÉRICA

País	Coeficiente por mil
Estados Unidos	49,6
Canadá	63,0
Paraguai	79,4
Argentina	84,3
Uruguai	89,1
Guatemala	104,7
Honduras	105,1
Cuba	116,7
El Salvador	118,2
Cuba	121,6
Peru	121,6
México	127,5
Venezuela	129,3
Costa Rica	132,4
Colômbia	151,6
Equador	152,0
Brasil	217,2
Chile	240,6

FONTE: Jornal Correio da Manhã/RJ, 1947

Segundo Júnia Sales Pereira,

O debate a respeito da morte infantil, na literatura do período, é mediado pelas estatísticas de mortalidade infantil do país e das regiões. Os textos médicos compulsados permitem apreciar um roteiro de abordagem para a mortalidade infantil: primeiramente são apresentadas as estatísticas de mortalidade do país (ou região) em contraste com dados de outros países, para, em seguida, afirmar-se a necessidade de ampliação do

atendimento médico especializado. A ausência de tratamento médico é indicada, nessa literatura, como uma das causas da mortalidade infantil e figura, nessa retórica, no mesmo patamar que doenças e hábitos alimentares. (PEREIRA, 2006, p.72).

As causas da mortalidade infantil no Brasil foi veiculada através da matéria do jornal O Acre publicada em 20/10/1946. A Liga das Nações havia informado, com bases em estudos realizados que as razões para esse infortúnio, decorriam de 3 fatores: o primeiro dizia respeito à falta de alimentação adequada, perfazendo um total de 32% das crianças até um ano de vida. O segundo aspecto apontou as doenças infectocontagiosas, 58%. Por fim, os problemas congênitos, perfazendo 10%. Esses dados reforçaram o apelo a fazer da criança brasileira a sementeira do amanhã, “uma célula cujo metabolismo não enfraqueça o grande conjunto que é a Pátria” (O ACRE, 20/10/1946, ano XVII, nº 790, p.6).

Em um momento anterior, o jornal O Acre apresentou o discurso do sr. Euvaldo Lodi⁴³, quando da posse do sr. Pedro Luiz Corrêa de Castro, à frente da Comissão Central da A Legião Brasileira de Assistência (LBA), enfatizando as porcentagens referente à mortalidade infantil.

A nati-mortalidade, que era em 1929 de 73,10 por mil, ascendeu em 1938 a 88,20. A mortalidade infantil, no primeiro ano de vida, foi em 1938 de 175,10 por mil. A mortalidade, na idade escolar, dos 5 aos 16 anos, ceifa em curto período de doze aos quase um milhão e seiscentas mil vidas. Essa perda irreparável não poderá ser evitada enquanto não se estabelecer, de modo completo, o serviço de assistência às gestantes, às parturientes, às mães, aos recém-nascidos e aos adolescentes. (O ACRE, 06/06/1946, ano XVI, nº 771, p.5).

Nas duas matérias, os dados são apresentados com altos índices de mortalidade entre as crianças, indicando que, verdadeiramente, era um grande desafio criar estratégias para conter essa perda. A matéria do jornal Correio da Manhã, anteriormente referida, divulga, ainda, que os dados não são estanques, pois havia uma tendência crescente desses percentuais. A matéria deixa registrado que a cada ano esse problema vem “deixando o Brasil em

⁴³ O senhor Euvaldo Lodi foi vice-presidente da Comissão Central da LBA em 1947, empresário, foi também presidente da Confederação Nacional da Indústria na década de 1940. (O ACRE, 28/11/1948, ano XIX, nº 889, p.7).

situação vergonhosa em relação aos demais países da América com exceção apenas do Chile”. (CORREIO DA MANHÃ, 19/10/1947, ano XLVII, nº 16.246, p.24).

Dentro desse quadro, que ganhou destaque no início do século XX, havia a emergência de intensificar projetos governamentais e, também, de iniciativas privadas, a fim de fornecer assistência para reduzir os índices mortalidade infantil, que poderiam comprometer os anseios do projeto nacionalista. Setores jurídicos, de saúde, assistência social, passaram a planejar e executar ações de assistência, amparo e proteção às crianças, jovens, mães e famílias desprovidas social e materialmente. Intelectuais como: médicos, juristas, pedagogos, filantropos, puericultores ocuparam-se em ordenar formas e modelos para esse atendimento.

As discussões que esses intelectuais disseminavam em relação à infância colocaram-na no centro dos debates referendados pelas ciências naturais, como balizas para avaliar a influência do evidente valor da ciência sobre a função a ser exercida pela criança na sociedade brasileira. Os discursos médico-higienistas e jurídicos que circularam nos jornais pautavam-se na necessidade de eliminar da vida dos sujeitos sua conduta “anti-higiênica, desregrada e condenável”, no caso de ser este sujeito uma criança. A concepção, naquele momento, era de que sendo ela a “gênese da sociedade”, sobre si pesava o fardo da redenção da nação (CAMARA, 2011 p.18 e 19) e a interferência dos cientistas sobre os modos de tratar a infância justificada em nome da construção da nacionalidade.

Essa carga colocada sobre a criança, sendo esta vista como a origem e o futuro da nação, continha uma representação de criança pobre que vivia a fase da infância como uma criança desvalida. Ao mesmo tempo em que era evidenciado por “cronistas” e “escritores” (CAMARA, 2010) e intelectuais de diversas áreas (jurídica, médica) um perfil de debilidade, evidenciava-se, também, a criança como uma ameaça social. Segundo a autora,

As representações sociais produzidas sobre as crianças identificadas como pobres, delinquentes, desviadas, abandonadas, desprovidas da sorte, enjeitadas, que compunham o cenário da cidade, foram organizando sentidos em torno dos quais a infância foi sendo perspectivada e

definida a partir de um duplo pertencimento: em perigo ou perigosa.” (CAMARA, 2010, p. 51 e 52).

Essa representação de criança pobre, que estava **em perigo** ou **perigosa**⁴⁴, como destacado pela autora, se opunha a outra representação, a da criança sadia, educada, integrada à sociedade, possuidora de uma infância segura e protegida, longe dos maus tratos e da corrupção. Esta representação de criança favorecida socialmente foi apresentada como um modelo a ser adotado. Tanto uma quanto a outra serviram para mediar os estudos, prescrições e leis que determinaram o tipo de tratamento que cada uma deveria receber.

A partir de uma visão ambivalente da infância, procurou-se constituir uma retórica protecionista e regeneradora, através da qual se justificaram as formas de intervenção sobre as relações privadas e públicas das camadas empobrecidas da sociedade. (CAMARA, 2010, p. 52).

A partir dessa concepção de sociedade e de infância, “realizar a melhoria eugênica da raça e estabelecer os fundamentos da nacionalidade, ancorados nas ideias de depuração e regeneração do tecido social”, seria a base que fundamentaria as ações de atendimento às crianças, sejam as de cunho escolar ou as de assistência. Ressaltando que ambas serviram como instituições educativas, ao “instituir uma estrutura teórica capaz de normalizar, moralizar, educar e higienizar a sociedade” (CAMARA, 2011, p.19 e 20).

Ecos dessa perspectiva científica sobre as crianças reverberaram no Acre na década de 1940, como demonstrou a matéria veiculada pelo jornal O Acre em 1947, cuja assinatura é de Raimundo Estrela⁴⁵, do “O Jornal”⁴⁶ do Rio de Janeiro:

⁴⁴ Todo um aparato jurídico legal foi se constituindo, desde o final do século XIX, em torno da criança abandonada material ou moralmente e para a criança vista como delinquente, segundo ressalta Camara (2011): aqueles que “detinham o poder de classificar as crianças” foram “os juristas” que “buscaram nomeá-la e enquadrá-la mais do que simplesmente descrevê-la” (CAMARA, 2010, p. 29).

⁴⁵ Segundo o periódico “A Noite”, Raimundo Estrela foi professor de higiene industrial no Curso de Química Industrial e médico de assistência social do Ministério da Educação. (A NOITE, 21/12/1957, 1º caderno, p. 5). Atuou na Associação de Medicina do Trabalho. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, 25/09/1963, 5ª seção, p. 5). Foi, também, sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico da Guanabara. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO, 24/12/1969, 19ª seção, p. 6).

Os pediatras e puericultores são unânimes em apontar como fatores capitais de excessiva mortalidade da criança entre nós, o pauperismo e a ignorância. Evidentemente as causas indiretas, econômicas, sociais e culturais em mal fadado conluio, de difícil remoção. Quanto ao pauperismo a sua melhoria somente é possível mediante o emprego de medidas que visem a elevação do padrão de vida das classes desfavorecidas. É relativamente à ignorância o fruto espúrio do analfabetismo há a possibilidade de alfabetização em massa e um programa de educação para isto com base na educação e na assistência. - Do "O Jornal" do Rio, de 21/09/1947- (O ACRE, 28/12/1947, ano XVIII, nº 852, p.5).

Os especialistas em crianças atestavam que a mortalidade infantil seria combatida por meio da educação, por medidas sanitárias e de assistência à população pobre. Interessante destacar que a matéria faz menção às contingências econômicas, sociais e culturais como um impeditivo para se chegar a uma mudança dessa situação, sendo a primeira vez que esses aspectos são abordados.

Nesse contexto, a infância identificada como problema, demandaria todo um movimento social em torno de sua solução. Diante do que se coloca, é imperativo identificar a representação de criança e infância que foi construída durante esse período e em momentos anteriores, que conduziu a formulação desse quadro como **o problema da infância** que envolveu as crianças pobres brasileiras durante décadas.

A mesma matéria citada anteriormente, publicada em 28/12/1947, registra que a mortalidade apresentava índices bastante elevados e as "estatísticas conhecidas revelam um número astronômico de mortes de crianças anualmente, produzindo uma nefasta sangria na fraca densidade da população nacional". (O ACRE, 28/12/1947, ano XVIII, nº 852, p.5).

Vale ressaltar, agora com mais ênfase, que essa elevada taxa de mortalidade apresentada em 1947 e nos anos anteriores decorreu de momentos que compreendem o fim do período de escravismo e da migração de colonos do campo para as cidades, devido ao declínio do café, por volta de

⁴⁶ Uma prática comum entre os jornais é a circulação de matérias entre eles. No Acre, essa prática pode ser observada quando notícias, artigos, e propagandas que foram publicadas na capital do país, principalmente, foram reproduzidas nos jornais locais. Tal constatação abriu o campo de busca pelas fontes, alargando as possibilidades de análise das informações, bem como a compreensão melhor do contexto em que cada notícia veiculou.

1920, culminando na crise de 1929. Tal fato fez com que surgisse a necessidade de mão de obra para o trabalho nas indústrias. Da noite para o dia, as cidades ‘incharam’ e algo perto do caos se instalou por falta de medidas estruturais básicas para comportar a demanda da população quanto a: moradia, assistência médica e demais serviços de primeira necessidade. Esse momento foi marcado por várias mudanças no panorama econômico, político e social, período em que o país se forjava enquanto nação independente (RIZZINI, 2009).

Tal independência exigia fortalecimento e, para se tornar uma sociedade moderna, era necessário acompanhar e introduzir as descobertas científicas nas ações cotidianas, principalmente a participação da população no processo de desenvolvimento.

Diversas áreas da atividade humana foram influenciadas pelas ideias de avanço e modernização, que incluía a concepção de trabalho como “novo arquétipo de valores que a sociedade deveria aspirar”. (ARAUJO, 2011, p. 171).

Conforme a análise de Ângela Castro Gomes, o período do Estado Novo foi o momento em que “toda uma estratégia político-ideológica de combate à “pobreza”, centrou-se na promoção do valor do trabalho”. Os anos de 1930 foram o marco do estabelecimento de políticas trabalhistas, materializando-se em um aparato legal, dando incentivos e garantias ao trabalhador. Nesse período, a ideia era que os problemas sociais e econômicos seriam solucionados com a transformação do homem em cidadão trabalhador. Havia o entendimento de que esse novo homem, por meio do trabalho honesto, garantiria sua ascensão social e levaria o país ao progresso. “O trabalho era civilizador” era considerado “um ato de dignificação e espiritualização do homem, pelo qual ele se integrava à sociedade em que vivia”. (GOMES, 1999, p.58)

Como ressalta a referida autora, nos anos de 1930 foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde, ambos para dar suporte aos trabalhadores brasileiros no que se referia a sua saúde, alimentação, moradia, educação, dentre outras necessidades que

poderiam impedi-lo de executar seu trabalho de forma hábil. Estava em curso a apropriação do conceito de medicina social.

O papel da medicina social, tão bem concretizado pela ação dos novos órgãos previdenciários, consistia explicitamente em preservar, recuperar e aumentar a capacidade de produzir do trabalhador. Sua saúde era situada como o “único capital com o qual ele concorre para o desenvolvimento nacional”, constituindo-se assim em preciosa propriedade a ser mantida em uma sociedade de mercado. (GOMES, 1999, p.60).

Adotando-se tais medidas de proteção e cuidados com o trabalhador, a medicina social esteve inserida em outras tantas mudanças sugeridas pelas demais ciências, as quais contribuíram para que o homem mudasse sua percepção de mundo e das coisas que nele existem, e a busca por uma “identidade nacional” (RIZZINI, 2009, p.108) se tornou intensificada.

No século XIX e nas primeiras décadas do XX, de forma mais intensificada, “a ideologia do trabalho fez com que a condição de trabalhador funcionasse como um atestado de virtude [...] constituindo instrumento poderoso de regulação econômica e social” (RIZZINI, 2011, p. 103). E, em relação à criança, o nexos era adaptá-la o quanto antes ao trabalho, mantendo-a ocupada com sua subsistência, afastando-a da vadiagem.

Como já destacado, em meados do século XIX, a temática sobre criança e infância surgiu com maior vigor dentro da área da medicina voltada para o higienismo (ABREU E MARTINEZ, 1997). E a questão da mortalidade infantil no Brasil,

[...] se tornou tema de interesse nacional durante o transcurso de uma reunião da Academia Brasileira de Medicina ocorrida no Rio de Janeiro em 1846. Naquele encontro, o tema mortalidade infantil foi colocado para ser analisado e debatido pelos higienistas do Império. (ALVES, 2001, p. 11).

A construção desse chamado “problema”, que identificou a infância no início do século XX, produziu uma mobilização de diversos setores da sociedade brasileira em torno de solucioná-lo e, dessa forma, atingir o padrão de civilidade ambicionado pelo regime governamental. Segundo Marcos Cezar Freitas,

A invenção do Terceiro Mundo trouxe, em seu bojo, a invenção de uma personagem: a pessoa rústica e subdesenvolvida que precisava ser retirada da sua própria precariedade mediante a aplicação de técnicas que traziam a garantia da prosperidade após a resolução de problemas básicos, estes considerados entraves ao desenvolvimento econômico. (FREITAS, 2005, p.20)

O contexto ao qual o autor se refere diz respeito à “invenção” do homem subdesenvolvido, fazendo a relação entre o Oriente e o Ocidente⁴⁷. Contudo, aplica-se, também, à conjuntura que envolveu a criança pobre, “rústica” que, segundo aquele entendimento, precisava de intervenção para que seu estado de “rusticidade” fosse escrutinado e levado a outro patamar, o de “urbanidade” constituindo-se, dessa maneira, em um problema a ser superado. (FREITAS, 2005, p.46).

Seguindo com Freitas (2005), as questões que a República identificou como suscetíveis à intervenção considerou a infância portadora de “valores considerados por muitos como arcaicos”. Esse “arcaísmo” ou essa incivilidade passou a ser analisada como “questão acadêmica para alguns e questão de segurança nacional para outros”. (Idem, ibidem, p.45). Pelo uso da ciência médica, a qual esquadrinhou a vida da criança, todo um programa foi ordenado estabelecendo um modo de tratamento a ser administrado a elas, às suas famílias, e às suas comunidades, de forma que se adotassem o padrão de civilidade e moralidade instituído. A justificativa para essa entrada era atribuída, como antes explicitado, à alta mortalidade entre elas, provocada pelas péssimas condições de salubridade que viviam e por apresentarem fragilidade nata às doenças, o que poderia levar à derrocada do projeto nacionalista⁴⁸.

⁴⁷ Sobre essa discussão de alteridade Marcos Cezar Freitas faz uma análise antropológica a partir de alguns autores (Edwar Said; Foucault; Arturo Escobar e, outros). Esse ponto introduz a sua obra, que trata sobre a antropologia e a educação à luz do republicanismo no Brasil. (FREITAS, 2005).

⁴⁸ O projeto nacionalista consistiu em medidas tomadas pelo Brasil, no intuito de resolver alguns impasses decorrentes de fatos históricos. A 1ª Guerra Mundial, a Depressão de 1929 e a 2ª Guerra Mundial são exemplos desses acontecimentos. Segundo Bastos (2006), seria o projeto nacional-desenvolvimentista, a “vinculação do interesse nacional com o desenvolvimento, ativado pela vontade política concentrada no Estado, de novas atividades econômicas, particularmente industriais, associadas à diversificação do mercado interno, superando: (i) a especialização primário-exportadora; e (ii) a valorização ufanista das riquezas naturais, associada à ideologia da vocação natural (passiva) do Brasil para exploração primária de suas riquezas. Contraposto à ideologia ufanista tradicional, o nacionalismo econômico varguista defendia intervenção para o

Nesse sentido, a classe médica foi elevada ao patamar de responsável pelas condições de higiene⁴⁹ da população. Essa preocupação, cada vez mais, ganha destaque em meio à elite dirigente do país, fato que levou as instituições assistenciais e, também, as educacionais, a prestarem atendimento às crianças, a fim de cultivar-lhes a vida saudável, nos aspectos morais e físicos.

Os médicos apoderados de sua ciência e do discurso republicano de civilizar a população, tomaram para si o poder de prescrever às pessoas “formas civilizadas de viver”. (LAROCCA, 2009, p.16) e (TRINDADE, 1998).

Fundamentos desse modo de pensar, conceber a construção de uma nacionalidade, tendo os preceitos médicos determinando o comportamento da sociedade, adentrando nas famílias, podem ser encontrados na pesquisa de Donzelot (1986). O autor registra que, na França, “Até a metade do século XVIII a medicina não tinha interesse nas crianças e nas mulheres”, as mulheres tinham suas próprias maneiras de cuidar e medicar seus filhos, constituindo um verdadeiro desafio para a classe médica.

Foi somente “nos albores do século XIX” que o Estado liberal passou a tutelar a população pobre, em “função da assistência, ao trabalho e a educação”. (DONZELOT, 1986, p. 24). O regime liberal necessitava da população para garantia do processo de industrialização e foi por meio da assistência que se encontrou a fórmula para atender às necessidades dessa classe de operários e mantê-la, ainda, sob dominação. O papel do Estado, através da assistência mediada pela filantropia, se manteria distante de suas verdadeiras obrigações. Em vista disso, Donzelot ressalta, ainda, que o Estado se aproveita dos princípios da medicina “como meio formal de divulgar certo número de conselhos e preceitos de comportamento, a fim de transformar uma questão de direito político em questão de moralidade econômica”. (Idem, ibidem, p.56).

No Brasil, tal perspectiva se avista dentro do processo de industrialização, respaldando essa disposição médica em intervir na vida dos trabalhadores. Caso não fossem adotadas tais prescrições, suas vidas

desenvolvimento, ou seja, não era apenas nacionalismo, mas nacional-desenvolvimentismo” (BASTOS, 2006, p. 241 e 242).

⁴⁹ Marques (1999) refere-se à higiene enquanto um bio-poder que atua como um dispositivo que orienta a transformação social.

estariam em sérios riscos. Isto confere aos médicos - higienistas respaldo às suas ações, constituindo-se quase como uma lei a ser cumprida, tanto nas atividades privadas, do meio familiar, quanto nas públicas.

A criança, concebida como ser frágil e, ao mesmo tempo, portadora do vir a ser do Brasil, ganhou espaço, recebendo um tratamento diferenciado, atitude bem distinta de tempos passados em que os registros históricos não evidenciaram explicitamente uma preocupação de cuidados especiais para a conservação de sua vida e saúde.

Esse suporte tão importante que as crianças pobres receberam, em grande parte, deveu-se às ações empreendidas pelo Departamento Nacional da Criança, órgão oficial do governo, especificamente criado para dar cabo do problema da infância. Observa-se, portanto, que essa foi mais uma frente que o país empreendeu, senão a maior, a fim de cumprir com o projeto republicano.

1.3 As representações de infância e criança no contexto da Assistência no Acre

A própria circunstância de ser criança deveria constituir formal resistência à morte. O que é criança? Definem os puericultores: o ser em evolução, isto é em contínuo crescimento – característica fundamental desse período da existência. Sendo o porvir, é, portanto, inadmissível que a criança feneça em tão alto grau. (O ACRE, 18/01/1942, ano XIII, no. 625, p. 5).

A matéria acima apresenta o entendimento sobre o conceito de criança segundo a percepção do médico puericultor Dr. Gastão de Figueiredo. Nela, encontramos duas concepções de criança: a médica e a sociológica. Conforme esse registro, a criança era concebida como “o ser em evolução, isto é, em contínuo crescimento – característica fundamental desse período da existência” (Idem. *ibidem*). Aqui está o primeiro conceito, o médico, referente às diferentes etapas da vida.

Esse cenário, repleto de mudanças no panorama econômico, político e social em que a problemática da infância estava submersa era um momento em que o país se forjava enquanto nação independente. Ambicionava-se que

todos os setores da sociedade se modernizassem. Desse modo, embasados nas ciências, o olhar dos médicos puericultores sobre a criança como um sujeito que deveria ser **resistente à morte** implicou uma tomada de ações que determinaram o tipo de tratamento destinado a elas.

A definição de criança que a matéria apresenta, “o ser em evolução”, denota um processo pelo qual a criança está passando e que está em um estado de transformação, logo, um vir a ser. Na expressão “sendo o porvir” há a afirmação dessa premissa, fortalecendo e referendando a constatação de que as aspirações da sociedade estavam sob a criança, pois o encargo da primeira era tornar essa criança um sujeito com quem pudesse contar. Aqui está o segundo conceito de criança de base sociológica.

Observa-se que “ser criança” significava possibilidades, um ser em condições plenas de se auto desenvolver, entendendo que em si mesma existiam as condições necessárias para sobrevivência e, depois, um porvir, um outro ser, o adulto.

As representações de criança presentes nos jornais que circularam no território acreano demonstraram que a criança concebida como um ‘vir a ser’, o ‘porvir’, precisava ser amparada.

NECESSIDADE DE AMPARO À CRIANÇA

RIO, 11 - A P – Falando à reportagem sôbre a emenda apresentada à Constituinte pelo deputado Miguel Couto Filho⁵⁰, do PSD, do Rio, mostrou a necessidade de amparo compulsório e eficiente à criança, pois morrem cêrca de 2.040 crianças diariamente no Brasil. (O ACRE 16/06/1946, ano XXXVI, nº. 81 p. 1).

Esse amparo obrigatório apresentado à Constituinte de 1946 pelo político Miguel Couto Filho, que também era médico, revelou o envolvimento desses profissionais da saúde com a causa da criança pobre, desamparada,

⁵⁰ Miguel Couto Filho (1900-1969), natural da cidade do Rio de Janeiro, foi médico, político, industrial e professor universitário. “Apresentou 5 emendas ao Projeto de Constituição”, dentre elas a “de nº 132, determinando a aplicação compulsória de 4% da renda arrecadada pela União no amparo à maternidade, à infância e à adolescência”. “Também realizou pronunciamentos abordando o tema da saúde pública (XVIII, 234-235), nos quais reivindicou a formação de um Ministério da Saúde desvinculado da pasta da Educação” (BRAGA, 1998, p.617).

vulnerável às más condições de vida e saúde. A preocupação do médico parlamentar em amparar às crianças tem, ainda, a concepção imperativa de garantir o processo de crescimento do país, a mão de obra para o futuro. Perdas de grande proporção demandariam muitos anos para serem repostas na produção.

O registro de Miguel Couto Filho leva ao questionamento a respeito de quem eram os políticos representantes do território acreano que participaram do movimento da Constituinte. Será que estiveram envolvidos com as questões da criança pobre?

Essas questões, em parte, podem ser respondidas por Braga (1998), quando afirma que, em 1946,

A bancada do Acre era composta por dois Deputados pessedistas que, de acordo com os dados por nós obtidos, sequer estavam radicados no Território: Castelo Branco, que, segundo as informações disponíveis, chegou a ser Juiz de Direito no Distrito Federal, e Hugo Carneiro, empresário no ramo de comércio varejista e proprietário das Perfumarias Carneiro, no Rio de Janeiro, DF. (BRAGA, 1998, p.156).

Identificados os representantes do Acre, observa-se, porém, que as informações não são completas, visto que Hugo Carneiro⁵¹ governou o Acre entre os anos de 1927-1930. Portanto, ainda que não sendo radicado no território durante a Constituinte de 1946, enquanto esteve à frente de sua administração, promoveu a criação e o estabelecimento de alguns setores ligados à criança.

O Sr. Castelo Branco a que Braga (1998) se refere apresenta, em um Relatório elaborado pela Comissão Especial “O Resgate da História da Justiça Eleitoral do Acre” do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, instituída pela Portaria nº 109/2009, os resultados das eleições para Deputado Federal de 1945 e confirma que Hugo Carneiro obteve 3.775 votos e Castelo Branco nenhum voto. No entanto, esse senhor exerceu a função em detrimento da legenda, conforme a Lei nº 48 – do Segundo Código Eleitoral Brasileiro, datado de 1935.

⁵¹ Hugo Ribeiro Carneiro foi o quarto governador do território do Acre. Em seu período de governança oportunizou as primeiras construções em alvenaria, a saber: o Palácio do Governo, Sede da Polícia Militar, o Banco do Brasil, e o Mercado Municipal, estas na capital e, no interior, em Xapurí, a primeira Maternidade. (O ACRE, 15/08/1948)

Acreditava-se que ações empreendidas pelos sujeitos sociais, políticos, cientistas, em relação à causa da infância, da criança pobre em particular, requeria um olhar mais acurado,

olhar com carinho e decisão sobre o problema da criança brasileira. Será necessário tomar-se os verdadeiros rumos de uma política sã de simples cristãos princípios, política essa que protegendo uma geração em seus primeiros albos, torna-a forte e bela de oportunidade para o embate pedregoso e incerto de mil e um perigos, mas que, com a coordenação protetora dessa mesma geração, já, então, preparada, há de se tornar em caminhos acessíveis, as caminhadas difíceis. (O ACRE, 10/10/1948, ano XIX, nº 893 p.4).

A perspectiva que abrangiu o “problema da criança” que precisava de amparo e assistência envolveu aspectos desde a concepção até as condições adequadas para a subsistência dessa criança, como: moradia, alimentação, higiene, educação no meio familiar e escolar. E, para solucionar tal problema não “bastariam somente os especialistas” os médicos, mas “a cooperação do Governo, dos homens de fortuna e da inteligência, se torna indispensável” (O ACRE, 1948).

1.3.1 A família e o Estado: instituições primárias quanto à assistência e à educação das crianças

De F. M. de Sá Ribeiro⁵² para o jornal O Acre:

Temos para nós que a sobrevivência do Brasil está a exigir de todos que possuem qualquer parcela de responsabilidade nos quadros da administração de nossa Pátria, ação vasta e enérgica de **assistência sócio educativa a criança**.

Nesse particular estamos com o saudoso professor Oscar Clark, quando, com sabedoria e pleno conhecimento da realidade, afirma que “governar é sobretudo cuidar das crianças”. **E cuidar das crianças significa dar-lhe amparo com uma assistência social completa e educa-la visando**

⁵² Francisco Mariano de Sá Ribeiro, maranhense, foi professor do magistério em Niterói/RJ antes de sua estada no Acre. No governo de Hugo Carneiro trabalhou no Departamento de Segurança Pública e na Saúde, entre os anos de 1927-1930. Posteriormente, em 1948, Dirigiu o Departamento de Educação do Território e lecionou no Ginásio, na Escola Normal, na Escola Técnica de Comércio em Rio Branco. No início dos anos 1950 atuou como promotor da Comarca de Cruzeiro do Sul/AC. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Acre. (Fonte: Jornal O Rebate 31/07/1959, ano XXXIX, nº 1125, p.4).

sua formação integral. [...] Amparar e educar a criança em nosso país, é problema que se deve encarar com seriedade. Para isso devemos lançar mão de todos os instrumentos de educação, inclusive as tribunas e a imprensa. [...]

Cumpra portanto aos pais, em primeiro lugar e depois as autoridades de ensino e de saúde, orientar uma Campanha sistemática para **dar a criança assistência necessária e a educação precisa.**

(O ACRE, 30/05/1948, ano XVIII, nº 874, p. 1, grifos do autor).

Sob a influência do Estado propagava-se que competiria a este, à escola e, principalmente, à família como “célula mater o ponto de partida de uma Campanha em prol da Redenção da Criança sendo a referência para qualquer processo educacional em bem da sociedade”. Tida como o primeiro grupo social, a família deveria cuidar física, intelectual e moralmente dos filhos, sendo a principal “educadora e formadora de caracteres” (Idem, ibidem).

A matéria continua com a indicação de que algumas desordens no seio familiar poderiam acarretar danos à formação da criança e, em vista disso, um determinado tipo de comportamento deveria ser adotado pelos indivíduos que compunham cada célula. Certos conflitos como a cizânia familiar, a violência, a embriaguez habitual, a falta de moral, os hábitos irregulares, a má administração doméstica, o ciúme, a indisciplina e as influências externas acarretam, na maioria das vezes, funestas consequências para a educação da prole, e deveriam ser evitadas a qualquer preço.

As orientações aos pais continuaram ressaltando a importância de corrigir as “más inclinações” que pervertem a virtude, devendo encorajar os filhos a serem destemidos, porém sem violência. Estas orientações quanto à forma de educar as crianças estão intimamente relacionadas às questões de gênero. Pois é através da família a “forja em que se plasma o bom pai, o profissional operoso e o cidadão exemplar”, ou seja, a formação do menino era destacada, já a da menina não. E, quanto ao papel da mulher, este, sim, destacado em relação a como esta deveria tratar as crianças, e ao esposo caberiam os cuidados de provedor da família.

Ao referir-se ao papel do Estado quanto à família, F. M. de Sá Ribeiro dizia o seguinte: cumpre dar “carinho” a família, assegurando-lhe o livre-

arbítrio, porquanto ela “precede ao Estado” e deve manter sua liberdade e seus direitos enquanto instituição. Este carinho se manifestou segundo ele, no

[...] abono mensal, pago pelo Estado sem formalidades burocráticas e sem proporção com o número de filhos menores, cujos progenitores sejam pobres; a aquisição da casa própria por meio de empréstimos a longo prazo e a juros módicos, pois estamos convencidos que uma das maiores tristezas da vida é um homem não possuir um lar, é uma criança nascer sem ver sua casa, sem criar amor ao seu lar.[...]

Além do auxílio material, para nós de suma importância, o Estado, deve concorrer também para amparar e educar a criança, com organizações supletivas: creches, educandários, orfanatos, patronatos, clínicas-escolas e hospitais-escolas.

(*op. cit.*).

Todo o discurso reforça o papel do Estado enquanto secundário e à família, compete a educação e o cuidado integral da criança, no entanto, o que se tem como prática é o que afirma Michelle Perrot,

De fato, o filho não pertence apenas aos pais: ele é o futuro da nação e da raça, produtor, reprodutor, cidadão e soldado do amanhã. Entre ele e a família, principalmente, quando esta é pobre e tida como incapaz insinuam-se terceiros: filantropos, médicos, estadistas que pretendem protegê-lo, educá-lo, discipliná-lo. (PERROT, 1991, p.148).

A influência do Estado na educação das crianças acaba sendo direta e não secundária e, segundo afirmam Viana e Vieira (2002), as mudanças pelas quais o Brasil passou, no que se refere ao processo modernizador, instituiu uma nova estrutura familiar e a

[...] interferência do Estado na regulação jurídica das famílias através da codificação das civilidades (código civil); o estabelecimento de instituições (filantrópicas, religiosas e estatais) de acolhimento das crianças órfãs e abandonadas, o desenvolvimento das teorias médico-higienistas e sua disseminação através de vasta literatura de práticas de controle do corpo e da afetividade das pessoas; a proliferação de uma nova cultura material; a cientifização dos espaços físicos públicos e privados e a produção de uma nova mentalidade educacional que previa a homogeneização cultural da população. (VIANA e VIEIRA, 2002, p.2).

Alguns artigos de autoria de professoras tidas como referência na sociedade rio-branquense foram veiculados, de forma que expressaram o ideal de sociedade que se queria conquistar. A professora Maria Angélica, em longa exposição em um desses artigos, anterior ao de Sá Ribeiro, já afirmara que a família e a escola possuem elementos necessários para a formação da sociedade.

Pais e professores são necessariamente os agentes da vida perene emanada de Deus, e preparada para Deus, finalidade última do homem. É a esses que cabe a responsabilidade e educação do semelhante, conforme os dons que receberam; talento, saúde, recursos. (O ACRE, 20/10/1946, ano VII, nº 790, p. 8).

Desse modo, a obrigação da família é criar condições para que a criança frequente a escola, o Estado impõe à família a obrigação de fazer a criança um aluno regularmente ativo.

Departamento de Educação e Cultura

Senhores Pais:

Já pensaram, por um momento, na significação que no futuro terá o resultado dos estudos dos seus filhos? Pensem, diariamente, nisso e não esqueçam que os bons resultados destes estudos só serão obtidos, se eles frequentarem todos os dias à escola.

Sem a frequência regular à escola eles nada conseguirão.

Antes de saírem para o trabalho, mandem seus filhos à escola em que são matriculados e terão assim, os senhores pais, a consciência tranquila, certos de que estão cumprindo com um sagrado dever.

(O ACRE, 18/04/1948, ano XVIII, nº 868, p.4)

Para o Estado a concepção de criança também segue na direção de instruí-la por meio da escola a se tornar o homem de amanhã e, para tanto, a família seria fundamental no cumprimento desse propósito, claramente valendo-se dos preceitos médicos, higienistas e de puericultura.

1.4 O Departamento Nacional da Criança e suas ações no contexto acreano para tratar do “problema da infância”

O objetivo de formar uma nação forte e sadia não deixou de prescindir da saúde e da educação para que adultos e crianças se tornassem trabalhadores úteis ao progresso da nação. Somente com a mudança de velhos hábitos e, por meio de uma educação que instrísse adequadamente os sujeitos, haveria mudança no quadro que se apresentava. Para que houvesse essa mudança, com respaldo em pesquisas, e no discurso “paternalista, autoritário e intervencionista” de Vargas (BARBOSA, 2012, p.27), foi elaborado um projeto de intervenção para modificar o quadro de debilidade em que a população pobre se encontrava.

A educação do povo por meio dos princípios médicos foi uma das ações implementadas dentro do projeto, e toda uma base administrativa passou a ser constituída desde os anos de 1930, a começar pelo Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, órgão oficial que determinaria o caminho para atingir a almejada mudança.

Por meio do debate em torno do nacionalismo, uma gama de indivíduos de grande influência na sociedade assentiu que o conhecimento médico higienista deveria orientar o comportamento, principalmente, de dois sujeitos: a mãe e a criança. No entanto, o que acabou acontecendo foi a inclusão de todas as pessoas dentro de uma política de saneamento e assistência.

A partir da Conferência Nacional de Proteção à Infância, ocorrida em 1933, a política de assistência passou a se estruturar ainda mais, sendo criada a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, atuando de 1934 a 1937. Posteriormente, no lugar dessa Diretoria, foi estabelecida a Divisão de Assistência à Maternidade e à Infância, que atuou por 4 anos e, por fim, em 1940, foi substituída pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr). Esse Departamento teve vida longa, sendo extinto somente em 1969, substituído em 1970 pela Coordenadoria de Proteção Materno Infantil.

Os passos do DNCr seguiram na direção de ordenar sua estrutura interna, criando Divisões que envolveriam, a partir de medidas específicas, um maior número de pessoas e instituições. Em vista disso, foram criados, pelo Decreto nº 3.775 de 30/10/1941, a Divisão de Cooperação Federal, a Divisão de Proteção Social à Infância, o Instituto Nacional de Puericultura e o Serviço de Administração.

A fim de sanar as debilidades das crianças pobres, a criação do Departamento Nacional da Criança, ligado diretamente ao Ministério da Educação e Saúde, foi um dos grandes investimentos do Governo Vargas (MARIANO, 2007). A incumbência precípua do DNCr foi organizar em todo o território nacional

[...] a proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Buscar-se-á, de modo sistemático e permanente, criar para as mães e para as crianças favoráveis condições que, na medida necessária, permitam àquelas uma sadia e segura maternidade, desde a concepção até a criação do filho, e a estas garantam a satisfação de seus direitos essenciais no que respeita ao desenvolvimento físico, à conservação da saúde, do bem estar e da alegria, à preservação moral e à preparação para a vida. (DECRETO -LEI nº 2.024 de 17/02/1940).

O médico, professor Olinto de Oliveira, foi designado como Diretor desse Departamento. Em uma publicação do jornal Correio da Manhã ele faz uma exposição bastante elucidativa quanto à “missão” a ser cumprida pelo DNCr, a partir do Decreto que o instituiu. Ao Departamento, portanto, caberia:

- orientar e organizar a defesa da criança, em todo o território nacional, na orbita federal, na estadual e municipal, tendo em vista das nossas crianças, inferiorizadas por tantos males; desnutrição, criação defeituoso, ignorância materna, sub alimentação permanente, abandono moral, fraca resistência às doenças etc. [...] para tanto o Departamento fomentará em todos os municípios a fundação de instituições adequadas à defesa da maternidade, da infância e da adolescência, como sejam Postos de Puericultura, Centro de Puericultura, Assistência às Mães, Juntas da Infância, Lactários, enfim uma série de organismos cuja planificação será effectuada. [...]

Ao Departamento também cumprirá estudar a situação em que se encontra o problema no país pela realização de estudos e inquéritos, estimular e organizar a construção de instituições de amparo à maternidade, à infância e a adolescência, e intensificar a divulgação, pelos vários meios de comunicação com o público, dos conhecimentos e das medidas necessárias à formação de uma consciência nacional que trabalhe pela

creança, em todas as fases da sua vida. (CORREIO DA MANHÃ, 08/03/1940, p.2).

Identificado o “problema da infância”, o DNCr, por meio de sua direção e demais entes envolvidos, teve por encargo providenciar medidas a serem implementadas em todo o território nacional, como consta na fala do seu Diretor. E, assim, prosseguiu, procurando estruturar ações de combate à mortalidade infantil. Além daquelas já referidas por Olinto de Oliveira, outras foram levadas a termo, como: prover amparo às mães durante o período pré-natal; promover campanhas de alimentação; divulgar através de materiais impressos, tipo boletins, cartilhas, panfletos, orientações sobre higiene e saúde. Para que houvesse união aos seus propósitos, o Departamento Nacional da Criança buscou apoio de vários setores sociais nessa empreitada.

As incumbências do DNCr foram repassadas ao Acre por meio do Decreto nº 214 de 20/12/1940, em que cria o Serviço de Proteção à Infância no Território, sob a supervisão da Diretoria do Departamento de Saúde, cuja finalidade seria:

- a) realizar inquéritos e estudos sobre o problema social da maternidade, da infância e da adolescências no Acre;
- b) divulgar todas as modalidades de conhecimentos destinados a orientar a opinião pública sobre o problema da proteção à maternidade, à infância e à adolescência, já para o objetivo da formação de uma viva consciência social da necessidade dessa proteção, já para o fim de que aos que tenham por qualquer forma, o mister de tratar a maternidade ou cuidar da infância e da adolescência;
- c) estimular e orientar a organização de estabelecimentos municipais e particulares, destina à proteção à maternidade, à infância e à adolescência.

(DECRETO-LEI, nº 214, 20/12/1940).

Não há registros nos jornais de que no Acre os inquéritos sobre o problema da infância tenham sido divulgados imediatamente após a criação do Serviço de Proteção à Infância no Território. Mas, poucos anos mais tarde, o Departamento Nacional da Criança, por meio do jornal O Acre, divulga que:

De acordo com estudos realizados e as informações disponíveis sobre as reais necessidades, ao Território do Acre, quanto à proteção à infância e à maternidade, foi concedida a importância de Cr\$ 100.000,00 que em breves dias será distribuída pelo Banco do Brasil". (O ACRE, 01/12/1946, ano XVII, nº 796, p. 2).

Por essa informação, compreende-se que os inquéritos sobre a situação da criança, ao menos na capital do Acre, possam ter sido realizados seguindo dessa forma, o que instruiu o Decreto nº 214 de 1940.

Quanto ao item **b** do citado Decreto, que trata da divulgação dos conhecimentos para orientar a população sobre a necessidade de dar proteção à infância, maternidade e a adolescência, formando uma "consciência social", pode ser observada sua efetivação, através dos discursos oficiais, divulgados pelos veículos de comunicação bem como, em alguns eventos ocorridos no período, a exemplo das Semanas da Criança. Durante o transcurso destas havia a "distribuição de folhetos indicando os cuidados que devemos dispensar às crianças tendo sido todo o trabalho realizado pela professora Miriam Gomes Coelho⁵³ e pelo sr. Said Farhat⁵⁴" (O ACRE, 08/10/1944, ano XVI, nº 768, p. 1, grifos meus).

Sobre o terceiro aspecto, item **c**, é possível observar que outras instituições surgiram com a incumbência de ajudar no amparo e proteção à infância, à maternidade e à adolescência, contemplando o que havia sido recomendado. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi uma dessas instituições que atuou em parceria com o DNCr, desde que foi fundada, embora seu objetivo inicial fosse outro. Não somente a LBA, a Sociedade Pestalozzi e outras instituições assistenciais em Rio Branco foram criadas ou assumiram esse desafio.

O foco do DNCr não era alcançar somente a classe pobre, mas todas as classes sociais. Naquela conjuntura, conforme destaca Michelle Tupich Barbosa, havia uma classificação social dividida em três estágios: pobres, classe média e alta, e, para cada uma delas, havia um plano de atuação, frente

⁵³ Miriam Gomes Coelho foi filha de D. Isolette Cavalcanti Coelho e do governador Silvestre Coelho.

⁵⁴ Said Farhat foi comerciante e prefeito do Município de Brasileira/AC no início dos anos de 1940. (O ACRE, 03/03/1943).

às questões já postas, que incluía a adoção de um padrão de comportamento específico para as mulheres, as mães, de cada uma dessas classes. (BARBOSA, 2013).

Para as mães pobres, o DNCr “produziu dispositivos assistencialistas que visavam a contribuir com a diminuição da pobreza e da miséria”, por meio da “Obstétrica Familiar, a qual prestava assistência às gestantes e auxiliava nos partos que seriam realizados nas residências”. Assim, essas mulheres eram mantidas em casas perto de seus familiares e dos seus afazeres domésticos, pensamento referendado como ideal à época. (BARBOSA, 2013, p. 686). Essa atitude impediria que os outros filhos ficassem sob o cuidado de terceiros e, o marido, deixado sozinho, com risco de cometer algum ilícito.

Em relação à classe média, cujas mães eram trabalhadoras, o Departamento partia “do princípio de que a mulher operária, ou seja, aquela que trabalhava em estabelecimentos industriais era protegida pela legislação a cargo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC)” (PEREIRA, 1999, p.180-181) e (BARBOSA, 2012, p. 688). Nesse sentido, a interpretação era de que esse Ministério se responsabilizaria em providenciar assistência à mãe trabalhadora. Na realidade, isso acaba por não se efetivar.

Ainda, segundo Barbosa (2012), para as mulheres, damas da classe alta⁵⁵, visto que não necessitavam de nenhum auxílio de cunho assistencial, o DNCr convocou-as a participarem das obras assistencialistas, envolvendo-as nas principais demandas. As damas ou “senhoras” da sociedade, como define Pereira (1999), muitas vezes, tomaram a frente dos trabalhos, promovendo Chás Beneficentes, Clube de Mães, visitas aos necessitados, dentre outras atividades.

⁵⁵ As mulheres da classe economicamente abastada não careciam de assistência, mas eram incluídas nas orientações sobre como deveriam tratar suas crianças. (Pereira, 1999, p. 161). O projeto nacionalista é tratado pelo autor como “projeto de uma educação total, que incluía higiene, comportamento, recreação e ensino formal” tudo em prol do “objetivo maior: a construção da Nação”. (Idem, ibidem, p.188).

Andre Pereira⁵⁶, a despeito do DNCr ter sido instituído durante o Estado Novo, com um programa estatal de proteção à infância e à maternidade,

[...] implicava em uma participação ativa da sociedade, ou de certos atores em especial - médicos, **professoras**, autoridades públicas e **as mulheres em geral** - para que seu fim fosse atingido. Mais ainda, atribuía-se a estes atores uma afetividade natural para com a criança, de forma que bastava boa vontade e articulação nacional- por parte do governo- para que os problemas fossem superados. (PEREIRA, 1999, p. 165, grifos meus).

A naturalização do discurso em relação aos papéis que o grupo social deveria desempenhar partia de “um ideal de estabilidade de família que refletia uma imagem idealizada da família europeia de classe média” (PEREIRA, 1999, p.187). Não se pensava, portanto, em entender e propor medidas que atendessem às realidades presentes na sociedade brasileira de então.

O repasse das ações que o DNCr delegava às instituições era minuciosamente detalhado, indicando como deveria ser o comportamento de quem estivesse envolvido de forma direta com as crianças. Constantemente, eram as mães, as parteiras, quem mais recebiam instruções e recomendações.

A matéria assinada pelo DNCr e veiculada em julho de 1944 pelo jornal O Acre noticiou os deveres das “mães, das parteiras e curiosas”. Às mães caberia aceitar conselhos somente do médico e nunca aceitar conselhos de pessoas que se dizem “entendidas em cuidar de crianças” e deveriam aceitar e colocar em prática os ditames do médico especialista, ou seja, do puericultor. Às parteiras e às “curiosas”, a orientação era para que tivessem extremo cuidado com sua própria higiene, lavando-se completamente antes da realização de um parto e aparamentando-se devidamente com um avental lavado e passado a ferro. (O ACRE, 09/07/1944, ano XIV, nº 754, p.3).

⁵⁶ A perspectiva apresentada pelo autor parte de uma análise que fez do tratamento dispensado à criança “na longa duração” e no período do Estado Novo. Ela ganha a centralidade dos debates permeada pelo mito da inocência que gera um sentimento de afeto orientando as ações em torno de si. (PEREIRA, 1999, p. 166).

Ainda nessa matéria, outras orientações foram divulgadas: cuidar da gravidez e do parto, elencando a alimentação como item de primeira importância para o bom desenvolvimento da criança e saúde da mãe; evitar bebidas alcoólicas, pensando sempre na “felicidade do filhinho” (Idem, *ibidem*); caso houvesse alguma intercorrência durante o parto, como por exemplo, se a criança estivesse em posição errada ou houvesse hemorragias, o médico deveria ser chamado com urgência; e, por “ocasião do parto, o marido não deveria se ausentar de casa, mas, ao contrário, ficar a postos para as inúmeras tarefas em que ele pode ser útil e para animar sua companheira e cuidar dos outros filhos”; a mulher, assim que se sentisse grávida, deveria procurar um médico para que ele realizasse o devido acompanhamento através de exames clínicos e laboratoriais e lhe prescrevesse as “regras para a gravidez e o parto decorrerem normalmente e sem complicações” (*op.cit*).

Outra ação do DNCr para combater a mortalidade infantil foi o estabelecimento dos Postos de Puericultura compreendido como:

[...] a célula mater da proteção à infância, particularmente proposto ao combate contra a mortalidade infantil, exercendo em torno de si uma proporção de benefícios que vão alcançar a família em termos de saúde, de economia doméstica de aperfeiçoamento moral e social. (O ACRE, 02/07/1943, ano XIV, nº 753, p.4).

Os Postos de Puericultura foram “concebidos como meios para a ação preventiva” (PEREIRA, 1999, p. 171), seu objetivo voltava-se para medidas que favorecessem o desenvolvimento das crianças de forma sadia, ministrando-lhes cuidados adequados em relação a sua saúde. Esses cuidados abrangiam o acompanhamento médico periódico, semanal nos primeiras semanas de vida. Depois, conforme o desenvolvimento das crianças, esse acompanhamento iria se distanciando, mas sempre seguido de medições e orientações quanto à higiene, alimentação e educação delas. Os Postos serviam de ponto de distribuição de medicamentos, local de realização de pequenos curativos, aplicação de injeções e vacinas.

As fontes destacam a atuação do DNCr sobre as crianças pobres, mas, conforme registra Pereira (1999), todas elas, independentemente de sua posição social, deveriam ser atendidas nos Postos de Puericultura.

[...] a insistência na prevenção, na educação, e em meios informais de tratamento, não devem ser encarados como uma tentativa de enganar a população, fugindo-se ao compromisso de montagem de uma rede física de atendimento no país sob controle estatal. Os médicos puericultores seguiam uma tendência dominante em boa parte da elite intelectual de então, segundo a qual a ignorância e o atraso econômico e social se complementavam. "Elevar o nível de vida" da maioria significava, antes de tudo, impedir que concepções erradas circulassem entre as pessoas, ricas ou pobres. Neste sentido, a figura do médico era tida como essencial. Bastava a sua presença para que se desencadeasse a "profilaxia do mal". (PEREIRA, 1999, p 171, grifos do autor).

Havia indicação do DNCr, a qual foi divulgada pelo jornal o Acre, de que para a instalação desses Postos não seriam necessários grandes investimentos, a orientação era no sentido de se organizarem de forma simples, acessível à população e

[...] no seu funcionamento, pouco dispendiosos, familiares por assim dizer, e de eficácia comprovada, é, porém indispensável que se multipliquem os Postos de Puericultura na proporção de 1 para cada 10 ou no máximo 20 mil habitantes.

De outro modo jamais exercerão influência decisiva sobre as cifras da mortalidade infantil. Nada adiantará para isso um só consultório de higiene infantil para atender a 100 ou 200 mil habitantes.

O empenho do Departamento Nacional da Criança é que a sua cifra alcance o mais rapidamente possível a proporção verdadeiramente útil, uma vez que sejam organizados e funcionem dentro das normas que o estudo e a experiência lhes traçaram. (O ACRE, 02/07/1943, ano XIV, nº 753, p.4).

Por meio desses Postos de Puericultura, as "Campanhas de Redenção da Criança", que tiveram início com Darci Vargas, foram empreendidas atividades que visaram à arrecadação de doações, dinheiro, objetos diversos, para a construção de Maternidades, compra de móveis e medicamentos para equipar e construir Postos de Puericultura. Procuraram fornecer à mulher orientações quanto aos cuidados com a criança, sendo esta a responsável, juntamente com o médico, pelo sucesso de seu desenvolvimento.

A esse respeito – da mãe dividir com o médico a tarefa de cuidar da saúde das crianças – Junia Sales Pereira, em sua tese de doutoramento sobre *“História da Pediatria no Brasil de final do século XIX a meados do século XX”*, afirma que, historicamente, a “literatura médica descreve a mãe pobre como incapaz de cuidar de sua prole, por ignorância e por carência material”. Tinham que trabalhar e não havia condições de cuidarem de forma adequada de seus filhos. Quanto à mãe abastada, “a literatura médica a descreve como egoísta, despreparada e pouco afeita às prendas do lar, a que deveria se dedicar”. O discurso dos médicos em torno da saúde das crianças descrevia uma mãe ideal, aquela que deveria dedicar-se à criança de forma “delicada, amorosa e sempre disponível”. (PEREIRA, 2006, p.81),

Sob esse ideário, a mãe, então, passa a ser “eleita como representante leigo de um campo de cuidados com a infância, transformada, por isso, em alvo do discurso médico pediátrico que se encontra em fase de consolidação e busca de legitimidade”. Diante disso, ela é tida como aliada do médico no trato da criança. sob a “tutela do pediatra, a quem deveria confiar inteiramente suas dúvidas e a quem deveria recorrer sempre em caso de perigo, doença, dor ou mesmo em momento de anseio por aconselhamento” (Idem, ibidem).

Nessa direção, pode-se considerar que os Postos de Puericultura foram estratégias pensadas para que essa parceria mãe-médico fosse consolidada.

Em Rio Branco, a “Campanha de Redenção da Criança” se estendeu por mais alguns anos, conforme evidenciado nas matérias dos jornais, dando maior ênfase ao papel dos Postos de Puericultura.

Observando os ensinamentos práticos existentes nos quadros e nos motivos das Exposições de Puericultura, as mães acreanas muito poderão aprender a aumentar os seus conhecimentos a difícil tarefa de educar, tendo também nos Postos todo o suporte necessário. (O ACRE, 08/10/1944, ano XVI, nº 768, p. 1).

O problema mais importante da Campanha da Redenção das Crianças reside na manutenção eficiente desses Postos, a fim de que possam realizar serviços de higiene pré-natal, de higiene infantil, bem como criar lactários e casas maternais. (O ACRE, 06/06/1946, ano XVI, nº 771, p.2).

Uma instituição que atuou com o DNCr no combate aos efeitos da pobreza que atingiam as crianças foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e, juntos, para a “Campanha Nacional em prol da Redenção da Criança”, arrecadaram doações no total de:

[...] um montante de Cr\$ 30.000.000,00, [...] em todo o país., localizados de acordo com a vontade dos doadores. Já estão instalados 110 Postos de Puericultura, que visam conservar a saúde das crianças, evitar doenças, auxiliar na alimentação e desenvolver as suas forças e ao mesmo tempo, assistir e educar as mães. (Idem, ibidem).

Além das doações derivadas dos associados da LBA, o Departamento Nacional da Criança financiava algumas obras, repassando a verba para que os Estados e Território a aplicassem na construção de maternidades, Centros de Assistência médica e similares. Na capital acreana, em 1946 o DNCr

depositou no BB a ordem do Diretor de Saúde a quantia de cem mil cruzeiros. Dita quantia deverá ficar aí imobilizada à espera de completarmos o recebimento de outras coletas destinadas à construção do Hospital da Maternidade de Rio Branco. Cordiais Saudações – Major J. G. dos Santos. Governador, Delegado da União do Acre. (O ACRE, 13/10/1946, ano XVII, nº 789, p.4).

Importa lembrar que, os recursos do DNCr, para prover tais obras e demais atividades, em conformidade com seu Decreto de criação, os recursos do DNCr provinham da União, Estados e Municípios, além

do fundo nacional de proteção à criança, que será formado por donativos especiais e por contribuições regulares, annuaes, de quantos, pessoas naturaes ou pessoas jurídicas de direito privado, queiram cooperar com a obra. (CORREIO DA MANHÃ, 18/02/1940, p.4).

E, como indicou a matéria anterior, em 1946, outras fontes foram acionadas para provimento de recursos para viabilizar as ações daquele Departamento, conforme havia previsto em seu Decreto de criação. Em uma matéria publicada pelo jornal o Acre, em 1948, há a sugestão de que os esforços em sanar o problema da infância ainda eram ineficientes, pois

ressaltava que a família e as instâncias de saúde e educação não estavam cumprindo o seu papel diante desse desafio.

Infelizmente o afrouxamento da autoridade familiar e o liberalismo excessivo da disciplina escolar de um lado, as injunções políticas que estão sujeitas, a maioria dos responsáveis pela saúde e educação em nossa terra, tem contribuído para que se avolume a já enorme infância desamparada e infratora o país. Para nós a família é o ponto de partida para uma Campanha em prol da Redenção da Criança. (O ACRE, 30/05/1948, ano XVIII, nº 874, p. 1).

Os anos em que o DNCr esteve à frente dessas Campanhas, procurou seguir na direção de ordenar sua estrutura interna criando Divisões que envolveriam, a partir de medidas específicas, um maior número de pessoas e instituições. Em vista disso, foram criadas, a Divisão de Cooperação Federal, a Divisão de Proteção Social à Infância, o Instituto Nacional de Puericultura e o Serviço de Administração. (PEREIRA, 1999), (VIEIRA, 2003) e (BARBOSA, 2013).

Segundo Relatório de Martagão Gesteira, diretor do Departamento da Criança, entre os anos de 1947-1951, que foi entregue ao Ministro Pedro Calmon, em 1951, tal documento contendo ações empreendidas por esse órgão. Nele, há o registro de que a “Campanha de Redenção da Criança”, até o período em que assumiu a direção geral, 1947, não havia ainda estabelecido um plano de cooperação entre os estados para o desenvolvimento da “Campanha Nacional de Redenção à Maternidade e à Infância”. (GESTEIRA, 1951, p. 16).

No entanto, conforme a primeira fonte citada na introdução desta tese, há indícios de que um plano estava em curso, quando o professor Olinto de Oliveira envia ao governador do Acre uma solicitação para que detalhasse como estavam sendo implementadas as ações em relação à assistência à infância e à maternidade no Território. (O ACRE, 01/12/1940, ano XII, nº 565, p.1). Mesmo que pudesse não ter havido o registro escrito e formalizado do que se passava aqui, havia uma preocupação que gerou um acompanhamento e o levantamento da situação, podendo ser indicativo de uma base para que o plano de cooperação financeira fosse elaborado.

O quadro a seguir demonstra algumas obras/ações em que a infância e a maternidade foram assistidas no Brasil, conforme consta no relatório de Gesteira.

QUADRO 2- OBRAS DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ASSISTÊNCIA AUXILIADAS PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA 1946-1950

QUADRO 2							
OBRAS DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E A ASSISTENCIA AUXILIADAS PELO "DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA"							
1946 — 1950							
Maternidades	P. Puericultura	Creches	H. Infantis	Casa criança	Educação-dários	Diversos	TOTAL
251	406	35	56	25	156	171	1100

FONTE: Relatório de Joaquim Martagão Gesteira - Diretor do (DNCr) -1951

O jornal O Acre do dia 06/06/1946, já mencionado, publicou a existência de 110 Postos de Puericultura . O relatório do Dr. Martagão Gesteria atesta que, em 1945, havia 56 unidades e, em 1950, estavam em pleno funcionamento 1.046. Esse documento também indicava a instalação de Postos pré-fabricados em madeira que seriam brevemente instalados e seria "intensificada a assistência à infância nas zonas rurais de alguns Estados por meio de Postos Volantes" (GESTERIRA, 1951).

FIGURA 5: POSTO VOLANTE NA ZONA RURAL DO RIO DE JANEIRO



FONTE: Relatório de Joaquim Martagão Gesteira - Diretor do (DNCr) -1951

Há um aumento considerável de instituições e lugares para assistir à infância e à maternidade, mas não eram suficientes para atender à necessidade, visto que os índices de mortalidade infantil ainda estavam elevados, embora o relatório de Martagão Gesteira 1947/1951 tenha indicado uma diminuição.

A próxima figura demonstra a distribuição total de obras destinadas à assistência e proteção à infância, maternidade e adolescência por região do país no ano de 1950.

FIGURA 6: DISTRIBUIÇÃO DAS OBRAS DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

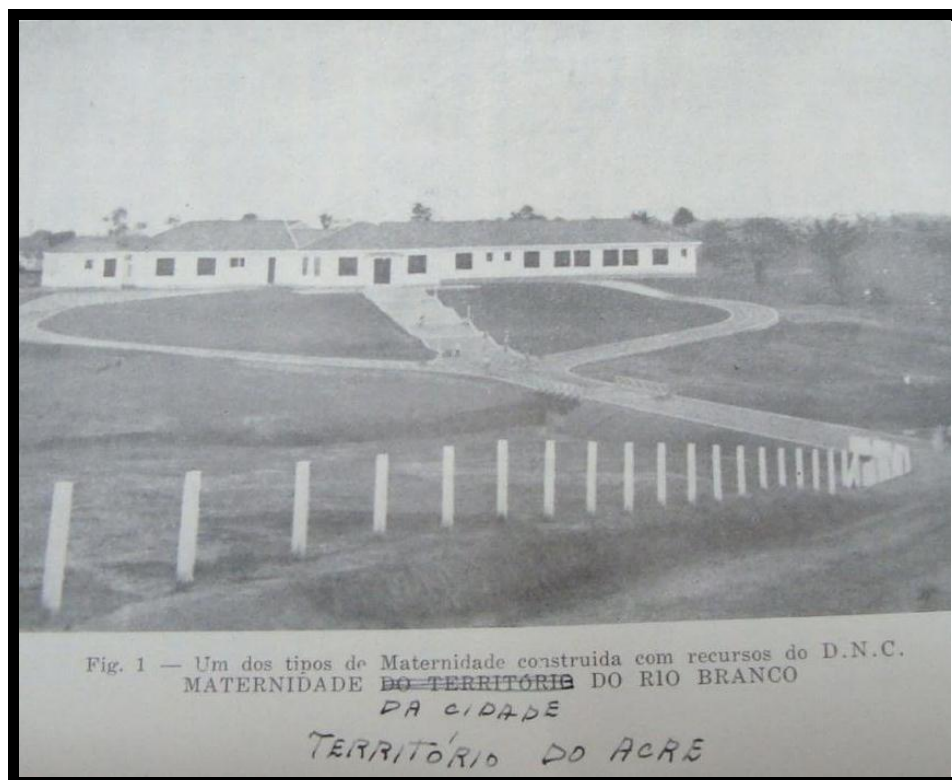


FONTE: Relatório de Joaquim Martagão Gesteira diretor do (DNCr) -1951

No Acre, localizado no mapa do Brasil acima, como pode ser visto, duas instituições/obras no ano de 1950 foram identificadas no Acre, auxiliadas pelo Departamento Nacional da Criança. Pode-se afirmar que uma delas foi uma maternidade, recém-inaugurada na capital Rio Branco e a outra trata-se do Posto de Puericultura criado no ano de 1940. Fica nítida a concentração de ações nos estados do sul e sudoeste, posteriormente as que foram implementadas na região nordeste, por fim na região norte.

A imagem a seguir consta na página inicial do relatório do Dr. Martagão Gesteria e introduz a sequencia de figuras que compõem o documento, como está registrada na numeração que lhe foi atribuída, (Fig. 1). Trata-se da Maternidade Bárbara Heliodora⁵⁷ inaugurada em 1949 com o apoio do DNCr e do governo local.

FIGURA 7: MATERNIDADE BÁRBARA HELIODORA EM RIO BRANCO/ACRE



FONTE: Relatório de Joaquim Martagão Gesteira diretor do (DNCr) -1951

Vieira (1986) destaca o papel desempenhado pelo DNCr, ao procurar medidas de proteção às crianças e às mães dentro da perspectiva médica-higienista. O DNCr deixou claro em suas publicações, durante os anos posteriores ao Decreto de sua criação, o “cunho moralizante que os serviços para a criança deveriam assumir”. Estas práticas eram “mais do que salvar a

⁵⁷ Essa obra foi um dos primeiros prédios públicos construídos no governo de Guiomard Santos (1946-1951) e, segundo consta, foi uma homenagem que ele fez a uma poetisa de origem mineira, D. Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira, nascida em São João Del Rei em 1759. (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 31/03/2010). Disponível em: <<http://www.riobranco.ac.gov.br/index.php/noticias/noticias-itens/ultimas-noticias/1324-maternidade-barbara-heliodora-e-entregue-a-populacao-acreana.html>> Acesso em: 15/01/2016.

criança, visavam limitar a mulher ao seu papel de progenitora e dona do lar”. A concepção no momento era de que a mulher deveria ficar em casa e exercer o papel para o qual fora destinada pela natureza, cuidar da prole, de sua casa e do seu próximo. (VIEIRA, 1986, p.104).

1.4.1 O Departamento Nacional da Criança e as Semanas da Criança

Como já ressaltado, dentro do contexto do Estado Novo, as crianças passaram a ser alvo de intervenções médicas-jurídicas e sociais, pois havia o entendimento de que a solução para os problemas da nação estaria nos modos como a infância fosse tratada. A perspectiva de ser considerada como “o homem do amanhã” (RIZZINI, 2001) tornou-se um dos motes que sustentou o ideário de protegê-las, e foi levado adiante sob diversas frentes de serviços e campanhas.

Uma dessas frentes foram as anuais Semanas da Criança⁵⁸, pensadas para acontecer durante a semana em que se comemoraria o Dia da Criança. Em cada ano, o DNCr organizava várias atividades “com grande investimento propagandístico para apresentar suas ideias” (PEREIRA, 1999, p.188), (KUHLMANN, 2004). Pensadas com o objetivo de “chamar a atenção pública para os problemas da proteção e assistência à infância”, a fim de “focalizar, de cada vez, um assunto que avulta como de maior relevância. Ou melhor dizendo utilizando as palavras do jornal: “O tema de cada ano é escolhido tendo-se em vista as principais necessidades do momento e, procurando-se encará-lo sob aspecto mais prático e objetivo”. (O ACRE, 14/10/1946, ano XVII, nº 789, p.6).

Os governadores e/ou interventores de cada Estado ou Território acompanhavam pessoalmente a organização e a realização das Semanas da Criança em cada município. A Educação e a Assistência eram colunas que

⁵⁸ Há registros de que as Semanas da Criança começaram antes da criação do Departamento Nacional da Criança, por iniciativa do Ministério da Educação e Saúde, como atesta o trabalho de Ana Claudia da Silva, intitulado: *Infância, Assistencialismo e Educação: as “Semanas da Criança” em Santa Catarina (1942-1944)*. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Painel/Painel/02_06_07_INFANCIA,_ASSISTENCIALISMO_E_EDUCACAO_AS_SEMANAS_DA_CRIANCA_.pdf Acesso em: 05/11/2015.

sustentaram os temas selecionados a serem trabalhados nas Semanas, sempre procurando a devida articulação com a proteção e assistência à maternidade, à infância e à adolescência.

Algumas Semanas da Criança realizadas em Rio Branco puderam ser identificadas nas fontes, com destaque para as solenidades levadas a efeito na cidade de Rio Branco. As que ocorreram nos anos 1943, 1944, 1945, 1946, 1948 e 1949 apresentaram maior detalhamento em sua programação, permitindo obter um panorama de como se deram, quem planejou, quem executou e quais atividades foram desenvolvidas.

Em Rio Branco, a primeira Semana da Criança de que se obteve registro foi a de 1943. A matéria encontrada dizia que o DNCr já havia passado, por meio telegráfico, as devidas instruções para a realização da Semana da Criança daquele ano. Atendendo a elas, uma Comissão foi criada com a representatividade de personalidades ilustres da sociedade acreana, ficando, assim, composta:

Dr. Jair de Mendonça, juiz de Direito; Dr. José Castro Monte, promotor público; Dr. Mário de Oliveira, procurador seccional da República; Major Fontinele de Castro, prefeito municipal; Monsenhor Júlio Mattioli, prelado do Alto Acre; Dr. Júlio Alves Portela, diretor do DS; Dr. Wilson Aguiar, diretor do DTIP, como presidente de honra o Governador do Acre, Luís Silvestre Coelho, [...] (O ACRE, 1943, s/p).

Esses foram apenas alguns dos membros componentes da comissão. Outras pessoas foram indicadas a compor a comissão, que se dividiu em duas: a Central e a Comissão Estadual. Embora a matéria não explicita as atribuições de cada uma delas, pode-se inferir que tais pessoas levaram a efeito a realização dessa Semana, que teve como tema, indicado pelo DNCr, “A Infância Abandonada”. Estiveram envolvidos outros sujeitos e instituições, para além dos membros das comissões, na busca de meios de sanar os problemas que levaram ao abandono de crianças e às consequências deste ato: instituições de assistência, comerciantes, militares, escolas, professores, diretores, funcionários públicos, juizes, autoridades políticas e eclesiásticas, dentre outros.

Definido o tema da Semana da Criança em 1944, qual seja: “Proteção à Infância em colaboração com a Legião Brasileira de Assistência e a Campanha de Redenção da Criança”, Dona Isolette Cavalcanti Coelho presidente da LBA e esposa do governador, convocou uma reunião para relatar as atividades da instituição - “embora ainda não tenha conseguido realizar o que verdadeiramente realizou o que já foi feito, podemos afirmar, é obra de grande elevação espiritual e de largo alcance social”. A presidente estava se referindo ao acolhimento de 61 crianças órfãs e/ou abandonas pelo Abrigo Infantil da LBA, recebendo “carinho materno que lhes são necessários à formação moral”. Ressaltou, ainda, que a realização dessa obra só foi possível porque contava com o apoio dos acreanos de “bôa vontade” nessa tão grande iniciativa, proteger e amparar às crianças. (O ACRE, 01/10/1944, ano XVI, nº 766, p.3).

Vale destacar que os termos “tratar “com carinho”, “afeto”, ou palavras similares que aparecem aqui e em outros momentos nas fontes analisadas, referindo-se às crianças, segundo André Ricardo Pereira, diz respeito a um “longo processo histórico, que inseriu no nível das mentalidades coletivas, mesmo que de maneira dispersa, ideais e representações sobre a infância que implicam em uma chave de leitura mediada pelo afeto” (PEREIRA, 1999, p. 195). Ele aponta que foi Rousseau que difundiu esse sentimento que identificou duas visões em relação ao trato com as crianças.

Rousseau foi, provavelmente, o intelectual que melhor captou tais sentimentos, oferecendo-lhes uma leitura específica. Num momento histórico de profundo trauma causado pelo advento da sociedade burguesa e de seus padrões típicos de relações sociais, quando surgiram tantos exemplos de retorno a um passado idealizado, o filósofo soube combinar as duas visões, voltada para o passado, portanto, conservadora, baseada na metáfora dualista do Estado de Sociedade x Estado de Natureza, com outra muito mais moderna e radical, que identificava a propriedade privada, quer dizer, o nexo fundamental do capitalismo, como a fonte de toda crise que se passava. A solução de Rousseau, portanto, associava afeto com liberdade. Em que pese seu conteúdo utópico, ela era progressista.[...]

No caso específico aqui abordado, o DNCr, refletindo o projeto político do regime varguista, colocou-se contra o antigo discurso assistencialista, guiado pela caridade para com mães pobres, em favor de uma abordagem que incluísse todas as mães e crianças. Esta expansão dos campos de ação da política social tinha raízes na longa evolução do pensamento

autoritário, que oferecia justificativas ideológicas para a intervenção do Estado na tarefa de "construção da Nação" (PEREIRA, 1999, P.196)

Na Semana da Criança de 1946, o apelo foi para que todos prestassem “cooperação e de boa vontade” aprimorassem os conhecimentos em relação à criança, detentora de “grande utilidade material e moral”. O programa que se estabeleceu para ser cumprido em Rio Branco deveria promover

no espírito dos escolares noções sobre a vida física; como alimentação, higiene, saúde etc., e outros elementos que devem concorrer, como fatores precípuos, para a sua educação no meio escolar, familiar e social”. (O ACRE, 06/10/1946, ano XVII, nº 788, p.3).

Estava em pauta, no contexto brasileiro, “a crise de alimentos que já há algum tempo observada no país, como consequência da guerra”. Em vista dessa situação, que ocupava parte das preocupações do Departamento, compreendia-se que a criança, “maior capital e a melhor esperança da Pátria, deve ser amparada e assistida em todas as suas necessidades”. Foi nessa direção que a Semana da Criança, em 1946, tratou do tema: “A CRIANÇA, AS ATIVIDADES E ALIMENTAÇÃO” (O ACRE, 14/10/1946, ano XVII, nº 789, p. 5).

Na continuidade da matéria divulgada pelo jornal O Acre, o DNCr dá destaque à falta de alimentos às crianças:

[...] Os estudos até agora realizados atestam que no Brasil, quer nas zonas povoadas, ou nas mais remotas, a alimentação infantil é por demais deficiente, em quantidade e qualidade. [...]

Pareceu, assim, ao Departamento ser de toda a conveniência a realização de uma campanha intensa, capaz de atingir os lares mais humildes e distantes executando um plano de divulgação dos ensinamentos práticos e objetivos tendentes a conseguir os melhores alimentos e a utilizá-los. (Idem, p. 6).

Como parte das comemorações dessa Semana, na capital do Acre, a Sra. Maria Gonçalves Bastos⁵⁹ fez um discurso dirigido sobre o tema, expondo às crianças o seguinte:

⁵⁹ A senhora Maria Gonçalves Bastos foi esposa do médico J. M. Gonçalves Bastos e esse doutor será mencionado no capítulo seguinte quando de uma ação que empreendeu em relação à assistência à criança.

Meus amiguinhos: Vocês sabem o que é uma boa alimentação? [...] Alimentar-se não é apenas matar a fome. Comendo manga verde com farinha consegue-se matar a fome, mas o organismo não estará bem alimentado.

A criança precisa aprender a alimentar-se bem, para ser robusta forte e corada. As crianças bem alimentadas nunca serão fracas, amarelas, inchadas, tristes, nem lhes faltará vontade para brincar ou estudar. (O ACRE, 03/11/1946, s/p).

A representação de criança enquanto uma promessa de futuro que, se bem cuidada e alimentada, torna-se garantia de uma nação forte, foi difundida no Acre conforme o que se observa na continuidade do discurso da Sra. Bastos:

Aprendam meus amiguinhos e contem para seus pais que uma boa alimentação é indispensável a todo mundo; mas é para a criança que está em crescendo, mudando os dentes, endurecendo os ossos, que estes cuidados são mais importantes.

No leite, nos ovos e nas carnes, encontramos as albuminas necessarias a formação de músculos fortes.

Os cereais, como, o milho, o trigo, o arroz, sob formas de farinha, pães etc. nos fornecem que tenhamos energia para correr, saltar e estudar.

Nas frutas e nos legumes frescos vamos encontrar as vitaminas e os sais minerais de que tanto precisam as crianças para terem bom vista, bons dentes e ossos fortes. Na manteiga e no queijo encontramos as gorduras, tão nossas conhecidas.

Comendo bem e apanhando sol a criança estará se transformando no homem forte do futuro. Meus amiguinhos: o Brasil precisa de vocês, amanhã vocês serão homens responsáveis pelo destino da Pátria.

Procurem uma boa alimentação para serem robustos, inteligentes, capazes de tornar o Brasil, a nossa amada Pátria; ainda maior, mais forte e mais respeitada. (Idem, ibidem).

Em vista disso, algumas indagações se fazem pertinentes: como as crianças e seus familiares pobres, em plena Amazônia, poderiam adquirir alimentos como os sugeridos pela Sra. Maria Gonçalves? Como poderiam adquirir carnes, leite, ovos, manteiga, queijo, cereais, legumes frescos, frutas variadas em meio a escassez? A resposta estava na crítica que ela mesma apontou. O comum para matar a fome era comer “manga verde com farinha” (*op. cit.*). O discurso apresentado não vislumbrava a possibilidade de adaptação

aos alimentos próprios da região que poderiam ter os mesmos valores nutricionais daqueles indicados.

O que se dava a conhecer, por meio das publicações e discursos, era a obrigatoriedade das famílias em providenciar alimentos adequados a sua prole. O médico Barros Barreto⁶⁰ destaca os elementos responsáveis pela desnutrição da criança: “ a ignorância, a falta de interesse e bom senso por parte dos pais são elementos de peso na desnutrição dos filhos”. Afirma, ainda, que, ao longo da sua carreira, já teve oportunidade de “ver centenas de crianças condenadas à vida sem alegria, porque são doentes, e são doentes porque não se alimentam bem”. Segundo o médico, uma criança desnutrida é mais suscetível “as doenças pela menor resistência aos agentes infecciosos; traz o crescimento deficiente; traz a alta mortalidade; traz a pouca eficiência do indivíduo adulto” (O ACRE, 20/10/1946 ,ano XVII , nº 790 p.3). O tom do discurso deixa transparecer que essa ignorância se faz pelo desconhecimento dos preceitos da puericultura, como consta na continuidade da matéria publicada durante a Semana da Criança em 1946.

E continua com o apelo aos pais:

Senhores Pais, permita que vos faça um apelo. Apelo feito por um pai que também é médico e já teve oportunidade de no exercício da profissão ver centenas de crianças condenadas à vida sem alegria, porque são doentes, são doente porque não se alimentam bem.[...] Tendes em vossas mãos o destino dos vossos filhos: tornai-os fortes, para que os embates futuros da existência os encontrem aptos para a luta de todos os dias. Procurai conhecer os Preceitos da Puericultura para segui-los à risca. (O ACRE, 20/10/1946 ,ano XVII , nº 790 p.3).

O médico encerra sua fala referendando mais uma atitude: “Plantai. Fazei de vossos quintais, hortas; de vossos terrenos, pomares”. (Idem, ibidem). O que vem a seguir, em sua fala, é o exemplo claro da responsabilização da família quanto à oferta de alimentos às crianças.

⁶⁰ O médico João Barros Barreto foi professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e Diretor de Saúde Pública e Assistência Médica-Social. (CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 20/01/1932), (DIÁRIO DA MANHÃ, Vitória, Espírito Santo, 23/05/1935).

É preciso acabar com a ação arraigada entre nós de que ao governo cabem todas as iniciativas. O governo orienta, porém pouco fará si lhe não ajudar a iniciativa popular. [...]

Senhores: A campanha em prol da criança brasileira exige de todos o máximo de esforços. Como parte da grande Pátria, vós acreanos tereis que tomar parte saliente nela, e estou certo de que o fareis, porque o vosso patriotismo, povoado sobejamente nas páginas gloriosas da História, não se negará a cuidar daqueles que, no futuro, dirigirão esse País do qual tivemos a ventura inigualável de ser filhos.

Fazei da criança brasileira um ser feliz, pela saúde, e ela mais tarde cobrirá de benção a vossa geração. E, tereis assim, contribuído para maior grandeza, prosperidade e riqueza desse glorioso, imenso e querido país, que é o Brasil. (*op.cit*).

Ao término de cada Semana, era divulgado, em forma de um pequeno relatório, o cumprimento de cada atividade planejada. Havia o engrandecimento da participação de médicos e professoras que proferiram palestras referentes ao tema. Muitas dessas homilias eram realizadas nas escolas direcionadas aos escolares e seus responsáveis. O convencimento às famílias quanto à importância de uma alimentação era atribuído aos professores, que deveriam proceder uma explanação clara e precisa, pois eram considerados os mais capazes para difundirem de forma adequada esses princípios.

A palestra proferida pela professora Maria Angélica de Castro⁶¹, Diretora do Departamento de Educação e Cultura, no encerramento da Semana da Criança, em 1946, discorreu sobre: “Fatores da Educação: meio familiar e escolar. Atitude do Educador” (O ACRE, 27/10/1946, ano XVII, nº 791, p. 3). Na dissertação, apresentou padrões de sociabilidade para o desenvolvimento das crianças, estabelecidas a partir de pesquisas norte americanas. Em sua conclusão, afirma que as crianças rejeitadas pelo seio familiar e acomodadas em instituições sociais têm seu índice de desenvolvimento mental aquém daquelas que convivem em família, indicando que seria importante a manutenção das crianças entre os familiares.

⁶¹ A professora Maria Angélica de Castro, educadora mineira, esteve à frente do Departamento de Educação e Cultura do Território do Acre a convite do então governador Major Guiomard Santos, seu conterrâneo, em meados dos anos de 1940. Estudou na Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais e trabalhou junto com Helena Antipoff no Laboratório de Psicologia da Educação em Belo Horizonte. (O ACRE, 23/06/1946) e (CASTRO, 2011). Sua atuação no Acre será tratada um pouco mais no capítulo 3.

Eram comuns pronunciamentos como este da professora Maria Angélica serem embasados em pesquisas de cunho educacional e médico. De um modo geral, as palavras proferidas durante as Semanas e nas sessões de encerramento, a tônica dos discursos exaltavam o patriotismo. Ressaltava-se o sentimento de gratidão aos órgãos oficiais, por se envolverem na causa da infância. O conjunto das expressões transparecia o caráter assistencialista das ações, identificando-as como benemerências, e não como direitos do cidadão. Também estava presente nas preleções o destaque às ações empreendidas pelo DNCr, levando a cabo seu objetivo de proteger e amparar moral e socialmente à maternidade e à infância.

As fontes encontradas nos vários números do jornal O Acre permitiram a elaboração de um Quadro contendo o tema e as atividades que foram realizadas em Rio Branco durante as Semanas da Criança nos anos de 1940.

QUADRO 3 – SEMANAS DA CRIANÇA CONFORME DIVULGAÇÃO DO JORNAL O ACRE NOS ANOS 1940

Ano	Tema	Atividades
1943	Infância Abandonada	-Distribuição de merendas e bombons; -Palestras proferidas por professoras e médicos, em relação ao tema; -Falas na Rádio Difusora Acreana por autoridades, referente ao tema da Semana; -Concurso de Robustez e premiação; -Distribuição de produtos de higiene para as mães participantes do concurso.
1944	Proteção à infância em colaboração com a Legião Brasileira de Assistência e a Campanha de Redenção da Criança	Palestras proferidas por professoras e médicos, em relação ao tema; -Falas na Rádio Difusora Acreana por autoridades, referente ao tema da Semana; - Concurso de Robustez e premiação; - Inauguração de ambulatórios - Exposição sobre Puericultura e distribuição de leite as mães que comparecessem a ela; - Inauguração da ampliação das obras do Abrigo Infantil da LBA; - Demonstração de Educação Física feita pelas crianças do Abrigo Infantil da LBA.
1945	As crianças, as atividades e a alimentação	- Não houve descrição

Ano	Tema	Atividades
1946	A criança, as atividades agrícolas e a alimentação	- Cinema; -Palestras proferidas por professoras e médicos, em relação ao tema; -Falas na Rádio Difusora Acreana por autoridades, referente ao tema da Semana;
1948	Higiene	- Distribuição de Merenda; -Palestras proferidas por professoras e médicos, em relação ao tema; -Falas na Rádio Difusora Acreana por autoridades, referente ao tema da Semana; - Veiculação de um Programa na Rádio Difusora Acreana: A Hora do Escolar. Teve a participação de alguns alunos
1949	Registro Civil de Nascimento	- Distribuição de biscoitos; - Cinema; - Exposições, (falas) na Rádio Difusora Acreana; - Início das Atividades do Lactário anexo ao Posto de Puericultura; - Entrega e Certificas aos participantes do Concurso de Robustez

FONTE: Jornal O Acre

NOTA: Não foi encontrado nos jornais do Acre, publicados em 1947, nenhuma referência à Semana da Criança nesse ano.

Foi possível perceber que nos discursos oficiais durante as Semanas da Criança em Rio Branco a criança é apresentada como um vir a ser, e a infância, por sua vez, é tratada como a fase em que as medidas médicas-higiênicas, pautadas nos princípios da Puericultura, garantiriam a formação do “homem do amanhã”.

Percebe-se que por meio do DNCr muitas ações foram empreendidas, as quais merecem reconhecimento. Porém, um aspecto bastante forte diz respeito à culpabilização direcionada pelo Estado às famílias quanto à condição de desnutrição das crianças. A pouca existência de meios concretos para provimento das necessidades dos pobres pôde ser identificada. O que houve de sólido foram as muitas homilias sobre como deveria ser a família e a criança perfeitas.

Como foi possível observar, a concepção da existência de um “problema da infância” tomou grandes proporções no país e no Acre mobilizando diversas ações no sentido de saná-lo. A constatação de que havia esse problema e que este comprometia o desenvolvimento da nação organiza-se em torno de algumas questões sociais, a pobreza, o índice de mortalidade infantil, entre outros, questões que deram sustentação ao delineamento de uma política de assistência à infância e à criança pobre. No Acre, o contexto no qual a sociedade encontra-se no período pós Segundo Ciclo da Borracha (pobreza, desemprego...) será o contexto no qual a assistência irá se estabelecer.

Nesse período, a representação de criança e infância que embasam as ações assistencialistas em Rio Branco foram identificadas enquanto sujeito pobre (criança) que dependia da assistência para garantir o futuro da nação .A infância, nesse sentido, precisava de cuidados especiais. A família foi responsabilizada como a principal instituição, a responsável pelos cuidados com as crianças e ao Estado caberia uma parcela bem menor desse compromisso. É nesse cenário que é criado, então, o Departamento Nacional da Criança, órgão governamental com objetivo de divulgar conhecimentos científicos sobre à infância e à maternidade, em relação a proteção, cuidados e assistência.

Ao lado do DNCr, nos primeiros anos da década de 1940, instituições de iniciativa privada ganharam destaque e, por um longo período, continuaram a levar adiante os serviços de assistência física, moral e material à criança e as famílias pobres, dentre elas encontra-se a Legião Brasileira de Assistência, que será tratada no capítulo que segue.

CAPÍTULO II

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA) E SUA ATUAÇÃO EM TERRAS ACREANAS: ATENDIMENTO A “GENTE POBRE ONDE HÁ CRIANÇAS”

Este capítulo trata da atuação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e da atuação da Comissão Estadual da LBA, constituída por sujeitos rio branquenses. Essa instituição apresenta-se como uma das mais atuantes em relação às demais instituições assistenciais no período. A LBA procurou prestar serviço de assistência à criança e à população pobre de Rio Branco e demais municípios, de modo que o fez a partir de orientações vinda da Comissão Central, sem, contudo, deixar suas marcas ao se apropriar das prescrições advindas da capital do país.

Sua atuação em terras acreanas teve início em 1942, durante a 2ª. Guerra Mundial. Terminada a Guerra no ano de 1945, em 1946, a LBA focou suas ações no atendimento à infância e à maternidade, pretendendo dar continuidade à Campanha em prol da Redenção da Criança.

2.1 A Legião Brasileira de Assistência: missão

O trabalho de Aldaíza Sposati e Maria do Carmo Falcão, intitulado: “*LBA Identidade e Efetividade das Ações no Enfrentamento da Pobreza Brasileira*”, publicado em 1989, constitui-se como ponto de referência importante quando o assunto é a LBA. A pesquisa foi contratada⁶² pela própria LBA ao grupo de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). O objetivo era identificar qual seria realmente a identidade da LBA e, assim, poder ampliar suas ações no combate à pobreza no Brasil. Durante o período de realização da pesquisa, “abril de 1988 a abril de 1989”, a LBA ainda estava atuando. (SPOSATI e FALCÃO, 1989, p. 7).

⁶² A que se ressaltar que por ser de uma pesquisa encomendada pode ter havido omissões quanto a alguns aspectos que se queiram ser ignorados e até reforços positivos de outros pontos que se consideravam relevantes para o momento. No entanto, coube-nos o olhar mais apurado em vista deste fato, o que nos levou a observar criteriosamente o trabalho das autoras.

As autoras introduzem o capítulo da pesquisa intitulado “DA IDENTIDADE” com o seguinte registro: “Até o início dos anos 30, o Estado brasileiro assumia a questão social basicamente como uma questão de polícia e não de política social.” (SPOSATI e FALCÃO, 1989, p. 13 e 14). Com essa afirmativa, elas permitem a reflexão a partir da perspectiva que aponta Donzelot, que apresenta a intervenção do Estado francês na constituição das famílias, para a construção da ordem social. Consultando a obra desse autor “*A polícia das famílias*”, entende-se que a atuação dessa polícia seria “não no sentido restritivamente repressivo que lhe atribuímos atualmente, mas segundo uma acepção mais ampla englobando todos os métodos de desenvolvimento da qualidade da população e da potência da nação.” (DONZELOT, 1989, p.12). Seria o uso de processos para garantir a boa execução dos papéis sociais, aumentando o poder, controle e a determinação do Estado exercidos no interior e no exterior das famílias. Traçando um comparativo com o que ocorreu no Brasil, as famílias pobres foram alvo do Estado, usando os métodos científicos e instituições para saneamento de suas necessidades.

Dentre as várias instituições que foram criadas por iniciativas particulares ou pela via pública, visando enfrentar a pobreza no Brasil, uma delas foi a **Legião Brasileira de Assistência**, criada em agosto de 1942, com a incumbência de socorrer e apoiar os soldados que participaram da 2ª. Guerra Mundial, bem como as suas famílias. Tal iniciativa não fora realizada quando da 1ª Guerra.

O compromisso assumido após a 1ª. Guerra – Tratado de Versalhes – de amparar o trabalhador foi no Brasil, saldado de forma frágil e precária pela regularização das Caixas de Aposentadoria e Pensões. O atendimento às necessidades da maioria não previdenciária se dava pelas iniciativas da rede de solidariedade civil – Santas Casas, Beneficências e Associações de Socorros Mútuos. (SPOSATI e FALCÃO, 1989, p.14).

Prevendo a repetição e ou agravamento desse quadro de precariedade, a LBA cumpre o papel com a finalidade precípua de apoiar as famílias dos soldados que participaram da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Itália. No entanto, sua assistência não se limitou a auxiliar somente a essas pessoas. Quem dela precisasse haveria de receber algum tipo de

socorro e, após o término da Guerra, a LBA permaneceu cumprindo seu papel de assistir aos necessitados. (VIEIRA, 1986), (SPOSATI e FALCÃO, 1989).

Esta instituição, ao longo de sua atuação, foi subsidiada por verbas públicas e doações de particulares, valendo-se do trabalho voluntário. Originariamente, surgiu “como uma sociedade civil” sem fins econômicos, cujo compromisso era “congregar as organizações assistenciais de boa vontade” [...] “através de convênios com tais organismos e forças sociais”, assim, auxiliando no esforço de guerra. Desde o início de sua atuação, não se identificava exclusivamente enquanto órgão público representante do governo, ou mesmo uma entidade privada. Seu papel permaneceu um tanto indefinido:

[...] é e não é, ao mesmo tempo, um órgão público; ela é formada por profissionais, mas também por voluntários; ela produz ações diretas, mas fundamentalmente atua em parcerias com a sociedade” (SPOSATI e FALCÃO, 1989, p. 14).

Durante sua existência, a LBA assumiu vários papéis: “ora benemérita, ora filantrópica, ora nacionalista, mas sempre, e acima de tudo política” (TUMERELO e SILVA, 2013, p. 340). Segundo a análise dessas mesmas autoras, o presidente da República, Getúlio Vargas, delegou à LBA o papel de assistir às famílias, no sentido de instrumentalizá-las a seguirem um determinado modelo de família, a família burguesa.

A LBA promoveria as

práticas que visavam moldar o corpo brasileiro às novas demandas de uma cultura urbana que se constituía. Buscavam-se, assim, estratégias que normalizassem e plasmassem a família dentro dos princípios da norma familiar burguesa. O Estado passaria a atuar com interventor, desenvolvendo no espaço doméstico a reorganização das famílias em torno da conservação das normas postas em evidência e da educação das crianças, segundo esses preceitos. Já a intervenção nas camadas populares centrava-se nas campanhas de moralização e higiene. (TUMERELO e SILVA, 2013, p. 340 e 341).

Como um elemento provedor de assistência, a LBA formulou meios para o enfrentamento da pobreza. Nessa perspectiva, a criança, entendida como o embrião da nação, foi alvo de medidas protecionistas da parte do

governo, que teve na LBA uma forte aliada para prestar serviços de assistência. (SPOSATI e FALCÃO, 1989).

Em décadas posteriores à sua instalação, a LBA, na medida em que profissionais técnicos funcionários do governo passaram a ocupar posições dentro da instituição, teve seu caráter governamental estabelecido. De início, suas ações estiveram vinculadas ao Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, para obras sociais, e ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para aplicação de recursos. Parte dos recursos que a LBA geriu proveio do estabelecimento de cotas entre empregadores e empregados.

Compreendida historicamente como uma extensão de sua natureza, parte inerente da condição do gênero feminino, às mulheres foram chamadas a cooperar, de forma mais incisiva, nos serviços de assistência. Como era dito na época em que a LBA foi fundada: “Pobre é coisa das mulheres que têm coração e não do governo que tem razão.” (SPOSATI e FALCÃO, 1989, p.16).

Nesses termos D. Darci Sarmanho Vargas Vargas, presidente pátria da instituição convoca “através de telegrama, as esposas dos governadores estaduais e interventores federais” para atuarem juntamente à população nas questões relativas às necessidades decorrentes da guerra, pelas quais o Brasil atravessava. (VIEIRA, 1986, p. 189).

2.1.2 Um pouco mais sobre a condição legionária da mulher

As nossas patrícias, à mulher brasileira – que tantos e tão nobres exemplos tem dado de sua bravura nas horas difíceis – a senhora Darcy Vargas, com a fundação da Legião Brasileira de Assistência, já indicou a posição que lhe cabe.

Assim em todo o território nacional, mesmo nos mais longínquos recantos, onde houver uma povoação, haverá, uma identificação de trabalho de esforço com todos os núcleos uma sede da Legião Brasileira de Assistência.

Cada um desses núcleos, na utilidade dos serviços que vai prestar, traduzirá toda uma longa série de contribuições: desde o agasalho tricoteado em longas vigílias pelas mãos que o trabalho de um dia inteiro abençoou, até as grandes contribuições em dinheiro.

E elas estão atendendo em massa ao chamamento do dever, aumentando, a cada dia que passa, com a criação de núcleos

estaduais e municipais, essa Legião Brasileira de Assistência que só será maior do que o próprio Brasil. (A. N.). (O ACRE, 01/01/1943, ano XIV, nº 675, p.1).

Esse chamamento às mulheres brasileiras para atuarem junto à Legião Brasileira de Assistência gerou uma identificação como verdadeiras missionárias, mulheres benevolentes, cuja missão as designara a “assistir carinhosamente os homens” que estavam lutando pelo país, de forma que elas pudessem “fortalece-lhes o ânimo para grandiosos triunfos”. Esse perfil se concretizou em praticamente todos os estados brasileiros e, provinha da atuação de uma mulher cuja imagem era pública, Darci Vargas, representação que era passada com um forte apelo ao “[...] papel que cabe à mulher brasileira hoje. Dela também, o Brasil espera o cumprimento do dever, convocadas a compor o exército de legionárias.” (O ACRE, 23/01/1944, ano XIV, nº 730, p.1).

O regimento de mulheres destacava que:

as nobres filhas deste grande país”, tinham um papel a cumprir na guerra, que era o de fazer sacrifícios em nome da Pátria, cedendo seus pais, seus filhos, seus maridos, seus noivos, e, ainda, estarem disponíveis para trabalhar pela “Vitória do país”, na Legião Brasileira de Assistência” (SIMILI, 2015, s/p, grifos da autora).

O cumprimento do dever da mulher, naquele tempo de guerra e de necessidades tão especiais em que o país estava submerso, deveria ser enfrentado com a parcela de contribuição de todos e, em especial, com o engajamento das mulheres nas fileiras da Legião.

Essa foi uma forma encontrada para introduzir as mulheres no contexto da Guerra e, por meio da imprensa, veículo de manipulação de interesses e intervenção na vida social, projetou geometricamente um padrão, uma maneira de agir e se comportar e, no caso das legionárias, ajudou a forjar espírito voluntário, submisso e altruísta. Sposati e Falcão (1989) ressaltam que a função da mulher, a partir desse momento, fortalece-se em torno das questões sociais mais adversas e que a incumbência da LBA foi mobilizar a sociedade civil como um todo e, principalmente, a mulher brasileira.

Essas mulheres, como destacou Simili (2008), seguiram o perfil de atuação de Darci Vargas, que fundou um modelo a ser seguido enquanto

esposa de homem público, enquanto mulher da elite, mas não somente para as dessa classe social, para todas as demais mulheres. Todas as mulheres poderiam se voluntariar ao trabalho, a alguma função dentro do papel de legionária.

As questões sociais e assistenciais relacionadas ao feminino, à maternidade, à infância estiveram na agenda da atuação das mulheres em vários campos da política, criando uma história das mulheres na política social e assistencial. [...] Darcy Vargas, que por intermédio da organização de associações e entidades assistenciais traz as marcas das representações presentes no universo feminino da época de que a mulher tinha um papel a cumprir na sociedade, que era o de ser esposa e mãe e que suas causas deviam ser em defesa de problemáticas relacionadas ao sexo feminino e que a ele diziam respeito, tais como a maternidade e a infância (SIMILI, s/d p.3)⁶³

Darci Sarmanho Vargas foi esposa do Presidente da República Getúlio Vargas, e esteve durante a vida pública de seu marido e, depois que seu marido deixou a política, envolvida com questões relativas às obras sociais e filantrópicas, sendo essa a sua maneira de fazer política. Antes de ser a primeira dama da nação, Darci já prestava assistência aos pobres quando, no Rio Grande do Sul, sua terra natal, criou em 1930, a Legião da Caridade⁶⁴. Com a ocupação do posto de primeira dama, Darci Vargas, ao longo do período chamado de - A Era Vargas – (1930 a 1945), manteve-se à frente da Instituição que, posteriormente, levou seu nome.

⁶³ Nesse texto, Ivana Simili apresenta algumas reflexões sobre a pesquisa que realizou na sua tese de doutoramento. Esse material está disponível em:< http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/l/Ivana_Guilherme_Simili_42.pdf> . Acesso em 02/12/2015.

⁶⁴ Segundo Simili (2004), a Legião da Caridade foi criada em 1930. Tratava-se de uma associação de mulheres da elite rio-grandense, cujo trabalho era fornecer alimentos, roupas e, de modo geral, o que pudesse auxiliar as famílias dos homens apoiadores de Getúlio Vargas.

FIGURA 8: SENHORA DARCI VARGAS



FONTE: Casa do Pequeno Jornaleiro⁶⁵

Uma das primeiras ações de iniciativa de Darcy Vargas, que se estendeu ao território acreano, foi a instalação **da Instituição de Assistência Social Darcy Vargas**⁶⁶, criada, em Rio Branco, pelo Decreto nº. 91 de 29/04/1940. Por meio da composição da diretoria dessa instituição, publicada em 03/05/1940, a participação das mulheres fica clara. O documento apresenta as mulheres da sociedade rio-branquense assumindo os cargos nessa instituição da seguinte forma: como presidente a Sra. Alaíde Araújo Martins (esposa do governador); vice presidente a Sra. Ziuda Martins; 1ª secretária a Sra. Adélia Bezerra. 2ª. Secretária a Sra. Graciliana de Araújo Jorge; e tesoureira a Sra. Teodozia de Medeiros. A ocupação desses cargos dá indícios do que Simili (2004) destacou sobre a imagem de Darcy Vargas ter levado as mulheres, esposas, mães e filhas de políticos, ou de pessoas da elite econômica ou mesmo intelectual, a se envolverem nas políticas públicas pelo viés da assistência. Todavia, isso foi um processo

⁶⁵ Esta imagem encontra-se disponível em:< <http://www.fdv.org.br/default.asp>>. Acesso em 08/02/2016.

⁶⁶ Em determinados números do Jornal O Acre essa Instituição é chamada também de Centro de Assistência Social Darcy Vargas Nº 1.

gradual, como pode ser identificado logo mais adiante, na composição inicial da Comissão Estadual⁶⁷ da LBA .

Darci Vargas exerceu um papel de destaque enquanto mulher pública, principalmente em se tratando dos anos 30 e 40 de 1900. Segundo Simili (2008), seu envolvimento com as causas sociais relacionadas ao gênero feminino, à infância e à maternidade permitiu que mantivesse, assim como outras mulheres atuantes nas causas dos pobres, o trabalho voluntário para a realização de um projeto que se instituía enquanto assistencial-governamental.

Como o próprio nome sugere, Legião se refere a um exército, “LBA, o nome é sugestivo: Legião! Aqui no Acre, (...) seremos coortes que reunidas formarão a imensa Legião Brasileira de Assistência; o exército pacífico do bem em luta contra o mal!”. Este exército, constituído, em sua maioria, por mulheres beneméritas, teve como meta vencer a batalha das mazelas da sociedade, resultado dos diversos arranjos sociais. (O ACRE, 08/11/1942, ano XIII, no. 667, p. 8).

A “coorte” no Acre formou a Comissão Estadual da LBA, em novembro de 1942. Esse grupo de pessoas veio a ser constituído por uma diretoria presidida pela Sra. Isolette Cavalcanti Coelho, esposa do governador Cel. Luis Silvestre Coelho. Os demais componentes foram:

(...) sr. José Fecury, secretário geral; Sr. Eduardo Assmar, tesoureiro” e como “ VOGAIS” : “ sr. Cte. Antonio Moraes, sr. Adolfo Barbosa Leite, sr. Ovidio Alencar Araripe e sr. Waldomiro Moura. – Conselho Consultivo. Assistência Social – Dr. José Lopes Aguiar, dr. Jaime Mendonça; frei José Carneiro de lima, d. Ana Ajuricaba Tavora de Oliveira Pinto, Assistência Sanitária: Dr. Wagner Eleutério. Assistência educacional e moral: Dr. Antônio Franzem Bhering. Assistência econômica: Sr. Veríssimo do Couto Junior, dr. Pimentel Gomes, sr. Guilhermino Bastos. Transportes: cel. Luiz Miranda Leal. Defesa passiva: Major Fontenele de Castro. Estatística: sr. Raimundo Nobre Passos. Imprensa e radio: sr. Felipe Pereire, professor Humberto Costa, e professor Laonte Só. (O ACRE, 01/11/1942, ano XIII, no. 666, p. 8).

⁶⁷ Embora se tratando do Território do Acre, foi somente após o segundo momento de atuação da LBA, período posterior ao término da 2ª. Guerra, que a Comissão Estadual passou a ser referida como Comissão Territorial.

FIGURA 9: D. ISOLETTE CAVALCANTI - PRESIDENTE DA LBA EM 1942



FONTE: Jornal o Acre 30/05/1943

A presença de mulheres à frente do trabalho realizado pela LBA, no Acre, a princípio, se deu com as senhoras Isolette Cavalcanti Coêlho e a D. Ana Ajuricaba Tavora de Oliveira Pinto, presidente e vice-presidente, respectivamente. Diante disso, a presença das mulheres nos postos de comando manteve-se discreta, o que ocorreu especificamente nesse início. A presença delas de forma mais explícita deu-se nos serviços de apoio.

A matéria a seguir expõe a solenidade de posse dos membros da Diretoria da LBA, formada por momentos distintos:

- 1- Hino Nacional
- 2- Abertura da sessão, pelo Excelentíssimo Senhor Cel. Governador.
- 3- Posse da Exma. Sra. Presidente da Comissão
- 4- Discurso sobre a Legião Brasileira de Assistência, suas finalidades e apelo aos corações femininos acreanos.
- 5- Leitura dos Estatutos, pelo secretário.
- 6- Discurso de uma acreana em resposta ao apelo feito às mulheres do Acre. (O ACRE, 01/11/1942, ano XIII, no. 666, p. 8)

Um Hino foi composto em nome da LBA, com a intenção clara de convocar mais mulheres a se alistarem nesse legião, como destaca-se na letra:

A Voz da LBA

por Laonte Só

I
 Vinde mulher brasileira
 Na legião vos alistar
 Vireis a vossa bandeira
 Vitoriosa a tremular

II
 Sereis guia dos órfãos da guerra
 O conforto dos soldados
 Que ao defender nossa terra
 Deixarem os seus desamparados

III
 Pelos campos de batalha
 Passo firme, corajosas,
 Ao som do surdo da metralha
 Marchareis orgulhosas

IV
 Empunhando o fuzil
 De conforto e caridade
 Tudo pelo Brasil
 País sublime de liberdade

(Idem,ibidem).

É fortemente marcado o imperativo à participação das mulheres no serviço de assistência. Porém, elas estiveram, como constatou-se nessa década, sob a sujeição do gênero masculino, como demonstra a fala da Sra. Isolette Cavalcanti:

Mais uma vez a mulher brasileira se mostra à altura das circunstâncias e de sua finalidade histórica. Destinada pelo Creador para ser companheira do homem, recebeu de Deus um conjunto de qualidades sutis de previdência, intuição e suavidade, que completam a inteligência, a decisão e a força masculina. (...) fui designada pela Presidente da Comissão Central, exma. sra. D. Darci Sarmanho Vargas em caráter definitivo para presidente da C. E. Cabe-me pois, a incumbência honrosa de em seu nome, apelar para a valiosa cooperação de todos os presente e de retransmitir, de modo especial, às mulheres, brasileiras do Acre, o seu apelo textual.

Visto as grandes dificuldades que nosso país atravessa a mulher brasileira será chamada a cumprir importante missão na proteção da família de nossos bravos soldados e na execução de todos os deveres cívicos que forem necessários.(O ACRE, 08/11/1942, ano XIII, no. 667, p.1 e 8).

No Acre, o apelo à participação das mulheres é feito com a retransmissão do discurso da presidente nacional da LBA, a sra. Darci Vargas, com objetivo de enfatizar a importância delas em cumprir com seu papel nato de provedora de cuidados e assistência. As funções que essas mulheres deveriam desempenhar seriam de: - visitadoras dos pobres levando-lhes recursos materiais - roupas, redes, cobertores, mosquiteiros, alimentos - e conforto espiritual e moral; samaritanas socorristas para acudir os doentes, acidentados e, ainda, deveriam exercer a função de assistentes educacionais, econômicas; orientadoras vocacionais para o trabalho; assistentes sanitaristas, cujo papel seria de disseminar uma campanha de higienização e saneamento geral. Esse aspecto higienista abrangeria a inspeção de casas, hospitais, além de orientações quanto à necessidade de se ter uma boa alimentação. (O ACRE, 14/02/1943), (O ACRE, 19/04/1943), (O ACRE, 23/05/1943), (O ACRE, 20/06/1943) e (O ACRE, 31/10/1943).

Quando da realização das visitas, as voluntárias da LBA deveriam seguir as orientações prescritas em uma publicação da **Associação de Proteção à Infância**⁶⁸, editada pelo Ministério da Educação e Saúde (MES), na qual consta minuciosamente como estas visitas deveriam ser.

Um serviço importantíssimo que deve ser organizado desde logo é o das visitas às casas de **gente pobre onde há crianças**. As senhoras que se quiserem dedicar a este trabalho, que exige muita dedicação, tenacidade, paciência e verdadeiro espírito criativo devem reunir-se para combinarem entre si como realizá-lo. O melhor é dividir os Municípios em zonas, tendo em vista principalmente a localização das habitações da **gente pobre**, ficando então, cada zona entregue a uma ou duas senhoras [...] as visitadoras farão **indagações sobre as crianças**, sobretudo as de colo, procurando vê-las e verificando o seu estado de saúde, os seus alimentos, os cuidados que as mães tem com elas, as condições de

⁶⁸ O DNCr implementou a criação de uma “cadeia de associações visando o esforço colectivo em favor da infância no país”. No ano de 1940, foram estabelecidas, aproximadamente, duzentas Associações. (CORREIO DA MANHÃ, 03/10/1940).

habitação, os recursos da família. Indagarão se já estão batisadas e inscritas no Registro Civil e ajudarão a cumprir um ou outro destes deveres. Procurarão aconselhar boas práticas de higiene, amamentação natural, boa qualidade e preparo conveniente dos alimentos, horas certas e refeições, asseio, modo de evitar doenças e outras praticas salutareas. Convidarão às mães a levarem as crianças ao consultório, as que não estão doentes para serem pesadas e as que estiverem para serem tratadas. Em relação aos meninos mais crescidos, indagarão se a vão escola, se trabalham e que espécie de trabalho executam, e quanto ganham. (O ACRE, 08/08/1943, ano XIV, nº706, p.3, grifos meus).

Foram elaborados questionários para coletar informações sobre as condições sociais das famílias visitadas e “coupons de controle” foram entregues a cada uma das pessoas conforme identificação prévia de suas necessidades e, com eles, foi realizada a “distribuição de auxílio”. As visitas foram organizadas em dias e horários conforme a disponibilidade de cada uma das 28 visitadoras. Observa-se que [...] “instruções e diretivas de serviço tanto para a parte técnica do serviço assistencial, como para a parte moral, que requeria tato e prudência, qualidades peculiares às abnegadas voluntárias visitadoras”. (O ACRE, 20/12/1942, ano XIII, no. 673, p.1). Estas orientações para o trabalho foram repassadas pela presidente da Comissão e pelo Diretor do Departamento de Geografia e Estatística, sr. Nobre Passos.(Idem, ibidem).

As orientações que as visitadoras receberam quanto ao seu procedimento ao adentrarem no ambiente da **gente pobre** faz-nos remeter à análise de Vieira (1986), quando se refere à “instauração de várias ordens” dentro do processo de “modernização urbana” que o país buscou no início do século XX. As casas da **gente pobre**, analogamente, podem ser consideradas como “lugares insalubres, pestilentos, degradatórios” em que uma criança não deveria viver. (VIEIRA, 1986, p. 3).

Respaldadas pelas orientações do Ministério da Educação e Saúde, essas visitadoras executavam, no sentido foucaultiano, por meio de práticas e ações, a regulação da vida cotidiana da **gente pobre** e das **crianças**. Sem que houvesse uma lei, procurava-se normatizar e moralizar determinados comportamentos considerados nocivos.

Essa função de visitadora era uma das ações desempenhadas pelas mulheres voluntárias. O chamado a se voluntariar abrangia todo tipo de trabalho considerado próprio do gênero feminino, em tempo integral ou parcial. Mesmo aquelas que tinham uma jornada de trabalho fora de casa foram, também, convocadas.

Mas, apesar da ênfase na participação feminina, a nenhuma pessoa seria permitido escusar-se de envolver-se no movimento em prol da nação e, nas palavras de Isolette Cavalcanti Coêlho, “Ninguém tem o direito de permanecer indiferente e inútil: Homens e mulheres, velhos e crianças, todos são chamados a prestar serviços” (O ACRE, 08/11/1942, ano XIII, no. 667, p. 6).

As atividades que a LBA desenvolveu no Acre foram largamente registradas nos jornais com ênfase na colaboração em criar soluções aos problemas relativos à pobreza. O envolvimento da elite rio-branquense⁶⁹ junto a LBA também foi amplamente divulgado pelos impressos locais.

O trabalho desempenhado pela LBA no Território acreano, não se voltou em seus primeiros anos de existência, às ações em socorro das famílias dos soldados que foram à Guerra, visto que em levantamento realizado junto às famílias dos convocados do Acre, elas não necessitavam de auxílio por parte da instituição. (O ACRE, 07/02/1943).

O que predominou foi o atendimento aos migrantes nordestinos que vieram para o Acre e foram viver na floresta, trabalhar, em sua maioria, como soldados. Todavia, na produção de borracha. Brasileiros, nordestinos, principalmente do estado do Ceará, vieram para a região Amazônica fugindo da seca que assolava sua região. Essas terras pareciam-lhes uma boa solução, de modo que, influenciados pela Campanha do governo federal em prol da ocupação da Amazônia, muitos deles acabaram se estabelecendo no Acre.

⁶⁹ Essa elite econômica e intelectual, na ocasião, era composta dos seguintes sujeitos: comerciantes locais, advogados, professoras e professores, primeira dama do governo e alguns funcionários públicos.

O artista plástico suíço, Jean Pierre Chabloz⁷⁰, foi contratado para fazer os cartazes da Campanha de ocupação da Amazônia, no intuito de convencer os sujeitos a migrarem para as terras amazônicas.

FIGURA 10: CAMPANHA PARA INCENTIVAR A MIGRAÇÃO DOS NORDESTINOS PARA A AMAZÔNIA



Fonte: Acervo Jean Pierre Chabloz-UFC⁷¹

⁷⁰ Jean Pierre Chabloz nasceu em 1910, em Lausanne, Suíça. Estudou em várias instituições europeias de Artes Plásticas, tais como: Belas Artes de Genebra, Academias de Belas Artes de Florença e de Milão Academia de Brera, na Itália. Um razoável acervo de suas produções em grafite, crayon, bico de pena, podem ser encontradas no Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará. No ano de 1943, já morando no Brasil, foi convidado pelo governo de Getúlio Vargas a ser o responsável pela divisão de Propaganda do SEMTA durante a Campanha da Borracha. (MORAES, 2012).

⁷¹ O acervo do artista plástico encontra-se no – Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará – UFC, mas para esta pesquisa foi encontrado no link: <http://www.ariquemesonline.com.br/noticia.asp?cod=281929&codDep=31>. Acesso em 03/12/2015.

Como destaca Neves (s/d), as imagens produzidas por Chabloz produziram uma expectativa positiva em relação ao que o migrante encontraria pela frente, porém uma representação nada real.

Espalhadas pelas esquinas, nas paredes das casas e nos bares, a colorida propaganda oficial garantia que todos os trabalhadores teriam passagem grátis e seriam protegidos pelo SEMTA⁷². Histórias de enriquecimento fácil circulavam de boca em boca. "Na Amazônia se junta dinheiro com rodo." Os velhos mitos do Eldorado amazônico voltavam a ganhar força no imaginário popular. O paraíso perdido, a terra da fartura e da promessa, onde a floresta era sempre verde e a seca desconhecida. Os cartazes mostravam caminhões carregando toneladas de borracha colhidas com fartura pelos trabalhadores. Eram imagens coletadas por Chabloz nas plantações da Firestone na Malásia, sem nenhuma conexão com a realidade que esperava os trabalhadores nos seringais amazônicos. Afinal de contas, o que os flagelados teriam a perder? (NEVES, s/d)⁷³.

Essa Campanha fez parte do programa de governo chamado "Marcha para o Oeste". Buscou-se, por meio dele, a "integração econômica nacional a partir da colonização de regiões consideradas longínquas e desabitadas" (ANDRADE, 2010, p. 458-459). O movimento da Marcha para o Oeste "significava um novo bandeirismo, porém planejado, sobre bases racionais, por vias estatais" (SCHWAB, 2009, p.7). Neste período nacionalista, a Marcha pretendeu colonizar as terras desde a região Centro-Oeste até a Amazônia. O sentido dos discursos para efetivação deste desígnio foi de envolver a população em uma "unidade ético-cultural, econômica, política e, principalmente, no pertencimento desse povo a nação brasileira" (PEREIRA, 1997, p.117).

Devido aos ideais do projeto nacionalista, a condição geopolítica da região Amazônica exigiu a presença do presidente Getúlio Vargas no ano de

⁷² SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, órgão governamental criado em novembro de 1942 com o objetivo de recrutar pessoas para trabalhar nos Seringais.

⁷³ O texto citado é de autoria de Marcus Neves, já referenciado anteriormente. Trata-se de uma reportagem que ele concedeu à Revista História Viva. Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a_heroica_e_desprezada_batalha_da_borracha.html. Acesso em: 03/12/2015. Atualmente, Marcus v. Neves reside na capital acreana e sua atividade profissional está imersa em re(construir) a história do Acre.

1940. A vinda do presidente, segundo Andrade (2010), significava muito, pois “ [...] nenhum presidente havia feito o mesmo trajeto de Vargas pelas regiões mais remotas do país, lançando o programa durante visitas a diversas localidades, incluindo os estados constituintes da Amazônia.” (ANDRADE, 2010, p. 459).

A visita foi planejada e interpretada como um salutar exemplo da importância e valorização da região demonstrando a premente necessidade de ocupação do Norte do país e da Amazônia, em especial. O mesmo autor ressalta que o programa de governo de Getúlio Vargas, devido a este caráter permeado de simbolismos, na prática, não obteve resultados, como se apregoava nos discursos oficiais, apenas os ecos das vozes permaneceram e foram reproduzidos com o sentido de nacionalismo, sendo repetida a fala de que este lugar tão promissor contribuiria em muito para o progresso da nação. (ANDRADE, 2010). Essa campanha, aliada ao contexto de exasperação em que os nordestinos se encontravam, se efetivou com a migração deles para vários estados dessa região, e o Acre, como já destacado, os recebeu em grande parte.

Segundo Villar (2014), a formação de um exército para produzir borracha teve início em 1942, pois a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial como aliado dos Estados Unidos, possibilitou a produção do látex em grande escala, visto ser um importantíssimo elemento para a indústria bélica. Na ocasião, a Malásia, a maior produtora de látex, estava sob o poder do Japão, e o Brasil possuía um estoque de 300 mil árvores. Nada mais indicado do que ajustar essa produção às necessidades e, portanto, o Segundo Ciclo da Borracha estava em curso. Iniciava-se a Batalha da Borracha. Segundo levantamentos oficiais, de acordo com o que atesta Lobato (2014), em torno de 55 mil migrantes se deslocaram para a Amazônia, dentre os quais 19 mil eram dependentes dos soldados da borracha.

O próprio nome da empreitada de elevação da produção gomífera, Batalha da Borracha, indicava que o vale amazônico agora estava conectado aos dilemas das forças aliadas e ao movimento transnacional [...] Ao mesmo tempo, o governo varguista apresentava esta empreitada como uma solução para os “problemas nacionais”: a ocupação e colonização de “espaços vazios” (LOBATO, 2014, p.12)

Em vista desse cenário, a LBA prestou assistência aos brasileiros que vieram da região Nordeste extrair o látex em terras acreanas. Essa

problemática foi alvo de reunião do Conselho Consultivo em que foram discutidos: “[...] assuntos de caráter social para os quais se alvitram soluções e medidas tendentes a removê-los, despertando entre todos, maior interesse, o de assistência aos migrantes nordestinos”. (O ACRE, 22/11/1942, ano XIII, no. 669, p. 1). Para tanto, um plano de ação foi elaborado e posto em prática. O plano, à princípio, encetou a “confecção de vestuários de toda natureza no que têm contribuído o auxílio do comércio e as voluntárias que ali vão prestar seus serviços” (O ACRE, 29/11/1942, ano XIII, no. 670, p. 6). A exemplo do que fora designado pela D. Darci Vargas.

Além das voluntárias formadas pela instituição, as mulheres também aderiram a outras espécies de trabalho voluntário. Surgem as legionárias da costura, responsáveis pela produção de materiais médico-hospitalares para serem usados no front de guerra e de roupas para serem doadas aos soldados [...]. (SIMILI, s/d, p. 5). (*op.cit*).

Dando prosseguimento ao plano de atuação, a LBA fez parcerias com órgãos públicos, na medida em que as necessidades foram mapeadas. O discurso usado para conseguir o apoio de parceiros anunciava a emergência de atender as famílias pobres, os “irmãos brasileiros que tem tido a sorte por madrasta” (O ACRE, 29/11/1942, ano, XIII, n.670, p. 6).

A LBA teve a preocupação de verificar quem foram os convocados para a Guerra. A instituição tomou a iniciativa de contatar o Sr. Cel. Joaquim Tavares de Souza, chefe da 29ª. C. R., solicitando uma relação completa dos convocados “às fileiras do Exército, em 1942 e 1943”.

Foram eles:

José Tavares de Souza, filho de Joaquim Tavares de Souza (o próprio filho do coronel), residente em Cruzeiro do Sul-Acre; Natanaél çAlbuquerque, filho de Natanaél Albuquerque, residente em Manaus; Raimundo Hermínio Mélo, filho de Abel Vieria de Melo, residente em Rio Branco; Wilson Dourado S. Leitão, filho de Alexandre Santos Leitão, residente em Rio Branco; Edson Maia, filho de Elias Maia, residente em Rio Branco; Jeová Pereira Silva, filho de Juvencio Pereira Maia, residente em Rio Branco; Aduardo Pereira Silva, filho de Francisco Pereira Silva, residente em Rio Branco; Carmélio Maia, filho de Antonio Alves Maia, residente em Xapurí; Raimundo Caldas, filho de João Corrêa Caldas, residente em Xapurí; Manoel Valdenâncio de Farias, filho de João Evangelista de Farias, residente em Cruzeiro do Sul; Paulo de

Carvalho Lessa, filho de Antonio Teofilo Lessa, residente em Seabra; Raimundo Acacio Amaral, filho de Pedro Acacio Menezes, residente em Brasília; Waldomiro Marques Costa, filho de Eustáquio Marques Costa, residente em Seabra; Hilário Alves Meiréles, filho de José Joaquim Meiréles; Ubaldo de Souza Barros, filho de Antonio Corrêa de Barros, residente em Xapurí; Astolfo Margarida Souza, filho de *Maria José de Souza*, residente em Bôca do Acre; Hugo Felix de Souza, filho de Manoel Felix de Souza, residente em Rio Branco; José Vicente de Souza, filho de João Vicente de Souza, residente em Rio Branco; Francisco Barbosa Pinheiro, filho de Manoel Pinheiro de Brito, residente em Brasília; Heitor dos Santos Lopes, filho de Raimundo dos Santos Lopes, residente em Antimarí; Orlando Vieira da Mota, residente em Sena Madureira; Raimundo Ferreira, residente em Brasileira; Pedro Feitosa de Castro, residente em seringal Agrião Norte R. Envira; Servulo Moreira Braga, residente em Sena Madureira. (O ACRE, 24/01/1943, ano, XIV, nº 678, p.1).

Um total de 24 jovens, 23 do Acre e um de Manaus, foi convocado para a 2ª. Guerra Mundial. A matéria do jornal destaca que:

[...] informações que se colheram, graças a uma campanha bem orientada no sentido de procurar atender às necessidades porventura existentes nos lares acreanos dos jovens convocados ao serviço da Pátria, verificou-se não se acharem as famílias dos mesmos em situação econômica susceptível de amparo, merecendo, entretanto o conforto moral que essa sublima instituição não vacila em espalhar como as fragrâncias das florações opulentas que ostenta o espírito ilibado da mulher patricia. (O ACRE, 07/02/1943, ano XIV, nº 680, p.1).

No entanto, na primeira página do citado periódico, no dia 14/02/1943, havia uma nota em que a LBA afirma ter encontrado uma família em condições de penúria, pois o arrimo dessa tinha sido convocado à Guerra. Nessas duas matérias, há a exaltação ao papel da mulher, ressaltando sua função em ajudar na defesa da soberania nacional “nesta hora em que só os povos fortes têm o direito de viver.” (O ACRE, 24/10/1943, ano XIV, nº 678, p.1). A alusão aos povos fortes deixa transparecer o intenso apelo à concepção eugênica de aprimoramento da raça, objetivo perseguido durante o processo de busca pela modernização do país, cabendo à mulher amar e se doar incondicionalmente à causa sublime da grande nação.

A publicação na Revista “Vida Doméstica”, voltada para a mulher e o lar, que circulou no Rio de Janeiro entre os anos de 1920 à 1962, serve de

referência para ilustrar como a instituição envolveu as mulheres à participarem das ações em prol do “esforço de guerra”. (SPOSATI e FALCÃO, 1989).

FIGURA 11: A MULHER LEGIONÁRIA EM AÇÃO

AS páginas da História do Brasil, amareladas pelo tempo, que, inexorável leva na voragem dos anos, exemplos belos de amor à Pátria, não pôde destruir, nem apagar a memória dos feitos da Mulher Brasileira, a heroína anônima de uma nacionalidade...

Gritando mais alta que o rimbomb dos canhões, a consciência da Mulher do Brasil se elevou sobre este mundo dell'quero, e ela, intrépida, como sempre, desde o tempo histórico das Bandeiras à guerra sangrenta do Paraguai, se apresentou mais uma vez para servir a sua Pátria, numa abnegação sem limites, oferecendo-se e ofertando seus filhos, esposas, noivos e irmãos para servir e morrer por Brasil, si preciso fosse...

Criada com esse espírito e fortalecida com as lições dolorosas de outros povos que sucumbiram, surgiu a Legião Brasileira de Assistência, que, como



A sra. Amaral Pinheiro em companhia de Ministro Souza Costa, visita o Presidente da República, por ocasião da rubrica das primeiras notas em circulação, destinadas ao auxílio em benefício da L. B. A.

primários socorros às vítimas de bárbaros torpedamentos, acalá um pouco de alegria num lar pobre, mostrou em toda a Mulher Brasileira, a sua coragem inquebrantável, o seu estoicismo admirável...

Um golpe doloroso da fatalidade afastou d. Darcy Vargas — embora por um pequeno lapso — dos patrióticos e desinteressados afazeres da “sua” L. B. A. Não ficou vago estritamente, o posto de presidente da Legião Brasileira de Assistência. Substituiu-a sua dedicada filha e prestígio colaboradora, d. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que já dera tão sobejas provas de saber seguir com zelo e espírito altruísta e humanitário as diretrizes modernas. Com vasta experiência que lhe havia dado os afazeres da presidência da L. B. A. no Estado do Rio, pôde a sra. Amaral Peixoto manter a L. B. A. numa segura orientação de trabalho eficiente e produtivo.

E a Legião vai prestando os seus valiosos serviços de guerra, na retaguarda, cuidando dos convocados, promovendo campanhas destinadas a proporcionar-lhes conforto e segurança, ajudando à família dos que se acham incorporados às fileiras do glorioso Exército Nacional, e cuidando com carinho dos órfãos de proteção à infância e à velhice desvalidas, essa pujante organização vai vencendo duras etapas...

Reflete, embora não nos seus profundos sentimentos de mãe caríssima, retornou d. Darcy Vargas ao seu posto de trabalho e fadiga na L. B. A. Foi com grata satisfação que o povo brasileiro recebeu essa notícia. Notícia que tem o dom de despertar novas energias e robustecer o espírito de sacrifício de todos os brasileiros em horas amargas como as que atravessamos...

A Legião Brasileira de Assistência surgiu com a guerra, mas não morrerá com ela... Viverá para sempre como um marco milenário de heroísmo e intrepidez da mulher dessa Pátria banhada por “verdes mares bravias” e “gigante pela própria natureza”. Viverá para sempre como símbolo de um mundo melhor, um mundo isento de ódio e miséria, um mundo que virá após guerra...

As crianças de hoje serão a Pátria de amanhã... É preciso cuidar delas com carinho para que o Brasil seja forte, grande e respeitado no cenário das nações.

o seu próprio nome indica, é uma legião que presta assistência moral e material aos menos favorecidos pela sorte. Obra grandiosa, fruto da bondade e operosidade da primeira dama do país, d. Darcy Dornelles Vargas, foi a criação da Legião Brasileira de Assistência a consequência lógica de uma série de iniciativas proveitosas, em bem dos desam-



B.



O Serviço do Combate encaminha às distantes plagas desse imenso Brasil toda a correspondência destinada aos soldados...

parados da fortuna, que já haviam surgido do coração carinhoso daquela que não sabe viver sem praticar o bem.

“Casa do Pequeno Joraleiro”, “Casa das Meninas”, “Natal dos Pobres”, são todos lembretes de ação de um espírito elevado, servindo na paz à dignidade da nacionalidade. Mas, com a guerra, mais era preciso fazer.

Fatida na sua soberania, enlutada pela morte traiçoeira dos seus filhos, o Brasil levantou-se congregando esforços para a luta. E surgiu então a L. B. A. Levando aqui, consólio; lá os

Um aspecto de Almoçaria e o vende-se as peças de fazenda destinadas aos soldados do Brasil e às famílias pobres.



A

◀ SIMBOLO DE TRABALHO E BONDADE ▶
◀ DA MULHER BRASILEIRA ▶

FONTE: Revista Vida Doméstica-RJ Novembro de 1943

2.2 Assistência aos soldados da borracha

Com a “missão de legionária da sociedade, a LBA foi instalada em 1942, registrando-se no Ministério de Negócios Interiores, a primeiro de outubro, como sociedade civil de finalidades não econômicas” (SPOSATI e FALCÃO, 1989, p.14). Desde sua origem, a LBA desenvolveu “serviços de assistência social, sob a ideia de prosseguir em suas atividades quando se normalizasse a situação internacional, com a vitória dos países aliados” (VIEIRA, 1986, p. 190).

Em seguida a esse período de conflitos, “nos tempos de paz”, como consta no Estatuto de criação da instituição, várias outras ações deveriam ser realizadas, auxílios em: “calamidades públicas, como no caso das secas, enchentes, etc.”. (SPOSATI e FALCÃO, 1989, p. 15). Ela se faria presente prestando amparo aos atingidos. Anos mais tarde⁷⁴, segundo Rizzini e Pilotti (2009), a partir de 1945 suas ações foram direcionadas a combater os problemas da maternidade e da infância desprovidas material e socialmente, desvinculando-se, gradativamente, das famílias dos convocados da Guerra.

É notória a rapidez com que se deu a instalação de uma representação da LBA no Acre, datada de 01/11/1942. Pouco mais de dois meses após ter sido instalada no Rio de Janeiro a Comissão Central, sob a liderança da primeira dama, com a devida incumbência de levar a cabo a assistência ora mencionada, bem como o enfrentamento da pobreza.

É visível, ainda, o caráter eminente de agente agregador entre as iniciativas públicas e privadas, conforme a contribuição mensal destinada à LBA, estabelecida pelo Decreto-lei no. 4.830 de 15/10/1942:

Art. 2º. O Governo assegurará à L.B.A., por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, uma contribuição especial, constituída:

a) de uma cota mensal correspondente à percentagem de 0,5% (meio por cento) sobre o salário de contribuição dos segurados de Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões,

⁷⁴ De acordo com Viera, no ano de 1944, “a LBA já estava presente em 1.562 municípios brasileiros, consolidando-se como a primeira instituição de assistência social de âmbito nacional”. (VIERIA, 1986, p. 191).

e descontada juntamente com a contribuição devida a tais instituições;

b) de uma cota mensal a ser paga pelos empregadores, de importância igual àquela prevista na alínea anterior, e recolhida juntamente com a dos respectivos empregados;

c) de uma cota paga pela União, de valor igual ao da arrecadação a que se refere à alínea a. (DECRETO-LEI, no. 4.830 de 15/10/1942).

Os recursos para viabilizar a atuação das voluntárias para prestarem auxílio à população necessitada emanaram de empregados, empregadores e da União, segundo o referido Decreto. Essa Lei é mencionada em um artigo datado de 01/11/1942, matéria enviada pelo correspondente do Acre no Rio de Janeiro:

Rio, 28 – (Do correspondente) – foi assinado pelo Presidente da República um decreto lei que reconhece e regulamenta a Legião Brasileira de Assistência.

Nesse decreto fica assegurada a essa organização uma contribuição especial, constituída de uma cota mensal correspondente a ½% sobre o salário dos assegurados em Institutos e Caixas de Pensões, quota que será paga, também na mesma proporção pelos empregadores e pelo Governo da União.

Essas quotas começarão a ser cobradas imediatamente e depositadas no Banco do Brasil, à disposição da Legião. (O ACRE, 01/11/1942, ano XIV, no. 666, p. 8).

Nessa direção, nem mesmo os seringueiros estavam isentos de cooperar com a LBA. Coube ao prefeito do Município de Rio Branco, no uso de suas atribuições e para atender à demanda do Departamento de Produção, baixar um regulamento. Em seu artigo 15 dizia o seguinte:

Art. 15 - Todo seringueiro é considerado inscrito na Legião Brasileira de Assistência, associação instituída na Conformidade dos Estatutos aprovados pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores e reconhecida como órgão de cooperação com o Estado e de consulta no que concerne ao funcionamento de associações congêneres, recentemente instalada nesta cidade.

(O ACRE, 31/01/1943, ano XIV, nº 679, p.3).

Inscritos assim, por força da lei, costumeiramente cabia-lhes a colaboração em espécie, junto a esta instituição. Doações eram recebidas da cooperativa dos seringueiros do Seringal Empreza. (O ACRE, 10/01/1943, ano XIV, nº 676, p. 4).

No início do mês de Novembro de 1942, em sessão solene, foi instalada no território acreano a **Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência**. Essa reunião foi presidida pelo Governador Coronel Luis Silvestre Gomes Coêlho, momento em que, além de ser instalada, houve a posse dos membros da Comissão. “Estiveram presentes “as pessoas de maior destaque no -set- social de Rio Branco, bem como numerosas famílias, representantes das classes conservadoras e liberais”. Esta instituição iria “levar a todos os corações brasileiros necessitados de conforto, o auxílio material e espiritual para seu reajustamento na sociedade” (O ACRE, 08/11/1942, ano XIII, nº 667, p.1).

Nos primeiros anos de sua atuação no Acre, a LBA agiu de forma diferenciada, visto que a participação de soldados acreanos na guerra foi pequena e os que foram para o *front* não precisaram de auxílio nem para si e nem para suas famílias. Contudo, o atendimento se estendeu aos “*soldados da borracha*” que passaram a ser prioritariamente atendidos pela LBA.

No Acre, a Comissão Estadual da LBA conta com um sem número de legionárias e visitadoras, a braços com árduas tarefas em prol dos soldados da borracha, que necessitam de conforto material e moral ao se embrenharem, depois do êxodo doloroso dos sertões nordestinos. (O ACRE, 07/03/1943. Ano XIV, no. 684, p. 4).

O trabalho da LBA em assistir socialmente aos soldados da borracha, contou com as “legionárias socorristas” visando à “vitória do Brasil” na Batalha da Borracha.

Um sorriso de gratidão ilumina as fisionomias enérgicas dos homens que seguem para a grande luta travada nas selvas: a batalha da Borracha.

É que depois do êxodo dos sertões queimados da viagem, acidentada cheia de revezes, tendo chegado ao término da jornada com os seus, entregues à dor, às doenças, no infortúnio, encontraram em Rio Branco os braços acolhedores da sublime instituição de assistência social, que os ampara, que lhes dá remédios, roupa, agasalhos, mosquiteiros,

alimento e conforto, com palavras que inspiram coragem e alento, porque brotadas dos lábios da mulher desta terra.

A grande marcha para os seringais se inicia logo após.

E na quietude das selvas que despertam para a luta, ecôa um hino de vitória entoado pelos exércitos que empunham a machadinha e golpeiam o tronco da seringueira.

A mulher brasileira do Acre, continuando sem desfalecimento a sua obra meritória sorri confiando na vitória do Brasil.

(O ACRE, 13/06/1943, ano XIV, nº698, p.4).

Em junho de 1943 foi decretado, por medida presidencial, o Mês Nacional da Borracha. Segue a parte do discurso presidencial que o institui com o devido apelo ao aumento da produção:

BRASILEIROS: [...] não ignoreis quão gigantesco é o consumo de certos materiais nesta guerra universal, salientando-se a borracha. [...] A resposta a tão formidável consumo é: produzir sem repouso, colhendo o 'látex' – abundante das seringueiras do vale amazônico, das maniçobas, das mangabeiras espalhadas por diversos pontos do território nacional.

Essa é uma das nossas tarefas para assegurar a vitória dos bravos que pelejam nas várias frentes, através do mundo.

(O ACRE, 20/06/1943, ano XIV, nº 699, p.1).

FIGURA 12: PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS DECRETA JUNHO COMO O MÊS NACIONAL DA BORRACHA



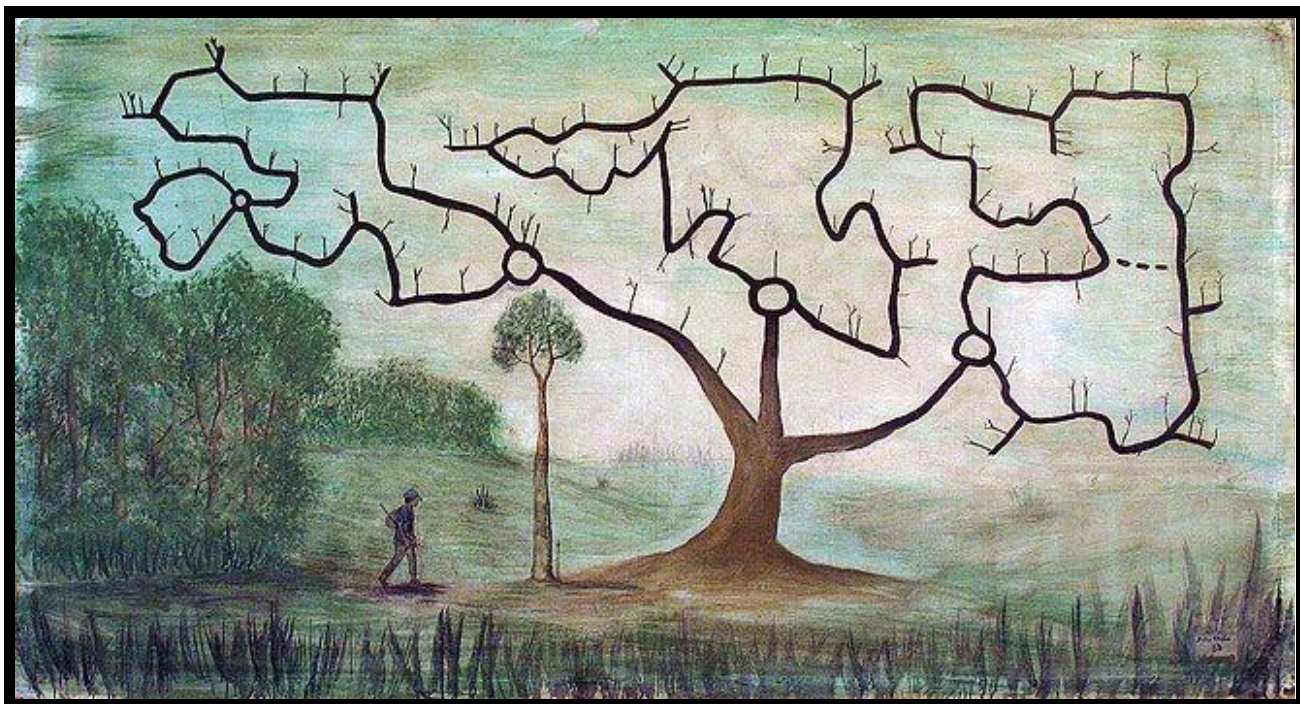
FONTE: Jornal Correio da Manhã-RJ. 01/06/1943

No discurso de Getúlio Vargas, há referência à colheita do látex como se fosse semelhante a sair ao campo para apanhar laranjas ou algo nesse sentido. No entanto, o trabalho do seringueiro era bastante árduo, senão desumano, como esclarecem Souza et al. (2005),

Os seringais são normalmente divididos em colocações, ou áreas a serem trabalhadas por família. Uma colocação compreende 400 a 600 hectares que possui de 450 a 600 seringueiras distribuídas em 2 a 4 “estradas de seringa”. O seringueiro percorre 1 estrada por dia. Sai de manhã (entre 5 e 6 horas), com a poronga na cabeça para iluminar o caminho, e vai fazendo cortes inclinados nas cascas das árvores, um do lado do outro, usando uma faca chamada “cabrita”. No final do corte, coloca uma tigela feita de metal para recolher o leite que escorre. Nesse percurso, os seringueiros caçam a “mistura” para o almoço, retornando para casa por volta das 11 horas. À tarde, fazem novamente o mesmo caminho, para recolher o

látex, completando de 6 a 10 quilômetros por dia. (SOUZA, 2005 et al., p. 140).

O seringueiro saía para a mata, seguia a estrada da seringa - uma caminhada que ligava uma seringueira a outra- normalmente cabia a cada seringueiro de 2 a 4 estradas, como na referência acima, contendo algo em torno de 180 árvores cada uma. As estradas eram percorridas em dias alternados. Desde o início do caminho, 'sangrava' seringa por seringa- cortes transversais no tronco das seringueiras - e colocava uma tigela, feita de lata de óleo ou querosene, para aparar o látex. Após o recolhimento do 'leite', de volta à Colocação, em seu tapiri - casa feita de paus e coberta de folhas de palmeiras -, iniciava, após a coagulação do látex, a defumação do líquido transformando-o em pélas - bolas ou rolos de borracha. Após uma jornada de 14 horas, aproximadamente, terminava o seu dia de trabalho. Essa árdua labuta, segundo o presidente da República seria a 'colheita' do látex.

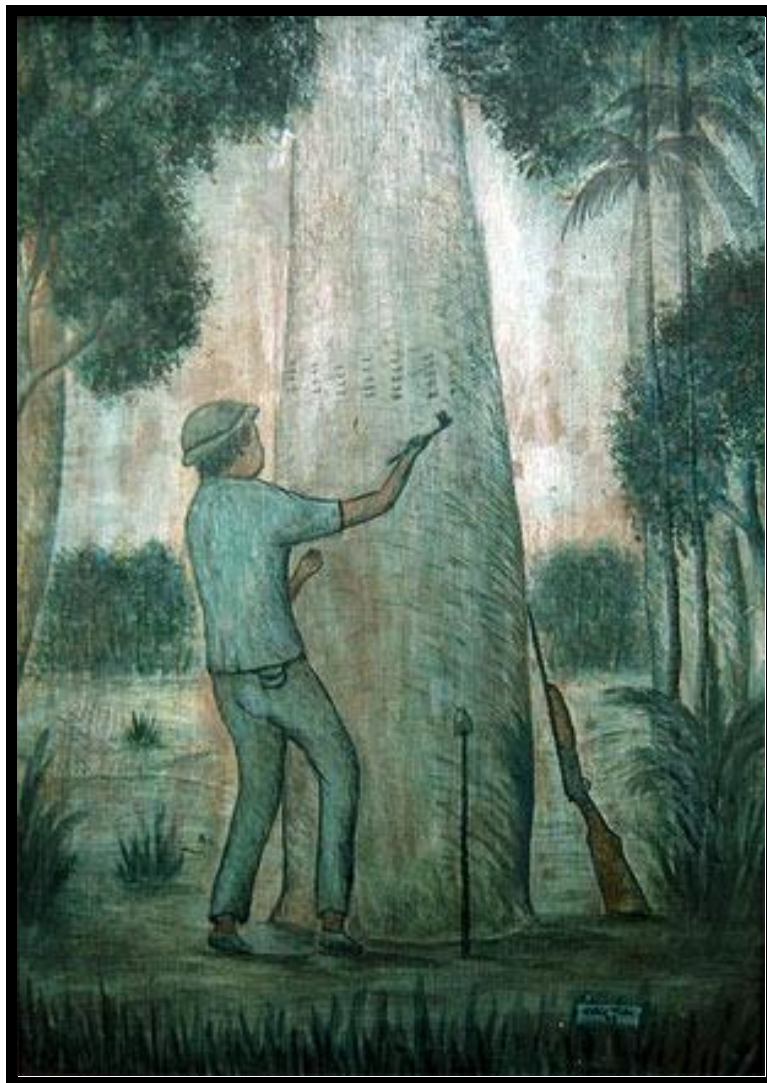
FIGURA 13: ESTRADA DE SERINGA - HÉLIO MELO⁷⁵

FONTE: Acervo da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour

Por um lado foi muito justa a denominação de soldado da borracha, visto que um soldado está sujeito às piores condições de sobrevivência, por outro aspecto, esta denominação impedia a luta reivindicatória por melhores condições de vida e trabalho, e com o agravante de nunca terem recebido soldo ou medalhas: “dos 20 mil combatentes na Itália, morreram apenas 454. Entre os quase 60 mil soldados da borracha, porém, cerca da metade desapareceu na selva amazônica” (NEVES, s/d.). Mas, este é outro capítulo da história dos soldados da borracha, que merece um olhar particular em outro momento.

⁷⁵ Hélio Holanda de Melo, acreano, ex-seringueiro, artista plástico e músico auto didata. Nasceu em 1926 em Boca do Acre e faleceu em Rio Branco em 2001. O governo do estado do Acre criou um espaço cultural em sua homenagem, o Teatro Hélio Melo, local onde se encontra parte de sua obra. Seu trabalho retratava o cotidiano dos seringueiros, lugar em que permaneceu até os 48 anos de idade. O material que utilizava para suas pinturas era uma mistura de componentes da própria floresta e tintas industrializadas. Conferir em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/340/oficina-apresenta-inventario-das-obras-do-artista-acreano-helio-melo>> Acesso em: 05/01/2016.

FIGURA 14: SERINGUEIRO FAZENDO CORTE NA ÁRVORE - HÉLIO MELO



FONTE: Acervo Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour

Voltando às ações da LBA, em relação ao pronunciamento do presidente Getúlio Vargas, a Instituição no Acre tomou a iniciativa de propagar e incentivar, em todos os seringais da região, a produção do máximo de borracha possível. Seria a contribuição dos seringueiros ao “esforço de guerra brasileiro”, exercendo os “princípios de brasilidade”, que seriam considerados os “elos da grande corrente que salvaguarda a unidade nacional: o amor ao Brasil”. A LBA aderiu à Campanha do Mês Nacional da Borracha, inspirada nos graves problemas nacionais e destinada a amparar as famílias, abrindo “suas portas aos necessitados que recorreram a sua assistência humanitária e carinhosa.” (O ACRE, 20/06/1943, ano XIV, nº 699, p.4).

Há pouco regressaram ao seringal União, confortados e dispostos a continuar na execução da importante tarefa que o momento impôs aos brasileiros da Amazônia, as famílias de Julio André de Oliveira e José Emídio Amorim, eles encontraram na Comissão Estadual da Legião, onde estiveram em busca de assistência médica, alimentar, conforto moral e a atenção carinhosa das legionárias acreanas. [...] Julio André de Oliveira e José Emídio Amorim, com suas famílias, como centenas de seus companheiros de luta, voltaram também para o seu posto de honra, nas trincheiras, onde se trava a empolgante e já vitoriosa batalha da borracha, confortado e reanimados pela Legião, prontos para dar ao Brasil borracha, mais borracha para a vitória. (Idem, *ibidem*).

Nas cidades, a LBA encampou a coleta de utensílios usados de borracha, aqueles que não tivessem mais utilidade para seus donos. Foram arrecadados sapatos velhos de seringa, solas de borracha, pneus, sacos encauchados⁷⁶, bolsas, e outros objetos que pudessem ser reciclados, aumentando, desta maneira, a produção da borracha.

Durante os primeiros anos de sua atuação, a LBA buscou, constantemente, prestar assistência aos

soldados da borracha, heroicos pioneiros que nos centros dos seringais acreanos, a braços com os mais terríveis obstáculos oferecidos pela natureza adversa, se empenham, em luta titânica, na extração da matéria prima essencial ao triunfo das armas, também encontraram, no seio da humanitária instituição, o mais caloroso amparo.

(O ACRE, 23/01/1944, ano XIV, nº 730, p.1).

A LBA procurou, também, acompanhar a chegada dos migrantes em terras acreanas.

Enormes contingentes de emigrantes nordestinos continuam chegando a Rio Branco após penosa demorada viagem através da Amazônia.

A situação em que se encontram, por falta de recursos, fá-los dirigirem-se em massa à sede da Comissão Estadual em busca dos humanitários auxílios distribuídos pela Legião.

(O ACRE, 15/08/1943, ano XIV, nº 707, p.6).

⁷⁶O termo encauchados diz respeito a uma técnica de fabricação de sacos impermeáveis. O látex da *hevea brasilienses* é passado no saco de algodão e, após secar em temperatura ambiente, fica impermeabilizado. Nessa técnica ainda podem ser incorporados madeira e pigmentos para a produção de produtos artesanais, como: vasos, bolsas, sapatos, roupas, mochilas, dentre outros.

Um pleito solicitado pelos migrantes que afluíram para o Acre à LBA foi feito em relação à dificuldade de comunicação com os familiares que haviam ficado em suas terras de origem. Assim, “a exemplo do que se faz em todo o Brasil, para garantir o sossego e a paz nos lares dos convocados para o serviço militar”. A presidente da comissão do Território do Acre organizou um Serviço de Comunicação em que eram anotados os endereços desses soldados, para posteriores contatos que a Legião se dispunha a fazer. (O ACRE, 15/08/1943, ano XIV, nº 707, p.6).

Os soldados da borracha trouxeram consigo dependentes, pessoas que eram familiares ou seus próximos. Em um relatório expedido pela SAVA – Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico havia informação a esse respeito, (O ACRE, 06/02/1944, ano XIV, nº 732, p. 5), confirmando o dado de Lobato (2014), registrado acima. Essas informações servem para compreender algumas ações que a LBA realizou e foram registradas no jornal com o título de “Secção de benefícios”. A título de exemplo foi o atendimento a 245 pessoas, em que foram distribuídos os seguintes objetos: “35 rêdes, 95 calças, 167 camisas, **14 camisas para crianças**, 30 mts. de brim, 48 mts. de chita, 127 pares de chinelos, 144 cobertores” (O ACRE, 15/08/1943, ano XIV, nº 707, p.6, grifos meus).

A presença de crianças entre os soldados da borracha é mais uma vez evidenciada na matéria publicada pelo jornal O Acre, em que o Sr. Antônio Rosas Sobrinho afirma ter vindo para esta localidade, aos 13 anos, em companhia de seu tio. (O ACRE, 01/08/1943, ano XIV, nº 705, p.1).

A distribuição de diversos artigos foi uma atividade constante da LBA e, periodicamente, noticiava a distribuição de donativos. “Aos soldados da borracha, em número de 120, foram entregues artigos de várias espécies, graças ao órgão da C.E. (Comissão Estadual). Esta era encarregada de prestar socorro aos bravos combatentes, soldados da borracha,

que com denodo e bravura dão o máximo de seu esforço à vitória das armas do Brasil, empenhadas na empolgante, batalha da borracha. (O ACRE, 06/02/1944, ano XIV, nº 732, p.1).

Novamente, percebe-se o discurso permeado de ilusões. Quando a palavra empolgante vem relacionada à Batalha da Borracha, deixa clara a ideia de convencimento de que o seringueiro, migrante nordestino, ao executar seu trabalho com muito “entusiasmo, alegria e emoção” garantiria a vitória das Nações Unidas.

Essa falta de bens essenciais à sua sobrevivência deveu-se ao não cumprimento do governo brasileiro ao contrato firmado com os migrantes nordestinos, futuros soldados da borracha. Houve a promessa de que suas necessidades básicas seriam supridas, como a alimentação, hospedagem, instrumentos para o trabalho, a possibilidade da aquisição das terras em que trabalhavam, bem como, a devida remuneração pela extração do látex, conforme o que estabelecia em seu artigo 4º, o Decreto-Lei nº 4.481, de 17 de outubro de 1942:

O valor líquido, depois de vendida a borracha, se distribuirá na proporção de 60% para o seringueiro, 33% para o seringalista e 7% para o proprietário, sendo essa proporção aplicada a partir desta data até mesmo aos contratos de arrendamento já existentes.

(DECRETO-LEI nº 4.481, de 17 /10/1942).

Por vezes, na prática, isto não ocorria, o descumprimento das promessas⁷⁷ demandou iniciativas como as da LBA, na tentativa de prover atendimento aos males que o próprio Estado gerou. Na capital acreana, não houve o mesmo que ocorreu nos grandes centros urbanos do país, pois a migração para o Acre ocorreu com a ocupação da floresta e não das cidades. O contato dos migrantes com a cidade diferenciada das Colocações⁷⁸ acontecia ocasionalmente, devido ao acesso entre os seringais e as cidades, em sua maioria, distantes e de difícil acesso.

Além disso, a estrutura que se criou em torno do trabalho do seringueiro não permitia seu deslocamento com facilidade, somente em casos bem

⁷⁷ Já esclarecidas no capítulo anterior conforme Viana (2011).

⁷⁸ Colocação é a área do seringal composta pelas casas dos seringueiros, a casa de farinha (estrutura em madeira, sem paredes, coberta de palha) e de outra estrutura como a anterior onde o látex é tratado (defumado), transformando-se em pélas ou pranchas de borracha. Um único seringal, possui várias colocações.

específicos, eventualmente a tratamento de saúde, recebimento ou pagamento de serviços, dentre outros. As relações existentes entre seringalistas e seringueiros eram, em sua maioria, como as de senhores para escravos. As necessidades básicas dos seringueiros e seus familiares somente eram supridas pelo Barracão cujo dono era o proprietário do Seringal.

O comércio dos produtos era realizado pelo Sistema de Aviamento, atividade essa que consistia na troca da borracha por mercadorias diversas que estavam disponíveis no Barracão, comumente a preços aviltantes. A dívida contraída pelo seringueiro dificilmente era paga, obrigando-o a exercer um trabalho contínuo sem expectativas de uma vida melhor, contrariando o ideal que lhe custou a vinda de sua terra natal. Tal atividade tornara o seringueiro atrelado por toda a vida ao seu “Senhorio”, o seringalista. Havia casos em que o seringueiro não se adaptava ao trabalho e migrava para as cidades, passando a viver de pequenos trabalhos, servindo aqui e ali.

Havia sido previsto, que a Legião Brasileira de Assistência, a partir do fim da 2ª. Guerra Mundial voltou-se “para o atendimento à maternidade e à infância” (VIEIRA, 1986, p.193). Em vista disso, as crianças e as mães passaram a receber atenção especial, dando continuidade a “Campanha de Redenção da Criança”.

Foi-lhe assim confiada **a defesa da maternidade e da infância**, através da proteção à família, problema de proporções muito mais vastos, cruzada muito mais grave e importante, que a alta missão desempenhada durante a guerra mundial.

Apenas iniciada, por assim dizer, sua nova campanha, não são menos assinalados os serviços que vem prestando [...] pode-se afirmar sem temer contestações, que a assistência à maternidade e à infância, constituiu o problema de maior importância da nacionalidade.

(O ACRE, 06/06/1946, ano XVI, nº 771, p.5, grifos meus).

Os arranjos estabelecidos pela LBA entre governo e sociedade civil, cujo espaço era preenchido com a problemática da pobreza em que se encontravam as pessoas, entre elas os soldados da borracha e seus familiares, permaneceu após a finalização do Segundo Ciclo da Borracha. Este foi o período em que houve mudanças no Estatuto da LBA, gerando “a suspensão

de alguns auxílios, devido à escassez de recursos financeiros”, impedindo, desta forma, a manutenção e extensão de suas atividades. (VIEIRA,1986, p. 194).

Vários seringueiros e seus familiares, sem condições de continuar sobrevivendo da extração do látex, migraram para as cidades, formando os bairros periféricos. Pouco tempo depois do término da Guerra, com algumas modificações em seu perfil de atuação, por meio de novos Decretos e outros meios de arrecadar recursos, a LBA prosseguiu em sua tarefa.

2.3 Amparando o “Futuro da nação”

A assistência às crianças sempre esteve presente no campo de atuação da LBA no Brasil e, em terras acreanas, não poderia ser diferente. No decorrer dos anos, por meio de sua iniciativa, foram instalados diversos serviços: Lactários, Postos de Puericultura, Abrigos infantis, Orfanatos, Clubes Agrícolas e Hortas⁷⁹. Outras atividades que contaram com a participação da LBA foram as Semanas da Criança; o movimento de apoio para que algumas jovens fizessem o Curso de Enfermagem na Escola de Enfermagem Ana Nery⁸⁰ e para o Curso de Assistente de Serviço Social, ambas as instituições localizadas na cidade do Rio de Janeiro.

A Sra. Isolette Cavalcanti firmou parceria com a escola Enfermagem Ana Nery - RJ, o que permitiu a vinda de uma especialista a Rio Branco para ministrar um curso de emergência que instruiria as primeiras noções de atendimento ao doente, com a duração de dois meses, destinado às auxiliares de enfermeiras. Deveriam afluir para a realização do curso pessoas interessadas de todos os municípios acreanos. Aquelas que mais se destacassem seriam indicadas a fazer o Curso de Auxiliar em Enfermagem na Escola Ana Nery. Para tanto, a LBA providenciaria bolsas de estudos para mantê-las na cidade do Rio de Janeiro. Meses mais tarde, verificou-se que a

⁷⁹ (O ACRE, 08/08/1943, ano XII, no. 706, p. 6); (O ACRE, 19/04/1944, ano XIV, no. 742, p. 6).

⁸⁰ A escola de Enfermagem Ana Nery (EEAN) da Universidade do Rio de Janeiro/UFRJ, foi a primeira escola de enfermagem no Brasil. Surgiu no início do século XX, em 31/12/1923, e denominada como Escola de Enfermeiras D. Ana Neri em 31/03/1926. Disponível em:< <http://www.eean.ufrj.br/sobre/index.htm>> Acesso em 02/01/2016.

jovem Enedina Lopes Sousa⁸¹ teve oportunidade de estudar naquela Escola. (O ACRE, 04/07/1944, ano XIV, nº 749, p.1).

Dentro dessa perspectiva de capacitação de pessoas para atender às ações da LBA, outras três mulheres foram indicadas para receberem capacitação, agora no Instituto Social do Rio de Janeiro. As “senhorinhas Maria José de Medeiros Lima⁸², Leide Braga Tomé Rocha⁸³” e a senhora Cleonice Freire Brasil⁸⁴, esta última, na ocasião, funcionária da Comissão Estadual da LBA do Acre, foram contempladas a aperfeiçoarem seus conhecimentos na obra de “assistência aos necessitados”. (O ACRE, 04/06/1944, ano XIV, no. 749, p. 1 e 4).

As ações da LBA eram acompanhadas de orientações verbais e impressas em forma de boletins e panfletos distribuídos à população. Várias palestras foram proferidas sobre temas relativos à conservação da saúde e bem estar, incentivo ao trabalho e à preservação da moral.

Outra atividade em que a LBA se envolveu foram os Concursos de Robustez. Abaixo, segue a divulgação das inscrições de um deles, veiculada pelo jornal O Acre.

CONCURSO DE ROBUSTEZ INFANTIL

Estão abertas, diariamente das 8 às 11 horas, no Departamento de Saúde, as inscrições par ao Concurso de Robustez Infantil que se realizará a 16 do corrente.

Poderão ser inscritas crianças até 18 meses de idade.

(O ACRE, 10/10/1943, ano XII, nº 715, p.6).

⁸¹ Essa jovem foi aluna do Ginásio Acreano e auxiliar de escritório do Departamento de Administração do Governo do Território do Acre. (O ACRE, 24/01/1943) e (O ACRE, 04/06/1944).

⁸² Maria José de Medeiros Lima foi aluna do Ginásio Acreano (OACRE, 16/01/1944) e da Escola Técnica Acreana (O ACRE, 07/05/1944). Foi também funcionária do Departamento de Geografia e Estatística do Acre. (O ACRE, 05/06/1949).

⁸³ Leide Braga Tomé Rocha foi professora (O ACRE, 22/12/1946), e no ano de 1954 foi designada pelo governo do Território para participar de um Curso de Desenho e Pintura no INEPE. (O ACRE, 04/04/1954).

⁸⁴ A senhora Leide Braga Tomé Rocha foi aluna do Ginásio Acreano (O ACRE, 24/01/1943) e participou da Campanha de Solidariedade e Amparo aos Lázaros. (O ACRE, 09/11/1947).

Cabe lembrar que os Concursos de Robustez foram uma iniciativa do IPAI de Moncorvo Filho e, conforme as orientações daquele Instituto deveriam ser disseminadas a importância do aleitamento materno pela própria mãe e combatido o artificial, feito por mães mercenárias, mamadeiras ou similares. (ALVES, 2001).

Freire (2003) ressalta que, desde sua concepção, o propósito desses Concursos não era consenso entre os médicos. Alguns afirmavam que se tratava de “meras exposições humanas comparáveis às de animais”. As críticas apontavam que neles as crianças eram avaliadas como se faziam nas exposições de bichos, e outra crítica dizia respeito ao incentivo a superalimentação dos bebês, o que os levava à obesidade. (FREIRE, 2003, p. 42).

Estava presente nesses Concursos a concepção eugenista, consolidando o que se pretendia quanto à construção de uma nova identidade para o povo brasileiro, sinônimo de progresso, civilidade e desenvolvimento. (SILVA JR. e GARCIA 2010).

A próxima imagem ilustra como eram esses Concursos e demonstra a participação da população e de autoridades médicas. Especificamente essa fotografia registrou na cidade do Rio de Janeiro um deles, dez anos após sua criação. (FON FON, 05/10/1918).

FIGURA15: CONCURSO DE ROBUSTEZ – RIO DE JANEIRO 1918



FONTE: Revista FON FON Semanário Ilustrado, Rio de Janeiro, 05/10/1918

No início do século XX, a periodicidade de realização desses Concursos era semestral, normalmente, em meio a alguma comemoração, como: Natal, Festa dos Reis, Ano Novo, Festa da Criança. Moncorvo atribuiu a si e ao Instituto o sucesso dessa iniciativa, alegando que se espalhou pelo país afora, na América e em países europeus. Ferreira (s.d) *apud* Alves (2001) registra que esta prática dos Concursos de Robustez se tornou muito comum também na Alemanha.

As atividades da LBA se estendeu a todos os municípios acreanos com exceção de um..

Vale assinalar, com a mais justa satisfação, a vitória que vem alcançando a Legião neste Território onde todos os municípios, excetuando o de Sena Madureira, e isto por circunstâncias decorrentes de motivos superiores, já fizeram a instalação solene dos Centros que agora entram em atividade, pondo em execução o patriótico programa de ação da L.B.A.

(O ACRE, 10/01/1943, ano XIV, nº 676, p.1).

Mas, essa condição logo mudou, como pode ser identificado na matéria que registra a implantação da representação da LBA em Sena Madureira, até então, “o único município acreano onde ainda não havia sido instalada a Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência” (O ACRE, 02/05/1943, ano XII, nº 692, p. 4).

A partir de 1945, a nova formatação que dirigiu as ações da LBA deixou de atender demandas que não estivessem diretamente relacionadas à maternidade e à infância, considerando o período do fim do Estado Novo e da 2ª. Guerra Mundial, tais mudanças em seu estatuto provocaram algumas manifestações, como consta na matéria veiculada pelo jornal O Acre, no dia 23 de junho de 1946, em que se expõe:

Porque a LBA não atende mais aos necessitados?

Muitas são as queixas que tem chegado à redação deste jornal sobre a Legião Brasileira de Assistência.

Observa-se através delas que o povo desconhece as razões por que essa instituição social não mais atende seus angustiantes apelos.

A maioria dos queixosos alega que tem ido a rua México e que ali os porteiros despacham sem mais aquela, dizendo:

- A Legião não atende mais...
- Por que?

E eles explicam:

- Agora é só a infância e a maternidade...

(O ACRE, 23/06/1946, ano XVI, no. 179, p.6).

Aqui, há uma crítica às mudanças que a LBA realizaria em seus fins. Destaca-se que, no Brasil, os “homens públicos não entendem patavina de assistência social” e que modificar a oferta dos serviços que a LBA prestava “era um suicídio. Se a instituição carecia de aperfeiçoamento, o dever era aperfeiçoá-la e não pôr em prática medidas restritivas”. Dois senhores são mencionados neste artigo, os senhores Eivaldo Lodi⁸⁵ e João Daudt de

⁸⁵ Eivaldo Lodi foi Presidente da Confederação Nacional da Indústria. (JORNAL DO COMÉRCIO 23/03/1945). “Participou dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte [...] eleito como um dos 17 representantes dos empregadores a partir de novembro de 1933. Fundador do CNI, Serviço Social da Indústria-SESI e Serviço Social da Aprendizagem Industrial-SENAI, na década de 1940”.Disponível em:< <http://www.ielpr.org.br/o-iel/conheca/quem-foi-eivaldo-lodi-1-20802-169721.shtml>> Acesso em: 10/02/2016.

Oliveira⁸⁶. Trata-se de dois empresários do cenário brasileiro, senhores que dispunham de grande influência no governo de Getúlio Vargas, devido os cargos que ocuparam, bem como a condição econômica que possuíam. Na ocasião da referida matéria, estes senhores foram o alvo de contestações, no sentido deles terem promovido e incentivado as mudanças nos rumos da instituição. (O ACRE, 23/06/1946, ano XVI, nº 773, p.6).

Pode-se inferir que tais manifestações se deram pelo fato de a LBA ter estabelecido parcerias com várias instituições, dentre elas a Associação Comercial do Brasil e a Confederação Nacional da Indústria, representadas, respectivamente, por João Daudt e Euvaldo Lodi, de onde provinha parte das verbas da Legião. Lembrando que “uma parceria não é uma simples divisão de trabalho; é uma relação de poder.” (SPOSATI e FALCÃO, p.74). As verbas que vinham dos empregadores e empregados foram suspensas e, dessa forma, ninguém poderia mais reclamar, pois não havia mais a contribuição para a LBA.

Mais uma manifestação contrária às mudanças no atendimento da LBA foi publicada no jornal O Acre. O texto apresenta a assinatura de O. T. e foi enviada do Diário de Notícias de Porto Alegre, datada de 27/08/1946.

Li constrangido a notícia de que a Legião Brasileira de Assistência deverá restringir sua esfera de ação à maternidade e à infância em face dos limitados recursos que lhe são atribuídos. Se há um órgão que precisa ao contrário, ampliar-se nos serviços é precisamente a LBA.

Para poder levar a efeito um programa de proteção à criança faz-se necessário que a LBA esteja aparelhada para desenvolver outro de amparo às famílias desajustadas. As duas tarefas devem correr paralelas.

(O ACRE, 29/09/1946, ano XVII, nº 787, p.6).

⁸⁶ João Daudt de Oliveira foi presidente das Associações Comerciais do Brasil. (O ACRE, 01/01/1944, ano, XIV, nº 727, p.6). Em 1941 foi primeiro-vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, e membro do Conselho Nacional do Trabalho (CNT). Em 1942 participou da elaboração dos Acordos de Washington foi, também, membro do conselho consultivo da Coordenação da Mobilização Econômica. Atuou como tesoureiro na fundação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942, a convite de D. Darci Vargas. (DIAS, s/d). Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OLIVEIRA,%20Jo%C3%A3o%20Daudt%20d'.pdf> >. Acesso em: 10/02/2016.

Não fica claro qual o conceito de famílias desajustadas a que o jornal faz referência. Podemos inferir pelo contexto que pode se tratar de pessoas que possuem algum tipo de necessidade física, mental, material e estão ligadas por vínculos sanguíneos.

Manifestações de autoria de acreanos a respeito das mudanças da LBA não foram localizadas nos jornais locais. Somente uma matéria publicada em 25/04/1949 no jornal O ACRE, que será exposta logo adiante. O Dr. Gonçalves Bastos informa que as atividades desempenhadas pela LBA nos anos subsequentes à alteração de seu Estatuto, procurou dar prosseguimento às ações que envolviam a criança e a maternidade, como determinava a nova orientação.

Em vista dessas modificações, as obras mantidas como prioritárias pela LBA em Rio Branco foram: 1- Abrigo Infantil; 2- Serviço de Assistência Social a Gestantes; 3- Orientação e fiscalização dos serviços das comissões municipais.

No quadro abaixo, segundo informações registradas durante uma entrevista ao jornal O Acre, cedida pelo Dr. J. M. Gonçalves Bastos, um dos diretores da LBA demonstra algumas ações desenvolvidas pelas comissões municipais sob a supervisão da Comissão territorial, com foco na infância e maternidade. (O ACRE, 1946).

QUADRO 4 – PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA LBA NOS MUNICÍPIOS ACREANOS EM 1946

Município/AC	Ações
Sena Madureira	Jardim de Infância
Xapurí	Posto de Puericultura; Educandário para Meninas
Cruzeiro do Sul	Casa Maternal
Brasiléia	Posto de Puericultura
Rio Branco	Abrigo Infantil

FONTE: Jornal O Acre 1946, s/p.

A partir do ano de 1946, começaram a ser veiculados nos jornais acreanos, com maior regularidade, matérias do Departamento Nacional da Criança, de forma que havia a representação da criança enquanto sujeito de direitos. Uma delas foi a dos Direitos da Criança Brasileira assinada pelo próprio DNCr:

Direitos da Criança Brasileira

A toda a criança nascida ou residente no Brasil reconhecemos os seguintes direitos, empenhando-nos, cada um na medida de suas forças, por proporcioná-los sobretudo àquelas a quem a má sorte feriu ou deixou ao desamparo:

- 1) Ser atendida desde o seio materno, e nascer bem, evitados quanto possível os riscos de morte, doença ou deformidade;
- 2) Ser criada sob o carinho maternal e no ambiente da família ou, na falta deste, num que se lhe aproxime o mais possível;
- 3) Nunca sofrer fome ou penar por insuficiência de elementos nutritivos indispensáveis;
- 4) Ser tratada como criança e, como tal, respeitada e atendida nos seus justos interesses e aspirações;
- 5) Receber os princípios de educação que a preparem para a vida e lhe permitam tomar consciência do seu próprio destino;
- 6) Receber assistência médica e higiênica que lhe evite riscos de doença e de morte;
- 7) Jamais ficar abandonada à sua própria sorte sem amparo material, social, moral eficiente e carinhoso;
- 8) Não ser menosprezada por motivos de família, ilegitimidade, pobreza, raça, religião, deformidade física ou mental;
- 9) Nunca ser vítima de crueldade ou exploração, nunca ser submetida a trabalhos que lhe possam prejudicar o desenvolvimento normal e a saúde, o caráter, a educação, a liberdade, a alegria de viver;

- 10) Nunca permanecer segregada de convivência social, devendo em tal caso receber assistência judiciária especializada e os corretivos adequados;
- 11) Ser, com sua mãe, a primeira a receber socorro em caso de calamidade pública.

D.N.Cr

(O ACRE, 13/10/1946, ano XVIII, no. 789, p. 6).

Maria Luiza Marcílio, em seu estudo sobre a construção dos direitos da criança no Brasil atesta que este foi um processo lento que iniciou com “o movimento de emancipação progressiva do homem e em seguida da mulher”, a partir dos “séculos XVII e XVIII, com a formulação dos Direitos Naturais do Homem e do Cidadão” o que ela chamou dos direitos de primeira geração. Os direitos de segunda geração dizem respeito ao momento da Revolução Industrial, seriam “os direitos da igualdade”. No século XX, apresenta os direitos de “terceira geração, ou seja, os direitos ao desenvolvimento, ao meio ambiente, à paz e, recentemente, os direitos dos consumidores”. Uma quarta geração de direitos para o final do século XX é o “direito à democracia”. Este direito seria a “condição essencial para a concretização dos Direitos Humanos” (MARCÍLIO, 1998, p. 47).

Foi nesse tempo de construção dos Direitos Humanos que houve o reconhecimento da criança enquanto um sujeito especial diferenciado do adulto, com características distintas deste. Tal reconhecimento foi atribuído aos “avanços da medicina, das ciências jurídicas, das ciências pedagógicas e psicológicas. O século XX descobre a especificidade da criança e a necessidade de formular seus direitos, que passam a ser tidos como especiais” (Idem, ibidem, p. 48).

Segundo a mesma autora, foi por meio da *International Union for Child Welfare*, em 1923, que, inicialmente, foram estabelecidos os princípios dos Direitos das Crianças e, em 1924, a Liga das Nações divulga a primeira Declaração dos Direitos da Criança:

Declaração dos Direitos da Criança.

São apenas quatro os itens estabelecidos:

1. a criança tem o direito de se desenvolver de maneira normal, material e espiritualmente;
2. a criança que tem fome deve ser

alimentada; a criança doente deve ser tratada; a criança retardada deve ser encorajada; o órfão e o abandonado devem ser abrigados e protegidos; 3. a criança deve ser preparada para ganhar sua vida e deve ser protegida contra todo tipo de exploração; 4. a criança deve ser educada dentro do sentimento de que suas melhores qualidades devem ser postas a serviço de seus irmãos. (MARCÍLIO, 1998, p.48, grifos da autora).

Analisando o conteúdo desse texto de 1924 e comparando-o com a Declaração dos Direitos da Criança Brasileira divulgada pelo DNCr em 1946, vinte e dois anos após a divulgação da primeira, pode-se observar um grande detalhamento quanto às especificidades do ser criança e suas necessidades.

No ano da publicação dos Direitos da Criança, em 1946, a Campanha em prol da “Redenção da Criança”, continuou, agora com maior incentivo por parte da LBA, que reforçou sua investidura na construção de *corpo brasileiro sadio* (TUMERELO e SILVA, 2013). Essa construção de um corpo são e forte referenda a atuação da LBA conforme os preceitos da eugênica, tendo como defesa o bem da criança, da maternidade e proteção da família, “uma das mais importantes realizações no campo da defesa social” (O ACRE, 06/06/1946, ano XVI, no. 771, p. 2 e 5).

A análise de Fúlvia Rosemberg quanto ao discurso da LBA em relação à infância pobre, evidencia

um forte componente preventivo, adequado ao estilo do período em questão, Assim ao final da 2ª Guerra Mundial, a perspectiva preventiva, que justificava a atuação do órgão junto à infância, aparece conotações eugênicas. (ROSEMBERG, 2003, p.152).

A LBA, a partir de seu novo desenho de atuação, ocupou-se em assistir mais de perto as crianças escolares. Aquelas crianças que saíam dos cursos primários deveriam receber ensino pré-vocacional, a fim de absorver o tempo de intervalo entre o curso primário e o aprendizado profissional. Além disso, havia a ideia de que, segundo a concepção difundida, o estado de desocupação das crianças poderia gerar ociosidade, levando-as a cometerem pequenos delitos, argumento com base no qual se empreendeu a elaboração de uma série de mecanismos para ocupá-las. O entendimento era que, se não recebessem defesa social, seu caráter sofreria deformações, pois estariam

entregues a si mesmas, ao vício e à perdição. Um novo elemento surge aqui, a criança tida como infratora, ou perigosa. Camara (2010). Desse modo, carecia ser amparada em instituições próprias para tratar desse comportamento visto como um desvio.

Cabe destacar que, das fontes selecionadas para esta tese, em nenhuma delas houve registro de crianças infradoras, delinquentes e/ou pervertidas. Cabe aqui destacar o porquê não foram localizados nos jornais tal perspectiva, visto que a criança tida como delinquente ganhou atenção de autoridades públicas. Talvez em Rio Branco a criança tenha recebido outro tratamento/denominação. Outra hipótese talvez se assente no fato de que, no Acre, o processo de industrialização não ocorreu e a demanda de pessoas que afluíram para esta região foi totalmente absorvida na extração do látex, no interior da floresta. E, as crianças, filhos dos seringueiros, que com suas famílias deixaram em algum momento os seringais, passaram a compor o cenário juntamente com os filhos dos modestos funcionários públicos, diaristas, operários e guardas territoriais, sem chamarem a atenção quanto a ser um risco à sociedade, no sentido da delinquência.

2.4 Outras ações e parcerias estabelecidas pela LBA

As parcerias que a LBA firmou foram diversas, a exemplo da que foi estabelecida com o Departamento de Saúde, que “em perfeita colaboração com a Comissão Estadual expediu instruções aos seus prepostos nos Municípios para organizarem um serviço e assistência sanitária destinado a funcionar em cooperação com os Centros Municipais”. O diretor do Departamento de Saúde, o Dr. Wagner Eleutério, determinou a “organização de duas ambulâncias de medicamentos que foram remetidas para as Comissões Municipais de Xapurí e Brasília⁸⁷, devendo por estes dias ser enviada uma outra para Sena Madureira” (O ACRE, 10/01/1943, ano, XIV, nº 676, p.1). Este registro foi apenas um exemplo das ações em que estas duas entidades estiveram unidas atendendo a população acreana.

⁸⁷ Atualmente este município é reconhecido com o nome de Brasília.

Ensinar os brasileiros a se alimentar de forma adequada, com um cardápio variado, era outro objetivo da Legião, como parte do fortalecimento do homem. Assim, o Departamento de Produção, mais um parceiro da LBA, cooperou no plantio de hortaliças em Rio Branco, Xapurí e Brasília, seriam, “as Hortas da Vitória que invadem todas as cidades brasileiras” (O ACRE, 27/06/1943, ano XIV, nº 700, p.4).

A legião entre nós segundo um exemplo que vem do Sul e do Nordeste, está iniciando as hortas da Vitória.

A primeira está pronta e produzindo. E começa a servir. [...]

Toda a produção é distribuída pela L.B.A., entregue à população pobre e doente da cidade, para que adquiram o que mais lhes falta – vitaminas.

E surge à luz do dia, um fato doloroso: que ninguém sabe comer hortaliças. Tomam-na entre as mãos indiferentes. Olham-nos em todos os sentidos.

E acabam perguntando: Mas isto se come?

(O ACRE, 22/08/1943, ano XIX, nº 708, p.3).

Essas hortas foram iniciadas, em Rio Branco, no mês de julho de 1943, e quem dirigiu o trabalho no Território foi o hortelão, o Sr. José Bezerra Cavalcanti⁸⁸. A interferência nos modos de vida das pessoas era muito natural, a ponto de se tecerem comentários em relação às falhas enormes na alimentação do povo nordestino, tida como um agravante nas condições da saúde dos que para o Acre migraram

A presidente da Comissão Estadual da LBA, em 1943, a Sra. Alaíde Martins realizou várias incursões floresta adentro, em visitas às famílias dos soldados da borracha e, no atendimento aos hansenianos. Isolados pela doença em um local distante da cidade de Rio Branco, idas até esse lugar só poderiam ser realizadas a cavalo.

Uma de suas incursões à floresta foi descrita em uma matéria do jornal O Acre da seguinte forma:

⁸⁸ José Bezerra Cavalcanti, provavelmente tenha sido um ex-detento da cadeia do Município de Xapurí. Seringueiro, natural do estado do Ceará, alcoolista, veio a cometer o delito de estupro, devido, segundo os autos que o condenaram, ao seu estado de embriaguez. Após o cumprimento de 2/3 da pena, que era de 8 anos aproximadamente, recebeu a liberdade, por ser um indivíduo submisso e de bom relacionamento. (O ACRE, 18/08/1929, ano 1, nº 1 p.6).

Cortando o dédalo de troncos colossais, cipós envolventes, tabocas, espinhos, tabocas, árvores seculares, parasitas em profusão espantosa, de cores diversas. Cenário Amazônico brutalmente atraente na incarnação da beleza feraz que se apresenta ao olhar deslumbrado do viajor como uma reconstrução do quadro bárbaro e primitivo do gênesis. [...] travando a empolgante -Batalha da Borracha- pela vitória do Brasil" (O ACRE, 01/09/1943, ano XIV, nº 712, p.6).

Mais uma atividade encampada pela Comissão Estadual da Legião, em 1943, foi a criação, em Rio Branco, do Abrigo para Velhice. Quando de sua inauguração, havia 8 "velhinhas" senhoras que, antes, "viviam nas ruas da capital a pedir esmolas". (O ACRE, 28/11/1943, ano XIV, nº 722, p.5). "Ontem mulheres, hoje trapos humanos a quem o peso dos anos impossibilita de manter a própria subsistência, estigmatizados pelas lutas incruentas e pelas desventuras da vida" (O ACRE, 09/01/1944, ano XIV, nº 728, p.1). Criou, também, o Abrigo Infantil para cerca de 24 crianças desamparadas. "Duas iniciativas de elevado alcance social que bastariam para imortalizar, em nossa terra, a ação eminentemente patriótica da Legião" (O ACRE, 19/04/1944, ano XIV, 742, p.6).

"Proteção à infância em colaboração com a Legião Brasileira de Assistência e a Campanha de Redenção da Criança foi o tema da Semana da Criança em 1944 . Para essa Semana, a LBA, em Rio Branco, promoveu palestras e exposições que trataram sobre o problema da criança desamparada. Naquela ocasião, mencionada anteriormente, havia 61 crianças sob a responsabilidade do Abrigo Infantil da LBA.

Era comum a publicação de relatórios mensais ou quinzenais, em que a Comissão Estadual dava a conhecer as suas atividades. Elencava a quantidade de atendimentos médicos realizados, incluindo receitas e medicamentos, objetos entregues às pessoas carentes e, eventualmente, o registro de doações em dinheiro, destacando nominalmente o doador.

No relatório do mês de Setembro, publicado nos primeiros dias de outubro de 1944, havia a discriminação dos objetos/atendimentos, realizados, contudo, de forma diferente das publicações anteriores. Nesta ocasião, ocorreu a descrição dos serviços prestados por categorias, discriminando a quem se destinou, ficando assim descritas: assistência à infância; à maternidade; aos

enfermos; à velhice; à viuvez, e aos sem teto devido ao incêndio da habitação. (O ACRE, 01/10/1944, ano XVI⁸⁹, nº 766, p.4).

Conforme indicado na publicação do MES a LBA providenciou o Registro Civil a algumas pessoas que por ela passava, e que estavam sem essa documentação. (O ACRE, 08/10/1944, ano XVI, nº 767, p.3). Adquiriu um consultório dentário para atender os pobres necessitados. (O ACRE, 23/07/1944, ano XIV, nº 756, p.1). Promoveu, também, comemorações em datas especiais, momento de entrega de donativos e homenagens como as que eram realizadas na Páscoa direcionada aos militares.

A rede de voluntariado que a LBA estabeleceu, juntamente com as parcerias que firmou, de início, promoveu uma miscelânea de ações, dando a ela um caráter múltiplo em suas ações. Foram tantas as frentes em que a Legião esteve envolvida que levou a Sposati e Falcão (1989) afirmarem que:

A LBA, através da rede de solidariedade, se projetou e se expandiu de uma forma particular, obscura, fragmentada. [...]A multiplicidade de projetos e recursos (orçamentários, materiais e de força de trabalho advindos do governo e da sociedade) demonstram, uma penetração e força pouco conhecida e creditada, a nível das decisões das políticas sociais públicas. (SPOSATI e FALCÃO, 1989, p. 58, grifos das autoras).

A LBA implantou em Rio Branco um Ambulatório que funcionaria para atender à população desde que se agendasse antecipadamente o atendimento. Contou com a ajuda de enfermeiras e secretárias, mas, naquele momento, “duas auxiliares admitidas como funcionárias foram contratadas, que são as senhoras Edelweiss Costa e Deuzuith Sobreira” (O ACRE, 18/07/1943, ano XIX, nº 703, p.4). Passaram a prestar serviços à instituição de modo a atender à crescente demanda.

Após 1945, a nova formatação da LBA vislumbrou a perspectiva de sua extinção, todavia isso não foi efetivado. “Embora com apenas 3 anos de existência, em 1945 a LBA já assistia em 90% dos municípios brasileiros” (SPOSATI e FALCÃO, 1989, p.18). Com esta comprovação, os argumentos para seu apagamento caíram por terra. Na realidade, conforme ressaltaram as

⁸⁹ Foi observado que, a partir do ano XIV de publicação do jornal O Acre, houve um avanço para o ano XVI, sem passar pelo ano XV, talvez seja devido a alguma incorreção em edições passadas.

autoras citadas, a LBA serviu como meio de articulação das forças políticas que estavam se constituindo naquele momento.

A matéria divulgada pelo jornal O Acre, de autoria do Dr. J. M. Gonçalves Bastos, diretor da LBA em 1949, descreve os novos rumos que a Instituição tomou a partir de 1946.

A atual administração da Comissão Territorial procurou traçar um programa de trabalho estritamente dentro dos Estatutos e sob rigorosas regras técnicas, o que, naturalmente, trouxe, como consequência, o encarecimento das obras assistenciais que vinham mantendo, impedindo por muito tempo a criação de outras, uma vez que as atuais necessitam ainda de muitos melhoramentos para seu completo ajuste.

Em resumo, são as seguintes obras mantidas pela Comissão Territorial da L.B.A. no Acre na capital.

1-Educandário Coração de Maria, resultado da fusão do antigo abrigo infantil e da extinta Escola Agrícola e Profissional *Getulio Vargas* que, em ideia excelente obra assistencial, vinha demonstrando na prática que, com os meios de que dispunha não atingia nem de longe o fim colimado.

Dessa maneira foi criado o Educandário Coração de Maria, desdobrado com duas seções- masculina e seção feminina que funcionam em instalações independentes mas sob a mesma direção, que está a cargo da educadora Maria Luluz de Souza.

A unificação das obras, que a primeira vista parecer pouco indicada, tem profundas razões de ordem técnica que, para satisfação pública se resume no seguinte fato* dos 30 escolares da então Escola Agrícola e Profissional apenas um obteve a aprovação nos exames do DEC.

Das 70 escolares do então abrigo infantil apenas uma foi reprovada em idêntico exame. O educandário, com uma matrícula teórica de 120 crianças, mantém 136 assistidos, cujas matrículas não pode evitar por força dos próprios desajustamentos.

2- Serviço de Assistência Social a Gestante. Esse serviço, em articulação com o consultório de higiene pré-natal visa estimular a frequência ao mesmo e assistir socialmente as parturientes necessitadas, uma vez que frequentemente o consultório pré-natal.

3- Coordenação dos Municípios, serviço cuja finalidade é orientar e fiscalizar tecnicamente as comissões municipais. Esse serviço, que trabalha em surdina tem sob seus ombros uma grande responsabilidade uma vez que controla a distância, o emprego de cerca de 650 mil cruzeiros no interior do Território onde as comissões municipais muitas vezes prescindem de técnicos em puericultura.

Da operosidade dos presidentes das comissões municipais com a orientação técnica de Serviço de Coordenação dos Municípios já surgiram efetivamente um jardim de infância com alimentação parcial e consultório médico e cozinha dietética anexos, em Sena Madureira e o Posto * Major Guiomard* que deve esta sendo inaugurado hoje em Xapuri. Encontra-se em organização uma casa maternal em Cruzeiro do Sul e a Comissão Territorial esta estudando a construção de um posto de puericultura em Brasileia.

As obras em Xapuri e Sena Madureira são inteiramente construídas em alvenaria, obedecendo aos planos técnicos. É oportuno agradecer aqui a cooperação do Governo do Território, prefeitura de Xapuri e prefeitura e prelažia de Sena Madureira para a realização dessas obras.

(O ACRE, 25/04/1949, ano XIX nº 919, p.16).

Dando continuidade às informações a respeito dos novos rumos da LBA, o médico esclarece os motivos pelos quais a Comissão Estadual evitou atender de forma individual, conforme a constatação de que:

1- A assistência a casos individuais sem um controle perfeito e caro traz como resultado assistência a poucos necessitados em detrimento de outros verdadeiramente desajustados estimulando indiretamente, a mendicância e a pratica de um conto do vigário resultante da venda dos gêneros doados pela instituição de assistência.

2- O emprego de verbas em assistência a casos individuais resulta inútil, uma vez que não consegue reajustar nenhum caso ao passo que emprega em obras de assistência completa traz benefícios definitivos. Mesmo assim um ou outro caso inevitável tem recebido benefícios da L.B.A.

No interior a Comissão Territorial destina verbas à assistência a casos individuais a todas as comissões municipais. Já vem mantendo o Jardim da Infância de Sena Madureira. Manterá o posto de puericultura de Xapuri e, talvez, no segundo semestre, a casa maternal de Cruzeiro do Sul. O educandário de meninas de Xapuri, Orfanato Divina Providencia, com uma matricula de 40 educandas, vive em grande parte as expensas da L.B.A. Recebem a subvenção mensal da L.B.A. os colégios Santa Juliana, de Sena Madureira e Santa Terezinha, de Cruzeiro do Sul.

(Idem, ibidem).

O registro é longo, mas interessante, pois demonstra com detalhes o serviço que a LBA desenvolveu em relação à criança, expandindo, desta maneira, a todos os municípios em que havia uma representação dessa

Instituição a “sua rede de equipamentos sociais: Casas da Criança, Postos de Puericultura, Hospitais Infantis, Maternidades, Educandários.” (SPOSATI e FALCÃO, 1989, p.19).

O depoimento ao jornal avança na direção de prestar esclarecimentos quanto às verbas que a LBA recebia.

Infelizmente, para a administração da Comissão Territorial o regime de emprego de verbas é feito por um código de contabilidade muito semelhante ao da administração pública, o que quer dizer que as verbas são absolutamente estanques.

Isto serve para demonstrar o esforço dinâmico do Dr. Mario de Oliveira, atual presidente da Comissão Territorial que, apesar de não ter conseguido verbas para a construção, salvo a que se destina a enfermaria do educandário que será iniciada com o advento do verão, realizou importantes melhoramentos no educandário, tais como: construção de moderno recreio coberto, todo mosaicado e com telhas de alumínio, e uma área total de 135 metros quadrados, construção de moderna cozinha independente e a prova de mosca; construção de uma moderna despensa, rouparia e depósito para gêneros; mudanças de tocos de madeira por colunas de alvenaria em todos os prédios próprios da LBA; construção de banheiros e sanitários para a secção masculina do educandário; construção de uma cerca em torno do educandário Coração de Maria (secção masculina) no valor aproximado de Cr\$ 14.000,00.

Encontra-se em adiantado estado de construção um outro recreio coberto para a secção masculina. Sendo o Educandário Coração de Maria a maior obra da comissão Territorial, que vem prestando incontáveis serviços à população infantil; vem merecendo do Dr. Mario carinhosa atenção.

Deste modo este ano deverão ser levantadas as paredes da enfermaria que se espera concluir em 1950 sendo seu custo orçado em Cr\$ 512.000,00 para a construção e 200.000,00 para a instalação. Se for possível a venda da fazenda da L.B.A. que há muito vem negando suas finalidades, conforme negociações que já vem sendo entalobadas, levará a cabo a construção do pavilhão dormitório para posteriormente se cogitar da construção do Pavilhão Escola, ficando dessa maneira definitiva e completamente instalada essa obra que figura entre as maiores, no gênero, no Brasil.

(O ACRE, 25/04/1949, ano XIX nº 919, p.16).

A observação feita pelo representante da Comissão Territorial sobre a aplicação das verbas revela certa inoperância do esforço do Sr. Euvaldo Lodi que, por três meses, junto com uma comissão própria, estudou e estruturou nova organização para a LBA, momento em que também “[...] Foi padronizada

toda a contabilidade e foram distribuídas por todo o país, instruções a respeito” (O ACRE, 06/06/1946, ano XVI, nº 771, p.2).

Uma ex-funcionária do Departameto de Geografia e Estatística, Dona Chrizarubina Leitão Abraão⁹⁰, assistente social, integrante da Comissão Territorial, quando indagada sobre o que se lembrava da LBA, fez a seguinte explanação:

Tenho a impressão de que o prédio da Rua Floriano Peixoto é de 1942, data de fundação da LBA no Acre.

O prédio da frente foi o Senador Guimard dos Santos quem fez.

Foi no Governo de Silvestre Coelho que foi fundada a LBA, época do Acre território.

Os prédios foram entregues as freiras Servas de Maria, primeiras diretoras do internato.

Atendia na creche crianças de 02 a 08 anos.

(CHRIZARUBINA LEITÃO ABRAÃO, 2007/2008).

Esse internato ao qual a depoente faz alusão, possivelmente, diz respeito ao Educandário Coração de Maria. Lembrando que as memórias são fragmentos e as condições de saúde de D. Chrizá, como era conhecida, permitiram essas recordações. Cabe ressaltar, que utilização de memórias enquanto fontes de pesquisa é indicada por favorecer a exibição de “outra história, outro conhecimento” e requer do “historiador um olhar atento às subjetividades, às contradições entre o individual e o coletivo, entre o oral e o escrito” (GROTTI-SILVEIRA, 2011, p.19). A fala de Dona Chrizarubina, dá detalhes de como a instituição agregou um conjunto de tarefas dentro das possíveis condições que estavam disponíveis à LBA.

[...] na parte de trás (ultimo prédio) funcionava a Escolinha do Departamento de Educação para o Trabalho, abrangia qualquer idade, sempre privilegiando as famílias carentes.

No prédio do centro, era a creche, funcionavam quatro salas e um refeitório e no prédio de esquina (o primeiro) era o gabinete dos médicos.

O Posto de Saúde da LBA funcionava do outro lado da rua, em frente ao complexo dos três prédios, lá existia 04 médicos e 02 dentistas.

Lá as grávidas faziam o pré-natal.

⁹⁰ O período de realização dessa entrevista está estimado entre os anos de 2007-2008, visto que esse arquivo faz parte do acervo coletado para a realização de estudo da pesquisadora, desenvolvido durante o Curso de Mestrado em Educação na Universidade Federal Fluminense. Dona Chrizarubina faleceu em Maio de 2008.

Elas recebiam também toda assistência das assistentes sociais, através de palestras de conscientização, como também a preparação para serem mães, aprendiam a fazer seus próprios enxovais e guardavam algumas peças para as gestantes que viam dos seringais e não possuíam nenhum recurso.

(Idem, ibidem)

O depoimento sobre a LBA que ela expõe avança no recorte temporal delimitado aqui, ampliando, assim, a compreensão da abrangência da atuação da instituição na cidade de Rio Branco.

O sistema de internato terminou na década de 70, pois eles perceberam que as mães não queriam mais ter responsabilidades com os filhos, diante de todo o apoio que estavam recebendo no internato. Foi então, modificado o sistema de trabalho, ficando um prédio para Educação para o Trabalho, ou para Serviço Social, onde se ministravam cursos profissionalizantes em várias áreas, tentando inserir as famílias nos cursos de: auxiliar de enfermagem, motorista, pintor, corte costura, etc. Assim, quando os rapazes se matriculavam no curso de pintor, recebiam todo o material, em contrapartida eles pintavam os prédios da LBA e ainda recebiam gratificações.

O objetivo não era apenas dar, mais incentivar a prática, foi pensando nisso que depois da década de 70, o internato passou a funcionar externamente, atendendo das 06 da manhã até depois do jantar.

A LBA deixou de existir no dia em que o Presidente Fernando Henrique assumiu, já que Tancredo Neves havia escrito no seu programa de governo, que a Presidente da LBA seria a mulher do Presidente da República, e as diretoras da LBA seriam as mulheres dos governadores dos estados brasileiros, além do mais existia muita corrupção.

*A LBA chegou a ter fazenda, criação de gado, tiravam cerca de 10 toneladas de leite e exportavam para os municípios do Acre, e hoje a antiga fazenda se transformou em um bairro.
(op. cit.).*

A LBA realizou ações no campo da assistência social, assistência médica, distribuição de alimentos e medicamentos, cursos, concessão de bolsas de capacitação, doações de objetos diversos e de dinheiro, criou creches, abrigos infantis e da velhice, concedeu orientações jurídicas, dentre outras. No intuito de cumprir com seu papel, buscou oportunizar melhores condições de vida e saúde à população pobre, caracterizando-se como a instituição assistencial mais longeva que o Brasil possuiu. Suas ações foram

interrompidas, como D. Chrizá evidenciou, nos primeiros dias do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O sentimento que a LBA deixou transparecer no cumprimento de suas ações vai na direção do que ressalta Souza (2001) sobre a participação de pessoas em atividades sociais de cunho voluntário. Essa disposição, corresponde a uma concepção que não deixa de estar ligada “à visão de cidadania que começou a ser forjada nos últimos anos, considera cidadãos aqueles que trabalham em prol dos pobres e necessitados, sem receber qualquer espécie de salário ou gratificação”. (SOUZA, 2001, p. 394). Essa prática do voluntariado nas instituições de assistência possuem três aspectos que oscilam entre a assistência, a moralização e a regeneração. (Idem, ibidem). Esses, por sua vez, puderam ser evidenciados na atuação da LBA em Rio Branco, ao assistir a **gente pobre onde havia crianças**.

Esse discurso do voluntariado acaba por referendar a supressão do Estado em prover uma política social e os meios adequados e eficazes para atender aos pobres, repassando essa responsabilidade para os sujeitos e instituições assistenciais, reforçando as perspectivas filantrópicas, benevolentes. E, em momento algum o Estado toma para si esse encargo de forma efetiva. Também culpabiliza os pais por não proverem às crianças melhores condições de vida, principalmente no que se refere à alimentação.

Ao se apropriar de métodos científicos, o Estado, por meio da LBA instituiu determinados papéis sociais de forma que aumentou seu controle e poder sobre os pobres. (DONZELOT, 1989). Com a identidade oscilando entre ações benevolentes, filantrópicas, assistencial, a LBA acabou por realizar uma política eugênica e higienista cumprindo com os desígnios do projeto nacionalista. No entanto, não podem ser negados os benefícios que essa instituição promoveu ao procurar atender crianças, homens, mulheres, jovens, velhos, os pobres em suas necessidades.

Com base no que foi apresentado nesta seção do trabalho, grande foi a atuação da LBA nos anos de 1940 no Acre, de modo que alcançou todo o território, assistindo, a sua maneira, às necessidades da população. Não se pode deixar de enfatizar aqui o papel assumido pela figura feminina e a constituição da mulher legionária. Um modelo de mulher inspirado em Darcy

Vargas, modelo de esposa de homem público. Movidas pela construção de um ideal de mulher, elas se destacaram nesse trabalho voluntariado, que era o trabalho da assistência. Assim, a LBA e as mulheres que nela atuaram protagonizam parte dessa versão da história que se reconstrói nesta tese.

No sentido de prosseguir com a análise da atuação das instituições que se ocuparam do problema da infância no Acre, no capítulo seguinte, serão apresentadas instituições de assistência que, durante a década de 1940, desempenharam atividades na capital do Acre, com vistas à combaterem o “problema da infância”. As primeiras que surgiram tiveram como finalidade estimular os serviços de assistência à população necessitada, auxiliar “os desvalidos da sorte” (O ACRE, 11/04/1936, ano XVIII, nº 324 p. 6), amparar a maternidade, a infância e a juventude.

CAPÍTULO III

PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA FRENTE AO “PROBLEMA DA INFÂNCIA” A PARTIR DO INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA A CRIANÇA - IPAI

O que se apresenta neste capítulo, é o cenário nacional em relação à composição das instituições de assistência que atuaram em Rio Branco no Acre nos anos de 1940 e os sujeitos que procuraram tratar do “problema da infância”. Essas instituições foram constituídas e difundidas a partir de concepções médicas e higiênicas que deveriam ser ministradas aos pobres, com o intuito de “reorganizar o espaço urbano” com o estabelecimento de “técnicas para controlar e modificar os elementos do meio, considerados capazes de favorecer ou prejudicar a saúde” (BONILHA, 2004, p.39).

Foram identificadas em Rio Branco a Instituição de Assistência Social Darcy Vargas, a Sociedade Plácido de Castro e a ora destacada Legião Brasileira de Assistência. Todas elas surgiram nos anos de 1940, mas há indícios de que outras com esse mesmo intento existiram antes dessa época. Além de analisar como a assistência foi se constituindo dentro do contexto acreano, destacam-se, também, neste capítulo, instituições como a família, a escola e a pré-escola instituições convocadas a aderir às deliberações prescritas, incluindo-as em seu cotidiano e em seu currículo.

Nota-se que uma instituição de proteção e assistência à criança pobre importante que precedeu essas outras mencionadas acima foi o Instituto de Assistência e Proteção à Criança (IPAI), visto que muito de suas ações foram adotadas por aquelas. Nesse sentido, apresenta-se, brevemente, o transcurso que percorreu esse Instituto que procurou dar cabo ao “problema da infância”. Ao fazê-lo nesse momento, evidencia-se que ações implementadas por este Instituto como os Lactários, conhecidos como Gotas de Leite, Concursos de Robustez, as Semanas da Criança e o incentivo ao estabelecimento de Postos de Puericultura, foram identificados nas ações que as instituições acreanas levaram a cabo. Portanto, novamente ressaltam-se os indicativos que balizaram a atuação da assistência no então território do Acre.

3.1 O Instituto de Assistência e Proteção à Criança (IPAI)

O cenário que constituiu os anos de 1940 quanto ao serviço de assistência à criança à maternidade em nosso país partiu de um movimento anterior, que compôs o pensamento moderno em diversos países. A 1ª. Guerra Mundial produziu o aumento das doenças, epidemias, pobreza, e outras mazelas. Nesse cenário, as crianças foram as mais atingidas pelos efeitos danosos dessa conjuntura, prejudicando o crescimento da sociedade. Isso porque a alta taxa de mortalidade entre elas era elevadíssima, agravada pela aceitação, quase consensual, do trabalho infantil, o que diminuía ainda mais sua expectativa de vida.

Esse fato, aos poucos, foi considerado como um problema que comprometeria o futuro sob diversos aspectos. Conforme aponta Cristina Fonseca, diversos países passaram a criar leis e implementar medidas de proteção e amparo à infância e a maternidade. Para exemplificar o que ocorreu, a autora cita alguns países como a Polônia e a Iugoslávia que, a partir do início dos anos de 1920, definiram que o Estado deveria cuidar da infância e da maternidade e protegê-las. A autora destaca o Chile que, em 1921, “instalou um Conselho Superior de Proteção à Infância, responsabilizando-se por todos os problemas relativos à criança”. A Argentina, por sua vez, “fundou a Diretoria de Eugenia” nesse mesmo período, a fim de “controlar a assistência infantil”. (FONSECA, 1993, p.100-101).

A autora destaca, ainda, que, nos Estados Unidos, o governo, junto às instituições privadas de assistência social, se uniu ao Conselho Social de Obras Sociais para prestar auxílio às crianças e suas mães. No que se refere à Europa, especificamente à Alemanha, Fonseca afirma que as medidas de assistência e amparo às crianças, em 1930, se expandiram justamente devido ao agravamento dos problemas sociais decorrentes do contexto das Guerras, com “uma cobertura que abrangia 90% dos lactantes, 30% a 40% das crianças em período pré-escolar e 100% dos escolares”. (Idem, ibidem).

No Brasil, as primeiras iniciativas quanto à assistência à criança e à mãe partiram de iniciativas particulares, sem o apoio de entidades governamentais. Uma das ações pioneiras de destaque no campo da

assistência foi a que o médico Carlos Arthur Moncorvo Filho empreendeu na cidade do Rio de Janeiro, ao fundar o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), em 1899. Posteriormente, estimulou a criação de outras instituições de proteção e amparo à infância e à maternidade, como também, exerceu pressão para que o Estado assumisse esse serviço de assistência. (FREIRE e LEONY, 2001).

FIGURA 16 – MONCORVO FILHO ATENDENDO UMA CRIANÇA



FONTE: Acervo fotográfico da Casa Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Moncorvo Filho⁹¹ atuou em toda sua vida profissional em atividades relacionadas às questões da infância, especificamente à infância pobre. Suas ações foram no sentido de colaborar com a construção de uma política de assistência e proteção à criança. Para Moncorvo, assim como para os demais intelectuais de seu tempo, as crianças representavam o *vir a ser* de uma nação próspera e bem educada. Nas publicações de Moncorvo que foram veiculadas,

⁹¹ No decorrer de sua carreira, a qual teve início na década de 1880, a pediatria era ainda uma ciência nova, em desenvolvimento, o que permitiu a Carlos Arthur Moncorvo Filho um vasto estudo sobre a temática, sendo-lhe possível a publicação de, aproximadamente, “400 artigos”, fruto de estudos e pesquisas que lhe conferiram reconhecimento internacional. (LEVY, 1996).

bem como em palestras e discursos, o médico deixava transparecer que o modelo de assistência à criança nitidamente foi inspirado em padrões estrangeiros, os quais eram divulgados em conferências e periódicos internacionais (TRINDADE, 1998) e (RIZZINI, 2009).

Iete Cherem Levy realizou uma pesquisa que versou sobre a Trajetória de Moncorvo Filho: *Puericultura e Filantropia num projeto de Assistência Infância (1901-1922)*. Esse trabalho sobre a atuação de Moncorvo, dentre outros aspectos, tratou sobre o papel desempenhado pela iniciativa privada em relação à assistência à criança e ao modo como ele viabilizou a criação, organização e operacionalização de políticas sociais no Brasil. Em conformidade com os modelos ideológicos presentes em sua época, a filantropia se encarregava de assistir aos necessitados, e a medicina, imbuída dos novos preceitos da eugenia, higiene e da puericultura, adentrara esse campo assistencialista ditando medidas para saneamento da população.

Em todo o seu percurso profissional, Moncorvo Filho enfatizava que as crianças pobres e as famílias delas deveriam ser assistidas pelo poder público, com a finalidade de protegê-las das más condições de vida, miséria e delinquência a que estavam sujeitas. Intencionalmente, deixou explícita a necessidade do envolvimento do Estado no enfrentamento dessas questões. Quanto a esse aspecto, Levy (1996) assinala o contexto histórico em que Moncorvo Filho estava inserido.

Não havia um Estado provedor de políticas sociais, pelo menos até os primeiros 20 anos do século XX, momento em que se inicia o desenvolvimento de um “aparato jurídico e institucional”, que, aos poucos, introduz a intervenção governamental na saúde. Antes disso, Moncorvo Filho contava com o apoio da elite política e econômica, “muitos homens e mulheres das classes médias e altas julgavam que o governo deveria intervir na vida familiar para proteger os pobres, sob o pretexto de assegurar a riqueza e o progresso da nação brasileira” (WADSWORTH 1999, p. 2)

Levy (1996) registra que, além de médico pediatra, Moncorvo Filho também era filantropo e, juntamente com outros colegas, a partir do referencial científico que acumularam, passam a contribuir na constituição de uma nova

ordem social por meio do trabalho que realizaram baseado nos princípios eugênicos.

O Instituto que dirigiu tinha como objetivos:

inspecionar, cuidar, regulamentar, fomentar, exercer, proteger e fundar aparatos capazes de coordenar um plano geral de assistência médica, filantrópica e educativa à infância e às famílias pobres. A orientação proposta por Moncorvo Filho para a instituição apoiava-se na ideia, corrente à época, de que a razão médica deveria prevalecer sobre as diversas formas de organização da cidade e dos indivíduos. (CAMARA, 2013, p.61).

Além desses objetivos, o “Instituto tinha como finalidade intervir e amparar, por meio de medidas eugênicas, preventivas, protetoras e educativas, às crianças pobres, doentes, “defeituosas”, maltratadas e moralmente abandonadas”. (CAMARA, 2013, p.60). A proposta de atuação do Instituto baseava-se na cientificidade médica que acabava por indicar as formas de organização da sociedade em geral e do indivíduo em particular.

Disseminar entre as famílias das crianças pobres, noções de higiene, hábitos saudáveis de alimentação, conduta moral adequada; orientar as mães de família a cuidarem de seus filhos e maridos, fazendo com que os homens renunciassem os prazeres do alcoolismo, o fumo e a vida boêmia também faziam parte das atividades desse Instituto. Outros objetivos se destacaram como: fiscalizar as condições de higiene nas escolas, vistoriar atividades das mães lactantes, amas de leite, além de averiguar como estava o trabalho feminino e o das crianças nas indústrias. Durante muito tempo, o trabalho do IPAI, tendo Moncorvo Filho a sua frente, foi reconhecido como um baluarte em prol da infância.

Outra ação desenvolvida por este Instituto foi a implantação dos Lactários, chamados de Gotas de Leite⁹². Esta prática visou a promover a

⁹² Foi a partir de Congressos Internacionais de Gotas de Leite, realizados em países europeus e em estados norte-americanos, que essa prática foi adotada pelo Instituto de Proteção e Assistência à Infância, e se tornaria mais um dos modelos de tratamento dispensado à infância pobre (WADSWORTH, 1999). Segundo o que Kuhlmann (2012) registra, a influência dos Estados Unidos depois da 1ª. Guerra Mundial se intensificou notadamente no Brasil, bem como nos demais países latino-americanos.

distribuição de leite às crianças e à fornecer orientação às mães e às amas sobre os benefícios de uma amamentação adequada.

A “causa da infância”, segundo Moncorvo, precisava ser enfrentada sob a ótica civilizadora e política, portanto, as pesquisas sobre o “problema da infância” acarretavam “estudos dos fatos sociais, a apreensão de estatísticas a dos nascimentos, mortes, riqueza, ensino, trabalho”. (SARTOR, 2000, p.148). Seu propósito era divulgar esses dados a fim de convencer o governo a investir nesta área tão peculiar e importante para o “futuro da nação”. Esta preocupação pode ser constatada no estatuto do Instituto, em que há referência clara para que as entidades do Governo assumissem a tarefa de amparar a criança, e não somente deixar a cargo de instituições filantrópicas e religiosas. Vejamos o Artigo 2.º, que trata dos fins particulares do Instituto:

[...] j) Auxiliar a ação dos Poderes Públicos, quer federais, quer estaduais ou municipais, na proteção dispensada as crianças desprotegidas, necessitadas e indigentes, procurando com eles manter relações de que possam resultar benefícios no sentido indicado. (ESTATUTO DO INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA A INFÂNCIA, 1908, apud, LEVY, 1996, p. 64).

Moncorvo esteve à frente do Instituto desde sua fundação, organizando a assistência materno-infantil no país, criando algumas estratégias de proteção e saúde às crianças pobres, bem como para suas mães, a fim de exercer uma profilaxia à população acometida por diversas epidemias e moléstias. O acompanhamento a esta população se daria através, já destacado acima, de estudos e da divulgação dos cuidados envolvendo os preceitos da puericultura. A puericultura e a eugenia foram as molas mestras que impulsionaram o trabalho do Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Com estes objetivos, o Instituto promoveu a divulgação de orientações quanto aos benefícios da realização de casamento chamados “sadios”, o que pode ser visto como um indicativo da ideia de ‘perfectibilidade’, o melhoramento da raça.

Sartor (2000) observa que o projeto de inserção social, através das medidas eugênicas, foram incisivos com a pretensão de controlar o nascimento das futuras gerações de forma a eliminar o indesejável. A “cruzada pela infância” agregou diversos profissionais, como já salientamos anteriormente, e a infância passou a ser disputada por diversos setores da sociedade,

influenciados pelas ideias modernas veiculadas no Brasil, nos países europeus e nos Estados Unidos.

Conforme Levy (1996) e Kuhlmann (2011), outra contribuição de grande importância realizada por Moncorvo Filho foi a criação do Departamento da Criança, em 1919, que funcionou como um complemento do Instituto. O propósito do Departamento foi levantar dados sobre a assistência à infância em todo o país, colocados à disposição do Governo Federal e, depois, divulgados nos Congressos de Proteção à Infância⁹³.

Pode-se afirmar que algumas ações de iniciativa do IPAI permaneceram por algumas décadas nas atividades desenvolvidas por instituições criadas nos anos de 1940. Em Rio Branco, a título de exemplo, têm-se os Lactários, os Concursos de Robustez, ambos idealizados por Moncorvo Filho e implantados em Rio Branco sob a direção da LBA.

A imagem que segue ratifica a conexão entre o Instituto de Proteção e Assistência à Infância com outras instituições assistenciais ao registrar a visita que D. Darci Varga fez ao IPAI em 1931. O médico Moncorvo Filho é o segundo homem à esquerda e Darci Vargas a segunda mulher à direita.

⁹³ Esses Congressos, já mencionados na Introdução, fizeram parte de um movimento internacional, sobre os modos de pensar e tratar a infância a partir de 5 áreas ou 'secções': I - Sociologia e Legislação, II - Assistência, III - Pedagogia, IV - Medicina Infantil e V - Higiene. (6º BOLETIM DO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA, 1921-1922, p.), de tal forma que produziram uma representação sobre infância (CHARTIER, 2002), que circulou entre os países participantes.

FIGURA 17 –D. DARCI VARGAS EM VISITA AO IPAI-1931



FONTE: Acervo fotográfico da Casa Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

3.2 As primeiras ações e proposições das instituições de assistência em Rio Branco/Acre, na década de 1940

Nos anos de 1940, a propaganda governamental era veiculada de forma exacerbada, em todos os Estados e municípios da federação, bem como, no então Território do Acre. No tocante à assistência à população desfavorecida socialmente, notícias semanais incluíam temas relativos às contribuições aos necessitados, com destaque para as crianças, mães, gestantes e lactantes. O jornal *O Acre*, difundia debates proferidos nos grandes centros urbanos, divulgando as deliberações e ações que compuseram essa história da assistência.

Precisamente no ano de 1936, uma matéria veiculada no referido jornal, intitulada “Hygiene e Saúde para Todos”, originalmente publicada pela Editora Melhoramentos em forma de livretes, expõe uma série de orientações sobre os cuidados com o corpo e a saúde. Essa matéria de autoria do Dr. Sebastião Barroso, “experiente técnico propagandista sanitário” e ex-inspetor

de Propaganda e Educação Sanitária, enfatiza a higiene e a saúde como condicionantes essenciais para a manutenção e resistência do organismo às doenças e para a satisfação das contingências da vida. (O ACRE, 19/04/1936, ano VIII, nº 326, p. 6). Essa matéria está entre as várias que foram encontradas ao longo da década de 1940, exemplificando como esse debate circulou em todo o território nacional, por meio dos impressos.

Uma das primeiras instituições assistenciais encontradas durante esta pesquisa que instruiu como deveriam ser assistidas as pessoas “desvalidas” foi o **Instituto de Amparo Social**, cujas finalidades eram:

- a) Zelar pela saúde pública, promovendo o amparo dos desvalidos, criando os necessários serviços técnicos, bem como estimulando os serviços sociais existentes e coordenando as suas finalidades;
- b) Incentivar a educação eugênica;
- c) **Amparar a maternidade e a infância**, para o que a União, os Estados e os Municípios destinarão 1 por cento de seus fundos tributários;
- d) Socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) Proteger a juventude contra a exploração bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- f) **Restringir a mortalidade e a morbosidade infantil**;
- g) Votar medidas de higiene social visando impedir a programação de moléstias.

(O ACRE, 02/02/1936, ano VIII, no. 314, p. 4, grifos meus).

Esse Instituto de Amparo Social foi uma instituição criada com o objetivo de estudar, coordenar e aplicar medidas de assistência social em todo o país. (O ACRE, 22/08/1935, s/p). A solenidade de posse da diretoria foi anunciada pelo jornal O Acre no dia 28/07/1935 e, um representante do território do Acre foi convidado a participar dessa solenidade na capital do país, Rio de Janeiro. Por fim, o Desembargador Alberto Diniz foi designado para ser o delegado representante do território acreano nas reuniões que sucederam a criação deste Instituto. (O ACRE, 05/07/1936).

Ao todo, durante os anos de 1940, foram encontradas 14 matérias publicadas no jornal O Acre, com assuntos referentes a algumas ações

executadas pelo Instituto de Amparo Social, a maioria delas era troca de correspondência entre o representante da Comissão Nacional e o Delegado do Acre e versavam sobre: relatório dos serviços sociais realizados; participação de um representante na Amostra Internacional que visava a divulgar os serviços prestados pelo Instituto; justificativas pelo não comparecimento a alguns encontros nacionais da Comissão local, além de troca de cumprimentos e elogios pelos serviços realizados.

Tomando para análise cada item do artigo publicado separadamente e, depois em conjunto, fica claro que a preocupação das autoridades dirigentes do país era implantar na sociedade uma cultura eugênica higienista, de cunho assistencial, com fortes bases ligadas ao nacionalismo, em conformidade com a política vigente à época.

Essa concepção de uma cultura eugênica higienista foi se constituindo ao longo do transcurso do século XIX para o XX, momento em que algumas províncias estavam tornando-se metrópoles. Um considerável contingente de pessoas (migrantes brasileiros, do meio rural para o urbano; migrantes estrangeiros) afluíram para as grandes cidades sem haver qualquer planejamento para seu acolhimento, ocasionando, em curto espaço de tempo, sérios problemas estruturais e administrativos.

O surgimento de casas tipo cortiços, a proliferação de doenças infecto-contagiosas, a ponto de se tornarem verdadeiras epidemias, tornaram-se objeto de grande preocupação. A promiscuidade, a degradação moral, o acúmulo de lixo, greves, brigas, roubos, foram situações que se tornaram bastante comuns. Tais circunstâncias exigiram uma tomada de decisão urgente por parte do poder público. (ROCHA, 2003). Neste contexto, a ideia de higienizar a população e conter certos comportamentos indesejáveis foi construída e passa a compor a pauta do discurso nacionalista, constituído na figura de Getúlio Vargas, representante oficial da política do Estado Novo.

Em vista disso, pode ser inferido que a intenção da criação do Instituto de Amparo Social (O ACRE, 19/01/1936, ano VIII, nº 312, p. 5) fez parte do ideário reformador e moralizador, no sentido de estabelecer princípios para coordenar os serviços de assistência social existentes e prover outras ações a serem implantadas em cada município brasileiro. Essa coordenação apontava para a

necessidade de proteção da população, visando a conservar a saúde através das ações de assistência, envolvendo as questões: material, moral e intelectual.

O Estatuto desse Instituto discrimina o que seria de competência de cada Estado ou Território, destacando que todas as medidas de assistência deveriam: “promover arrecadações de pecúnia que reputar serem uteis ao Instituto, e divulgar, em propaganda eficaz, os ensinamentos, as lições e os exemplos que forem salutarres à assistência social”. E acrescenta que deveria ser pleiteada a “criação de verbas de filantropia no orçamento estadual e nos orçamentos municipais” (O ACRE, 02/02/1936, ano VIII, nº 314, p. 4).

Nota-se que o objetivo de padronizar ou instituir uma ordenação das ações de assistência social foi pensada envolvendo todas as esferas administrativas, devendo, cada uma delas, contribuir financeiramente para a consecução de seus fins. A partir dessas diretrizes, houve uma mobilização para se estabelecer instituições que atendessem à demanda local, tomando como base os princípios estabelecidos no Estatuto.

Quatro anos mais tarde, após a publicação da criação do Estatuto do Instituto de Amparo Social, o jornal O Acre anuncia a criação do **Centro de Assistência Social Darcy Vargas Nº 1** em Rio Branco. Esta instituição procurou pautar o sentido de sua essência na direção dos princípios estabelecidos no Regulamento do Instituto de Amparo Social, como será visto a seguir.

3.3 O Centro de Assistência Social Darcy Vargas N.1 e a Sociedade Plácido de Castro: propostas de assistência à infância

A matéria publicada em 12/04/1940, mencionada na introdução desta tese, apresenta “as senhoras da elite acreana” à frente do trabalho assistencial, anunciando ser esta uma atividade tanto médica, quanto social. No texto é anunciada a instalação de uma “importantíssima instituição com sede nesta capital e centros em todos os municípios, iniciativa que se molda nas realizações que estão levando a efeito nos centros da população do país”. O jornal destaca, ainda, a importância do papel das mulheres acreanas no envolvimento com a causa dos

desprovidos e tratam com “pezar” a situação de pobreza em que os bairros da capital se encontravam. (O ACRE, 12/04/1940, ano XII, nº 532, p. 1).

Também registra que o próprio governador entrará em contato, via telegrama, com os professores Osvaldo Barbosa e Clementino Fraga, chefe e secretário geral, respectivamente, do Departamento de Assistência Médico Social do Rio de Janeiro, a fim de requerer a “devida colaboração técnica desses grandes órgãos nacionais”. O texto é finalizado com o seguinte registro “A referida instituição [...] abrangerá todo o Território, tendo esta capital como sede, na qual funciona o centro de Assistência Médico-Social n. 1”. (O ACRE, 12/04/1940, ano XII, no. 532, p. 1).

Esse registro marca a institucionalização do “Centro de Assistência Social Darcy Vargas N.1”⁹⁴. (O ACRE, 03/05/1940, ano XII, no. 535, p. 8). A Instituição levou essa numeração pelo fato de ser o primeiro no Acre e, conforme as intenções dos que estavam à frente do trabalho, à época, outros Centros de Assistência seriam criados no interior do território, a fim de oferecer assistência a todos os municípios acreanos. É possível compreender, portanto, que o Centro de Assistência Social Darcy Vargas procurou acompanhar os objetivos/finalidades que haviam sido propostos no Estatuto do Instituto de Amparo Social.

O Centro de Assistência Social Darcy Vargas foi presidido pela senhora Alaíde Martins, esposa do então governador do território do Acre, o senhor Epaminondas de Oliveira Martins. Em entrevista concedida ao jornal O Acre, D. Alaíde demonstrou que os itens constantes no Estatuto do Instituto de Amparo Social indicavam a necessidade de angariar recursos a fim de custear as primeiras ações dessa instituição. E foi por meio da realização de um Arraial⁹⁵ que uma considerável importância foi arrecadada e, na sequência, foram:

[...] enviamos esforços junto ao governo no sentido de ser contemplada a Instituição no próximo orçamento.

O nosso apelo foi atendido ficando assim patenteado de modo decisivo a boa vontade do governo a essa grande obra de benemerência.

⁹⁴ Esse Centro foi reconhecido como de utilidade pública através do Decreto nº 91 de 29/04/1940.

⁹⁵ O significado de Arraial, para o contexto apresentado, diz respeito a atividades de entretenimento: jogos, brincadeiras, venda de alimentos e bebidas, visando a angariar recursos para obras assistenciais.

E graças a esses primeiros recursos podemos dar uma orientação eficiente a economia da instituição sendo traçado um plano que nos permitirá maior ampliação de reservas monetárias. (O ACRE, 14/09/1940, s/p).

Outra constatação de que os objetivos constantes no Estatuto do Instituto de Amparo Social estavam sendo perseguidos diz respeito ao foco de atuação da instituição que, desde o princípio, se pautou

[...] **em benefício da criança**. Para tanto, está organizando com a colaboração especializada do Departamento de Saúde do Território um modesto programa de assistência, que dentro em pouco será iniciado com a abertura de um ambulatório onde atenderá com máxima solícitude a criança, mas também a gestante e a lactante. (O ACRE, 1942, s/p, grifos meus).

As atividades do Centro de Assistência Social Darcy Vargas, apesar de terem focado sua atuação em atender à infância e à maternidade, não puderam deixar de seguir, também, o que determinava o Estatuto da própria Instituição, quais sejam: criar Postos de Puericultura e higiene; prestar auxílio moral e material à população do Território; estabelecer cooperação com a Associação de Pais e Professores, a fim de garantir merenda aos escolares; prover educação dentária aos estudantes; encaminhar para atividades diversas os desassistidos socialmente, conforme suas aptidões; promover a evolução do nível moral; criar escolas para meninas pobres, cujo currículo privilegiará a educação doméstica; realizar conferências populares, com a finalidade de difundir, do ponto de vista cristão, a justiça social. (O ACRE, 03/05/1940, ano XII, nº 535, p.2).

Essa Instituição incentivou a doação de serviços e produtos como: roupas, sapatos, medicamentos e alimentos. Recursos em dinheiro também foram angariados através da promoção de eventos: bailes, chás, festas e arraiais.

A verba era revertida na aquisição dos gêneros de primeira necessidade e, em épocas natalinas, na compra de brinquedos, fazendas, dentre outros, distribuídos aos desfavorecidos social e materialmente. (O ACRE, 27/10/1940, ano XII, nº 560, p. 5). Comerciantes locais, a exemplo dos Srs. José Chaar,

Jorge Cecim e José Kairala, ao deixarem a região do Alto Acre⁹⁶, local de suas residências, passaram pela capital Rio Branco e doaram um “auxílio a essa benemérita organização”. (O ACRE, 1940-1942)⁹⁷.

O jornal O Acre dá visibilidade ao empenho do Centro de Assistência Social Darcy Vargas em atender as demandas assistenciais, momento em que estabelece parceria com a **Sociedade Plácido de Castro** para, juntas, com apoio do governador, elaborarem um projeto de assistência.

A Instituição “Darci Vargas”. E o seu programa de assistência à população acreana.

A Instituição Social *DARCI VARGAS*, cumprindo o seu programa de assistência à população acreana, vai organizar um amplo serviço de proteção à maternidade e à infância, no ano vindouro, para que conta com o apoio do Governador Epaminondas Martins, sempre empenhado na solução dos problemas que dizem respeito à melhoria do nosso padrão de vida.

Para isso, de colaboração com a Sociedade *Plácido de Castro*, elaborou um projeto que está sendo cuidadosamente estudado, afim de ser executado em 1941.

(O ACRE, 15/12/1940 ano XII nº.567, p. 6).

A Sociedade Plácido de Castro aderiu à campanha empreendida pela Instituição Darci Vargas, quanto à proteção e amparo à infância e à maternidade, porém manteve seu maior objetivo: disseminar os preceitos nacionalistas. Difundia que o desenvolvimento do território se daria através da educação do povo acreano, da organização da indústria, do comércio e da colonização do território.

Na matéria publicada sobre a Sociedade Plácido de Castro há um apelo para que a população a ajude em suas ações, tendo como meta: “Fazer propaganda do Acre”, a fim de chamar a “atenção de nossos patrícios para as necessidades desta região, solicitar sua colaboração em benefício desta

⁹⁶ Essa região compreende os municípios de Xapuri, Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil.

⁹⁷ Estima-se que essa informação tenha sido veiculada entre os anos de 1940 e 1942, visto que, em anos posteriores, não foi encontrada nenhuma atividade desempenhada por essa instituição.

longínqua terra brasileira” (O ACRE, 24/11/1940, ano XII, nº 564, p.4)⁹⁸.

Seguem alguns dos propósitos dessa Sociedade:

[...] pugnar: pela organização de bibliotecas e museus populares; pela educação manual e técnica; pela educação sanitária; pela educação doméstica; pelo amor a natureza, promovendo o gosto pelos jardins e plantio ou organização de bosques municipais; pelo desenvolvimento do artesanato e das indústrias domésticas; pelo desenvolvimento da economia agropecuária. Pelo cooperativismo e pela colonização, pela melhoria das condições de habitação, alimentação e de vida em geral das populações acreanas. (Idem, ibidem).

A união entre a Sociedade Plácido e Castro e a Instituição Darci Vargas, no intuito de levar a cabo o programa de assistência às crianças e às mães, fortaleceu o apelo diante do governador para que viabilizasse a contratação de um

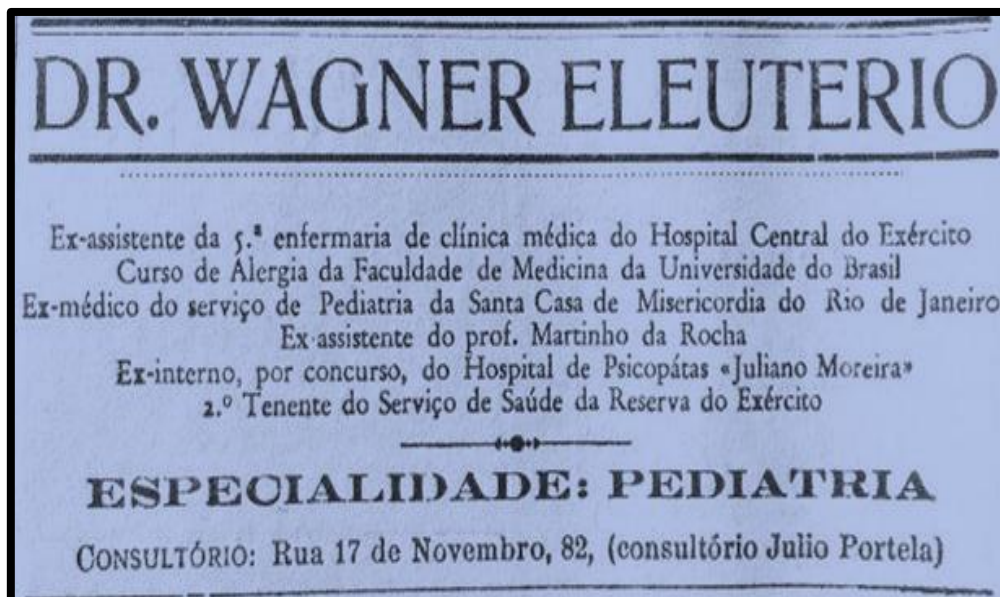
[...] **médico especialista em puericultura** para trabalhar nesta capital. Do Rio de Janeiro onde se encontrava, embarcou com destino a Belém, donde se transportará para Rio Branco, o **dr. Wagner Eleutério**, assistente do dr. Marinho da Rocha, notável pediatra carioca. Vem o jovem clínico servir no Departamento de Saúde do Território do Acre, dentro de sua especialidade, levando a efeito o programa traçado pela Instituição *Darci Vargas* sob os auspícios do Govêno. (O ACRE, 15/12/1940 ano XII nº 567, p. 6, grifos meus).

O Dr. Wagner Eleutério, carioca, residente naquele momento em Belém, foi contatado, de forma que aceitou o desafio de vir para o Acre e assumir o Posto de Pediatra. Naquele período, como já analisado anteriormente, era imprescindível para o cumprimento do projeto nacionalista “cuidar da raça, ou seja, da nação. E, segundo os médicos, caberia a eles o privilégio da execução de tal tarefa” (SCHWARCZ, 1993, p.235).

O currículo resumido do pediatra, quando de seu estabelecimento no Território acreano é publicado em vários números do jornal O Acre.

⁹⁸ Essa foi a última vez que a Sociedade Plácido de Castro foi mencionada no jornal O Acre, dentro do marco temporal da pesquisa. Sua atuação, mesmo que descrita de forma sucinta demonstrou a preocupação com uma educação sanitarista do social.

FIGURA18 : CURRÍCULO DO DR. WAGNER ELEUTÉRIO- PEDIATRA



FONTE: Jornal O Acre 29/06/1941, ano XIII, nº 595, p. 9

Essa divulgação, provavelmente, deve ter provocado uma reação impactante, pois até aquele momento não havia, no Acre, um especialista em pediatria com tais qualificações. Um médico formado no Rio de Janeiro representava muito, visto que, em décadas anteriores, especificamente nessa cidade, foram criados por Moncorvo Filho, no IPAI, os primeiros cursos para habilitar médicos nos cuidados com as crianças.

Sobre esse deslocamento de profissionais de um lugar para outro, como é caso do médico Wagner Eleutério do Rio de Janeiro para o Acre, Marta Carvalho, em seu trabalho intitulado *Reformas da Instrução Pública*, apresenta uma discussão a respeito dos esforços em torno da organização de um ensino modelar na cidade de São Paulo, assegurando à escola paulista o “signo progresso”. Para que se garantisse a modernização do ensino paulistano, a fim de dar “visibilidade das práticas escolares” foi utilizado o dispositivo de “empréstimo de técnicos”, que saíram daquele local para difundirem o modelo no interior do Estado e demais regiões do país. (CARVALHO, 2000, p.225-226). A partir disso, faz-se a analogia dessa prática com o que aconteceu no território acreano, quando do “empréstimo” do médico Dr. Wagner Eleutério.

Dias depois da notícia da vinda do Dr. Wagner Eleutério ao Acre, foi divulgada a informação de que um Posto de Puericultura havia sido instalado às custas da participação da sociedade que, através de donativos, garantiu o

pagamento do aluguel da casa em que ele funcionaria. “Foram tomadas as devidas providências para deixá-lo em condições de atender à população”. (O ACRE, 22/09/1940, ano XII, nº, 555, p. 4). O ambiente para receber o médico estava sendo cuidadosamente preparado, mesmo que a princípio tenha funcionado em instalações provisórias, como destacado no capítulo 1.

No mesmo dia, 22/09/1940, o jornal O Acre publica uma matéria com a manchete: a “Campanha do Departamento Nacional da Criança (DNCR) continua, sendo esta uma campanha que durará tempo necessário a distribuir por todo o país tais instituições”. A matéria se referia aos Postos de Puericultura, que tinham a finalidade de contribuir com “um decidido amparo às nossas populações infantis”, devendo ser estabelecidos o quanto antes. Foram investidos, naquele momento, cerca de “sete mil contos na construção de Postos de Puericultura e também de Maternidades e outros estabelecimentos de socorro infantil”⁹⁹. Na matéria, havia o apelo para que as demais instâncias, estadual, municipal e iniciativa privada se juntassem a este movimento e “Só assim terá a nacionalidade – como expressão de coesão nacional – demonstrado o seu interesse pelas nossas crianças.” (O ACRE, 22/07/1940, ano XII, nº 555, p.4).

Ao instalar o Posto de Puericultura, o Acre apresenta estar *pari passu*, ou melhor, muito próximo ao que de mais novo e moderno fora indicado pelos grandes centros quanto à assistência à mãe e à criança pobres. Após um curto período de atuação, a Instituição Social Darci Vargas, em 1942 é absorvida pela LBA, conforme atesta a matéria:

[...] Embora ainda em fase embrionária, a Legião já se assinala, notavelmente, em nosso meio, pelas obras de assistência realizadas, que inúmeros benefícios tem proporcionado aos nossos desajustados sociais.

Tendo a Comissão Estadual encampado a - Assistência Social Darci Vargas – que funcionava nesta capital chamou para si o

⁹⁹ Neste período, a moeda Mil réis conforme a Lei nº 59, de 08/10/1883, que vigorou até 31/10/1942, correspondia a 1/8 de ouro de 22K, sendo o valor de Rs 2\$500. Disponível em: (http://www.genealogiahistoria.com.br/index_historia.asp?categoria=4&categoria2=4&subcategoria=56) Acesso em 04/10/2015.

trabalho e o acervo dessa instituição, cujos assistidos vêm agora recebendo o seu amparo e cuidados.

(O ACRE, 22/11/1942, ano XIII, nº 669, p. 1).

As instituições apresentadas, Sociedade Plácido de Castro e a Instituição Social Darci Vargas, não foram mais mencionadas nas fontes, imediatamente após o estabelecimento da Legião Brasileira de Assistência, o que sugere que esta substituiu aquelas. A LBA foi a instituição mais atuante no Acre, em termos de quantidade de ações sociais sob sua responsabilidade, como em termos de sua permanência ao longo dos anos, como pôde ser visto no capítulo anterior.

3.4 A escola e os serviços de assistência à criança

Compondo o projeto de formação de nação, a educação, no Acre, não deixou de cumprir com sua parte dentro desse grande empreendimento, em parceria com as ações da assistência, provendo às crianças recursos necessários para sua adequada formação. A escola também, como uma instituição formadora de hábitos e comportamentos, contribuiu com esse processo através de instituições supletivas: creches, educandários, orfanatos, patronatos, clínicas-escolas e hospitais-escolas, todas essas imbuídas de cuidar das crianças, assisti-las e educa-las de modo a promover a formação integral da criança.

Segundo André Ricardo Pereira, o tratamento dispensado à criança no contexto do Estado Novo buscou a “mobilização em favor do projeto de bem criar os **filhos da Nação**”. Essa busca provinha de “concepções políticas autoritárias” no Brasil, assim como nos países em que os preceitos eugênicos estavam sendo adotados. (PEREIRA, 1999, p.170, grifos do autor). A educação escolar não deixou de receber intervenções nesse sentido, por meio da assistência ao escolar.

Não se pode falar da assistência à criança na escola sem e localizar o contexto nacional da educação no período. Entre os anos de 1934 e 1945 dirigiu o Ministério da Educação e Saúde (MES), a convite do presidente

Getúlio Vargas, o professor e advogado Gustavo Capanema. O período em que ele esteve à frente desse Ministério procurou atender aos anseios da proposta Varguista, de formação de um novo homem para uma nova sociedade.

Schwartzman et al (1984) asseveram que, naquele momento, a educação em nível nacional almejada pelo governo tinha

[...] por objetivo “formar o homem completo, útil à vida social. Pelo preparo e aperfeiçoamento de suas faculdades morais e intelectuais e atividades físicas” sendo tarefa precípua da família e dos poderes públicos. A transmissão de conhecimento seria sua tarefa imediata, mas nem de longe a mais importante. Fazia ainda parte dos princípios gerais a definição do que se devia entender por “espírito brasileiro” (“orientação baseada nas tradições cristãs e históricas da pátria”) e “consciência da solidariedade humana” (“prática da justiça e da fraternidade entre pessoas e classes sociais, bem como nas relações internacionais”), termos que a Constituição utilizava para caracterizar os objetivos gerais da educação nacional [...]. (SCHWARTZMAN et al, 1984, p.182-183, grifos dos autores).

Com efeito, sob o prisma da perspectiva governamental à época, fazia-se imperativo instituir mudanças na educação, de modo que foram promovidas grandes reformas nos vários níveis e modalidades de ensino. Tais reformas buscavam a formação desse homem que viesse satisfazer às necessidades dessa nova sociedade, em vista de constituir o ‘espírito brasileiro’, fortalecendo o ensino moral e cívico, reforçando a construção do sentimento patriótico, o **sentido de brasilidade**.

Foi durante a administração do Ministro Gustavo Capanema que políticas de saúde voltadas à mãe e à criança tiveram uma posição de destaque, quando da criação de serviços particularizados à maternidade e à infância. Como evidência dessa preocupação com o binômio mãe-filho, tem-se a criação da “Divisão de Amparo à Maternidade e a Infância. Pouco depois, em fevereiro de 1940, ela seria extinta com a criação do Departamento Nacional da Criança”. (HOCHMAN, 2005, p. 136). O DNCr passou a cumprir com a assistência à criança e à mãe, vinculado ao Departamento de Educação e Saúde. O Departamento tratou de estabelecer parcerias com instituições de assistência social para o cumprimento das estratégias governamentais no tocante à saúde materno- infantil.

As escolas, consideradas como campo fértil de atuação para a realização da profilaxia da saúde da população, passaram a se tornar o foco de intervenção das prescrições médicas e da assistência, uma vez que era a escola pública o lugar para onde afluía a população pobre, considerada como detentora das enfermidades.

Dentro desse contexto de políticas impetradas pelo Estado Novo, a escola foi colocada como espaço adequado à formação moral e higiênica das crianças, mas não somente delas, pois as

[...] orientações de uma educação sanitária estenderam-se além da prática educativa escolar, buscando ampliar o raio de ação higiênico-sanitário para atingir a população em geral. Os princípios da eugenia estavam presentes no pensamento nacionalista que dominou este período à procura da melhor forma física e mental para o povo brasileiro. (MIGUEL, et al. 2008, s/p).

Tais fundamentos eugênicos difundidos pelos discursos médicos para sanear a população, frente à bandeira nacionalista de desenvolvimento e progresso almejado, produziram medidas e prescrições colocadas em prática por meio também das escolas. Dentro do contexto acreano, mesmo sendo um território demasiadamente distante dos grandes centros urbanos, algumas práticas socialmente aceitas e referendadas foram implementadas, embora houvesse algumas alterações e reiterações na busca pela participação nesse processo de fortalecimento da nação.

Eram comuns serem publicadas matérias para sensibilizar a sociedade quanto à condição de miséria em que se encontravam alguns escolares no Acre.

Educação e Ensino:

O PAUPERISMO ENTRE OS ESCOLARES

Seria preciso não ter a alma engolfada no amôr pelas crianças para deixar de sentir qualquer coisa de estranho diante da condição de inferioridade em que muitos dos nossos escolares, por infelicidade nem sempre remediável, se deixam arrebatados pelo efeito do pauperismo, que por si mesmo, é um dos mais sérios obstáculos da esla primária entre nós.

(O ACRE, 22/12/1940, ano XII, nº568, p.6).

A escola pública, quando garantia o acesso, na maioria das vezes, não garantia a permanência das crianças pobres, dado que até os dias atuais se faz presente. As exigências quanto à uniformização - roupas e calçados, objetos escolares, bem como um determinado tipo de comportamento, servem de exemplo do que acaba gerando a exclusão da criança pobre da escola.

Na década 1930, houve uma ação desenvolvida em relação à assistência à criança escolar pobre por determinação a Resolução nº 5 de 31/05/1930, que regulamentou a Instrução Pública no Território. No capítulo II trata das **Caixas Escolares**, assim descritas;

Art. 135 - Em cada Município deverá existir uma caixa escolar afim de beneficiar todos os alumnos necessitados das escolas municipais e territoriais.

Art. 136 – Estas caixas serão dirigidas por um presidente, que será o inspetor escolar do Município, um secretario e um thesoureiro, cargos que serão ocupados por professores.

Art. 137 – Cada escola continuará uma secção da caixa, que será administrada por uma directoria propria.

Parapho Único: estas secções ficarão subordinadas à directoria geral da caixa.

Art. 138 – As caixas escolares reger-se-ão por estatutos aprovados em assemblea geral de professores.

(O ACRE, 08/06/1930, ano II, nº 43, p.4).

Percebe-se que nessa década houve a arrecadação de dinheiro por meio da Caixa Escolar e as contribuições vinham de pais e professores, bem como de atividades promovidas pelo que viria se constituir no **Círculo de Pais e Mestres**, ou reconhecido também como **Clube de Pais e Mestres**, conforme estabelece o Regulamento da Instrução Pública, referido anteriormente (Idem, ibidem). Em 1931 é criado o Estatuto das Caixas Escolares.

A seguir, destacam-se seus objetivos e sua constituição:

Art.1º o objetivo principal é cooperar com a difusão do ensino primário, promovendo meios tendentes para melhorar as condições das escolas, prestando assistência às crianças pobres e possibilitando a sua frequencia as escolas.

Art. 2º O patrimonio da CAIXA será constituido pelas contribuições dos sócios, donativos, legados, subvenções voltadas pelos poderes públicos, productos de festas beneficentes e quaesquer auxílio de associações particulares.

(O ACRE, 15/06/1931).

Durante os anos de 1930, as atividades desempenhadas pela Caixa Escolar mantiveram-se bastante ativas, subsidiando diversos tipos de materiais, roupas, alimentação aos escolares pobres, oportunizando, dessa maneira, sua permanência na escola.

Na década de 1940, novos apelos eram feitos para que as crianças permanecessem na escola e mecanismos foram aperfeiçoados para tal finalidade.

Instituições auxiliares da escola precisam ser criadas e mantidas com o fim de resolver este importante capítulo da educação.[...] As caixas escolares, o copo de leite, a sopa escolar, as cooperativas, são complementos da educação ao mesmo tempo que oferecem oportunidade para levar-se a cabo a educação primária da prole às vezes bem numerosa.

O governo lhes dá professores porém ainda assim é custoso o sustento dos filhos nas aulas mesmo gratuitas.[...] As crianças pobres são em grande porcentagem, nas escolas públicas. Sua condição de menor abastança constitui, por si só, a causa de uma inferioridade que faz retardar o desenvolvimento da inteligência. (O ACRE, 22/12/1941, ano XII, nº 586, p.6).

Nos anos de 1940, ainda houve a permanência das ações da Caixa Escolar, mas com menor registro nas fontes, notando-se que tais ações passaram a ser assumidas pela Sociedade Pestalozzi. Em Rio Branco, essa Sociedade foi mais uma das instituições criadas para prestar auxílio aos escolares com carências materiais.

Acaba de ser fundada em Rio Branco, por louvável iniciativa dos elementos do Rotary Clube local, a Sociedade Pestalozzi, do Território Acreano.

Em duas palavras poderá ser traduzido o significado profundo dessa iniciativa dos rotarianos: patriotismo, assistência.

Sua finalidade é daquelas que bem merecem apoiadas por quantos desejam engrandecimento desta terra longinqua, onde sem forças bem conduzidas, sem energias bem ordenadas, em apoio direto e constante ao govêrno, passará sob os anos, seu destino, sem as mudanças, sem as mutações para o crescendo social, político econômico.

Efeito da compreensão do papel na democracia, esse áto inspirado dos rotarianos constitui-se uma coluna elevada, que muito ajudará aos homens de govêrno, na realização de um

programa de atividade positiva em prol do Acre e dos acreanos.

(O ACRE, 03/11/1946 ano, XVII, nº 792, p. 8).

A Sociedade Pestalozzi criada a partir da iniciativa de Helena Antipoff, pedagoga e psicóloga russa que veio trabalhar no Brasil a convite do governo de Minas Gerais, por volta de 1929, devido as suas altas qualificações. Formou-se na Rússia, mas foi na Suíça que estudou com Edouard Claparède e, posteriormente, realizou alguns trabalhos no Instituto Jean Jacques Rousseau. Helena Antipoff foi referência no trabalho pedagógico com crianças excepcionais. (RAFANTE, 2006).

No Acre, conforme noticiado, o nome de batismo dessa Sociedade foi devido ao trabalho de

João Pestalozzi, o grande pedagogo, o notável educador da criança, o arauto fundador da nova escola de pedagogia social e moral, o escritor clássico, por excelência, sobre educação popular, métodos ainda hoje, quase dois séculos passados, são seguidos e adotados como os mais adequados e eficientes a formação integral da criança.

(O ACRE, 27/10/1946 – ano XVII nº 791 p. 3).

Dentre os objetivos principais que esta organização pretendeu alcançar, estava o de manter meios para que as crianças permanecessem na escola, cumprir com o plano de orientá-las conforme os moldes idealistas de formação de civilidade, suprimindo-as de: “material didático, uniformes e merenda escolares, consultório médico-dentário pedagógico, cooperativa escolar, clube agrícola e de saúde”, além de estabelecer o “serviço de caixa de assistência”. Tais medidas foram colocadas à disposição dos escolares e, deste modo, a organização considera-se “alcançando seu objetivo primacial, que é assistir o cidadão para a grandeza e orgulho da PÁTRIA.” (Idem, ibidem). Percebe-se aqui que tais incumbências estiveram a cargo, nos anos anteriores, da LBA. Agora, é o momento de a Sociedade Pestalozzi reforçar a assistência que, outrora, fora encargo daquela instituição.

A Sociedade Pestalozzi, conclamou, para o alcance de seus objetivos, “todas as forças vivas do território” para que a móvel organização, por meio de seus membros voluntários, oferecesse a manutenção dos serviços elencados

acima, cumprindo, assim, o que determinava em seu Estatuto de Criação, o qual previu em seu Capítulo I, artigo 1º:

- a) Auxiliar o escolar com material didático, vestuário, alimentação, medicamentos e, assim, favorecer sua frequência à escola até que tenha concluído o curso primário;
- b) Proporcionar meio de recreação sadia e acessível à grande maioria das crianças;
- c) Estimular e orientar o cultivo da terra, com o fim de melhorar a alimentação.

(O ACRE, 15/12/1946 – ano XVII nº 798, p. 5).

Essas forças às quais a Sociedade faz menção, referem-se ao apoio de órgãos de proteção e amparo à infância, como o Departamento Nacional da Criança, a Legião Brasileira de Assistência, o Serviço Especial de Saúde o Território e o Serviço de Documentação do Ministério de Agricultura.

Com o apoio dessas entidades, em 1946, a Sociedade Pestalozzi deu início a seus trabalhos na capital acreana. Ao longo desse ano, providenciou a confecção e entrega de 367 uniformes aos escolares, e 264 crianças, receberam merenda escolar e “farto material didático”, perfazendo, no total desse investimento, Cr\$ 49.000,00 (Quarenta e nove mil cruzeiros). Outra observação anunciada foi em relação à frequência das crianças à escola, em 1946 era de 50%, passando para 85% em 1947. (O ACRE, 10/08/1947, ano XVII, nº 832, p.8).

As verbas para custear os benefícios que a Sociedade Pestalozzi empreenderia vieram de contribuições de seus associados, conforme previsto em seu Estatuto, Capítulo III, artigo 7º, Dos sócios:

- a) - contribuintes - os que concorrerem para a sociedade com uma quota mensal não menor de cinco cruzeiros (Cr\$ 5,00);
- b) - colaboradores - os que, além da quota mensal em dinheiro, trouxerem à Sociedade o concurso permanente de seu esforço pessoal;
- c) - protetores - os que contribuirão para a Sociedade, mensalmente, com quantia igual ou superior a cem cruzeiros (Cr\$ 100,00);

- d) - benfeitores - os que doarem à Sociedade quantia igual ou superior a cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00);
- e) - beneméritos – os que prestarem serviços relevantes reconhecidos e assim julgados em pronunciamento unânime de Assembleia Geral dos sócios;
- f) - honorários – aqueles a quem a Sociedade julgar acertado conferir esta distinção.
(Idem, ibidem).

A cada publicação da Sociedade Pestalozzi, o convite para se associar a ela era reforçado de tal maneira que ninguém ficasse sem contribuir.

Nada mais justo que essa benemerita Sociedade receba o apoio de homens de espírito bem formado, para que seu quadro social aumente elevando-se o seu quadro de sócios contribuintes, pois, assim maiores facilidades terá essa instituição de ampliar seus benefícios.

O chefe de família ou mesmo o cidadão solteiro que percebe uma diária de quarenta cruzeiros ou mais, poderá, sem sacrifício algum contribuir com uma mensalidade de cinco cruzeiros, ou seja, a irrisória quantia de pouco mais de dezesseis centavos.

(O ACRE, 07/03/1948, ano XVIII, nº 862, p.1).

Segundo foi noticiado pela Sociedade Pestalozzi, em 1949, nos últimos 3 anos houve um aumento significativo da entrada de crianças no ensino primário. Em 1946 o número de crianças era de 928 e, em 1949, passou a ser de 1.982. A elevação dessa taxa, na perspectiva da Sociedade, deveu-se aos incentivos à realização de novas matrículas e aos esforços em garantir a permanência das crianças na escola, até completarem o ensino primário. (O ACRE, 02/10/1949, ano XX, nº 942, p.3). Destaca-se o reforço constante à manutenção das contribuições dos sócios e o apelo para que novas pessoas se integrem à Sociedade: “Auxiliar a Sociedade Pestalozzi é favorecer a criança de hoje, ajudando a formar o homem de amanhã, de quem depende o futuro do nosso Brasil” (Idem, ibidem).

Uma das atividades que marcou a presença dessa Instituição foi sua participação nas Semanas da Criança realizadas em Rio Branco. Contudo, seu foco continuou principal foi manter as crianças pobres na escola, suprindo-lhes com as condições materiais.

3.4.1 As ações da assistência e a educação pré-escolar

Até por volta da década de 1930 em Rio Branco, as iniciativas quanto ao atendimento às crianças pequenas eram quase inexistentes. Como assegura Bezerra (1999), a educação pré-escolar era insignificante em se tratando de iniciativas por parte do poder público. Somente a partir de 1940, após a realização de um levantamento das unidades escolares, foi constatada a ausência desta oferta no território acreano e

O Departamento Estadual de Educação, na gestão do professor Océlio de Medeiros e sob os auspícios do governador de então, Epaminondas Martins, passou a defender a necessidade de criar um modelo de jardim de infância. (BEZERRA, 1995, p. 5).

Vieira (1988) reforça que foi a partir de 1940 que o governo começou a constituir “instituições e pessoal técnico para a proposição e execução de ações de cunho social, assumindo funções na área da saúde, educação, previdência e assistência”. Nesse período, no Acre, na capital Rio Branco, as discussões em torno das creches, escolas maternas, jardins de infância, ganharam espaço diante da preocupação em educar e assistir às crianças escolares desde pequenas. A autora também afirma que essa faixa etária de crianças sempre foi “alvo/objeto de propostas de higienistas” em relação aos “educadores defensores da escola pública” (VIEIRA, 1988, p.4).

Estas instituições de educação receberam materiais diversificados para atividades educativas, mas o que ocorreu, ao longo de seu atendimento, foi a permanência da creche como entidade assistencialista e a proposta do jardim de infância direcionada no sentido de preparar a criança para a entrada na escola regular.

A esse respeito, Kuhlmann complementa que:

[...] a história das instituições pré-escolares não é uma sucessão de fatos que se somam mas a interação de tempos, influências e temas, em que o período de elaboração da proposta educacional assistencialista se integra aos outros tempos da história dos homens. (KUHLMANN, 2004, p. 81).

A integração a que Kuhlmann (2004) faz referência indica que não pode haver uma afirmação categórica, exata do papel que cada instituição desempenhou, pois se trata de uma construção histórica, portanto, permeada de permanências e mudanças. O que interessa ser notado é a interação entre a educação e a assistência e, neste caso específico, do jardim de infância com a assistência.

Em Rio Branco, o movimento que se formou foi de garantir a oferta da educação pré-escolar com base no que de mais “moderno” havia naquele momento. O anúncio da criação de uma instituição escolar para as crianças pequenas criou grandes expectativas, como pode ser observado na seguinte matéria:

Novos Rumos da Educação Pré-Escolar: Rio Branco vai ter Modelar Jardim de Infância.

O Departamento de Educação vai criar num dos melhores lugares desta Capital, **modelar** Jardim de infância, [...]

Essa nova instituição escolar obedecerá aos mais **modernos preceitos pedagógicos e da higiene**, desde as instalações em prédio próprio, até a sua organização didática, **dispondo ainda de um excelente serviço de assistência médica**, [...] o referido Jardim de infância será também auxiliado pela Caixa Escolar, que colaborará na aquisição de moderníssimo aparelhamento e no fornecimento, diário da higiene alimentar infantil.

Será dotado ainda de um parque de diversões, jardim, e instalações para banhos de sol, sendo o uniforme infantil, padronizados de acordo com as condições de nosso clima.

(O ACRE, 04/02/1940, ano XII, nº 522, p.1, grifos meus).

Seria esse o primeiro Jardim de Infância a ser fundado na cidade de Rio Branco dentro do contexto histórico já referido, revelando que, desde a sua concepção, a preocupação com os preceitos higiênicos e médicos já eram manifestos.

Ser modelar era discurso corrente em todo o território nacional, nas mais diversas ações empreendidas pela sociedade: na saúde, na educação, na assistência, na política, na economia, enfim, em todas as áreas sociais, de modo que parecia haver uma disposição quase que unanime em seguir o modelo estabelecido como adequado aos preceitos científicos. Como nas demais capitais do país, a cidade de Rio Branco, por meio de seus

representantes, pretendeu, também através da educação às crianças pequenas, ser um modelo para o Território Acreano.

Poucos dias após a notícia de que um Jardim de Infância seria criado, em 25/02/1940 é divulgado que as paredes desse estabelecimento já tinham sido erguidas, inaugurando um novo momento em que o primeiro jardim a ser construído estava conformando-se ao modernos padrões técnicos. Essa afirmativa partiu do professor Océlio de Medeiros, em virtude de já conhecer os jardins de infância de Manaus, Belém, Bahia e Recife, destacando que:

O projeto de nosso jardim de infância não deixa nada a desejar, não só em aspecto mas em capacidade, pois é destinado a abrigar a regular o excesso da população infantil em idade pré-escolar de um de nossos grupos. [...]

Mas há porém uma novidade. Todos sabem que não temos ainda um posto de puericultura. Disto pois será dotado a nossa escola infantil. Funcionando no turno da manhã ficaria quasi sem utilidade.

Desse modo, resolvemos aproveitar-lhe a capacidade dotando-o de um posto de puericultura, o que lhe completará a eficiência. [...] Teremos assim uma organização modelar. A época atual é de iniciativas vitalizadoras.

(O ACRE, 25/02/1940, ano XII, nº 525, p. 8).

O destaque para a construção do jardim persegue o ideal de modernização, demonstrando a preocupação da instituição em suprimir algumas necessidades médicas por meio da implantação, em suas dependências, de um Posto de Puericultura e, ainda fortifica a ligação da escola com a igreja, quando da sua inauguração.

Após a solene benção do pavilhão, seguida da palavra sacerdotal do Frei Agostinho Poli, o Governador Epaminondas Martins declarou inaugurado o Jardim de infância com serviço anexo de puericultura.

(O ACRE, 06/07/1941, ano XIII, nº 596, p. 1).

O advogado Mário de Oliveira¹⁰⁰ presente à inauguração e, de posse da palavra, exaltou a criação desse serviço de assistência à infância,

¹⁰⁰ Poeta, escritor, advogado são algumas das funções que Mário de Oliveira exerceu, além de ter sido membro da Academia Acreana de Letras, sócio fundador do Instituto de História e Geografia do Acre e Procurador da República no Território. (O ACRE, 07/07/1943), (O ACRE, 12/07/1943), (O REBATE, 07/07/1950).

destacando ser uma obra social de profunda utilidade. Quanto aos aspectos estruturais do edifício, também foram registrados nessa notícia, demonstrando que sua estrutura padrão seguia uma orientação modelar.

O pavilhão é em estilo moderno, de construção adequada para as crianças. O local tecnicamente escolhido. As cores suaves e o mobiliário de uma simplicidade encantadoras, dão um aspecto agradabilíssimo. [...] O Serviço de Assistência à Infância, magnificamente instalado e aparelhado funciona em uma das dependências do edifício.

Duas grandes iniciativas éssas do Governador Epaminondas Martins. Jardim de infância: Início da educação e desenvolvimento das acuidades sensoriais das crianças acreanas. Serviço de Assistência à Infância: zelo pelas crianças do Acre.

Trabalho pela edificação e aperfeiçoamento de uma raça cada vez mais forte, mais sadia e mais bela compreensão de brasilidade.

(Idem, ibidem).

Anos mais tarde, em 1952, mais um jardim em Rio Branco foi estabelecido anexo ao Preventório Santa Margarida. (O ACRE, 30/11/1952, ano XXIII, nº 1097, p.1). O Preventório Santa Margarida, desde sua fundação, buscou atender aos interesses médicos-sanitaristas quanto ao combate à proliferação da hanseníase.

Esse Preventório acolhia pessoas diagnosticadas com o mal de Hansen e ali era realizado o acompanhamento de seu tratamento e seu novo endereço passava a ser aquele lugar. Por ser altamente contagiosa, na época, os sujeitos acometidos pela hanseníase foram apartados do convívio social, deixaram suas casas, famílias, amigos, para viverem em instituições como essa. Apartada dessa maneira, a pessoa doente acabava sendo duplamente penalizada: a doença e o isolamento social.

Costa (2008) destaca que a medida de isolamento pautava-se na compreensão de que, ao estabelecer esta separação do convívio social, haveria melhores possibilidades de conhecer e estudar cientificamente a doença. Desse modo, o Governo, por meio das orientações sanitárias, como forma de medidas terapêuticas, criou outras instituições para apoio ao combate da hanseníase, como os leprosários, colônias-asilos, dispensários e preventórios, além de instituir leis e decretos que vieram regulamentar os

dispositivos de ação na batalha contra a hanseníase, medidas essas bastante coercitivas. (COSTA, 2008).

Monteiro (1995) esclarece que:

O ASILO constitui a peça chave, onde se procederia o isolamento dos doentes; o DISPENSÁRIO tinha como objetivo identificar quem era portador de hanseníase, para que este pudesse ser isolado, e atendimento e exames dos comunicantes. A terceira parte do tripé era constituída pelo PREVENTÓRIO, cuja função era de recolher e manter sob observação os filhos sadios dos doentes e todas as crianças nascidas nos asilos. (MONTEIRO, 1995, p. 164).

Retomando o ponto da institucionalização do Jardim de Infância ligado ao Preventório Santa Margarida¹⁰¹, quando da inauguração, D. Eunice Weaver¹⁰², presidente nacional da Federação das Sociedades de Assistência e Defesa contra a Lepra, proferiu um discurso em que expunha que as crianças que para lá eram encaminhadas, futuramente teriam a oportunidade de galgarem posições na administração do país “ao se adaptarem ao convívio da sociedade” e desde que “se esforcem, estudem muito e adquiram os conhecimentos necessários para tanto”. Estariam, portanto, aptos a galgarem posições importantes na sociedade, ressaltando ser o Brasil um país democrático e livre, e que perante a lei todos eram iguais “quer tenham nascidos em um palácio ou numa choupana”, todos possuem os mesmos direitos (O ACRE, 30/11/1952 ano XXIII, nº 1097, p.1).

A visão repassada às crianças por parte de D. Eunice Weaver é reveladora de um discurso cheio de apontamentos difíceis de serem

¹⁰¹ Alguns anos após a inauguração do Preventório Santa Margarida, esta instituição passou a se chamar Educandário Santa Margarida. A partir de então, prestou, também, assistência às crianças pobres da comunidade e às crianças indicadas pelo Juizado de Menores e pelo Conselho Tutelar. (MOURA e RODRIGUES, 2014).

¹⁰² Natural do Estado de São Paulo formou-se na Escola Normal e se especializou em Educação Sanitária. Em 1935, Eunice Weaver assumiu a presidência da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra. Sua atuação em defesa dos hansenianos se tornou sua atividade profissional o que a levou a representar o Brasil em diversos eventos nacionais e internacionais sobre o tema da hanseníase. (MOURA e RODRIGUES, 2014, *mimeo*). Nos anos finais de 1930, até meados dos anos de 1940, com a participação financeira do Ministério da Educação e Saúde, Eunice Weaver visitou várias partes do país, a fim de Lançar a “Campanha da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra, a fim de se criar, em várias cidades, preventórios, para abrigar os filhos sadios dos leprosos” (JUBRICA, 2015, p.192-193).

alcançados, visto que a condição da criança retirada do convívio de seus pais, parentes mais próximos e considerando as condições restritas de tratamento à época, provavelmente seria bem difícil um reencontro entre eles. Tal conjuntura, resultaria na condição de a criança viver sua vida até a maioridade às expensas de poucos recursos oficiais e da caridade alheia. Portanto, ascender a uma reconhecida posição social seria pouco provável dentro do cenário que se apresentava.

Em uma matéria publicada no jornal O Acre informava-se que uma mulher, ex-aluna do Educandário Santa Margarida, a Sra. Francisca Pereira Moura, havia concluído, na capital da República, o Curso de Recreacionista. E que, com isso,, “Ganha assim o modelar Educandário, dirigido pela professora Maria de Castro e Costa, uma eficiente auxiliar”. Talvez, este tenha sido um indicativo da previsão de ‘ascensão social’ que um dos “pequeninos brasileiros” poderia alcançar, ascensão a qual, na ocasião da inauguração do Preventório, D. Eunice Weaver fez menção. (O ACRE, 1959-1960)¹⁰³.

Já perto dos anos de 1960, em visita ao território acreano, D. Eunice Weaver recebe uma homenagem do jornal O Acre. Nela, ressalta-se que por seu “nobre compromisso filantrópico a sociedade, homens que, hoje, se encontram em leprocômos e cujos filhos, em modelares educandários, recebem assistência cultural e educacional aprimorada” (O ACRE, 23/05/1959, ano XXX, nº 1397, p. 1).

Foi somente por meio da divulgação da notícia da instalação do Jardim de Infância no Preventório Santa Margarida que foi identificado que havia, em Rio Banco, o **Educandário Coração de Maria**¹⁰⁴, cuja diretora era a Sra. Maria Luluz, e sua administração estava sob a responsabilidade da LBA. Outra informação veiculada sobre o Educandário foi noticiada em 1955, sobre a realização de Cursos Populares de Puericultura, indicando que estes seriam realizados nas instalações dessa instituição.

Sobre os Cursos de Puericultura voltados ao público em geral, foi mais uma medida de investimento na saúde das crianças e das mães, pois, até

¹⁰³ A data exata não foi identificada devido às más condições em que determinados números se encontravam, condições estas já descritas na parte introdutória.

¹⁰⁴ Esse Educandário surgiu da fusão entre o Abrigo Infantil e a extinta Escola Agrícola Profissional Getúlio Vargas (O ACRE, 25/04/1949).

então, o índice de mortalidade infantil no país ainda encontrava-se elevado. A finalidade precípua desse curso foi:

ensinar os meios de proteger as crianças, especialmente contra doenças criando-as híginas, e procurar orientar as mães de todas as classes sociais, mormente aquelas cujos conhecimentos dos métodos de assegurar o perfeito desenvolvimento dos filhos, nos moldes da puericultura moderna, são muito atrasados.

(O ACRE, 08/11/1955, ano XXVII, nº 1224, p.3).

A constituição do Educandário Coração de Maria, somente em 05/11/1959 é que essa instituição volta a ser noticiada, de forma que se ampliam as informações sobre sua atuação. Mantido pela LBA, o Educandário Coração de Maria, agora sob a direção de outra pessoa, informa: “a finalidade máxima desse orfanato é empregar meios necessários para que as crianças saiam dali com seus certificados primários”. As crianças ali existentes geralmente eram órfãs de pai ou de mãe e recebiam aulas de oito professores da área de letras e duas professoras que ensinavam trabalhos manuais.

Havia uma diferenciação quanto ao ensino manual conforme o gênero, para os meninos eram ensinados os trabalhos de carpintaria e sapataria e, para as meninas, costura. A instituição contava, ainda, com os serviços de assistência médica dos doutores Augusto Hidalgo, Marinho Monte, Ary Rodrigues e do pediatra puericultor Wagner Eleutério; como dentistas, os senhores Gilberto Rodrigues Mascarenhas e Clóvis de Azevedo Maia prestaram atendimento às crianças dessa instituição. (O ACRE, 26/03/1961). Essa foi a última matéria sobre o Educandário Coração de Maria que foi veiculada, dentro do recorte temporal selecionado.

Em 1949 foi identificada, por meio dos jornais, a inauguração de mais um Jardim de Infância, a Escola Menino Jesus. Esta pré-escola continua em pleno funcionamento nos dias atuais. À época de sua inauguração, estava à frente da Direção do Departamento de Educação e Cultura no Acre, entre os anos de 1946-1951, a professora Maria Angélica de Castro, que migrou para o Acre a convite do então governador Sr. José Guimard Santos, que fora seu aluno em terras mineiras entre os anos de 1919-1932, aproximadamente.

Castro (2011) registra:

No ano seguinte, em 1918, sofre mais uma perda, com a morte de seu pai. Por sugestão do seu avô, Tenente Coronel José Batista dos Santos, Maria Angélica se transfere para Santo Antônio do Monte, ao ser inaugurada a Escola Amâncio Bernardes. Ela passa, então, a fazer parte do primeiro corpo dessa escola, na qual atuou por treze anos.

Ela lembra, em sua carta biográfica, que foi nesse período que teve como “aluno brilhante José Guiomard dos Santos”, aquele que viria convidá-la, mais tarde, para assumir a direção do Departamento de Educação e Cultura do Território Federal do Acre, em 1946. (CASTRO, 2011, p.26, grifos da autora).

A extensão do trabalho de Maria Angélica na Educação se mostrou através das realizações que a acompanharam, e a Escola Menino Jesus foi uma delas, a qual teve grande notoriedade no período. Naquele momento, sua estrutura física consistia em uma casa que oferecia às crianças pequenas: “[...] o conforto e o prazer que só um ambiente sugestivo e bem ordenado pode propiciar” oportunizando seu desenvolvimento em um ambiente higiênico e saudável. (O ACRE, Novembro de 1949, s/p). A imagem a abaixo demonstra o ambiente externo da Escola Menino Jesus.

FIGURA 19: PRÉDIO DA ESCOLA INFANTIL MENINO JESUS/1949



FONTE: Patrimônio Histórico/AC

O desígnio dessa instituição escolar, chamada de pré-primário, pode ser evidenciado em seus princípios estruturados pedagogicamente, como se destaca:

Seu trabalho não é ensinar a ler e escrever, preocupação esta das escolas primárias. A escola infantil procura desenvolver as crianças social e intelectualmente por meio de jogos, desenho, música, trabalhos manuais, exercícios de linguagem, etc.

(O ACRE, 01/05/1949, ano XIX, nº 920, p.6).

A intenção com a formação dos aspectos mais gerais da criança, uma educação integral - pelo que se interpreta no impresso, foi desenvolvida por esta escola. Os materiais adquiridos para seu funcionamento referendam essa análise, visto que foram disponibilizados às crianças: cubos coloridos, bonecas, uma multiplicidade de objetos do universo infantil reproduzidos em cartolina, como carros, aviões, baralhos, além de, caixas com blocos de armar, quebra cabeças, caleidoscópio, aquários, gravuras diversas, cadernos, lápis colorido e pretos, visando ao desenvolvimento social e intelectual da criança. (Idem, ibidem). Esses materiais são familiares ao contexto de uma educação para as

crianças pequenas, demonstrando, portanto, que a proposta dessa escola esteve pautada sob os fundamentos de uma educação froebeliana, com influência também das proposições de Maria Montessori (O ACRE, 17/07/1949, ano XIX, nº 931, p.5).

A proposta educativa adotada para a Escola Menino Jesus pode ser atribuída à chegada da professora Maria Angélica de Castro ao Acre. Essa professora ajudou a pensar novas ações no campo educacional no Acre, desde o nível pré-primário, promovendo a formação de professoras em cursos de férias. Quando de sua chegada ao Acre, eram 159 professoras distribuídas pelos municípios acreanos. Desse montante, apenas 18 tinham formação para atuar na área. Há que se ressaltar ainda que, naquele momento, os prédios para acomodar o número de estudantes eram insuficientes.

Para o funcionamento das escolas o governo tinha apenas 7 prédios escolares, as quais somente um podia receber tão expressiva denominação [...] a maioria das escolas territoriais funcionava, ou melhor, funciona em casas de madeira ou paxiuba, cobertura de zinco, sala pouco espaçosa, sem o necessário arejamento, nem instalações que atendam ao mínimo das exigências impostas pela Higiene Escolar.
(O ACRE, 25/04/1950, s/p).

Uma alternativa encontrada para atender à demanda foi a locação de imóveis, além das escolas existentes, que passaram por reforma, outras foram construídas, como é o caso da Escola Menino Jesus.

Baseado no emblema de modernizar a educação, o Jardim de Infância Menino Jesus foi inaugurado em 19 de novembro de 1949.

FIGURA 20: INAUGURAÇÃO DA ESCOLA INFANTIL MENINO JESUS -1949



FONTE: Patrimônio Histórico/AC

Presente à cerimônia esteve D. Eunice Weaver, na foto, próxima ao pavilhão brasileiro, ladeada por autoridades, pais, professoras, e pelas crianças. Sua presença indica a existência da ligação entre a assistência e a educação. E não somente a presença de D. Eunice, demonstrou essa relação, mas a Sociedade Pestalozzi passou a atender as crianças pré-escolares dessa instituição com aqueles itens necessários a sua permanência no ambiente escolar, dando continuidade ao que já estava posto em seus fins.

As instituições que se ocuparam da assistência na capital do Acre, Rio Branco como visto, foram: o Instituto de Amparo Social, a Instituição Darci Vargas, a Sociedade Plácido de Castro, a Sociedade Pestalozzi, a Legião Brasileira de Assistência, a escola e a pré-escola. Todas envolvidas em prestar assistência às crianças sob a bandeira de solucionar o “problema da infância”.

As ações que tais instituições desenvolveram diante dessa problemática não prescindiram de cumprir com determinada concepção política, social e econômica – a republicana – produzindo a normalização dos

hábitos, dos modos de viver das populações pobres, direcionando-lhes por meio dos discursos morais e científicos a um padrão instituído como ideal. (ROCHA, s/d) e (KUHLMANN, 2002).

Apesar do que asseveraram os autores acima mencionados, observa-se, contudo, que, sem o auxílio dessas instituições assistenciais às crianças pobres, os pais, provavelmente teriam enfrentado muitas e maiores dificuldades para lidar com as dificuldades decorrentes de sua condição econômica e social, bem como de manterem seus filhos na escola.

A escola desde sua concepção enquanto instituição pública se apoiou nas ações de assistência para que seu objetivo fosse alcançado. Historicamente, o surgimento da pré-escola esteve sob o viés da assistência em se tratando do atendimento à criança pobre. E a análise das fontes estudada nesta pesquisa demonstra como a pré-escola acreana se constituiu com essas bases.

Foi possível perceber a força que as ações assistencialistas exerceram dentro do território acreano, e o quanto as diversas instituições que se constituem, entre mudanças e permanências, mantêm o viés higienista e nacionalista que esteve na gênese das primeiras ações de assistência empreendidas no Acre.

Além disso, há que se destacar o número considerável de instituições e que atuaram no Estado: IPAI; Instituto de Amparo Social; Centro de Assistência Social Darci Vargas; Sociedade Plácido de Castro. Além disso, duas grandes figuras se sobressaem, as dos médicos Moncorvo Filho e Wagner Eleutério. Tais profissionais tiveram suas ações e discursos higienistas legitimados pela política de assistência em vigor, na década de 1940. Enfim, na história da assistência no Acre, figuram instituições e sujeitos atuantes, cujos trabalhos representavam um ideal nacional, tão hegemônico que deixa suas heranças na cultura escolar que se constitui no curso da história, especialmente na gênese da pré-escola acreana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pretendeu neste trabalho foi compreender, por meio do jornal “O Acre” periódico escolhido como fonte principal dessa tese, como se constituiu, em perspectiva histórica, a assistência à criança pobre em Rio Branco, capital do Acre, durante a década de 1940. Nesse período, dentre muitas representações, identificou-se que a infância fora compreendida enquanto um ‘problema’, visto que a mortalidade infantil apresentava índices muito elevados no país. Desse modo, segundo tal perspectiva, esses índices negativos poderiam comprometer o crescimento da criança, considerando que ela representaria o futuro da nação dentro dos ideais nacionalistas. (RIZZINI, 2011).

Foi possível perceber, também, nesse contexto, em meio aos debates que circulavam nas fontes provenientes dos impressos, o conceito de moderno. Ser moderno representava a ideia de progresso, a desvinculação com o passado – identificado como símbolo de atraso e incivilidade. Nesta direção, buscava-se - intelectuais, médicos, filantropos, políticos - junto às nações consideradas ‘desenvolvidas, prósperas e civilizadas’, meios que pudessem modificar ou intervir nesse alardeado quadro social compreendido como atraso.

É necessário salientar que essas operações de convocação de “sociedades de referência” para figurar como exemplaridade de modernidade, segundo Jürgen Schriewer, “tornam-se, portanto, ‘condutoras’ de uma suposta ‘internacionalidade’, revestidas do carácter de modelos: transformam-se em ‘países que estão à frente da civilização do mundo’.” (SCHRIEWER, 2000, p.116, grifos do autor).

Como parte de medidas sociais empreendidas, verificou-se que a assistência à população pobre e à criança constituiu o conjunto desses esforços. As ações de assistência, a partir de conceitos fundamentados em preceitos médicos, eugênicos e higienistas acabaram produzindo intervenções em forma de prescrições, ações, proposições e leis, que corroboraram com perspectivas da ideia de normalização e moralização das práticas dos sujeitos que por elas foram assistidos. (ROCHA, s/d), (KUHLMANN, 2002), (VIANA e VIEIRA, 2002) e (CAMARA, 2011). Diante do exposto, a figura do médico

passou a compor papel de centralidade social, suas recomendações constituíram-se, assim, em referência modelar, devendo ser seguidas, atendidas, difundidas, também e com destaque, no tocante à situação da infância e do atendimento dispensado às crianças.

Nesta tese, as figuras médicas se fizeram presentes nos debates sobre infância e criança pobre. Tais profissionais produziram material com prescrições, informações direcionadas às mães e às mulheres de um modo geral; participaram de congressos, eventos, palestras sobre temas relacionados à infância. Alguns deles estiveram à frente ou participaram da criação de instituições de Assistência à Infância e à maternidade. No Acre, foi evidenciada a presença em eventos/ações dessa natureza os médicos Wagner Eleutério e em segundo plano Gonçalves Bastos.

A preocupação e os cuidados decorrentes da “medicina das crianças” (PEREIRA, 2006, p.27) se fortaleceram e se legitimaram, a partir do trabalho iniciado por Moncorvo Filho, mesmo que sob a alcunha salvacionista. Faz-se necessário ressaltar as confirmações desse processo de assistência à infância pobre, pois, paralelamente à dimensão de cuidados e benefícios empreendidos de atendimento à saúde das crianças, outras ações foram formuladas e implementadas no Brasil (e no contexto específico desta tese, no Acre) sustentadas por ideias de fundo higienista e salvacionista.

Durante o período delimitado, entidades públicas e privadas de assistência foram criadas na capital acreana, sendo uma das primeiras de iniciativa pública o Departamento Nacional da Criança, instituído no início de 1940, órgão implementador de diversas ações para tratar do “problema da infância”. Esse Departamento criou Postos de Puericultura, ofertou Cursos de Puericultura, promoveu Campanhas diversas como as Semanas da Criança, promoveu a distribuição de panfletos informativos sobre os cuidados necessários para com as crianças, dentre outros. Essas foram algumas das estratégias criadas que se revelaram importantes ações, visto que, diante do desafio, iniciou-se a implantação de uma política de assistência.

Outras instituições que atuaram em Rio Branco, por vezes com subvenção do governo, foram o Instituto de Amparo Social, o Centro de

Assistência Social Darci Vargas, a Legião Brasileira de Assistência, a Sociedade Pestalozzi.

A LBA foi a instituição de assistência que por mais tempo atuou em terras acreanas. Suas atividades iniciaram durante o contexto da Batalha da Borracha, prestando auxílio às famílias dos soldados da borracha e, ao fim da 2ª Guerra Mundial, direcionou suas atividades especificamente à infância e à maternidade.

Não se pode deixar de destacar o papel exercido pelas mulheres na história dessa constituição de assistência à infância. Foram elas as responsáveis por fazer chegar a assistência às crianças, às mães e à população pobre. Com a pesquisa, foi possível identificar que, em torno da atuação exercida pela sra. Darci Vargas nas questões da assistência, se fortaleceu a perspectiva do papel da mulher a serviço da filantropia e das causas sociais. Essa representação figurou fortemente como modelo a ser seguido pelas demais mulheres ao atuarem nas causas dos pobres. Por meio do trabalho voluntário, a figura de Darci Vargas arregimentou uma “legião” de mulheres ao projeto que se instituiu enquanto assistência governamental. (SIMILI, 2008).

O envolvimento das mulheres que atuaram em Rio Branco nas ações de assistência revelou-se uma apropriação desse modelo, com as peculiaridades dessa região. O trabalho que a LBA iniciou no Acre atendeu os Soldados da Borracha e suas famílias, demonstrando um caráter diferenciado do que se propôs enquanto instituição nacional para atender as famílias dos convocados à II Guerra. A LBA prestou assistência em Rio Branco às famílias pobres, ou a quem dela necessitasse. As mulheres que participaram dessa instituição, D. Alaide Martins, D. Isolette Cavalcanti, D. Ajuricaba, Profa. Maria Angélica de Castro e as demais mencionadas nesta tese (além de outras tantas que foram invisibilizadas pela história) desempenharam um papel relevante na construção de uma política de assistência à infância. Contudo, suas ações traziam as marcas contextuais do período, de apelo nacionalista, de tipificação da pobreza e da infância.

Na capital do Acre, o nomeado ‘problema da infância’ foi tratado pelo viés da assistência à criança pobre que possuía família e também às órfãs e/ou abandonadas. Estas últimas foram acolhidas pela assistência por meio dos

Abrigos e Educandários. A percepção que se tem, por meio dos impressos analisados, é a de que, para o Acre, importava conquistar o *status* de que estava acompanhando o que era prescrito como ‘ideal’ para uma capital, naquele sentido já mencionado neste texto quando recorreu-se a Schriewer (2000), condutor de uma suposta modernidade.

Ao longo do tempo, essas instituições foram deixando de atuar, por motivos já discorridos aqui, ficando sua herança na constituição de outras instituições como, por exemplo, a escola. Esta, como vimos, corroborava com o trabalho de assistência, por se constituir em uma instituição pública que atendia as crianças, filhas e filhos da “gente pobre”. (O ACRE, 08/08/1943).

Arlete Farge ressalta que:

o impresso é um texto dirigido intencionalmente ao público. É organizado para ser lido e compreendido por um grande número de pessoas; busca divulgar e criar um pensamento, modificar um estado de coisas a partir de uma história ou de uma reflexão. Sua ordem e sua estrutura obedecem a sistemas mais ou menos fáceis de decifrar e, independente da aparência que assuma, ele existe para convencer e transformar a ordem dos conhecimentos. (FARGE, 2009, p.13).

Em concordância com o posicionamento de Farge, acima citado, seja qual for a opção editorial do impresso, haverá intencionalidades em direcionar e/ou modificar o olhar, o pensamento, constituir a opinião do público a quem se destina. Nesta pesquisa, mesmo que sustentada por fontes predominantemente advindas do jornal O Acre, órgão oficial do governo, foi possível constatar, por meio de determinados registros, contradições entre o proferido e o formulado de fato, no tocante às condições de assistência à infância pobre.

Assim, entende-se que embora as crianças tenham sido atendidas, por vezes em ações pontuais ou mesmo em formulações institucionais, estudos da historiografia do campo da assistência à infância revelam práticas de controle e de hierarquia de classes sociais.

Tal controle também se deu por meio da escola e da pré-escola, instituições em que eram especificados, ou melhor, determinados os modos adequados de comportamento tanto em seu interior, quanto no meio familiar e

social. Destaque para a pré-escola que teve seu surgimento ligado diretamente à assistência valendo desta como estratégia educativa.

Estas palavras que pretenderam, sinopticamente, responder as questões que fundamentaram a pesquisa, não podem deixar de destacar o lugar de onde a história da assistência à criança e à infância pobre em Rio Branco foi narrada. Esse lugar que a historiadora ocupou trouxe também suas marcas (CERTEAU, 1999). Marcas de uma professora, que atua na formação de outras professoras e professores que irão trabalhar, ou já trabalham, com as crianças pobres, em uma região particular - no norte brasileiro. E quando o assunto é esse, a condição de pobreza, miséria, em que as crianças e suas famílias se encontram, medidas de assistência estarão na pauta do debate.

E, por fim parafraseando Michelle Perrot: “essa foi a minha História da Assistência à Criança Pobre em Rio Branco/Acre”. Outras precisam e devem ser contadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha; MARTINEZ, Alessandra Frota. Olhares sobre a criança no Brasil – perspectivas históricas. In: RIZZINI, I. (org.) **Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro. Petrobrás-BR/ Ministério da Cultura / EDUSU / Amais. Livraria e Editora: 1997, p.19-37.

_____. Mães escravas e filhos libertos: novas perspectivas em torno da lei do ventre livre (Rio de Janeiro, 1871). In: RIZZINI, I. (org.) **Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro. Petrobrás-BR/ Ministério da Cultura / EDUSU / Amais. Livraria e Editora: 1997, p.107-140.

ALVES, Florentina. **A Mortalidade Infantil e as Práticas Sanitárias na cidade de São Paulo(1892-1920)**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de História. Universidade de São Paulo- São Paulo, 2001.

ALVES, Laura Maria Silva Araújo e ARAÚJO Sônia Maria da Silva. .Assistência, proteção e direito à infância em Belém do Pará com a fundação do IPAI (1910-1912). **International Studies on Law and Education**. CEMOrOc-Feusp / IJI-Universidade do Porto, Portugal, jan-abr, 2016, p. 29-38.

ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrimo a Amazônia (1940-1941) – **Bol. Mus. Pará. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.** Bélem, vol.5, n.2, maio-ago, 2010. p. 453-469.

ANJOS, Juarez J. T. dos. **Pais e Filhos na Província do Paraná: uma história da educação das criança pela família**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná- Curitiba, 2015.

ARAÚJO, Vania Carvalho de. A Criança socialmente Desvalida: entre o trabalho e a ameaça da Lei. In: FÁRIA FILHO, Luciano Mendes;_____. **História da Educação e da Assistência a Infância no Brasil (orgs.)**. Vitória EDUFES, 2011, p. 171-205.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. In RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 153-202.

ARGAN, Giulio Carlo. O modernismo. In: _____. **Arte moderna**. Tradução Denise Bottmann e Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 185-226.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Infância e da Família**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BARSOSA, Michelle Tupich. **Sobre mães e filhos**: as políticas públicas de proteção à maternidade e à infância em Guarapuava (1940-1960). Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná - Curitiba, 2012.

_____. A Proteção à Maternidade e a Infância: o Departamento Nacional da Criança (DNCR) e a Consolidação de suas Propostas durante o Estado Novo. In: **Anais** do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História – LHAG/UNICENTRO, jun., 2013, p.679-690. Disponível em: <<http://sites.unicentro.br/wp/lhag/files/2013/10/Michele-Tupich-Barbosa.pdf>>. Acesso em 25/10/2015.

BLANK, Danilo. A puericultura hoje: um enfoque baseado em evidências. **J. Pediatr**, v.79, supl.1, 2003, p. 13-22,

BEZERRA, Maria José. **Guimard Santos e os novos caminhos da educação acreana**. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Maria Angélica 50 anos. Fundação Elias Mansour, 1999.

_____. Invenções do Acre: de Território a Estado- um olhar social. Tese de Doutorado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUIN, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª Ed. Brasília: UNB, 1998.

BOLTANSKI Luc. **Puericultura y Moral de Clase**. Barcelona: Laia; 1974.

BONILHA, Luis Roberto de C. M. **Puericultura**: olhares e discursos no tempo. Dissertação. (Mestrado em Ciências Médicas). Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, 2004.

BOUDELAIRE, Charles. **Sobre a Modernidade**. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A., 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gestões e gestores de políticas públicas de atenção à saúde da criança: 70 anos de história / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011, p. 80 - (Série I. História da Saúde).

BULCÃO, Irene. **Investigando as políticas de assistência e proteção à infância**: psicologia e ações do Estado. Tese. (Doutorado em Psicologia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ, 2006.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**. Novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CAMARA, Sônia. Sementeira do Amanhã: o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e sua perspectiva educativa e regeneradora da criança pobre. In: **Congresso Luso Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia. Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 757-769.

_____. **Sob a Guarda da República**: a infância menorizada no Rio de Janeiro na década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

_____. Infância Pobre e Instituições Assistenciais no Brasil Republicano. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes; ARAÚJO, Vania Carvalho (orgs.). **História da Educação e da Assistência à Infância no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2011, p. 17-56.

_____. Inspeção Sanitária escolar e educação da infância na obra do médico Arthur Moncorvo Filho. **Revista Brasileira de História da Educação**. Set./dez. 2013, p. 57-85.

CANDIDO, Antônio; CASTELLO, J. Aderaldo. Modernismo. In: _____. **Presença da literatura brasileira**. São Paulo: Difel, vol. 3, 1978, p. 7- 33.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto. Edusp, 1988.

CARVALHO, Marcus Vinicius C. Moderno, Modernidade, Modernização: polissemias e pregnâncias. In: **Moderno, Modernidade e Modernização**: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. **A escola e a República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

_____. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

_____. Reformas da Instrução Pública. In: **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Authêntica, 2000, p. 225-251.

CASTRO, Cleyde O. de. **Gestão Maria Angélica de Castro**: apropriação das ideias sobre a Escola Nova no Território Federal do Acre (1946/1951). Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, 2011.

CERTEAU, Michael de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHAVES, Niltonci Batista. **“Preceitos” e “Conselhos”**: discursos e práticas de médicos-educadores em Ponta Grossa/PR (1931-1953). Tese (Doutorado em

Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná-Curitiba, 2011.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. São Paulo: Difel, 2002.

CORDEIRO, Andrea Bezerra. **Luz e caminho aos pequenos**: os primeiros Congressos Americanos da Criança e a Pan-Americanização dos saberes sobre a infância (1916 a 1922). Tese. (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná-Curitiba, 2015.

CORAZZA, Sandra Mara. **História da Infância Sem Fim**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

CORRÊA, Mariza. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006, p.81-96.

COSTA, Ana Paula da. **Asilos Colônias Paulistas**: Análise de um Modelo Espacial de Confinamento. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo – S.P., 2008.

COUTO, Inalda Alice Pimentel; MELO, Valéria Galo. Reconstruindo a história do atendimento à infância no Brasil. In: BAZÍLIO, Luiz Cavaliere; EARP, Maria de Lourdes Sá; NORONHA, Patricia Anido. **Infância tutelada e educação**: história, política e legislação. Rio de Janeiro: Ravil, 1998. p. 20-38.

DANTAS, André Dias. **Os pavilhões brasileiros nas Exposições Internacionais**. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo - São Paulo, 2010.

DEL PRIORE, Mary. Apresentação. In: **Histórias das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p.7-17.

DeMAUSE, Lloyd (org.) La Evolucion de La Infancia. In: **Historia de La Infancia**. Madrid: Alianza Editorial, 1982, p. 15-92.

DELGADO, Boaventura. **Historia de La Infancia**. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 2000.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia da Famílias**. Rio de Janeiro. 2. e. Editora Graal, 1896.

DUTRA, Eurico Gaspar. **Palavras de abertura do impresso da Campanha Nacional da Criança**: seus objetivos imediatos, 1953, p.3.

DUBY, Georges. **A História Continua**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e Civilização. v.2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

FALEIROS, Eva Teresinha Silveira. A Criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil. RIZZINI Irene e PILOTTI, Francisco (orgs.), São Paulo: Cortez, 2009, p. 203-222.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

FARIAS, Fabiana C. de S. A. **A Institucionalização do Parto e do Ensino de Parteiros**: os Cursos de Enfermagem Obstétrica da Faculdade de Medicina do Paraná / Maternidade Victor do Amaral (1922-1951). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná - Curitiba, 2010.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. 3ª. ed. Lisboa: Presença, 1989.

FERREIRA, António Gomes. Higiene e Investimento Médico na Educação da Infância. In: **História, Infância e Escolarização**. GONDRA, José (org.). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002, p. 94-106.

FERREIRA, Cristina Araripe. **Difusão do conhecimento científico e tecnológico no Brasil na segunda metade do século XIX**: a circulação do progresso nas exposições Universais e Internacionais. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/FioCruz). Fundação Oswaldo Cruz - Rio de Janeiro, 2011.

FERREIRA, Clemente. Discursos e Conferências. 1892-1939. (Puericultura e Tisiologia). São Paulo: Typographya Rossollilo, [s.d]. p.65.

FLEURY, Renato S. Sá. O Problema da Infância. In: **Revista Nacional**. Nossa Terra, Nossa Gente, Nossa Língua: Educação e Instrução - Ciências e Artes. Companhia Melhoramentos de São Paulo, n.4, 1923, p. 245-246.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História da Educação e História Cultural. In: **História e Historiografia da Educação no Brasil**. VEIGA, Cyntia e _____. (orgs.). Belo Horizonte: Authêntica Editora, 2003.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, Mães e Médicos**: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920).Tese.(Doutorado em História das Ciências e da Saúde).Casa Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, 2003.

_____, e LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). **Revista Hist. Cienc. Saúde**. Manguinhos - Rio de Janeiro, vol.18 supl.1, dez. 2011, p.199-225..

FREITAS, Marcos Cezar. **Alunos Rústicos, Arcaicos e Primitivos: o pensamento social no campo da educação.** São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **História Social da Infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2006.

GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa.** Lisboa: Terramar, 1986.

GESTEIRA, Joaquim Martagão. **O Departamento Nacional da Criança: quatro anos de administração 1947-1950.** Rio de Janeiro, 1951.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Eurico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: Difel, 1999.

GONDRA, José G. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. e VEIGA, Cynthia G. **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Authêntica, 2000, p. 519-550.

GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e Trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 53-72.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A Batalha da Borracha: propaganda política e migração nordestina para a amazônia durante o estado novo. **Revista de Sociologia Política**, n. 9, 1997, p 90-102.

_____. **Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia.** Tese. (Doutorado em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 1999.

HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos Alberto M. O Imaginário Moderno no Brasil. In: **A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30.** _____; _____ .(orgs.). Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994, p. 9-42.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Educar.** Curitiba: UFPR, 2005, p. 127-141.

JUBRICA, Fabricia Pereira Stein. Preventório e Educandários no Centro-Oeste do Brasil. **III EHECO**, Catalão-GO, ago., 2015, p. 191-202.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico.** Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

KUHLMANN JR Moysés. História da Educação Infantil Brasileira. **Revista Brasileira de Educação.** maio/jun/jul/ago. 2000, p. 5-18.

_____. KUHLMANN JR., M. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais, 1862-1922.** Bragança Paulista: Edusf, 2001.

KUHLMANN, Moysés. A circulação de ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: **Os intelectuais na história da infância.** (org) Marcos Cezar de Freitas e Moysés Kuhlmann, São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre, Editora Mediação, 2004.

_____. Educando a Infância Brasileira. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. e VEIGA, Cynthia G. **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Authêntica, 2011, p. 469-517.

LAROCCA, Liliana M. **Higienizar, Cuidar e Civilizar: o discurso médico para a escola paranaense.** Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná - Curitiba, 2009.

LEITE, Miriam Lichitz Moreira. O Óbvio e o Contraditório da Roda. In: DEL PRIORE, Mary. **Histórias das Crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008, p.98-111.

LEITE FILHO, Aristeo Gonçalves. **Políticas para a Educação da Infância no Brasil nos anos 1950/1960.** Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEVY, Iete Cherem. **A trajetória de Moncorvo Filho: puericultura e filantropia num projeto de assistência a infância.** Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História do Brasil. Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, 1996. *mimeo.*

LOBATO, Sidney. A Historiografia da Migração na Amazônia do século XX: pressupostos, teses e debates. *Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos*, n. 5, 2014, p. 11-26.

LOPES, Eliane Marta T; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOPES, Jader Janer Moreira. Grumetes, pajens, órfãs do rei... e outras crianças migrantes. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (org.). **Educação da Infância: história e política.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p.13-32.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

_____. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, 149- 175.

MACIEL, Maria Eunice de S. A Eugenia no Brasil. **Anos 90**. Porto Alegre, n.11, p.121-130, 1999.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A lenta construção dos direitos da criança brasileira. Século XX. **Revista USP**. (Dossiê Direitos Humanos no Limiar do Século XXI). São Paulo, n.37, 1998, p. 46 – 57.

_____. A Roda dos Expostos e a Criança Abandonada no Brasil Colonial: 1726-1950. In: FREITAS, M. (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006. p.53-79.

MARIANO, Hélvio Alexandre. **A Assistência à Infância e o Amparo à Maternidade no Brasil, 1927-1940**. Tese. (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, 2007.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Eugenia da Disciplina – O discurso médico-pedagógico nos anos 20**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas- São Paulo, 1999.

MEDEIROS, Helber Renato F. de. O passado e o presente da puericultura através da história do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira. In: **Anais**. XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

MENDONÇA, Maria Helena Magalhães de. **Crianças e Adolescentes Pobres de Direitos**. A Trajetória da Política Social Dirigida à Infância e Adolescência no Brasil Republicano. Tese. (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

MESSEMBERG, Cyntia Grizzo. **A Série na Roça, de Renato s. Fleury, na História do Ensino da Leitura no Brasil**. Dissertação (Mestrado). UEJM, Marília/SP, 2012.

MIGUEL, Maria Elisabeth B.; OLIVEIRA, Maria Cecília M.; GODOY, Magda N.; VOGT, Ana Maria Cordeiro. Saberes e Práticas Educativas de Saúde Infantil nas iniciativas públicas e privadas no século XX. **VIII Jornada do HISTEDRB – UFSCar**, 2008.

MONARCHA, Carlos (org.). **Educação da Infância Brasileira: 1875-1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MONTEIRO, Yara N. **Da Maldição Divina a Exclusão Social: um estudo da hanseníase em São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo - São Paulo, 1995.

MORAES, Evaristo de. **Criminalidade da Infancia e da Adolescencia**. 2ª. ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1927.

MORAES, Ana Carolina Albuquerque. **Rumo a Amazônia, terra da fartura: Jean-Pierre Chabloz e os cartazes concebidos para o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Universidade Estadual de Campinas, 2012.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil no século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOSCA, G. A teoria da classe política dirigente. In: _____ e BOUTHOU, Gaston. **História das Doutrinas Políticas: desde a antiguidade**, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MOURA, Sonia Maria L. e RODRIGUES, Siméia de S. C. **Assistência aos Desvalidos da Sorte: a atuação do Educandário Santa Margarida**. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Pedagogia – Universidade Federal do Acre - Rio Branco, 2014.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua Própria Terra: representações do brasileiro 1870/1920**. São Paulo: Annablume, 1998.

NASCIMENTO, Dilene R. do e CARVALHO, Diana M. de. **Uma História Brasileira das Doenças**. Brasília: Paralelo, 2004.

NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (org.). **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A 2005.

OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. Borracha da Amazônia, os Acordos de Washington e a Política Externa brasileira. In: **Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa**. João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM.

OVERNÉ, Cláudio Amaral. O uso do Periódico como Impresso Pedagógico: uma análise da revista nacional (1921-1923). **Escritas**. vol. 7, n.1. 2015, p. 65-85.

PARETO, V. **As elites e o uso da força na sociedade**. In: SOUZA, Amaury de. (org.). Sociologia política. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

PEREIRA, André Ricardo. A Criança no Estado Novo: uma leitura na Longa duração. **Revista Brasileira de História** v.19, n.38, 1999, p.165-198.

PEREIRA, Eliane M. C. Manso. O Estado Novo e a Marcha para o Oeste. **História Revista**. v. 2, n.1, 1997, p.113-129.

PEREIRA, Ivonete. **Crianças e adolescentes pobres relegados à delinquência e ao abandono na cidade de Florianópolis**. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2006.

PEREIRA, Junia Sales. **História da Pediatria no Brasil de final do século XIX a meados do século XX**. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: **História da Vida Privada**. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. _____. (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 107-168.

PROST, Antonie. **Doze Lições Sobre a História**. Belo Horizonte: Authêntica Editora, 2012.

QUADROS, Raquel dos S. e MACHADO, Maria Cristina G. O ministro Gustavo Capanema e a ação cultural do ministério da educação e saúde na era Vargas. **Revista @rquivo Brasileiro de Educação**. Belo Horizonte, vol.1, n. 2, jul - dez, 2013, p. 1098-1107.

RAFANTE, Heulalia C. **Helena Antipoff e o ensino na capital mineira: a Fazenda do Rosário e a educação pelo trabalho dos meninos excepcionais de 1940-1948**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, 2006.

RAGAZZINI, Dário. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação? **Educar em Revista** n. 18, 2001, p. 13-28.

RIBEIRO, Lidiane M. Puericultura e políticas públicas de assistência materno-infantil: o Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015. Florianópolis-SC. **Anpuh**. p.1937-1954.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores- do pátrio poder ao Pátrio Dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In _____.; PILOTTI, Francisco (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 97-149.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Heloísa Helena P. **A Higienização dos Costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo**. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

ROCHA, José Fernando. **Práticas sociais e pedagógicas no Asilo dos Expostos de Santa Casa de Misericórdia de São Paulo 1896-1950**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade de São Francisco, 2005.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Os pioneiros da educação e a nova matriz de modernidade. In: _____. **Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados: Brasília, DF: Editora Plano, 2004, p. 133-183.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina da Segurança Nacional. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 141-161.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Mondi connessi**. La storia oltre l'eurocentrismo. Roma: Carocci editore S.p.A., 2014.

SANTOS, Paulo César dos. Um olhar sobre as Exposições Universais. In: XVII Simpósio Nacional de História, 2013. Natal-RN. **Anpuh**. p. 1-13.

SARMENTO, Manuel Jacinto e GOUVEA, Maria Cristina Soares de (orgs.). **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Imaginário e culturas da infância**. Texto produzido no âmbito das atividades do Projeto "As marcas dos tempos: a interculturalidade nas culturas da infância", Projeto POCTI/CED/2002. Disponível em: http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_infancia/Cultura%20na%20Infancia.pdf. Acesso em 12/10/2014.

SARTOR, Carla Daniel. Proteção e Assistência a Infância: Considerações sobre o 1º. Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. In: RIZZINI, Irma (org.). **Crianças Desvalidas, Indígenas e Negras no Brasil: cenas da Colônia, do Império e da República**. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000, p. 143-173.

SCHRIEWER, Jürgen. Estados-Modelo e Sociedades de Referência: externalização em processos de modernização. IN: NÓVOA, A.; SCHRIEWER, J. (eds). **A Difusão Mundial da Escola**. Lisboa: EDUCA, 2000, p. 103-120.

SCHWAB, Maria de Castro. Nacionalismo, políticas sociais e Marcha para o Oeste nos artigos de Paulo de Figueiredo durante o Estado Novo (1937-1945) **Anais**. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

SCHWARCZ, Lilia. **O Espetáculo da Raças: cientistas, instituições e questão racional no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon et.al. **Tempos de Capanema**. São Paulo: EDUSP e Paz e Terra, 1984.

SILVA, Ana Cláudia da. **As Concepções de Criança e Infância na Formação dos Professores Catarinenses nos anos de 1930 e 1940**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, a “pátria dos proscritos”**: prisões e destierros para as regiões do Acre em 1904 e 1910. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal do Paraná - Curitiba, 2010.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da e SOUZA, Gizele. Notas sobre história e historiografia Infância. In: SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. LOPES, Jancicleide Evangelista e CARVALHO, Arianne, (orgs.). **Por uma escola que proteje e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes**. Ponta Grossa, Editora UEPG; Curitiba, Cátedra UNESCO de Cultura da Paz. Universidade Federal do Paraná, 2008.

SILVA JR, Nelson Gomes Sant’Ana e GARCIA, Renata Monteiro. Moncorvo filho e algumas histórias do Instituto de Proteção e Assistência à Infância. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**. UERJ-Rio de Janeiro, ano.10, nº 2, 2010, p. 613-632.

SILVEIRA, Giane Lucélia Grotti. **Quando as Narrativas Compõem a História**: educadoras de infância em Rio Branco - Acre, sujeitos unos, histórias múltiplas. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, 2011.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política**: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). Tese (Doutorado em História). Universidade Paulista Estadual Paulista Júlio de Mesquita - Assis/SP, 2004.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Pobreza no Brasil Colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira. In: **Histórica**, n. 34, São Paulo, 2009.

SPOSATI, Aldaíza e FALCÃO, Maria do Carmo. **LBA Identidade e Efetividade das Ações no Enfrentamento da Pobreza Brasileira**. Educ/Puc – São Paulo, 1989.

SOUZA, Celita Maria Paes de. **Traços de compaixão e misericórdia na história do Pará**. Tese. (Doutorado em Educação: Currículo) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

SOUZA, S.J. e KRAMER, S. **Educação ou tutela?** A criança de 0 a 6 anos. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

SOUZA, Gizele de. **Instrução, o Talher para o Banquete da Civilização**: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares do Paraná, 1900-1929. Tese (Doutorado em História, Política e Educação). Pontifícia Universidade Católica - São Paulo, 2004.

SOUZA, Marco Antônio de. **As estratégias da Pedagogia do Assistencialismo em Belo Horizonte, 1930-1990**: Educação e Caridade. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte, 2011.

SOUZA, Gizele e SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Notas sobre estudos da Infância. In: SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. LOPES, Jancicleide Evangelista e CARVALHO. [et.al] (orgs.). **Por uma escola que protege e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes**. Ponta Grossa, Editora UEPG; Curitiba, 2008.

SOUZA, Gizele de (org.). Os jardins de infância públicos no início do século XX. In: _____. **Educação na Infância**: perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010, p. 123-139.

SOUZA, Marco Antônio. **As Estratégias da Pedagogia do Assistencialismo em Belo Horizonte**: 1930-1990. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

TEIXEIRA C. N. José. **Moderno Pós Moderno**. São Paulo: Iluminuras, 1995.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. **Metamorfose**: de criança para menor – (Curitiba - início do século XX). Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 1998.

TUMERELO, Michele Rodrigues e Cristiane Bereta da SILVA. Legião Brasileira de Assistência e o “projeto civilizador” instaurado em Chapecó/SC na década de 1940. **Revista História Regional**, v.18, n. 2, 2013, p.335-362.

TURINA, Keli. **Escola Maternal: história, assistência e escolarização da infância em Curitiba (1928-1944)**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Acre, 2010.

VALDERRUTÉN, Maria Del Carmem Castrillón. **“Menores”, Cidadãos ou Sujeitos de Direito “Tutelados”?** Reflexões sobre as políticas e programas sociais para a infância e a adolescência no Brasil e na Colômbia. Tese. (Doutorado em Estudos Comparados sobre as Américas). Universidade de Brasília, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive & FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Infância no Sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os Expostos de Catas Altas – Minas Gerais, 1775-1875. In: RIZZINI, Irene. (org.) **Olhares sobre a criança no Brasil**: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro, 1997, p.127-141.

VERGARA, Moema. Ciência e Modernidade no Brasil: A constituição de duas vertentes historiográficas da ciência no século XX. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**. Campinas, vol. 2, n. 1, jan. - jun., 2004, p. 21-31.

VIANA, Ana Paula Bousquet. **Palácio Rio Branco: o palácio que virou museu**. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, RJ, 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas Escolares**: Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil, e França, final do século XIX). Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Gustama Freitas. **A Ação do Departamento Nacional da Criança no Estado Novo**: Educação, Saúde e Assistência. Dissertação. (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Juiz de Fora, 2003.

VIEIRA, L. Maria Fraga. **Creches no Brasil**: de mal necessário a lugar de compensar carências rumo à construção de um projeto educativo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas de Gerais, 1986. *mineo*.

_____. Mal Necessário: Creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). **Cad. de Pesquisa**. São Paulo, 1988, n. 67, p. 3-16.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: Oliveira, M. A. T. de (org.). **Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação**. Authêntica, 2007. p. 11-40.

VILHENA, Cynthia, Pereira de Sousa. A Família na Doutrina Social da Igreja e na política social do estado novo. **psicologia** – uso- s.p.3(1/2), 1992, p. 45-57.

_____. Práticas eugênicas, medicina social e família no Brasil republicano. **Revista Faculdade de Educação**. São Paulo, nº 1, jan.- jun. 1993, p.79-96.

VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira de. **O Instituto de Assistência à Infância**: saúde e educação da criança maranhense (1911-1922). Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

TEIXEIRA COELHO NETTO, José. **Moderno Pós Moderno**. São Paulo: Iluminuras, 1995. p. 13-53.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva. **Do estigma à exclusão**: história dos corpos (des)acreditados. São Paulo: Casa do Psicólogo - FAPESP, 2005.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. **Metamorfose: De Criança para Menor: Curitiba início do século XX**. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - Curitiba, 1998.

ZANIANI, Ednéia José Martins. **Sob os Auspícios da Proteção**: Moncorvo Filho e a higienização da infância. Dissertação (Mestrado). UEM, 2008.

SITES CONSULTADOS

BRAGA, Sérgio Soares. Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946: um perfil sócio-econômico e regional da Constituinte de 1946. (1998). Disponível em:

[file:///C:/Users/Giane/Documents/quem foi quem braga v1.pdf](file:///C:/Users/Giane/Documents/quem%20foi%20quem%20braga%20v1.pdf). Acesso em 20/10/2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. Gestões e gestores de políticas públicas de atenção à saúde da criança: 70 anos de história / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011. 80 p.: il. – (Série I. História da Saúde). Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/70 anos historia saude crianca.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/70%20anos%20historia%20saude%20crianca.pdf). Acesso em 18/09/2015.

BRASIL, Decreto-lei no. n. 2.024, de 17 de Fevereiro de 1940. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2024-17-fevereiro-1940-411934-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 04/08/2014.

BRASIL, Decreto-Lei n. 4.830, de 15 de Outubro de 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4830-15-outubro-1942-414830-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 05/08/2014.

BOMENY, Helena. (org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e política. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6702/1223.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 17/11/2015.

CAMARA, Sônia. **Inspeção Sanitária Escolar e Educação da Infância na obra de Arthur Moncorvo Filho.** Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4322/rbhe.2014.004>>. Acesso em 14/04/2014

CARVALHO, Maria Bernadete Oliveira de. Nacionalismo e classes produtoras. **Revista: Espaço Acadêmico**, n.54. nov 2005. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/054/54carvalho.htm#ftnref8>> Acesso em: 09/01/2016.

CASTRO, Genesco de. **O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro**: excertos históricos. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação 2005. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1051/59.pdf?sequence=4> Acesso em: 18/12/2015.

CHAGAS, Viktor. 2008. **O pequeno jornaleiro na memória de sua casa.** Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/o-pequeno-jornaleiro-na-memoria-de-sua-casa>>. Acesso em: 12/08/2014.

DANTAS, Andréa Maria Lopes. O “Vozerar” na Mata e a Modernidade Anunciada: educação no Território do Acre através dos jornais (1906-1930). **Revista HISTEDBR On-line**. n. Especial, out 2011 p. 28-41. Campinas,. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/43e/art02_43e.pdf>. Acesso em: 09/06/2015.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. A saúde da criança na política social do primeiro governo Vargas. **Physis, Revista de Saúde Coletiva**: Rio de Janeiro, vol. 3, n. 2, 1993 p. 97-116. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73311993000200004>. Acesso em 09/06/2015.

GROTTI, Giane Lucélia. O Atendimento à Criança Pobre em Rio Branco (AC) nos anos de 1940: instituições e sujeitos que compuseram o serviço de assistência. In: FRANÇA, Franciele Ferreira; SILVA, Carolina Ribeiro Cardoso da; SACRAMENTO, Cristina, Carla (orgs.). **História da Educação, Infância e cultura Material**: estudos produzidos pelos grupos de pesquisa da UDESC, UFPR e UNICAMP. Florianópolis, Editora da UDESC, 2015. Disponível em: <http://issuu.com/coloquio2015-ufprudescunicamp/docs/e-book_historia_da_educacao_infanci/1>. Acesso em: 15/12/2015.

GUIMARÃES, Paula. “Tudo presta a quem tudo precisa”: os discursos sobre a escolarização da infância pobre, presentes na *Revista do Ensino, de Minas Gerais (1925-1930)*. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas-SP, volvol. 13, n. 3 (33), p. 87-116, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/335>>. Acesso em 14/04/2014>.

KUHLMANN JR, Moysés. **Ideias sobre a Educação da Infância no 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, Rio de Janeiro, 1922**. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0749.pdf>>. Acesso em 14/11/2012.

LOMBARDI, José Claudinei. **História e Historiografia da Educação**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis14/art4_14.pdf>. Acesso em 27/05/2013.

ROCHA, José Fernando. **Vivendo e Aprendendo**: Práticas Sociais e Pedagógicas no Asilo dos Expostos na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. s/d. p.1-10. Disponível em <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/181.pdf>> Acesso em 17/02/2016.

SIMILI, Ivana Guilherme. **A construção de uma personagem**: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). Disponível em: <http://www.fazendo.genero.ufsc.br/7/artigos/I/Ivana_Guilherme_Simili_42.pdf>. Acesso em 12/08/2014.

_____. Voluntárias pela Vitória. **Revista de História.com.br** 2015 Disponível em < <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/voluntarias-pela-vitoria> >. Acesso em 15/02/2016.

NEVES, Marcus Vinicius. A heroica e desprezada batalha da borracha. **Revista História Viva**. s/d. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/historiaviva/>>

reportagens/a_heroica_e_desprezada_batalha_da_borracha.html> . Acesso em: 18/01/2016.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA. **Rio de Janeiro, 1922: um “bazar de maravilhas”**. Disponível em: <<http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=723&sid=15&tpl=printerview>>. Acesso em 22/02/2015

RODRIGUES, Ana Júlia Lucht. **“Guetting the word out”**: congressos internacionais e a Conferência da Casa Branca de Proteção à Criança de 1930. In: França, Franciele Ferreira; SILVA, Carolina Ribeiro Cardoso da; SACRAMENTO, Cristina, Carla (orgs.). **História da Educação, Infância e cultura Material**: estudos produzidos pelos grupos de pesquisa da UDESC, UFPR e UNICAMP. Florianópolis, Editora da UDESC, 2015. Disponível em: <http://issuu.com/coloquio2015-ufprudesuncicamp/docs/e-book_-_historia_da_educacao_infanci/1>. Acesso em 05/01/2016.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações de Alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância. Educ. Soc., Campinas, vol.26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a03v2691.pdf>> Acesso em: 14/11/2015.

SILVA, HR. **A democracia impressa**: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948 [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 240 p. ISBN 978-85-7983-012-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 19/08/2014.

REIS, Carlos Nelson; PESTANO, Cíntia Ribes. A especificidade da Assistência Social: algumas notas reflexivas. **Revista Virtual Textos & Contextos**. n. 5, ano V, nov. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1013/5270>>. Acesso em: 19/08/2014.

ROCHA, Luana Bezerra da e BARREIRA Ieda de Alencar. **A enfermagem e a condição feminina: figuras-tipo de mulheres no estado novo**. Disponível em: <http://www.revistaenfermagem.eean.edu.br/detalhe_artigo.asp?id=1146>. Acesso em 13/08/2014.

VIANA, Fabiana da S. e VEIGA, Cynthia G. **Relação Governo, Família e Educação na primeira metade do século XIX na Província de Minas Gerais**. II Congresso Brasileiro de História da Educação. 3 a 6 de Novembro de 2002. Natal-RN. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0742.pdf>>. Acesso em 30/08/2015.

VIEIRA, Gustamara Freitas. Educação, Saúde e Assistência no Estado Novo: o Departamento Nacional da Criança. s/d Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/082.pdf>> Acesso em: 27/10/2015.

WADSWORTH, James, E. Moncorvo Filho e o problema da Infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 19 n. 37, set 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100006>. Acesso em 31/05/ 2013.

FONTES

BOLETIM

IMPrensa NACIONAL. CONGRESSO BRASILEIRO DE PROTECÇÃO À INFÂNCIA. Departamento da Criança no Brasil, 27 ago.05 set. 1922. **6º. Boletim**, setembro de 1922. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924, p. 5-7.

DECRETOS E RESOLUÇÕES

DECRETO-LEI, nº 2.024 de 17/02/1940. Cria o Departamento Nacional da Criança.

DECRETO-LEI, nº 91 de 29/04/1940. Reconhece de utilidade pública Centro de Assistência Social Darcy Vargas N.1

DECRETO-LEI, nº 214, 20/12/1940. Cria o Serviço de Proteção à Infância no Território do Acre.

DECRETO-LEI, nº 3.775 de 30/10/1941. Cria a Divisão de Cooperação Federal, a Divisão de Proteção Social à Infância, o Instituto Nacional de Puericultura e o Serviço de Administração.

DECRETO-LEI, nº 572 de 1937. Cria o Instituto Nacional de Puericultura.

DECRETO-LEI, nº. 4.830 de 15/10/1942. Estabelece contribuição para a Legião de Assistência e dá outras providências.

RESOLUÇÃO, nº 5 de 31/05/1930. Regulamenta a Instrução Pública no Território.

JORNAIS

A NOITE, Rio de Janeiro, 21/12/1957.

CORREIO BRASILENSE, Brasília, DF, 20/05/2011.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, RJ, 20/01/1932.

_____. 03/10/1940.

CORREIO DO PARANÁ, Curitiba, PR, 22/10/1941.

DIÁRIO DA MANHÃ, Vitória, ES, 23/05/1935.

DIARIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, RJ, 25/09/1963.

_____. Rio de Janeiro, 24/12/1969.

FOLHA DO ACRE, Rio Branco, AC, 24/04/1920.

FON FON- Revista-Semanário Ilustrado, Rio de Janeiro, RJ, 05/10/1918.

_____. 24/11/1945.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 21/01/1937.

JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 23/03/1945.

O ACRE, Rio Branco, AC, 18/08/1929.

_____. 21/10/1921.

_____. 31/05/1930.

_____. 08/06/1930.

_____. 15/06/1931.

_____. 19/01/1936.

_____. 11/04/1936.

_____. 26/01/1936.

_____. 02/02/1936.

_____. 05/07/1936.

_____. 01/01/1940.

_____. 04/02/1940.

_____. 25/02/1940.

_____. 12/04/1940.
_____. 25/04/1940.
_____. 29/04/1940.
_____. 03/05/1940.
_____. 17/05/1940.
_____. 29/06/1940.
_____. 22/07/1940.
_____. 14/09/1940.
_____. 22/09/1940.
_____. 27/10/1940.
_____. 14/12/1940.
_____. 24/11/1940.
_____. 01/12/1940.
_____. 15/12/1940.
_____. 22/12/1940.
_____. 15/03/1941.
_____. 05/10/1941.
_____. 22/12/1941.
_____. 06/07/1941.
_____. 18/01/1942.
_____. 01/11/1942.
_____. 08/11/1942.
_____. 22/11/1942.
_____. 29/11/1942.
_____. 20/12/1942.

_____. 01/01/1943.
_____. 10/01/1943.
_____. 24/01/1943.
_____. 31/01/1943.
_____. 07/02/1943.
_____. 03/03/1943.
_____. 07/03/1943.
_____. 02/05/1943.
_____. 06/06/1943.
_____. 13/06/1943.
_____. 27/06/1943.
_____. 02/07/1943.
_____. 07/07/1943.
_____. 11/07/1943.
_____. 12/07/1943.
_____. 18/07/1943.
_____. 01/08/1943.
_____. 02/08/1943.
_____. 08/08/1943.
_____. 15/08/1943.
_____. 01/09/1943.
_____. 10/10/1943.
_____. 17/10/1943.
_____. 24/10/1943.
_____. 28/11/1943.
_____. 01/01/1944.

_____. 09/01/1944.
_____. 23/01/1944.
_____. 06/02/1944.
_____. 19/04/1944.
_____. 04/07/1944.
_____. 09/07/1944.
_____. 23/07/1944.
_____. 27/08/1944
_____. 19/09/1944.
_____. 01/10/1944.
_____. 08/10/1944.
_____. 24/11/1945.
_____. 16/06/1946.
_____. 20/06/1946.
_____. 23/06/1946.
_____. 29/09/1946.
_____. 03/10/1946.
_____. 06/10/1946.
_____. 13/10/1946.
_____. 14/10/1946.
_____. 20/10/1946.
_____. 27/10/1946
_____. 03/11/1946.
_____. 01/12/1946.
_____. 15/12/1946.

_____. 22/12/1946.

_____. 09/11/1947.

_____. 10/08/1947.

_____. 28/12/1947.

_____. 07/03/1948.

_____. 18/04/1948.

_____. 30/05/1948.

_____. 07/06/1948.

_____. 15/08/1948.

_____. 10/10/1948.

_____. 03/11/1948.

_____. 28/11/1948.

_____. 25/04/1949.

_____. 01/05/1949.

_____. 15/05/1949.

_____. 17/07/1949.

_____. 02/10/1949.

_____. 25/04/1950.

_____. 30/11/1952.

_____. 04/04/1954.

_____. 08/11/1955.

_____. 12/05/1957.

_____. 23/05/1959.

_____. 26/03/1961.

O MALHO, Rio de Janeiro, 18/10/1902.

_____. Rio de Janeiro, 16/07/1910.

O REBATE, Cruzeiro do Sul/AC, 07/07/1950.

REVISTA FON FON, Rio de Janeiro, 24/11/1945.

AS páginas da História do Brasil, amareladas pelo tempo, que, inexorável leva na voragem dos anos, exemplos belos de amor à Pátria, não pôde destruir nem apagar a memória dos feitos da Mulher Brasileira, a heroína cônica de uma nacionalidade...

Glitando mais alto que o ribombar dos canhões, a consciência da Mulher do Brasil se elevou sobre este mundo deplorado, e ela, intrépida, como sempre, desde o tempo histórico das Bandeiras à guerra sangrenta do Paraguai, se apresentou mais uma vez para servir à sua Pátria, numa abnegação sem limites, oferecendo-se e ofertando seus filhos, esposas, noivos e irmãos para servir e morrer pelo Brasil, si preciso fosse...

Criada com esse espírito e fortalecida com as lições dolorosas de outros povos que sucumbiram, surgiu a Legião Brasileira de Assistência, que, como



A sra. Amaral Peixoto em companhia do Ministro Souza Costa, visita o Presidente da República, por ocasião da rubrica das primeiras notas em cruzeiros, destinadas ao leilão em benefício da L. B. A.



As crianças de hoje serão a Pátria de amanhã... E' preciso cuidar delas com carinho para que o Brasil seja forte, grande e respeitado no conceito das nações.



primeiros socorros às vítimas de bárbaros torpedamentos; acolá um pouco de alegria num lar pobre, mostrou em tudo a Mulher Brasileira, a sua coragem inquebrantável, o seu esticismo admirável...

Um golpe doloroso da fatalidade afastou d. Darcy Vargas — embora por um pequeno lapso — dos patrióticos e desinteressados afazeres da "sua" L. B. A.

Não ficou vago entretanto, o posto de presidente da Legião Brasileira de Assistência. Substituiu-a sua dedicada filha e prestante colaboradora, d. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que já detra tão sobejas provas de saber seguir com zelo e espírito altruista e humanitário as diretrizes maternas. Com vasta experiência que lhe havia dado os afazeres da presidência da L. B. A. no Estado do Rio, pôde a sra. Amaral Peixoto manter a L. B. A. numa segura orientação de trabalho eficiente e produtivo.

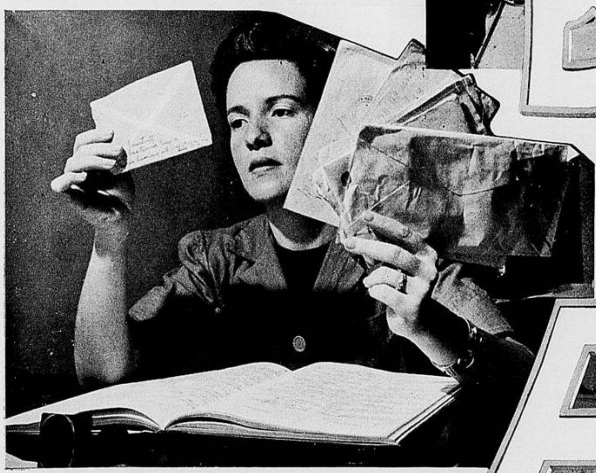
E a Legião vai prestando os seus valiosos serviços de guerra, na retaguarda, cuidando dos convocados, promovendo campanhas destinadas a proporcionar-lhes conforto e segurança, ajudando à família dos que se acham incorporados às fileiras do glorioso Exército Nacional, e cuidando com carinho das obras de proteção à infância e à velhice

desvalidas, essa pujante organização vai vencendo duras etapas...

Refeita, embora não nos seus profundos sentimentos de mãe amantíssima, retornou d. Darcy Vargas ao seu posto de trabalho e fadiga na L. B. A. Foi com grata satisfação que o povo brasileiro recebeu essa notícia. Notícia que tem o dom de despertar novas energias e robustecer o espírito de sacrifício de todos os brasileiros em horas amargas como as que atravessamos...

A Legião Brasileira de Assistência surgiu com a guerra, mas não morrerá com ela... Viverá para sempre como um marco milenário de heroísmo e intrepidez da mulher dessa Pátria banhada por "verdes mares bravicos" e "gigante pela própria natureza". Viverá para sempre como símbolo de um mundo melhor, um mundo isento de ódio e misérias, um mundo que virá após guerra...

o seu próprio nome indica, é uma legião que presta assistência moral e material aos menos favorecidos pela sorte. Obra grandiosa, fruto da bondade e operosidade da primeira dama do país, d. Darcy Dornelles Vargas, foi a criação da Legião Brasileira de Assistência a consequência lógica de uma série de iniciativas proveitosas, em bem dos desam-



O Serviço do Combatente encaminha às distantes plagas desse imenso Brasil toda a correspondência destinada aos soldados...

parados da fortuna, que já haviam surgido do coração carinhoso daquela que não sabe viver sem praticar o bem.

"Casa do Pequeno Jornaleiro", "Casa das Meninas", "Natal dos Pobres", são todos lembretes de ação de um espírito elevado, servindo na paz à dignidade da nacionalidade. Mas, com a guerra, mais era preciso fazer.

Ferido na sua soberania, enlutado pela morte traiçoeira dos seus filhos, o Brasil levantou-se congregando esforços para a luta. E surgiu então a L. B. A.... Levando aqui, consolo; lá os

Um aspecto do Almoxarifado o vendo-se as peças de fazenda destinadas aos soldados do Brasil e às famílias pobres.



◀ SÍMBOLO DE TRABALHO E BONDADE ▶
◀ DA MULHER BRASILEIRA ▶